

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGSS

ANALISANDO A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM
MANAUS: PROSAMIM, UMA VITRINE PARA O CAPITAL?

SABRINA MORAES FERREIRA

MANAUS – AM

2019

SABRINA MORAES FERREIRA

ANALISANDO A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MANAUS: PROSAMIM,
UMA VITRINE PARA O CAPITAL?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia/PPGSS da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Kátia de Araújo Lima Vallina

MANAUS – AM

2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

F383a Ferreira, Sabrina Moraes
Analisando a construção do espaço urbano em Manaus:
PROSAMIM, uma vitrine para o capital? / Sabrina Moraes Ferreira.
2019
199 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Kátia de Araújo Lima Vallina
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na
Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Urbanização. 2. Habitação. 3. Estado. 4. Prosamim. I. Vallina,
Kátia de Araújo Lima II. Universidade Federal do Amazonas III.
Título

SABRINA MORAES FERREIRA

ANALISANDO A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MANAUS: PROSAMIM,
UMA VITRINE PARA O CAPITAL?

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Kátia de Araújo Lima Vallina (Presidente)

Docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia
da UFAM

Marcelo Bastos Seráfico de Assis Carvalho (Membro)

Docente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFAM

Hamida Assunção Pinheiro (Membro)

Docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia
da UFAM

Aprovada em: 29/03/2019

AGRADECIMENTOS

Olhar para trás, após uma longa caminhada, pode nos fazer perder a noção da distância que foi percorrida, mas fácil com certeza não foi. Não foi fácil dividir o tempo entre o estudo e o trabalho. Houve momentos nos quais as forças diminuíram, a energia faltou e achei que o peso era demais para os meus ombros. Mas consegui chegar até aqui, e agradeço imensamente à todas as pessoas que me apoiaram, ajudaram e me incentivaram nesse percurso, tornando o caminho assim, mais leve e feliz.

Acredito que somos guiados por uma força maior que tem controle sobre todas as coisas, por isso agradeço em primeiro lugar à Deus. Agradeço à minha mãe e irmã pelo apoio incondicional em todos os momentos. À minha mãe pelo exemplo de amor, carinho, luta e dedicação. Ao meu namorado pela paciência, por entender minha ausência em vários momentos, por estar ao meu lado mesmo que só me olhando estudar, e por sempre ter palavras otimistas e me incentivar a seguir em frente.

Me faltam palavras para agradecer minha orientadora por todo o empenho e dedicação em me ajudar. Por sempre estar preocupada em tornar a pesquisa leve e prazerosa. Por compartilhar comigo seu enorme conhecimento. Temos toda uma trajetória de pesquisa juntas, foram quase 6 anos. E se cheguei até aqui, com toda certeza, foi também graças a ela. A professora Kátia que desde a graduação foi minha inspiração como profissional e como pessoa. E será sempre um grande exemplo para mim. Sei que sempre poderei contar com ela e fico feliz em ter conseguido chegar ao fim do mestrado, contudo, sentirei muita falta das orientações e das nossas conversas. Mas tudo que posso fazer agora é agradecer-lhe imensamente, todos os seus ensinamentos foram enormes e contribuíram muito para minha formação. Lhe levarei sempre com muito carinho no meu coração.

Agradeço também a todos os meus amigos que estiveram presentes nessa trajetória, mas em especial ao Romulo, que também me incentivou sempre a seguir em frente, me deu apoio nos momentos em que eu achava que não conseguiria mais, que acreditou em mim quando nem eu mesma acreditava, que sempre esteve disposto a me ouvir e me ajudar no que fosse possível. Agradeço à minha colega de trabalho Rosenice que me ajudou muito no começo do mestrado cobrindo meus plantões quando eu precisava cursar as disciplinas obrigatória. Se não fosse isso, não teria conseguido conciliar o mestrado com o trabalho.

Obrigada a todos meus colegas de turma, pelos momentos descontraídos que tivemos juntos mesmo em meio à toda rotina cansativa do mestrado, em especial ao Isaac, Luciana, Rosemere e Aline Pedraça, que foram as pessoas mais próximas e que tive o prazer de

conhecer. Agradeço ainda a todos os professores que contribuíram para minha formação até aqui, aos professores da banca de qualificação por suas valiosas contribuições para minha pesquisa, e aos professores da banca de defesa por terem aceitado participar desse momento tão importante.

Se hoje estou aqui é porque todos vocês acreditaram em mim e caminharam ao meu lado. Muito obrigada!

RESUMO

Os processos de urbanização espelham, além de formas construídas e espaços produzidos, atores que vão configurando objetivamente a cidade. Manaus, com 2,0 mil de hab. enfrenta sérios problemas urbanos típicos das grandes cidades capitalistas, marcadas por um processo de crescimento urbano rápido e desordenado. Historicamente, a falta de alternativas habitacionais resultou na criação de assentamentos informais às margens dos igarapés, oferecendo riscos aos moradores dessas áreas. Neste contexto surge o PROSAMIM, com o objetivo de resolver os problemas sociais, urbanísticos e ambientais da cidade. Os recursos para esse programa são de aproximadamente 900 milhões de dólares (empréstimo do BID e recursos próprios). É fundamental nesse processo compreender o papel do Estado, como agente regulador do uso e ocupação do solo urbano, utilizando-se dos mecanismos legais que lhe estão disponíveis, tais como as políticas públicas. Por isso foi proposto como objetivo geral: Analisar o processo de urbanização da cidade de Manaus, com ênfase no papel do Estado na área habitacional, a partir do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus; e como específicos: Identificar como se deu a construção e ocupação do espaço urbano de Manaus e a atuação do Estado nesse processo; Conhecer a proposta do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus em suas etapas I, II e III e sua contribuição para a cidade e desvelar como se deu a implantação do PROSAMIM em seus quatro eixos: Social, Ambiental, Territorial e Institucional, com foco nas suas prioridades e relegações. A modalidade de pesquisa utilizada foi a documental, bibliográfica e iconográfica, utilizando-se de uma perspectiva crítico-dialética, onde através da análise de documentos do PROSAMIM, leis, decretos, relatórios, bem como obras de referência, teses e dissertações, periódicos científicos, anais de encontros científicos e periódicos de indexação e de resumo, dentre outros, foi possível investigar como se estruturou a política pública de urbanização na cidade com ênfase na habitação, e qual a intenção do Estado com a implantação do PROSAMIM em Manaus. Pode-se afirmar que o PROSAMIM é um programa que vem para contribuir com o maqueamento da cidade e a valorização imobiliária acima de qualquer outro objetivo proposto.

PALAVRAS-CHAVES: Urbanização; Habitação; Estado; PROSAMIM.

ABSTRACT

The processes of urbanization reflect, in addition to constructed forms and spaces produced, actors that are objectively configuring the city. Manaus, with 2.0 thousand inhabitants faces serious urban problems typical of capitalist big cities, marked by a process of rapid and disorderly urban growth. Historically, the lack of housing alternatives has resulted in the creation of informal settlements along the banks of the creeks, posing risks to the residents of these areas. In this context PROSAMIM appears, with the objective of solving the social, urban and environmental problems of the city. The resources for this program are approximately 900 million dollars (IDB loan and own resources). It is fundamental in this process to understand the role of the State, as a regulator of the use and occupation of urban land, using the legal mechanisms available to it, such as public policy. Therefore, it was proposed as a general objective: To analyze the process of urbanization of the city of Manaus, with emphasis on the role of the State in the housing area, from the Social and Environmental Program of the Manaus Igarapés; and how specific: Identify how the construction and occupation of the urban space of Manaus occurred and the State's performance in this process; To know the proposal of the Social and Environmental Program of the Igarapés of Manaus in its stages I, II and III and its contribution to the city and to unveil how PROSAMIM was implemented in its four axes: Social, Environmental, Territorial and Institutional, with focus in their priorities and relegation. The research modality used was the documentary, bibliographical and iconographic, using a critical-dialectic perspective, where through analysis of PROSAMIM documents, laws, decrees, reports, as well as reference works, theses and dissertations, scientific journals, annals of scientific meetings and periodical indexation and summary, among others, it was possible to investigate how the public policy of urbanization in the city was structured with emphasis on housing, and what the State intends with the implementation of PROSAMIM in Manaus. It can be affirmed that PROSAMIM is a program that comes to contribute with the layout of the city and the real estate valuation above any other proposed objective.

KEYWORDS: Urbanization; Housing; State; PROSAMIM.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Quantidade de habitantes por Estado no Brasil em 1960.....	34
Figura 2: Quantidade de habitantes por Estado no Brasil em 2010.....	35
Figura 3: Crescimento populacional urbano x rural das regiões de 1960 a 2010.....	39
Figura 4: Vilas operárias no Brasil.....	56
Figura 5: Residencial Viver Melhor em Manaus.....	97
Figura 6: Ocupação dos igarapés de Manaus.....	102
Figura 7: Moradores de áreas de igarapé.....	103
Figura 8: Moradias em área de igarapé em Manaus.	106
Figura 9: Moradia precária em Manaus.	107
Figura 10: Organograma do PROSAMIM.....	110
Figura 11: Área do PROSAMIM I.	111
Figura 12: Mapa da área de intervenção do PROSAMIM II.	112
Figura 13: Área de intervenção do PROSAMIM III.	113
Figura 14: Ocupações sujeitas a inundações.	125
Figura 15: Doenças comuns em moradores de área de igarapé.	130
Figura 16: Menina moradora de área de igarapé sujeita à contaminação que o local proporciona.	131
Figura 17: Modelo de tipologia residencial do PROSAMIM.....	132
Figura 18: Modelos de casas no conjunto João Paulo II.....	135
Figura 19: Opções de reassentamento do PROSAMIM.....	137
Figura 20: Origem da população do PROSAMIM.....	141
Figura 21: Igarapé do quarenta em Manaus antes das obras do PROSAMIM.	145
Figura 22: Local afetado pelas enchentes do Rio Negro.....	147
Figura 23: Moradias invadidas pelo lixo dos igarapés.	150
Figura 24: Ponte Benjamim Constant antes e depois do PROSAMIM.	158
Figura 25: PROSAMIM antes e depois.	159
Figura 26: Parque Desembargador Paulo Jacob sem manutenção.	160
Figura 27: Apartamentos dos parques residenciais do programa.	162
Figura 28: As marcações em vermelho representam as escolas estaduais (à esquerda) e municipais (à direita) na área do PROSAMIM.	171
Figura 29: Comércio informal na área do PROSAMIM.....	171

Figura 30: Presença de lixo no leito dos igarapés que deveriam ter sido revitalizados com as obras do PROSAMIM.	173
Figura 31: Matérias de jornal sobre investigação de danos ambientais causados pelo PROSAMIM.....	173
Figura 32: Parque Residencial Mestre Chico antes e depois das obras.....	176

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Instituições na esfera estadual parceiras do PROSAMIM.....	155
Tabela 2: Instituições na esfera municipal parceiras do PROSAMIM.	155
Tabela 3: Instituições na esfera federal parceiras do PROSAMIM.	156
Tabela 4: Unidades de saúde da SUSAM na área do PROSAMIM.....	167
Tabela 5: Unidades de saúde da SEMSA na área do PROSAMIM.....	167
Tabela 6: Unidades Básicas de Saúde (UBS's) na área do PROSAMIM.....	168

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Faixas de renda do PMCMV.....	71
Quadro 2: Contrato de empréstimo PROSAMIM I.....	121
Quadro 3: Contrato de empréstimo PROSAMIM complementar.....	122
Quadro 4: Contrato de empréstimo PROSAMIM II.....	123
Quadro 5: Contrato de empréstimo PROSAMIM III.....	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População urbana x população rural no Brasil entre os anos 2000 e 2010.....	38
Gráfico 2: Unidades entregues do PMCMV em 9 anos.....	76

LISTA DE SIGLAS

AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas
ARSAM - Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH - Banco Nacional de Habitação
CAPs - Caixas de Aposentadoria e Pensões
CDH - Conselho Estadual de Desenvolvimento Humano
CEF - Caixa Econômica Federal
CF88 – Constituição Federal de 1988
CGFEHIS - Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social
COHABS- Companhias Habitacionais Populares
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DEMA - Delegacia Especializada em Crimes contra o Meio Ambiente.
DIM - Distrito Industrial de Manaus
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EPIA - Estudo Prévio de Impacto Ambiental
FCP - Fundação da Casa Popular
FDS - Fundo de Desenvolvimento Social
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
IAPs - Institutos de Aposentadoria e Pensão
IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
INPA - Instituto de Pesquisas do Amazonas
IMPLURB - Instituto Municipal de Planejamento Urbano
IPEA - Pesquisa Econômica Aplicada
LOMAN - Lei Orgânica do Município de Manaus
MAS - Ministério da Ação Social
MANAUSTRANS - Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito;
MANAUSTUR - Empresa Municipal de Turismo.
MP – Medida Provisória

MBES - Ministério do Bem-Estar Social

MCIDADES - Ministério das Cidades

MPO - Ministério do Planejamento e Orçamento

OGU - Orçamento Geral da União

OSCs - Organizações da Sociedade Civil

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAIH - Plano de Ação Imediata para a Habitação

PAR - Programa de Arrendamento Residencial

PCCI - Plano de Controle da Contaminação Industrial

PDRR - Plano de Desapropriação, Reassentamento e Realocação

PGE – Procuradoria Geral do Estado

PIB - Produto Interno Bruto

PIM - Polo Industrial de Manaus

PIN - Plano de Integração Nacional

PLAMAN - Plano de Desenvolvimento Local Integrado da Cidade de Manaus

PMM – Prefeitura Municipal de Manaus

PMCMV- Programa Minha Casa, Minha Vida

PMCMV Entidades - Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades

PNDU - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PNH - Plano Nacional de Habitação

PNH - Política Nacional de Habitação

PNHU - Programa Nacional de Habitação Urbana

PROSAMIM – Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus

PSD - Partido Social Democrático

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

RMM - Região Metropolitana de Manaus

ROP - Regulamento Operacional do Programa

SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

SEAS – Secretaria de Estado de Assistência Social do Amazonas

SEC –Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas

SEDU - Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano

SEDUC – Secretaria de Educação do Amazonas

SEFAZ – Secretaria de Estado e Fazenda do Amazonas

SEHIS - Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social

SEINF - Secretaria de Estado de Infraestrutura
SEMED - Secretaria Municipal de Educação;
SEMINF - Secretaria Municipal de Infraestrutura;
SEMUSP - Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Públicos;
SEMMAS - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde
SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento do Amazonas
SEPROR – Secretaria de Estado da Produção Rural Integrado do Amazonas
SEPURB - Secretaria de Política Urbana
SERFHUA- Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SFI - Sistema de Financiamento Imobiliário
SHAM - Sociedade de Habitação do Estado do Amazonas
SHF - Sistema Financeiro de Habitação
SNH - Secretaria Nacional de Habitação
SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SPF - Secretaria de Estado de Política Fundiária do Amazonas
SUBHAF - Subsecretaria de Habitação e Assuntos Fundiários da Casa Civil
SUHAB - Superintendência Estadual de Habitação do Amazonas
SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUSAM – Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas
TCU - Tribunal de Contas da União
UBS – Unidade Básica de Saúde
UDH - Unidade de Desenvolvimento Humano
UGPE – Unidade Gestora de Projetos Especiais
UGPI – Unidade de Gerenciamento do Prosamim
URBAM - Empresa Municipal de Urbanização
ZFM – Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MANAUS	24
1.1. Breve discussão sobre Estado e Política Social.....	24
1.2. Para uma concepção ampliada sobre urbanização: A cidade e a construção do espaço urbano	29
1.3.Crescimento populacional e urbanização no Brasil.....	34
1.4.O processo de urbanização de Manaus e o fenômeno da periferização	40
1.4.1.Glamour e segregação em Manaus: o ciclo da borracha	41
1.4.2.Zona Franca de Manaus: a era industrial e o apogeu urbano	48
CAPÍTULO II: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA HABITAÇÃO EM MANAUS: AVANÇOS E DESAFIOS	55
2.1. Os primórdios da política habitacional no Brasil	55
2.1.1. Habitação no Brasil do populismo de Vargas ao Estado mínimo de FHC.....	58
2.1.2. Habitação no Brasil no século XXI: Das novas perspectivas do governo Lula ao retrocesso do governo Temer e início do governo Bolsonaro	68
2.2. Habitação em Manaus: O processo de ocupação da cidade	77
2.2.1 Intervenção do Estado frente à problemática habitacional em Manaus	86
2.2.2. Particularidades da moradia precária em Manaus: A ocupação dos igarapés	100
CAPÍTULO III: INTERVENÇÃO URBANA NOS IGARAPÉS: O PROSAMIM NA CIDADE DE MANAUS	105
3.1. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o PROSAMIM	116
3.2. Desvelando os eixos do PROSAMIM	122
3.2.1. O eixo social	125

3.2.1.1.Perfil dos beneficiários do PROSAMIM.....	138
3.2.2.O eixo ambiental.....	142
3.2.3.O eixo urbanístico/territorial	149
3.2.4.O eixo institucional.....	153
CAPÍTULO IV: RELEGAÇÕES E PRIORIDADES NA IMPLANTAÇÃO DO PROSAMIM: CONSTRUINDO UMA CIDADE PARA O CAPITAL.....	155
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
VI. REFERÊNCIAS	180
VII. ANEXOS	194

INTRODUÇÃO

As políticas públicas são, na concepção de Lima Junior (2016), o conjunto de planos e programas de ações governamentais voltadas à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição. Assim, está claro que as decisões do governo nas diversas áreas influenciam e muito a vida dos cidadãos e podem ter efeitos positivos ou negativos.

Visto isso, o tema da presente pesquisa é a urbanização de Manaus com ênfase na política habitacional, analisando o papel do Estado e a importância que o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) teve para a cidade. Pretendeu-se compreender a dimensão desse programa para Manaus, que conta atualmente com um enorme déficit habitacional e sérios problemas urbanos.

Ao implantar os serviços públicos, o Estado está produzindo espaço e organizando-o. Dentre as atribuições estatais, nesse âmbito, insere-se a intervenção nas questões referentes à urbanização e seus impactos ambientais. Cabe ao poder público coordenar as ações governamentais relacionadas às políticas urbanas, tendo a responsabilidade de universalizar o direito à cidade, e em especial, o acesso à moradia digna, aos serviços de saneamento ambiental e a mobilidade urbana, dentre outros.

O exercício do poder objetivando controlar o espaço, manifesta-se, sobretudo, na capacidade de definir e modificar as normas do uso e ocupação do solo, ou até mesmo na implementação de infraestrutura, de serviços, investimentos entre outros. É necessário compreender a atuação do Estado na cidade de Manaus, enquanto produtor do espaço, atuando como regulador e financiador, bem como a contribuição dos demais atores sociais.

O processo de urbanização de Manaus espelha problemas urbanos típicos das grandes cidades capitalistas, marcadas por um processo de crescimento urbano rápido e desordenado. Esta pesquisa contribuirá para o entendimento desse crescimento e das transformações que o espaço urbano de Manaus sofreu e vêm sofrendo atualmente. Têm-se como imprescindível a investigação do processo de transformação urbana e as modificações na paisagem, bem como a atuação dos diversos atores sociais envolvidos nesse processo.

A forma como Manaus se expandiu, trouxe à tona uma série de problemas urbanos. A ausência de planejamento urbano, aliado à falta de controle relacionado ao crescimento da cidade causaram diversos problemas, principalmente nas áreas de igarapés, onde passaram a

viver diversas famílias. Problema este, que ao longo do tempo se agravou e tornou-se um sério problema urbano.

Nos anos 2000, o Governo do estado do Amazonas criou o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), que na sua implementação previa a remoção dos moradores das áreas de igarapé e seu reassentamento em conjuntos habitacionais e em apartamentos construídos em solo criado nos entornos dos igarapés que seriam revitalizados. Essa proposta representou uma grande intervenção urbana na área de Manaus.

O PROSAMIM apresentou como objetivos promover o saneamento, o desassoreamento e a utilização racional do uso do solo às margens dos igarapés, associada tanto à manutenção do desenvolvimento socialmente integrado e do crescimento econômico ambientalmente sustentável, além de preservar o patrimônio natural de Manaus e do estado do Amazonas, de forma a contribuir, em longo prazo, para a melhoria contínua da qualidade de vida da população amazonense. Estes objetivos maiores foram desdobrados em objetivos específicos que foram agrupados em objetivos sociais, ambientais, urbanísticos e institucionais, que serão detalhados ao longo deste trabalho.

Na capital do Amazonas, assim como nas demais capitais brasileiras, têm-se historicamente no processo de urbanização da cidade, intervenções públicas que privilegiam os interesses do capital na produção do espaço urbano em detrimento dos interesses da classe trabalhadora. Os igarapés, desde o período da borracha são tidos como com baixo ou nenhum valor imobiliário, por isso são aterrados em nome da “modernidade”. São aterrados para valorizar as áreas no seu entorno, principalmente áreas centrais. Visto isso, é preciso desvelar se o PROSAMIM vem dar continuidade à essa lógica ou se de fato veio para resolver os problemas sociais, urbanísticos e ambientais da cidade.

Apresenta-se assim como objetivo geral: analisar o processo de urbanização da cidade de Manaus, com ênfase no papel do Estado na área habitacional, a partir do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus; e como específicos os que seguem: identificar como se deu a construção e ocupação do espaço urbano de Manaus e a atuação do Estado nesse processo; conhecer a proposta do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus em suas etapas I, II e III e sua contribuição para a cidade; e desvelar como se deu a implantação do PROSAMIM em seus quatro eixos: Social, Ambiental, Territorial e Institucional, com foco nas suas prioridades e reações.

Sobretudo nas últimas décadas, verifica-se a intensificação de transformações socioeconômicas, científicas, culturais e políticas que tem caracterizado a sociedade contemporânea, influenciando no próprio modo de organização das sociedades, o que

contribui para que existam vários enfoques explicativos da realidade. É justamente no contexto dessas transformações gerais da sociedade e de sua dinâmica espacial, que se insere o debate acerca do espaço urbano, por isso entende-se como de suma importância pesquisar as transformações urbanas.

É necessário pesquisar sobre urbanização, que é um tema pouco estudado no âmbito da graduação e da pós-graduação em serviço social na Universidade Federal do Amazonas, e ampliar as discussões sobre tal temática.

Mas por que pesquisar o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus–PROSAMIM? Primeiramente, é necessário entender com que propósito o PROSAMIM foi proposto. Concebe-se como primordial conhecer as propostas governamentais de ocupação e produção do espaço na cidade, a partir deste grandioso programa, pois o mesmo envolve um montante significativo de recursos provenientes de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo do Estado.

É preciso identificar quem foram de fato os maiores beneficiários do PROSAMIM e qual foi a preocupação central que perpassou a implantação desse programa. Entende-se que essas e outras questões que integraram a presente pesquisa requerem ser respondidas para que se reflita sobre os efeitos do programa em suas três etapas. Visto a amplitude do PROSAMIM, é preciso conhecer também a sua contribuição frente a questão habitacional na cidade de Manaus visto que a habitação é uma de suas dimensões e foco desta pesquisa.

Em termos de motivação pessoal pode-se dizer que o que me impulsionou a querer pesquisar sobre esse programa é a vontade de ampliar o conhecimento sobre o PROSAMIM e sua contribuição para a cidade de Manaus, uma vez que já tive oportunidade conhecer um pouco sobre o mesmo ao integrar um projeto de pesquisa financiado pela FAPEAM, Edital Universal, denominado “*A construção do espaço urbano em Manaus: O Programa Sócio Ambiental dos Igarapés de Manaus*”, que se integra nas linhas de pesquisas – políticas públicas. E já desenvolvi dois projetos de iniciação científica na modalidade PIBIC, nos anos de 2014-2015 e 2015-2016, intitulados: “*Acesso à saúde dos Moradores do Parque Residencial Manaus*”, onde conheci as condições de saúde dos moradores da área do PROSAMIM antes e depois da remoção para o parque residencial, e o acesso deles aos serviços de saúde em todos os níveis de complexidade. E no segundo projeto, intitulado “*Cartografia social dos moradores do Parque Residencial Manaus: Uma análise acerca das condições de vida e trabalho*”, apreendi sobre o cotidiano os moradores e suas estratégias de sobrevivência.

Há ainda, a necessidade de pautar a discussão sobre o entendimento de uma

espacialidade que se produz a partir de uma reestruturação urbana gerada pela intervenção do Estado. Essa pesquisa oportunizou o desenvolvimento de um conjunto de questionamento que vão se somar ao entendimento da cidade de Manaus.

Em termos acadêmicos, acrescente-se ainda que é de grande relevância pesquisar o processo de urbanização de Manaus. A contribuição dessa pesquisa para a profissão se direciona em oferecer uma abordagem da questão social¹ perpassa o debate sobre o espaço urbano. É fundamental saber como se estruturou essa política pública na cidade.

Nesta pesquisa foram analisadas as três fases do programa – PROSAMIM I, II e III. Os dados foram obtidos e analisados a partir de uma perspectiva crítica, visto que essa perspectiva, conforme Goldenberg (2001) permite uma ideia mais ampla e inteligível da complexidade de um problema, analisando a realidade como um todo, buscando as sucessivas aproximações para explicação do real.

A modalidade de pesquisa utilizada foi bibliográfica, documental e iconográfica. Na pesquisa bibliográfica dentre as principais temáticas que trabalhei estão o processo de urbanização, a trajetória da política de habitação no Brasil e em Manaus, políticas públicas e atuação do Estado. Já na pesquisa iconográfica, realizei através de sites da internet, documentos do PROSAMIM, jornais, dentre outros, onde obtive fotos relativas principalmente acerca das moradias em áreas de igarapé em Manaus e das áreas de intervenção do PROSAMIM, antes e depois das obras.

Na pesquisa documental, dentre os documentos que foram utilizados estão os Relatórios de Impacto Ambiental do Programa (RIMA) dos anos de 2004 e 2012; os Planos de Contas do programa (Contratos de empréstimo 1692/OC-BR; 2165/OC-BR; e 2676/OC-BR); o Plano de Trabalho Social e Ambiental; o Estudo de Impacto Ambiental (EIA); o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) do programa; O Programa de Controle Ambiental das Obras (PCAO); O Plano de Desapropriação, Reassentamento e Realocação (PDRR). Além disso, foram obtidos dados também através do site oficial do PROSAMIM, do BID, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Superintendência de Habitação do Amazonas (SUHAB), dentre outros. Foram utilizados ainda os relatórios de pesquisa construídos no âmbito da graduação.

¹ A respeito da compreensão do conceito de questão social, consultar: NETTO (2001), SANTOS (2017), IAMAMOTO (2013), dentre outros.

Além das modalidades de pesquisa bibliográfica e documental, foi realizada a pesquisa iconográfica que consiste no uso de imagens para realização de leitura e interpretação da realidade. Mello (1998) traz que a utilização de imagens ajuda a diminuir oposições reducionistas entre subjetividade e objetividade na pesquisa. A autora expõe que analisar as características da imagem contribui para ampliar a compreensão dos processos. E traz isso como um novo caminho, que propõe a utilização da imagem como uma narrativa visual que informa o relato etnográfico com a mesma autoridade do texto escrito.

Esta dissertação encontra-se dividida em introdução, capítulo I, que aborda como se deu a produção e ocupação do espaço urbano em Manaus; capítulo II que traz a contextualização da trajetória das políticas públicas para habitação na cidade; capítulo III que vêm para apresentar o PROSAMIM e sua proposta para a capital do Amazonas; e o capítulo IV que apresenta as análises acerca da contribuição do referido programa para Manaus, mostrando quais foram as prioridades e relegações na sua implantação. Este trabalho, conta ainda com as considerações finais, referências utilizadas e anexos.

CAPÍTULO I:

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MANAUS

1.1. Breve discussão sobre Estado e política social

Não se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de política social, como indicam Behring e Boschetti (2011). Rosa (2012) informa que a origem da política social é anterior ao surgimento do capitalismo, pois esta apareceu como uma forma de responder às demandas da população, onde o Estado e a sociedade uniram-se para dar conta dessas solicitações no período pré-capitalistas². Segundo a autora, a política social é duplamente conquista dos trabalhadores e instrumento do Estado capitalista. É importante ressaltar que foi a partir do aparecimento da política social que os direitos coletivos foram garantidos, contudo, torna-se necessário discutir como esses direitos são efetivados e legitimados nos tempos atuais e para quem essa política está configurada.

É indispensável ao se analisar política social e seu desenvolvimento conhecer o papel do Estado na sua implementação e regulação. O estudo das políticas sociais deve considerar a sua múltipla causalidade, suas conexões internas, as relações entre suas diversas manifestações e dimensões. Do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que possuem papel determinante na sua origem.

Segundo Iamamoto (2001) a questão social³ – indissociável das relações sociais capitalistas, nos marcos da expansão monopolista e de seu enfrentamento pelo Estado – encontra-se na base da profissionalização do Serviço Social. Ela tem sido analisada como o

² Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 47) sua origem é comumente relacionada aos movimentos de massa social- democratas e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental do final do século XIX, mas sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial na sua fase tardia, após a Segunda Guerra Mundial (pós-1945).

³ Entende-se a questão social reflete a desigualdade social gerada pela lógica do capital, que se sustenta no sistema de exploração-dominância, que, por sua vez gera relações antagônicas de classe. Expressa-se, no cotidiano, por meio de um conjunto de problemas políticos, econômicos, históricos e sociais, além da precarização do mundo do trabalho, o desemprego, a pauperização, a miséria, o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, entre outros elementos.

elemento fundante do exercício profissional na sociedade. A questão social⁴ é indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre a classe trabalhadora. Nesse sentido relaciona-se com a desigualdade, sendo explicada em relação à ação estatal.

Com o advento do neoliberalismo⁵ e as transformações no mundo do trabalho, a questão social adquire novas roupagens. De acordo com Costa (2008) há um intenso crescimento das desigualdades, especialmente porque esse modelo de acumulação favorece o capitalismo financeiro em detrimento do capitalismo produtivo, ou seja, prioriza-se a especulação. Nesse contexto o entendimento da questão social, baseada na tradição marxista, ainda hegemônica no Serviço Social, pode contribuir para o desvelamento da produção e (re) produção do espaço urbano.

Entender a relação entre a construção do espaço urbano e o modo e produção capitalista, em seu antagonismo de classe e hierarquização social, se faz relevante para que a questão social seja visualizada em sua totalidade, sem fragmentá-la a partir de suas expressões, sem dicotomizar as esferas da produção e reprodução social.

O processo de urbanização, espacialmente fundamentado, pressupõe a existência de diversos atores, com objetivos e compromissos diversos, que ao interagirem, vão moldando determinadas práticas espaciais que na sociedade capitalista adquirem, na maioria das vezes, um conteúdo de classe definido. E aqui o ator priorizado é o Estado, que com sua intervenção produz novas espacialidades.

É imprescindível compreender o papel do Estado e sua relação com os interesses das classes sociais, sobretudo na condução das políticas econômicas e social,

de maneira a identificar se dá mais ênfase aos investimentos sociais ou se privilegia políticas econômicas; se atua na formulação, regulação e ampliação (ou não) de direitos sociais; se possui autonomia nacional na definição das modalidades e abrangência das políticas sociais ou se segue imperativos dos organismos internacionais; se investe em políticas estruturantes de geração de emprego e renda;

⁴ José Paulo Netto (2001) vincula o surgimento da expressão questão social ao fenômeno do pauperismo, consequência da primeira onda da industrialização. A partir de então trata-se do crescimento da pobreza em contradição com o crescimento da produção da riqueza. O autor aponta que a questão social se expressa na luta de classes, a partir da politização do pauperismo. Sendo assim, a gênese da questão social se centra nos antagonismos de classe, na contradição entre a produção social e a apropriação privada da produção.

⁵ “O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas. O Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integralidade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedades individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados” (HARVEY, 2008, p. 12).

se fortalece e respeita a autonomia dos movimentos sociais; se a formulação e implementação de direitos favorece os trabalhadores ou os empregadores. Enfim, deve-se avaliar o caráter e as tendências da ação estatal e identificar os interesses que se beneficiam de suas decisões e ações (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 44.)

Compreende-se que o Estado, de acordo com Gramsci (1978) é um complexo através do qual a classe dominante se organiza e atende suas necessidades, isto é, não apenas se justifica como também busca o consentimento daqueles que domina. Lourenço (2007) concebe que o Estado se propõe a atuar nas sequelas da questão social⁶ por meio das políticas sociais, haja vista que o capitalismo, cuja lógica se baseia no sistema de exploração-dominância, gera profundos conflitos entre as classes sociais.

A teoria ampliada do Estado em Gramsci conserva e supera a teoria marxista clássica e sustenta-se na identificação dos “aparelhos privados de hegemonia”. De acordo com Coutinho (1999, p. 127),

O Estado em sentido amplo, ‘com novas determinações’, comporta duas esferas principais: a *sociedade política* (que Gramsci também chama de ‘Estado em sentido estrito’ ou de ‘Estado-coerção’), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc.

As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. Segundo Motta (2010) as políticas sociais podem ser entendidas como a maneira pela qual o Estado atua para amenizar os conflitos e desigualdades sociais. Elas são desenhadas a partir do relacionamento e dos interesses existentes entre várias camadas da sociedade. Nesse processo, os atores políticos possuem importante participação para a focalização e destinação de recursos públicos para determinada política. Assim, o Estado, por meio das políticas sociais, pretende garantir alguns mínimos para assegurar as condições necessárias para a manutenção dos interesses do capital.

As políticas sociais são formas de intervenção do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social. De acordo com Hofling (2001) as políticas

⁶ A intervenção estatal sobre a “questão social” se realiza, [...] fragmentando-a e a parcializando. E não pode ser de outro modo: tomar a “questão social” como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho – o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa (NETTO, 2001, p. 28).

sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Conforme Behring e Boschetti (2011) as políticas sociais podem ser centrais na agenda de luta dos trabalhadores e no cotidiano de suas vidas, quando conseguem garantir ganhos aos trabalhadores e impor limites aos ganhos do capital. Contudo, segundo as autoras, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias, direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. Behring e Boschetti (2011, p. 37) explicitam que “as possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas se tornam mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização”.

As autoras supracitadas explicam que a trajetória recente das políticas sociais brasileiras, profundamente conectadas à política econômica monetarista e de duro ajuste fiscal, enveredou por caminhos da privatização para os que podem pagar, da focalização/seletividade e políticas pobres para os pobres, e da descentralização, vista como desconcentração e desresponsabilização do Estado, apesar das inovações da Constituição Federal brasileira de 1988. As mesmas autoras analisam que essa escolha de política econômica, conjugada àquele perfil da política social, teve impactos deletérios na sociedade brasileira, radicalizando e dramatizando as expressões objetivas da questão social.

Têm-se hoje um país dual e desigual⁷. De acordo com Ianni (1997, p. 04) a característica fundamental da sociedade brasileira é seu profundo dualismo:

De um lado encontra-se uma moderna sociedade industrial, já que é a oitava economia do mundo ocidental e acusa um extraordinário dinamismo, e de outro encontra-se uma sociedade primitiva, vivendo em nível de subsistência, no mundo rural, ou em condições de miserável marginalidade urbana ostentando padrões de pobreza e ignorância comparáveis aos das mais atrasadas sociedades afro-asiáticas.

Soares (2011, p. 54) afirma que “ao analisar a desigualdade social no Brasil no contexto da América Latina, pode-se constatar que se de um lado está marcada por um agravamento da concentração de renda e das condições de trabalho, as melhorias sociais estão relacionadas com o investimento público na infraestrutura social na medida em que possibilite o acesso universal a bens e serviços essenciais”. Do ponto de vista da autora, são as políticas

⁷ Segundo Ianni (1997) a sociedade brasileira se caracteriza pela maior discrepância existente no mundo entre seus indicadores econômicos e seus indicadores sociais.

de ajuste em curso nos países da América Latina que impedem as mudanças que permitiriam uma verdadeira transição a uma sociedade mais justa.

Soares (2011) concebe que a desigual distribuição de terras na América Latina é um dos fatores responsáveis pelo aumento da marginalização dos segmentos mais vulneráveis da população, que têm seu acesso à terra e aos serviços essenciais de infraestrutura diminuídos, situação que contribui para a proliferação dos assentamentos precários e irregulares e das condições impróprias de moradia.

Para Oliveira (2003) de maneira geral, o processo de urbanização brasileira reflete, entre outros aspectos, a dificuldade de acesso ao solo urbano e sobretudo de incorporação de parcelas da população, que passaram a habitar o espaço urbano de maneira precária, pois

as classes mais expostas a esses fenômenos são as menos favorecidas, cuja distribuição espacial está ligada a desvalorização do espaço. Não é todos que tem possibilidade de adquirir terreno para um padrão de vida aceitável, em área com coleta de lixo, água encanada, saneamento básico entre outros serviços básicos. A questão é que estes pressupostos valorizam a terra e conseqüentemente eleva os preços das moradias (OLIVEIRA, 2003, p. 33).

Para ter uma moradia descente é necessário, em grande parte das vezes, ter que pagar por ela, o que se torna uma dificuldade para os indivíduos. Sposito (1989) concebe que a troca desigual se apoia no fato de que os trabalhadores de todo o mundo capitalista recebem salários diferentes para produzir riquezas de mesmo valor.

Soares (2011) afirma que a desigualdade socioespacial demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. Expressa a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência. Segundo a mesma autora, é visível, até para os olhares desatentos, o contraste entre áreas ricas e áreas pobres. Porém, a compreensão das conseqüências das crises, as contradições e os conflitos não são entendidos facilmente. É complexa a relação entre produção e consumo do espaço.

Há processos estruturais que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social (IANNI, 1997). Dentre esses processos, podem ser lembrados, o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo, na cidade e no campo, que provoca os mais diversos movimentos de trabalhadores, compreendendo indivíduos, famílias, grupos e amplos contingentes; as migrações internas atravessam os campos, as cidades, as regiões e as nações; trabalhadores que se movimentam em busca de terra, trabalho, condições de vida, garantias e direitos; A industrialização e a urbanização expandem-se de modo contínuo, por fluxos e refluxos, ou surtos. Assim como ocorre a metropolização dos maiores centros urbano-industriais, também ocorre a abertura e reabertura das fronteiras.

1.2. Para uma concepção ampliada sobre urbanização: A cidade e a construção do espaço urbano

Carlos (2008) e Sposito (1989) concebem que a cidade nasce num determinado momento da humanidade e se constitui ao longo de um processo histórico, assumindo formas e conteúdos diversos. As cidades existem desde os tempos antigos, contudo, nem sempre tiveram o tamanho e a importância que têm hoje, pois a cidade atual é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais históricas, engendradas pelas relações sociais.

Para compreendermos a formação do espaço urbano se faz necessário entender a relação histórica e espacial que este possui com a cidade. Sposito (1998) salienta que a urbanização como processo, e a cidade, como forma concretizada deste processo, marcam tão profundamente a civilização contemporânea, que é muitas vezes difícil pensar que em algum período da história as cidades não existiram, ou não tiveram um papel importante.

Nascimento (2011) afirma que os conceitos de cidade e urbano apesar de distintos têm uma relação indissociável, já que em sua gênese o tecido urbano emerge no seio da dinâmica socioespacial das cidades. Santos (1994) também vislumbra uma distinção clara entre urbano e cidade e esclarece essa distinção afirmando que o urbano é frequentemente o abstrato, o geral, o externo; e a cidade é o particular, o concreto, o interno. Lefebvre (2001), por sua vez, afirma que ao contrário da cidade, o espaço denominado urbano, não se refere a uma materialidade física, mas sim a um conjunto de manifestações do predomínio das atividades econômicas, processos sociais e costumes da cidade sobre o campo⁸.

Lefebvre (2001) situa que existiu a cidade oriental (ligada ao modo de produção asiático), a cidade arcaica (grega ou romana, ligada à posse dos escravos), depois a cidade medieval (numa situação complexa: inserida em relações feudais, mas em luta contra a feudalidade da terra). Contudo, segundo Sposito (1989), para haver a evolução das cidades, ao longo dos séculos, foi preciso alguns fatores, tais como a fixação do homem à terra, o desenvolvimento da agricultura, a criação de animais e principalmente a complexidade da organização social concretizada com a divisão do trabalho. Ou seja:

⁸ Souza (1999) esclarece que o urbano é a expressão espacial do modo de produção: é mundial, abstrato. O mundo capitalista é urbano. Indo mais além, o mundo hoje é urbano. Já a cidade é o concreto, onde vivem os cidadãos: é o material, o conjunto de infraestruturas, dos equipamentos, enfim, de toda a materialidade que permite a vida coletiva de um conjunto cada vez maior de cidadãos coabitando.

A divisão social do trabalho, ocorreu da seguinte maneira: em primeiro lugar, o desenvolvimento na seleção de sementes e no cultivo agrícola foi, com o correr do tempo, permitindo que o agricultor produzisse mais que o necessário para sua manutenção. Começou a haver um excedente alimentar. Isto permitiu a alguns homens livrarem-se das atividades primárias que garantiam a subsistência, passando a se dedicar a outras atividades. A produção do excedente alimentar é, portanto, condição necessária – embora não seja a única – para que efetivamente se dê uma divisão social do trabalho, que por sua vez abre a possibilidade de se originarem cidades (SPOSITO, 1989, p. 15).

Para Marx e Engels (1984) a cidade é a realidade da concentração da população, dos instrumentos da produção, do capital, dos prazeres, das necessidades, ao passo que o campo evidencia exatamente o fato oposto: o isolamento e a separação, onde a oposição entre a cidade e o campo só pode existir nos quadros da propriedade privada. Assim, ainda segundo os teóricos, a separação campo/cidade é tida como a separação entre o capital e a propriedade da terra, como o começo de uma existência e de um desenvolvimento do capital independente da propriedade da terra, como o começo de uma propriedade que tem por base somente o trabalho e a troca.

Era preciso que se criassem também instituições sociais e uma relação de dominação e de exploração que assegurasse a transferência do mais- produto do campo à cidade. Isso significa entender que a existência da cidade pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo de produção e de distribuição, ou seja, uma sociedade de classes⁹, pois de outro modo, a transferência de mais produto não seria possível. Uma sociedade igualitária, em que todos participam do mesmo modo na produção e na apropriação do produto, pode, na verdade, produzir um excedente, mas não haveria como fazer com que uma parte da sociedade apenas se dedicasse à sua produção, para que outra parte dele se apropriasse (SPOSITO, 1989).

Diverge-se de análises que tentam explicar o surgimento da cidade pelo viés econômico somente pelo fato dela ter surgido em volta do mercado. Compartilhamos da explicação de Lefebvre (2001) de que a cidade na sua origem não é por excelência o lugar da produção, mas o da dominação. Esse autor enfatiza a necessidade de se pensar a cidade como um espaço contínuo, que passa por diversas fases e transformações, mas que constitui sempre a centralidade de uma organização social. Para o autor se poderia partir de uma análise, inicialmente, de uma cidade política, que se configuraria como um espaço não produtivo, mas que mantinha o poder e o domínio sobre o campo. Nesse sentido, a cidade passa a ser marcada pela imposição da produção e do valor no seu espaço.

⁹ Segundo Marx (1867), em qualquer sociedade, encontramos um sistema de classes, ou seja, um sistema onde há um grupo dominante e um grupo dominado.

Para Nascimento (2011), na cidade mercantil predomina o comércio e ocorre a formação de uma classe burguesa, e a cidade industrial passa a ser aquela marcada pela entrada da produção no seio do espaço da cidade, com a presença da classe trabalhadora, do proletário¹⁰. Nesse contexto, a cidade se transforma num produto da industrialização, promovendo a expansão de um tecido socioespacial denominado urbano, revelador de intensos contrastes socioeconômicos.

A constituição do urbano, conforme Carlos (2008) aos poucos penetra todos os espaços, modifica-os e os reúne em torno de uma mesma estratégia, aquela da reprodução da sociedade capitalista, gerando novos conflitos e propondo outro projeto de sociedade. De acordo com a autora pode-se afirmar que o conteúdo do urbano é a complexidade e o aumento das relações de todos os tipos, como condição, meio e produto da reprodução da sociedade – dimensão em que elementos novos redefinem os conteúdos da urbanização ao mesmo tempo em que se depara com o aprofundamento de novas contradições, sem que as antigas sejam definitivamente superadas.

Segundo Corrêa (1995) o espaço urbano é um produto da sociedade que emerge no seio da cidade capitalista, quando nestas começam a se desenvolver as indústrias, e se prolifera para além de seus limites iniciais. Para esse autor, o urbano não se restringe apenas a uma materialização concreta de um modelo de produção vigente, ele é marcado, sobretudo, por valores, expectativas, modo de pensar e estilo de vida da população da cidade sobre a do campo.

A expansão desse tecido domina e absorve o campo, construindo uma sociedade, denominada sociedade urbana¹¹. Sem possibilidade de contestação, de acordo com Lefebvre (2001) o processo de industrialização é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade. A industrialização caracteriza a sociedade moderna.

Assim, para apresentar e expor a problemática urbana, impõe-se a industrialização como ponto de partida. Como indica Sposito (1989) a industrialização dá o "tom" da urbanização contemporânea. Embora historicamente tenha resultado dos avanços técnicos necessários ao desenvolvimento do capitalismo, a industrialização marca predominantemente as relações entre a sociedade e a natureza, e a forma dominante de produção até mesmo nos países socialistas.

¹⁰ Para Marx, proletário é sinônimo de operário, o trabalhador que vende sua força de trabalho e não possui os meios de produção.

¹¹ Para Lefebvre (2001) utiliza-se o termo “sociedade urbana”, à sociedade que nasce com a industrialização.

O processo de urbanização está estritamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo e ocorre de forma simultânea ao processo de consecução das transformações que marcam a trajetória desse sistema, desde a sua fase concorrencial, até a atual fase do capitalismo financeiro. A urbanização desenvolvida com o advento do capitalismo aparece na Europa como fato moderno logo depois da Revolução Industrial, mas recentemente, e paralelamente à modernização, ela se generaliza nos países periféricos, por isso, costuma-se associar a ideia de urbanização à industrialização.

Contudo, como afirma Lefebvre (2008/2011) o processo de urbanização não resulta exclusivamente do processo de industrialização, devido ao fato de que quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia especificamente industrial, a cidade já tem uma poderosa realidade. Assim,

(...) Se distinguirmos o indutor e o induzido, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana, sem omitir crescente importância dos lazeres e das questões relativas a “cultura”. (...). Ainda que a urbanização e a problemática do urbano figurem entre os efeitos induzidos e não entre as causas ou razões indutoras, as preocupações que essas palavras indicam se acentuam de tal modo que se pode definir como sociedade urbana a realidade social que nasce a nossa volta (LEFEBVRE, 2011, p.11).

Desse modo, Lefebvre (2001) questiona interpretações que identificam a cidade como um produto próprio e específico do capitalismo; ou seja, explica que o processo de urbanização não resulta exclusivamente do processo de industrialização. Retoma, assim, a assertiva de que “a industrialização fornece o ponto de partida da reflexão sobre a nossa época”, mas acrescenta que “a cidade preexiste à industrialização”, e lembra que houve a cidade oriental, a cidade arcaica e a cidade medieval, oriundas dos modos de produção asiático, escravista e feudal, respectivamente, como já explicitado.

Portanto, decorre dos ensinamentos de Lefebvre (2008) que a problemática urbana não pode ser perfeitamente apreendida se for considerada como subproduto da industrialização. Se a considerarmos dessa forma reduziremos o urbano ao urbanismo e ao fazê-lo, submeteremos a realidade urbana a uma racionalidade industrial e às exigências do mundo supostamente lógico e sem contradições.

Ainda segundo Lefebvre (2001) existe historicamente um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial, onde este processo dialético, longe de estar elucidado e terminado, provocou situações problemáticas. Houve um intenso crescimento populacional impulsionado pelo processo migratório e o número de pessoas que passou a

viver nas cidades foi sendo cada vez mais expressivo, ocasionando a transformação do espaço citadino.

Deák e Schiffer (2015) corroboram ao afirmar que os trabalhadores desprovidos de seus meios de subsistência afluíam às cidades, onde se tornariam assalariados na produção e circulação de mercadorias. Os mesmos autores, parafraseando Marx explicitam que a urbanização é o crescimento do proletariado. Para Beserra e Teixeira (2016) as cidades passam a se constituírem centros de atração, em parte devido à possibilidade de emprego e acesso à tecnologia e serviços sociais, e produzem também um efeito atrativo da esfera da cultura.

O processo migratório não pode ser visto apenas como responsável pelo aumento populacional, mas também como responsável pela mudança do papel e da estrutura das cidades. De acordo com Sposito (1989), a cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo. Lefebvre (2008, p. 15) aprofundando a análise sobre essa temática afirma que

as velhas cidades são agora: mercados, fontes de capitais disponíveis, locais onde esses capitais são gerados (bancos), residência dos dirigentes econômicos e políticos, reservas de mão-de-obra (isto é, locais onde se pode substituir “o exército de reserva do proletariado”, como diz Marx, que pesa sobre os salários e permite o crescimento da mais-valia), e apesar disso a cidade, tal como a fábrica, permite a concentração dos meios de produção num pequeno espaço: ferramentas, matéria-prima, mão-de-obra.

Portanto, a urbanização gerou um impacto não apenas na estrutura das cidades, mas também nos costumes e modos de vida da sociedade. Negri (2010) afirma que uma vez humanizados, esses espaços refletirão na sua arquitetura e na sua organização o padrão de desenvolvimento da complexidade das relações sociais. De acordo com Silva e Macêdo (2009) ao mesmo tempo, na medida em que essas populações se deslocavam das áreas rurais para as áreas urbanas, observava-se o inchamento das cidades e o crescimento das desigualdades e da pobreza urbana. As cidades sofreram muitas transformações, pois, o rápido crescimento populacional gerava a procura cada vez maior por espaço.

A expansão capitalista provoca os movimentos migratórios do campo para a cidade e a intensificação do fluxo migratório para os centros urbanos, além do aumento da mão-de-obra, favorece o aumento do consumo dos produtos industriais, elevando a taxa de crescimento industrial e, por conseguinte, proporcionando o aumento dos estabelecimentos industriais, bem como uma significativa reorientação da política econômica e social.

A crescente aglomeração da população urbana, como resultado do modo particular de desenvolvimento da sociedade capitalista, no que se refere à produção do espaço urbano, desencadeia, de um lado, a produção de áreas urbanas supervalorizadas e, de outro, a produção de espaços menos valorizados, para onde se deslocam as camadas de menor poder aquisitivo e onde os investimentos públicos e privados não respondem às reais necessidades dessas populações, especialmente no que refere aos investimentos de infraestrutura urbana e de serviços de consumo coletivo. É importante ressaltar que a partir daí observa-se vários problemas de ordem social, econômica e política, dentre eles, destacam-se: pobreza, miséria, violência, degradação ambiental e social, exclusão, desemprego, falta de moradia, favelização, periferização, segregação, insuficiência de transporte adequado, dentre outros.¹²

1.3. Crescimento populacional e urbanização no Brasil

Os motivos para o declínio da população rural e para a urbanização, no Brasil, são bastante conhecidos, dentre eles, entre as décadas de 1950 e 1970, está especialmente a busca por emprego e por melhores condições de vida, além da mecanização e das péssimas condições de trabalho no campo, que forçaram muitos brasileiros a deixarem suas terras de origem em direção às grandes cidades que passavam por um intenso processo de industrialização. Foi nesse período que se passou a observar, no Brasil, o fenômeno da urbanização, isto é, a diminuição da população rural e proporcionalmente, o crescimento da população urbana (GOBBI, 2015).

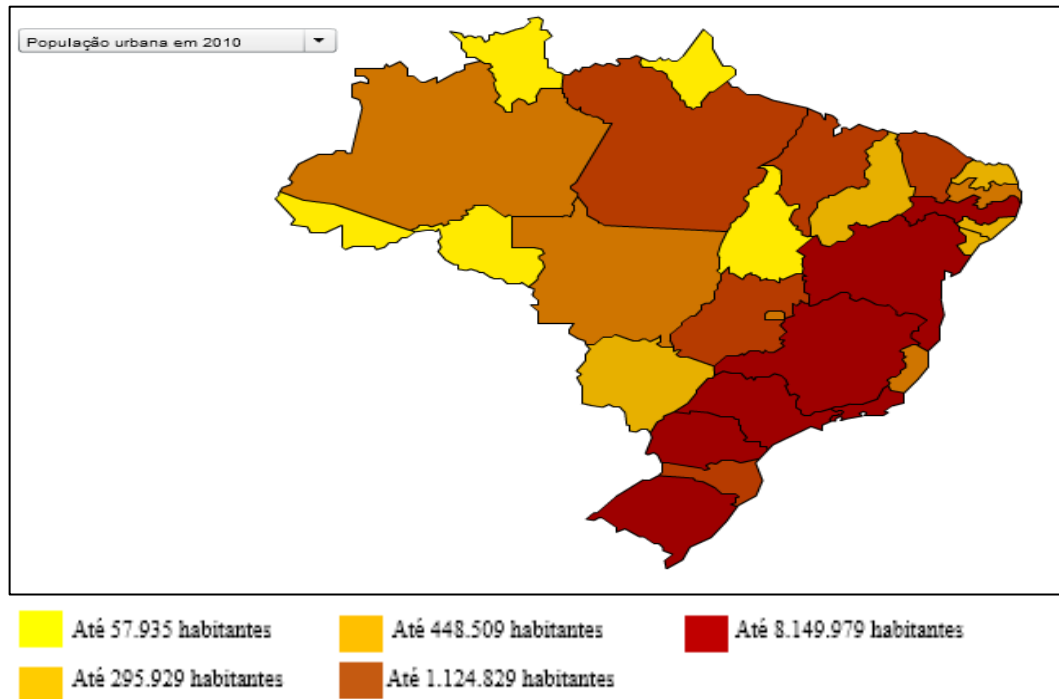
Segundo Deák e Schiffer (2015) em pouco mais de uma geração a partir dos meados do século XX, o Brasil se transformou de um país predominantemente agrário em um país virtualmente urbanizado.

De acordo com Maricato (2001) o crescimento das cidades brasileiras se dá de forma acelerada e desordenada, sendo que, de 1940 a 2010, a população urbana passou de 31% para 84%, representando um dos processos de urbanização mais intensos ocorridos no mundo. Esse deslocamento da população rural para as cidades vai abastecer os centros urbanos com mão-de-obra para o processo de industrialização, no entanto, essa modernização se dá à custa da força de trabalho barata, ignorada pelas políticas públicas. As figuras 1 e 2 mostram o

¹² Contudo, conforme Ianni (1997), não se pode atribuir essas mudanças exclusivamente à atividade industrial, recomendando que atenção especial seja dada à relação campo-cidade nesse período, particularmente ao êxodo rural, que contribuiu para a inchaço das cidades e suas implicações na caracterização da sociedade burguesa.

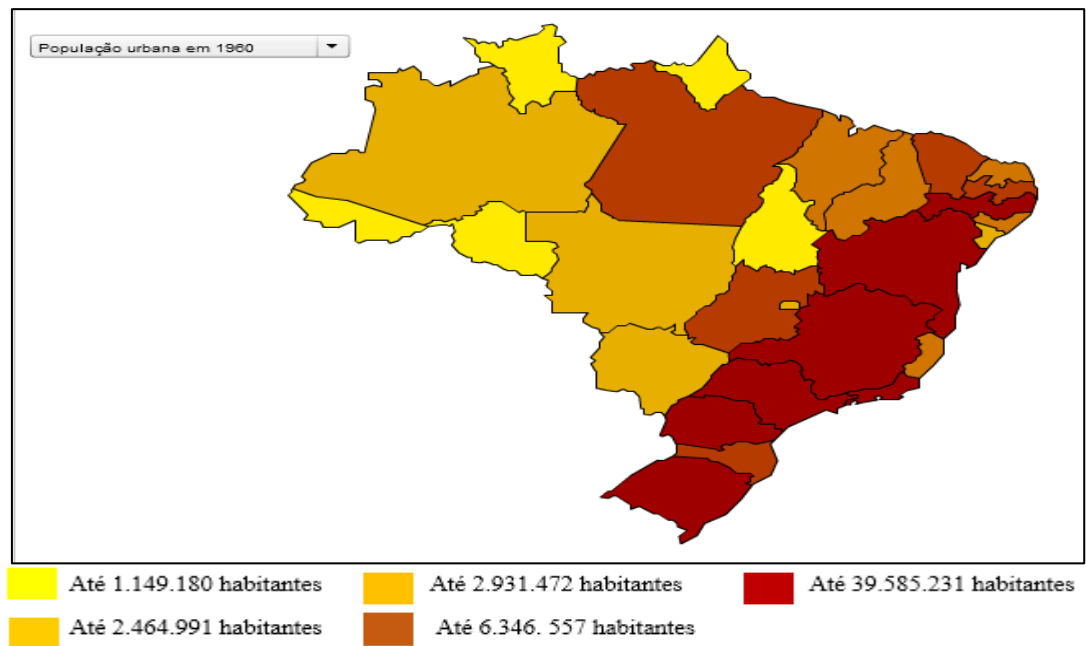
crescimento da população urbana no Brasil por região, fazendo-se uma comparação do crescimento populacional entre os números em 1960 e 2010.

Figura 1: Quantidade de habitantes por Estado no Brasil em 1960.



Fonte: IBGE, 2017.

Figura 2: Quantidade de habitantes por Estado no Brasil em 2010.



Fonte: IBGE, 2017.

Beserra e Teixeira (2016) salientam que as transformações econômicas ocorridas no Brasil foram impulsionadas pela burguesia cafeeira que a partir do acúmulo de capital oriundos dos investimentos em exportações puderam gerar capital industrial, propiciando as condições necessárias às transformações internas no país. A economia do Brasil se expandiu aceleradamente desde os anos de 1930, e, principalmente a partir de 1950, o poder público, instituições privadas e estrangeiras apostam na diversificação da economia, investindo recursos em transportes, energia, comunicações, petróleo, infraestrutura urbana, entre outros, para fornecer condições objetivas ao processo de industrialização e à urbanização das cidades estratégicas para esse projeto.

Como consequência desse processo, a economia brasileira cresceu quatorze vezes entre 1940 a 1980, com repercussão expressiva sobre a relação das classes sociais e o padrão de desigualdade social.

Beserra e Teixeira (2016) salientam que em 1950 tinha-se uma população de 33 milhões de habitantes no campo, com 19 milhões de habitantes nas cidades, ao passo que hoje tem a mesma população no “campo” – agora diminuindo – e a população urbana sextuplicou para mais de 120 milhões. Maricato (2001, p. 16) afirma que:

Em 1940, a população urbana era de 26,3% do total. Em 2000 ela é de 81% do total. Esse crescimento se mostra mais impressionante ainda se lembrarmos os números absolutos: 1940 a população que residia nas cidades era de 18,8 milhões de habitantes e em 2000 ela é de aproximadamente 138 milhões.

Segundo Deák e Schiffer (2015, p.12) rapidez e intensidade tem caracterizado o processo de urbanização desde os seus primórdios. Mas se o ritmo de urbanização já era explosivo desde o século passado, foi a partir do segundo quartel deste século que a escala alcançada pela urbanização começou a provocar iniciativas por parte do Estado e modificações na administração pública.

O Brasil até o final do século XIX apresentava menos de 30% de sua população nas cidades e somente nas primeiras décadas do século XX, por volta de 1930, o país inicia o processo de urbanização, quando a burguesia industrial assume a hegemonia política e o Estado passa a investir em infraestrutura para apoiar o desenvolvimento da indústria. A partir de 1940, todas as regiões brasileiras apresentavam altas taxas de urbanização, mas a população rural ainda não decrescia em termos absolutos (CALDAS, 2015).

O presidente Juscelino Kubitschek deu impulso definitivo ao processo de urbanização brasileira. O Brasil atraiu e apoiou investimentos estrangeiros na indústria, investiu em infraestrutura, especialmente rodoviária, e construiu Brasília, incentivando o

processo de interiorização do país, dentre outras iniciativas. Em 1960, a urbanização no Brasil já avançava do litoral para o interior de seu território, mas os investimentos industriais permaneceram concentrados no eixo Rio - São Paulo, que reunia também a maior parte das condições gerais de produção, incluindo a força de trabalho atraída pelas oportunidades de emprego.

De acordo com Deák e Schiffer (2015, p.12) os planos urbanísticos e a atividade de planejamento no Brasil chegavam ao seu auge na década de 1960 e início da de 1970. Afirmam os autores que os planos urbanísticos recebiam, nessa época, um duplo estímulo: no plano das ideias, a produção efervescente da reconstrução pós-guerra, principalmente na Europa; e no plano material, o reconhecimento governamental de que o processo de rápida urbanização em curso, que alcançava todo o Brasil, era definitivamente uma das transformações fundamentais da sociedade brasileira e requeria intervenção estatal, consagrando precisamente o que se denominou planejamento urbano. Pode-se dizer, ainda, que

nos países da América Latina, em especial no Brasil, nos anos de 1960 e 1970, a vulnerabilidade social¹³ do meio urbano, concomitante ao enorme fluxo migratório provocado pela industrialização, foi inicialmente interpretada como excedente da força de trabalho ou população marginal. Entretanto, o excedente populacional constituía um exército industrial de reserva, e que sua concentração no terciário era parte do modo de acumulação urbano e resultado normal do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil (CALDAS, 2015, p. 30).

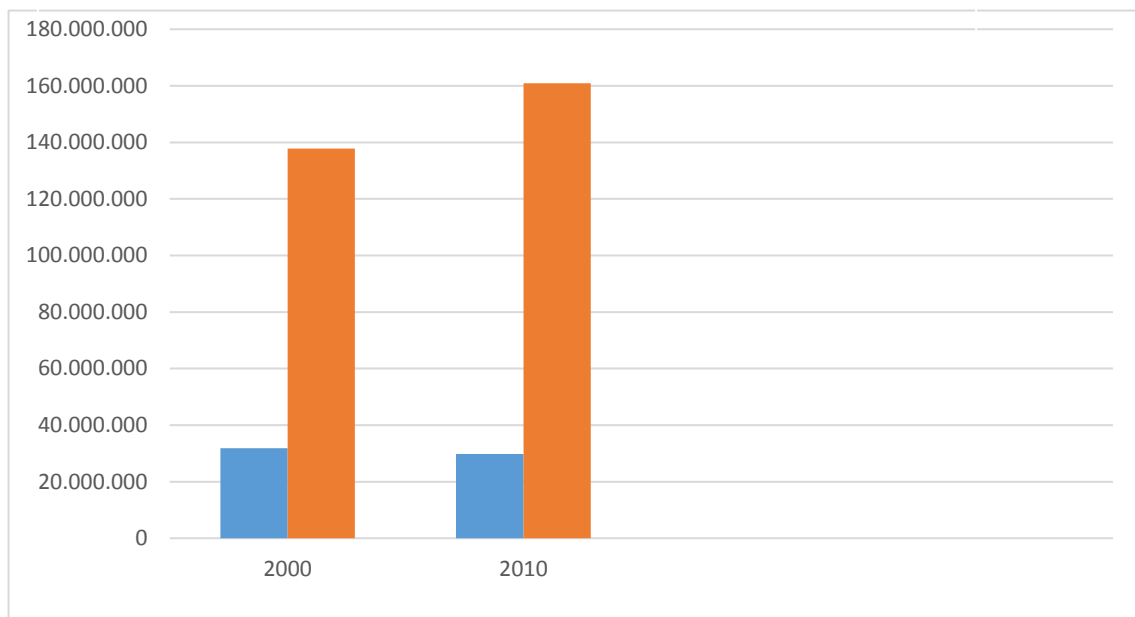
Sobre a década de 1970 acrescenta-se, ainda, como pontua Caldas (2015), que se seguiu um longo período de estagnação que coincidiu com a crise da dívida externa e marcou o fim do Estado ditatorial e início do período neoliberal, período que ficou conhecido como década perdida¹⁴. Porém, conforme a autora, mesmo com a queda do crescimento, o enorme contingente populacional não retornou ao campo. Gobbi (2015) afirma que a partir de 1970, mais da metade dos brasileiros já se encontrava em áreas urbanas, cuja oferta de emprego e de serviços, como saúde, educação e transporte, eram maiores. Em 60 anos, a população rural aumentou cerca de 12%, enquanto que a população urbana passou de 13 milhões de habitantes para 138 milhões, um aumento de mais de 1.000%.

¹³ Vulnerabilidade social, entendida como o conceito que caracteriza a condição dos grupos de indivíduos que estão à margem da sociedade.

¹⁴ Maricato (2002, p. 22) classifica as décadas de 1980 e 1990 como “décadas perdidas”. Os anos oitenta, principalmente pelo declínio econômico e os anos noventa pelo impacto social do desemprego, crescimento econômico errático, dentre outras variáveis.

A proporção da urbanização, ainda que de forma desigual, aumentou em todas as regiões brasileiras, e, de acordo com dados do IBGE, desde o Censo Demográfico dos anos 2000, mais de 80% da população do país vive em áreas urbanas. No último censo demográfico de 2010, a população urbana do Brasil passou de 137.755.550 nos anos 2000, para 160.925.792 em 2010. E a população rural de 31.835.143 para 29.830.007 em 2010. Conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1: População urbana x população rural no Brasil entre os anos 2000 e 2010



Fonte: IBGE, 2017







O autor supramencionado concebe que o processo de urbanização, no Brasil, inicialmente foi bastante centralizado na região Sudeste com 90% da população residindo em áreas urbanas. Já o Nordeste, segundo o mesmo autor, é a região menos urbanizada do Brasil e isso ocorre porque, de certa forma, nessa região, ainda permanecem estruturas agrárias mais tradicionais que demandam mão-de-obra no campo. Além disso, a própria urbanização do Sudeste explica a menor urbanização daquela região. Em outras palavras, as capitais nordestinas, ao longo as décadas de 1950 e 1970, não foram capazes de absorver a população da região, que optava por migrar para outras regiões.

A região Sul, como indica Gobbi (2015), apresentava a segunda maior taxa de urbanização do Brasil; entretanto, impulsionada pela construção de Brasília e pelos intensos fluxos migratórios para a região, desde 1970, o Centro-Oeste tornou-se a segunda região brasileira mais urbanizada e além da construção de Brasília, curiosamente, o desenvolvimento das atividades ligadas ao agronegócio também foi responsável pela urbanização do Centro-Oeste. Gobbi (2015) acrescenta que a urbanização da região Sul foi mais lenta, em

comparação à região Sudeste, devido à organização familiar das atividades agropecuárias. Somente a partir da década de 1970, com a expansão da mecanização e o crescimento da importância das atividades industriais e comerciais nas cidades é que o êxodo rural se tornou mais intenso e a urbanização se acelerou.

No que tange a região Norte, pode-se dizer, com base em Gobbi (2015), que até a década de 1950, era a segunda região com maior percentual da população residindo em áreas urbanas, as poucas pessoas que habitavam a região, até então, estavam concentradas nas capitais ou em pequenas aglomerações, uma vez que a presença da floresta densa e da extensa rede hidrográfica dificultavam a ocupação humana, fazendo com que se constituíssem vazios demográficos na região. Com a criação dos projetos de ocupação e desenvolvimento da região, na segunda metade do século 20 (como a criação da ZFM), o Norte apresentou um relativo crescimento populacional e presenciou uma intensificação desse processo. Os dados relativos ao crescimento populacional brasileiro podem ser vistos no gráfico que se segue.

Figura 3: Crescimento populacional urbano x rural das regiões de 1960 a 2010

Região	Grandes Regiões e Unidades da Federação	1960 ¹		1970 ¹		1980 ¹		1991 ²		2000 ²		2010 ²	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
	BRASIL	32.004.817	38.987.526	52.904.744	41.603.839	82.013.375	39.137.198	110.875.826	36.041.633	137.755.550	31.835.143	160.925.792	29.830.007
	Região Norte	1.041.213	1.888.792	1.784.223	2.404.090	3.398.897	3.368.352	5.931.567	4.325.699	9.002.962	3.890.599	11.664.509	4.199.945
	Região Nordeste	7.680.681	14.748.192	11.980.937	16.694.173	17.959.640	17.459.516	25.753.355	16.716.870	32.929.318	14.763.935	38.821.246	14.260.704
	Região Sudeste	17.818.649	13.244.329	29.347.170	10.984.799	43.550.664	9.029.863	55.149.437	7.511.263	65.441.516	6.855.835	74.696.178	5.668.232
	Região Sul	4.469.103	7.423.004	7.434.196	9.249.355	12.153.971	7.226.155	16.392.710	5.724.316	20.306.542	4.783.241	23.260.896	4.125.995
	Região Centro-Oeste	995.171	1.683.209	2.358.218	2.271.422	4.950.203	2.053.312	7.648.757	1.763.485	10.075.212	1.541.533	12.482.963	1.575.131

Fonte: IBGE, 2017.

Deák e Schiffer (2015) sustentam que se os dias do auge do planejamento urbano atestavam que o fato da urbanização era evidente, a causa pela qual se urbanizava, era tudo, menos óbvia. Falava-se em atração para as cidades pela variedade de oportunidades de vida que ofereciam e quando a atração da cidade foi substituída pela repulsão do campo, chegava-se mais próximo da essência do processo, sem ainda expressá-la, contudo, com clareza conceitual. Para os mesmos autores, trata-se de um gigantesco movimento de construção da cidade, necessário para o assentamento dessa população bem como de suas necessidades. Ainda que o rumo tomado pelo crescimento urbano não tenha respondido satisfatoriamente a

todas essas necessidades, o território foi ocupado e foram construídas as condições para viver nesse espaço. Condições muitas das vezes precárias.

Maricato (2014) salienta que repelidos do campo e excluídos do acesso à terra urbanizada ou a moradia formal, a população migrante – e em alguns casos imigrantes – se amontoa em favelas sem água, esgoto, transporte, emprego escolas e hospitais. Sem qualquer alternativa, grande parte da população urbana ocupa terra para morar sem as mínimas condições. Ainda segundo Maricato (2014) terras essas que não interessam ao mercado imobiliário. A autora supramencionada afirma ainda que, no Brasil, nona economia mundial, a questão da terra continua a se situar no centro do conflito social, pois ela alimenta profunda desigualdade. A dificuldade de acesso é um fator que agrava o crescimento de favelas e de loteamentos ilegais nas periferias das cidades.

As cidades brasileiras, em especial as mais industrializadas, foram expandidas consolidando o quadro de vulnerabilidade social que configura o capitalismo tardio. Desigualdade na distribuição dos serviços básicos de uso coletivo entre as regiões mais centrais e as periféricas; ocupação pela população de baixa renda das encostas, das áreas de risco e de interesse ambiental (ignoradas pelo mercado imobiliário em função de suas restrições legais à ocupação); precariedade da habitação popular e impossibilidade de acesso ao mercado formal de moradias pelos trabalhadores são algumas das características do nosso modelo de urbanização comandado pelos interesses do mercado imobiliário.

No Brasil, essa população excluída era expulsa para as franjas da cidade. Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e especialmente Manaus, são cidades que passaram por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial. De acordo com Harvey (2006), para o entendimento da produção do espaço, sobretudo do espaço urbano, deve-se levar em consideração, o monopólio de uma classe, o que exclui principalmente os pobres da propriedade fundiária.

1.4. O processo de urbanização de Manaus e o fenômeno da periferização

Dialeticamente, a cidade gera as imagens que orientam o seu contínuo processo de construção. Da cidade nascem às instituições e tradições que constroem e definem os espaços, que por sua vez, impregnam de significados as imagens, e estas representações visuais assumem um estatuto de bula, no sentido de orientar a construção da cidade idealizada. Assim, de acordo com Mesquita (2009), a ideia de cidade pensada para Manaus foi guiada

pelo ideário da modernização capitalista. Manaus foi planejada e construída para atender a uma demanda do capital internacional (como veremos mais à frente), e foi em meio a essas iniciativas que a cidade apresentou um impulso significativo para o seu processo de urbanização.

A capital amazonense passou por grandes ciclos econômicos, sendo exatamente nos períodos de expansão que Manaus apresentará fortes impulsos em seu processo de urbanização.

1.4.1. Glamour e segregação em Manaus: O ciclo da borracha

O interesse pelas especiarias foi o que motivou, nos séculos XVI e XVII, a exploração da região amazônica. De acordo com Lima et. al (2011) a Amazônia colonial até então quase inexplorada, mostrou-se rica em raízes, sementes, frutas e plantas com finalidades medicinais, cosméticas e culinárias, conhecidas como as “*drogas do sertão*”. A extração era realizada utilizando-se da mão de obra indígena disponível, que também era explorada no garimpo, e esta utilização prejudicou a forma pela qual estes indivíduos realizavam as atividades agrícolas milenares indígenas.

Os indígenas que aqui viviam e que constituíram a maior parte da classe trabalhadora foram profundamente impactados pela implantação desse ideário. A relação que os índios tinham com o trabalho era outra, a do valor de uso¹⁵, pois eles ainda não eram dominados pela nova racionalidade econômica de produção. A esse respeito esclarece Dias (2007, p. 32):

Durante muito tempo grande parte da população de Manaus foi formada por índios que representavam o maior contingente de trabalhadores, dedicando-se à navegação, agricultura, coleta de drogas e serviços domésticos (...). Embora os índios constituíssem a maior parte da classe trabalhadora, isso não significa que exercessem as atividades impostas sem sofrer com as alterações provocadas com a vida na cidade. Na verdade, as reações contra a ruptura de seu modo de vida se manifestam sob as mais diferentes formas de comportamento, sendo uma das mais frequentes o abandono das atividades, sem ao menos se importarem em receber os salários vencidos.

A história econômica da Amazônia inicia-se com a coleta das drogas do sertão (canela, cacau do mato, cravo, baunilha, guaraná, castanha, pimenta, urucum), extraídas da floresta pelos indígenas sob a supervisão dos europeus responsáveis pela exportação das mesmas. Uma atividade com finalidade comercial, inicialmente adversa à prática da

¹⁵ Cabe explicitar que o conceito de valor de uso aqui adotado é com base na tradição marxista, como sendo o que se refere a utilidade ou propriedade material que um produto possui para satisfazer as necessidades humanas. O valor de troca, por sua vez, seria uma relação quantitativa de troca de valores de usos diferentes que abstrai esses valores (MARX E ENGELS, 1946).

agricultura de subsistência comum entre os indígenas habitantes da Amazônia nos séculos XVII e XVIII (BARBOSA, 2012).

Garrido (2011) caracteriza que o ciclo das drogas do sertão representou a euforia da corrida às novas ervas nobres descobertas na imensa floresta tropical, a transformação da região num potencial polo produtor dessas ervas e a possibilidade de implantação do primeiro modelo agrícola de nível internacional no Novo Mundo. O interesse pelas especiarias foi o que motivou, inicialmente a exploração da região amazônica.

Lima et. al (2011) acrescentam, ainda, que ao mesmo tempo em que as missões jesuítas e os bandeirantes possibilitaram a exploração econômica da região, os mesmos foram responsáveis pela ocupação e povoação da mesma pelos colonizadores, pois estes sentiam-se inseguros diante da ameaça espanhola, assim como de outros invasores. Dessa forma, segundo os autores, é incerto o motivo que levou a ocupação da área onde se localiza Manaus, a dúvida recai sobre esses dois aspectos: o político ou o econômico, ou ambos. Quanto ao primeiro, o autor explica que diz respeito à exploração dos domínios para combater inimigos da Coroa; o segundo, se refere ao resgate dos nativos (índios) pelas missões religiosas e, é claro, também, a busca às drogas do sertão.

Com o Forte São José da Barra, ainda segundo Lima et. Al (2011, p. 44), se constitui a primeira fase da evolução de Manaus. Lima et. Al (2011, p. 44) ressaltam que a capital do Amazonas era uma vila igual a todas da Amazônia, seu índice demográfico era baixo em relação à sua dimensão geográfica, formada em sua maioria por indígenas. De aldeia até tornar-se cidade, Manaus se desfez de lugar hostil, ermo e pacato (com poucas casas, ruas, praças e igrejas em precárias condições) a lugar mais aprazível e com “ar de cultura mais expansiva”, com melhores construções - umas erguidas e construídas sobre o que já existia (como o teatro, a biblioteca, a cadeia, etc.). O desenvolvimento de Manaus da sua origem (aldeia) até sua configuração como cidade gira em torno das questões políticas e econômicas que perpassava o país (LIMA ET. AL, 2011, p. 44).

Esse ciclo foi de grande importância para a ocupação da cidade, contudo, por volta de 1890 é que a cidade sofre o primeiro grande surto de urbanização (DIAS, 2007). Antes do apogeu da borracha, Manaus era uma cidade onde conviviam pessoas de diferentes classes sociais, etnias e cor, e tudo girava em torno do centro. A partir dos anos 1890 a capital do Amazonas começa a sofrer transformações e um surto de urbanização ocasionado pelo recebimento do intenso fluxo migratório consequência dos investimentos tidos pela acumulação do capital devido à economia do látex, uma vez que, como aborda Mesquita (2009, p. 231) a mão de obra na região era um problema:

Desde os primeiros anos da Província, a carência de mão-de-obra era uma das lamentações mais constantes nos relatórios dos administradores públicos, e desde aquela época investiu-se na propaganda para promover um fluxo migratório para a região.

Os administradores locais viram a necessidade de adequar a cidade a uma perspectiva de modernização. Segundo Dias (2007, p. 28) a ideia de modernidade, civilização e progresso para o Amazonas, na verdade, já tinha sido construída há algum tempo, pelos observadores que estiveram na região pelos anos cinquenta do século XIX. Para a autora, foi necessário urbanizar e adequar Manaus às novas exigências e com uma estrutura compatível com o ideal da modernidade, daí a necessidade de aterrar igarapés do centro para dar lugar as avenidas e ao alargamento de ruas. Diz a autora:

A modernidade em Manaus não só substituiu a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela tenha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega ao porto de lenha, com sua visão transformadora, arrasando o atrasado e feio, e construindo o moderno e belo (DIAS, 2007).

Conforme Mesquita (2009) esse conjunto de intervenções urbanas e arquitetônicas constituíram *La Belle Vitrine*, ou simplesmente a bela vitrine, a cidade de imagem embelezada e cujas inovações muitas vezes não passavam de artifícios que atraíam o interesse econômico para o espaço amazônico.

O mesmo autor explica que Eduardo Ribeiro¹⁶, transformou Manaus em poucos anos e durante a sua gestão foi criado o primeiro plano diretor urbano de Manaus, além da implantação do primeiro sistema de água e esgoto, sistema de telégrafo, bondes e iluminação elétrica, além do Teatro Amazonas, Palácio do governo, Palácio da Justiça e o Porto Flutuante todo construído em ferro importado da Inglaterra etc. É o período de uma austera política de aumento da cobrança e da arrecadação de impostos, bem como o período em que Manaus passou a ser conhecida como a "*Paris dos trópicos*".

Dias (2007) informa que a cidade enriqueceu e se tornou a mais importante cidade brasileira nessa época e uma das mais prósperas do mundo. O ciclo da borracha promoveu o desenvolvimento cultural no Amazonas, entre os anos de 1890 e 1914. O Teatro Amazonas inaugurado em 1896 é símbolo dessa opulência, com espetáculos de óperas, saraus e

¹⁶ Eduardo Gonçalves Ribeiro nasceu no Maranhão no dia 18 de setembro de 1862 e faleceu no dia 14 de outubro de 1900. Governou o Amazonas e suas principais realizações foram o início das obras do Teatro Amazonas, a construção do Reservatório do Mocó, da Ponte de Ferro da Rua 7 de Setembro, do Palácio de Justiça, dentre outras, transformando Manaus na conhecida "Paris dos Trópicos".

temporadas líricas anuais. A cidade cosmopolita precisava de um espaço para apresentações culturais que pudessem atender aos interesses dos forasteiros do Brasil e do estrangeiro. Assim, grandes óperas foram apresentadas no Teatro Amazonas para os "barões da borracha".

O Teatro Amazonas foi o mais importante monumento construído no final do século XIX. A obra começou em 1884 e foi inaugurada em 31 de dezembro de 1896, no apogeu do Ciclo da Borracha, no governo de Eduardo Ribeiro. Foram trazidos arquitetos, pintores, escultores e construtores da Europa para a execução da obra. Casas bancárias e suntuosos prédios públicos também foram construídos. (DIAS, 2007; MESQUITA, 2009). O Mercado Municipal Adolpho Lisboa, construído num belo prédio histórico, foi também herança da época do Ciclo da Borracha, bem como a Igreja de São Sebastião, a Igreja da Matriz, o prédio da Alfândega e o Palácio Rio Negro. Lima et. Al (2011) apontam que a implantação de infraestrutura na cidade era para poucos; os transportes e o saneamento, por exemplo, não atendiam à periferia. A Manaus dos teatros, cafés, era realmente para poucos.

O poder público privatizou o espaço urbano em nome da civilização, da modernidade e do crescimento econômico, e com isso a população pobre perdeu seu espaço no centro da cidade, como reflete Azevedo (2008, p. 12):

Retrata-se, neste processo, o desprezo pela cultura local e imposição de uma cultura supostamente superior, com a remoção dos obstáculos para dar lugar na selva a uma cidade 'digna' e sem os males dos trópicos para receber os 'civilizados', produzindo, assim, como excluídos os pobres, índios e caboclos.

A cidade com uma nova aparência, feita aos moldes das sociedades europeias, não era privilégio de todos, apenas a classe mais alta desfrutava da cidade moderna. Houve uma divisão da cidade e os menos favorecidos foram afastados do centro e excluídos da modernização, uma vez que estes não tinham acesso nem mesmo aos serviços básicos. Agravou-se a miséria e a desigualdade socioeconômica. Surgem regulamentações e proibições no tocante à construção de habitações e são criados confinamentos como asilos, hospitais e albergues para os excluídos.

De acordo com Dias (2007) essa Manaus da época demonstra claramente fortes aspectos de uma cidade emaranhada com o capitalismo em voga, pois produz um espaço repleto de conflitos, segregações e contradições. Para a autora, ao mesmo tempo em que evidencia a riqueza, uma cidade do poder, com uma minoria desfrutando das benfeitorias da

borracha, evidencia-se também um grupo à margem convivendo com as mazelas da exclusão, marcada pelas desigualdades sociais.¹⁷

Os problemas de infraestrutura ganharam importância no projeto de reformulação da imagem da cidade não somente por sua necessidade, mas, sobretudo, porque a sua solução se constituiria, convenientemente, num atrativo para o lugar. Foi feito um projeto para atrair investidores para a cidade, projetando uma imagem de cidade moderna e limpa, com medidas de embelezamento e iniciativas para afastar do centro os menos favorecidos.

Dias (2007) entende que Manaus não estava pronta para se tornar a capital mundial da borracha, pois a cidade apresentava uma estrutura precária com prédios arruinados e construídos fora dos padrões da modernidade, pontes e calçadas irregulares construídas de madeira, falta de saneamento, rede de esgoto e luz elétrica a gás, sistema de navegação ineficiente e um porto em péssimas condições, ou seja, a cidade precisava ser reconstruída, pois a mesma não apresentava a estrutura das ditas cidades modernas, a maioria das ruas eram irregulares, estreitas, onduladas e cortadas por igarapés.

Com o início do ciclo da borracha, Manaus adquire uma nova face, sofre mudanças tanto na sua aparência quanto no seu número populacional. São feitas as adequações e mudanças para torná-la uma cidade moderna. Essas adequações vão provocar tanto os impactos sociais como ambientais, a exemplo do aterramento de igarapés que eram grandes fornecedores de água e faziam parte da vida daquela população. Com o aterramento dos igarapés passa-se a ter a escassez de água, visto que a população aumentou e os reservatórios criados não eram suficientes para suprir as necessidades. Além disso, houve como evidencia Mesquita (2009, p. 214),

a instalação de serviços como iluminação pública através da eletricidade, o fornecimento de água potável, rede de esgoto, transporte coletivo através de bonds elétricos, além de uma rede telefônica eram fundamentais para a nova cidade. Eram símbolos que atribuíam ao lugar o status de centro civilizado.

Dias (2007) informa que se em 1852 a cidade de Manaus contava com uma população de 8.500 habitantes, em 1890 tem sua população ampliada para 50.300, sendo o processo migratório o principal responsável por este crescimento. Chegavam pessoas de diversas nacionalidades e os administradores públicos criavam cada vez mais propagandas para atrair a atenção, e com a chegada dos imigrantes, expandiam-se cada vez mais as atividades comerciais. Porém, essa Manaus foi criada para atender sobretudo àqueles que vinham para realizar negócios. Os trabalhadores da cidade e os não inseridos no processo

¹⁷Com base em Harvey (2014), pode-se dizer que a urbanização sempre foi algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que, os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer em poucas mãos.

produtivo viviam sob condições precárias, eram afastados de todos os benefícios da modernização, não tinham condições dignas de morar, trabalhar e viver. Nos termos da autora:

Em se tratando dos trabalhadores, e, para os marginalizados do processo produtivo, o poder público desenvolveu uma política de reclusão em ambientes afastados e fechados, tais como: penitenciárias, hospitais, asilos de mendigos, hospício e colônias agrícolas. As ações de iniciativa privada também colaboraram para manter a imagem da cidade isenta de perturbações (...) (DIAS, 2007, p. 44).

Como estratégia de controle, no que se refere também à habitação, o segmento pobre foi afastado da área central da cidade, visto que essa área era tida como lugar de negócios, essas pessoas ficaram proibidas de permanecer no local de moradia anterior, que era mais próximo do lazer, do local de trabalho e das áreas de abastecimento, como menciona Dias (2007), e quem desobedecesse sofria punições. Nesse contexto começam a surgir os cortiços, construções sem nenhuma estrutura, sem condições de higiene, iluminação precária e alugados a altos preços para quem quisesse permanecer morando na área central. Manaus, assim como outras cidades brasileiras passou a vivenciar

a falta de coleta de lixo, de rede de água e esgoto, as ruas estreitas para a circulação, a poluição de toda ordem, moradias apertadas, falta de espaço para o lazer, enfim, insalubridade e feiura eram problemas urbanos, na medida em que se manifestavam de forma acentuada nas cidades, palco de transformações econômicas, sociais e políticas. [...]. Esta desordem não pôde perdurar por muito tempo, porque começou a incomodar até mesmo os mais ricos. As áreas residenciais ricas afastaram-se do centro à procura de áreas mais limpas, e as famílias de maior poder aquisitivo passaram a construir suas casas distanciadas da linha da rua (SPOSITO, 1989, p. 58-59).

Barbosa (2012) explica que os países aliados ao Brasil apresentavam dificuldades para vencer os alemães durante a Segunda Guerra Mundial, porque as fontes de matérias-primas daqueles países encontravam-se na Europa e na Ásia sob o controle dos inimigos. Os Estados Unidos da América, um dos países aliados, perceberam a gravidade da escassez de borracha. A solução dos norte-americanos foi recorrer à produção da borracha das seringueiras amazônicas.

O esforço necessário para atingir esse objetivo e satisfazer as necessidades representava a atuação de 100.000 trabalhadores na coleta do látex na Amazônia para a produção de 90.000 toneladas de borracha. Na época, havia aproximadamente 35.000 seringueiros em atividade na região, cuja produção no período 1940-1941 foi entre 16.000 e 17.000 toneladas de borracha. Para transformar tal necessidade em prática, o Brasil e os Estados Unidos assinaram os Acordos de Washington, nos quais os norte-americanos se comprometeram em financiar a verdadeira operação da “batalha da borracha” (BARBOSA, 2012, p. 06).

De acordo com Barbosa (2012), o Brasil assumiu o compromisso de administrar a produção da borracha a ser exportada para os Estados Unidos. O recrutamento de trabalhadores brasileiros nordestinos que sofriam com a seca teve início. A autora esclarece

que o Governo Federal fazia promessas de melhores condições de vida àqueles que seguissem para a Amazônia com o objetivo de coletar o látex das seringueiras. Portanto, a demanda pela borracha indicava possibilidades de resolver a crise econômica da Amazônia, através dos Acordos de Washington.

Os trabalhadores levados da Região Nordeste ficaram conhecidos como os soldados da borracha. Como explica Neves (2011, p.2) “eram os primeiros soldados da borracha. Simples retirantes que se amontoavam com suas famílias por todo o Nordeste fugindo de uma seca que teimava em não se acabar (BARBOSA, 2012, p. 06).

Barbosa (2012) indica que o problema era a baixa capacidade de transporte das empresas de navegação dos rios amazônicos e a pouca disponibilidade de alojamento para os trabalhadores em trânsito. Mesmo com o fornecimento de passagens do navio, com a abertura de créditos especiais pelo governo brasileiro e com a promessa do governo americano de pagar U\$ 100 por cada novo trabalhador instalado no seringal as dificuldades eram imensas e pareciam intransponíveis. Isso só começou a ser solucionado em 1943 através do investimento maciço que os americanos fizeram no Serviço de Navegação e Administração dos Portos do Pará (SNAPP) e na construção de alojamentos espalhados ao longo do trajeto a ser percorrido pelos soldados da borracha (BARBOSA, 2012).

De acordo com Barbosa (2012) pode-se dizer que para intensificar ainda mais a transferência de trabalhadores para a Amazônia e aumentar significativamente sua produção de borracha os governos norte-americano e brasileiro encarregaram diversos órgãos na realização da “Batalha da Borracha”. A autora revela que aproximadamente 60.000 trabalhadores foram transferidos da Região Nordeste para a Amazônia, com o objetivo de incorporar-se às atividades de coleta do látex, no entanto, a economia da Amazônia não se recuperou; os trabalhadores não melhoraram de vida.

De acordo com Barbosa (2012) se estima que 31 mil homens tenham morrido na Batalha da Borracha de malária, febre amarela, hepatite e onça. Os países aliados venceram a Segunda Guerra Mundial; o Brasil também enviou tropas militares à Itália para lutar junto aos aliados e combaterem os inimigos; os Acordos de Washington foram encerrados; os soldados da borracha que sobreviveram aos trabalhos nos seringais da Amazônia foram deixados na região.

Porém o apogeu da borracha foi passageiro, deu-se início à decadência da economia da borracha. Manaus sofreu um fluxo migratório das áreas de extração já que os envolvidos não tinham condições financeiras de voltar aos seus locais de origem, o que fez aumentar os

problemas habitacionais com o grande número de moradias precárias especialmente no curso dos igarapés.

Portanto, o ciclo da economia da borracha na Amazônia durou de 1870 a 1912. Barbosa (2012, p. 108) aclara que após a redução dos preços do látex no mercado internacional, em decorrência da grande oferta do produto com o acréscimo da produção da Malásia, cujo cultivo da seringueira foi incentivado e administrado pelos ingleses, as exportações da borracha brasileira foram reduzidas e a Amazônia iniciou uma crise econômica pós-ciclo da borracha.

Seráfico e Seráfico (2005) explicam que desde o fim dos Acordos de Washington, a economia da Amazônia, de um modo geral, e do Amazonas, em específico, via-se órfã de políticas do governo federal que permitissem a reprodução local do desenvolvimento experimentado pelo Centro-Sul do país.

O perigo de transformar a Amazônia em uma sociedade deserdada das possibilidades de crescimento e desenvolvimento socioeconômico se manteve presente por quase cinquenta anos após o fim do ciclo da borracha (BARBOSA, 2012). A crise econômica da borracha na Amazônia teve início na primeira década do século XX e chegou ao fim com o estabelecimento da ZFM, na segunda metade dos anos 1960, ou seja, em 1967. Segundo Seráfico e Seráfico (2005) localmente, mantinha-se a estagnação econômica legada pelo fim do "ciclo da borracha" e apenas brevemente superada pelos Acordos de Washington, de 1942. Para os autores, é nesse contexto que a Operação Amazônia, de que a ZFM é um capítulo, adquire sentido.

1.4.2. Zona Franca de Manaus: A era industrial e o apogeu urbano

Após o ciclo da borracha, as dificuldades sociais e econômicas em que viviam as populações da região norte do Brasil não eram percebidas com a mesma magnitude pelas populações de outras regiões brasileiras. Seráfico e Seráfico (2005) afirmam que o desenvolvimento inexistia na Amazônia e essa região geograficamente distante dos grandes centros produtores e consumidores do Brasil e do mundo não experimentava política econômica administrada pelos governos federal e estadual capaz de gerar empregos e renda para retomar pelo menos o crescimento econômico e posteriormente o desenvolvimento.

Seráfico e Seráfico (2005, p.100) salientam que mundialmente, a Guerra Fria forçava a opção nacional entre conservar-se na área de influência norte-americana ou encaminhar-se para a soviética; além disso, avançava o processo de descentralização industrial, impulsionado

pelas inovações nas comunicações e transportes, pela indústria eletrônica e pela organização dos trabalhadores nos países industrializados. Para os autores, nacionalmente, a resolução das tensões relativas ao aprofundamento da democracia burguesa e, no limite, ao socialismo, deu-se nos termos do Golpe de Estado de 1964 e da implantação da ditadura militar, que conduziu a política econômica nacional de modo a privilegiar o capital estrangeiro no processo de apropriação e uso das forças produtivas do país.¹⁸

Após o declínio da Borracha e várias tentativas infrutíferas de revigoração da mesma, o então deputado federal do Amazonas, Francisco Pereira da Silva idealizou o modelo Porto Franco de Manaus, dando origem à criação por meio do Decreto nº. 288 de 28 de fevereiro de 1967, da Zona Franca de Manaus (ZFM), assinado pelo Presidente Castelo Branco.

A Amazônia precisava ser integrada social e economicamente ao Brasil. Como indicam Seráfico e Seráfico (2005, p. 99), as expectativas de integração da Amazônia à nação e as ameaças, virtuais ou concretas, de internacionalização, são constantes na história da Amazônia. Segundo os autores, pode-se mesmo dizer que a própria ZFM é um emblema dessas expectativas e ameaças, e considerando-se suas origens e história, porém, pode-se compreendê-la como um exercício de economia política dos governos brasileiros, inserido no processo de transformação de um modelo de desenvolvimento de capitalismo nacional em outro de capitalismo associado.

Conforme os autores supramencionados, em 1951, o deputado Francisco Pereira da Silva, do Partido Social Democrático (PSD) da bancada do Estado do Amazonas, se antecipou às decisões do Governo Federal, porque se deu conta da necessidade de se encontrar novas soluções para a economia local. Foi ele quem apresentou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 1.310, de 23 de outubro de 1951, em que propõe a criação em Manaus de um porto franco. Este projeto emendado pelo deputado Maurício Joppert, foi convertido na Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, transformando o porto em ZFM. Não obstante sua regulamentação pelo Decreto nº 47.754, de 2 de fevereiro de 1960, a ZFM só entra em vigor, efetivamente, a partir de 28 de fevereiro de 1967, quando é reestruturada pelo Decreto-Lei nº 288.

¹⁸ Enquanto as regiões Sul e Sudeste desenvolviam o processo de industrialização nacional, a Amazônia continuava em crise econômica. Por outro lado, o mundo iniciou uma nova formação geopolítica e econômica. A dualidade socialismo-capitalismo tornou-se clara. Essa nova dualidade político-econômica tornou-se conhecida como Guerra Fria; ou os países integravam o Bloco Socialista liderado pela União Soviética, ou os países uniam-se ao Bloco Capitalista liderado pelos Estados Unidos. Assim, o Brasil definiu a sua opção pelo capitalismo (BARBOSA, 2012, p. 1)

Seráfico e Seráfico (2005, p. 99) concebem que a criação da ZFM foi justificada pela ditadura militar com a necessidade de se ocupar uma região despovoada. Para os autores, era necessário, portanto, dotar a região de “condições de meios de vida” e infraestrutura que atraíssem para ela a força de trabalho e o capital, nacional e estrangeiro, vistos como imprescindíveis para a dinamização das forças produtivas locais, objetivando instaurar na região condições de “rentabilidade econômica global”.

De fato, a criação e o desenvolvimento, da ZFM sempre esteve atrelado a circunstâncias político-econômicas locais, nacionais e mundiais. Em síntese,

Em 1967, o Governo Brasileiro estabeleceu uma política de desenvolvimento socioeconômico regional para a Amazônia, denominada Zona Franca de Manaus, cujo objetivo foi a construção do processo de desenvolvimento da Amazônia Ocidental (os estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima), onde foi dessa forma que a geração de empregos e renda na cidade de Manaus tornou-se uma realidade durante os últimos 46 anos; período iniciado em 1967 com a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, autarquia federal incumbida de administrar os incentivos fiscais federais instituídos no interior da política ZFM (GARRIDO, 2011, p. 43).

O estabelecimento da ZFM, dessa forma, é resultado de um processo histórico, inicialmente concebida pela Lei nº 3.173 como uma Zona Aduaneira. Esse mecanismo não gerou renda e nem emprego que dinamizasse a economia do Amazonas e da Amazônia. O Decreto-Lei nº. 288, de 28 de fevereiro de 1967, alterou as disposições da Lei nº. 3.173, de 6 de junho de 1957 e regulou a ZFM:

Art. 1º. A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram os centros consumidores de seus produtos. Art. 2º. O Poder Executivo fará demarcar, à margem esquerda dos rios Negro e Amazonas, uma área contínua com a superfície mínima de dez mil quilômetros quadrados, incluindo a cidade de Manaus e seus arredores, na qual se instalará a ZFM. Parágrafo 1º. A área da ZFM terá um comprimento máximo contínuo nas margens esquerda dos rios Negro e Amazonas, de cinquenta quilômetros a jusante de Manaus e de setenta quilômetros a montante desta cidade (BARBOSA, 2012, p. 09).

Com essa delimitação inicial, decretou-se que a cidade de Manaus se tornava área obrigatória para a instalação e funcionamento da ZFM, e ainda, no conteúdo dos Artigos 1º e 2º ficaram claros os marcos do desenvolvimento socioeconômico regional, as condições operacionais e funcionais (área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais); com a criação de um centro industrial, comercial e agropecuário no interior da Amazônia, o legislador abrangeu os três setores (primário, secundário e terciário) da economia, plantando assim a semente que se transformou em Política Brasileira de Desenvolvimento Socioeconômico Regional.

De acordo com Garrido (2011) a ZFM surge com o objetivo de atrair investimentos externos e promover o desenvolvimento regional, período em que a capital voltou a experimentar um súbito crescimento demográfico de pessoas que vinham do interior do Estado, do Nordeste e outras regiões do país. A mesma autora informa que a cidade ganhou um comércio de importados e depois um polo industrial, onde até hoje se concentram inúmeras fábricas¹⁹.

Manaus passa a ter sua paisagem urbana modificada em virtude da grande massa populacional migrante do interior do estado, de outros Estados em busca de oportunidades no distrito industrial. Surgem novos bairros, principalmente oriundos de ocupações e sem infraestruturas adequadas.

Segundo Soares (2011, p. 53) em 1970, Manaus abrigava 284.118 habitantes e o crescimento nas décadas seguintes oscilava entre 8 a 6% ao ano. O modelo ZFM é sustentado por uma política de incentivos fiscais e creditícios, tendo como principal objetivo à criação de um polo de desenvolvimento regional, com a formação de um centro comercial, industrial e agropecuário, a ZFM surgiu como um novo eldorado²⁰. Hoje o principal motor econômico da cidade de Manaus é o Polo Industrial de Manaus. Dados do IBGE (2010) indicam que Manaus tem o 7º maior Produto Interno Bruto (PIB) do país.

A cidade de Manaus, com a implantação da ZFM, teve sua população quintuplicada entre 1970 e 2003, conforme Nascimento (2010) passando de mais de 300 mil para aproximadamente 2 milhões de habitantes. Em 1970, a cidade de Manaus concentrava 32,7% da população do Estado, uma década depois, este número aumentou para 44,3% e em 2000, passou para 49,9%.

A propósito, da implantação da ZFM, pode-se afirmar que:

Os primeiros anos da implantação da ZFM foram de grande proveito para os setores comercial e industrial, o setor agropecuário, o turismo de compras cresceu, principalmente, entre os turistas nacionais. Desta forma, surgiram grandes supermercados, novas lojas, bancos comerciais e de investimentos, universidades públicas e particulares, o setor de serviços foi o que mais cresceu com as crises nacionais e internacionais, além do número de desempregados. Neste íterim, já se evidenciava em Manaus, novas infraestruturas, equipamentos urbanos, e Manaus como uma cidade de consumo, e a favelização, a violência e a falta de recursos para investir na saúde, educação e moradia, se consumavam (SUFRAMA, 2009).

¹⁹ A ZFM possui aproximadamente 600 indústrias de alta tecnologia gerando mais de meio milhão de empregos, diretos e indiretos, principalmente nos segmentos de eletroeletrônicos, duas rodas e químico. Dentre os produtos fabricados destacam-se: aparelhos celulares e de áudio e vídeo, televisores, motocicletas, concentrados para refrigerantes, entre outros. O polo agropecuário abriga projetos voltados a atividades de produção de alimentos, agroindústria, piscicultura, turismo, beneficiamento de madeira, entre outras. (www.suframa.gov.br)

²⁰ Discurso oficial que não dá conta dos problemas da ZFM, com sua dependência aos incentivos fiscais, além do dado do número de empresas superestimado.

Carvalho (2009) afirma que concretamente, a ZFM consiste em um conjunto de incentivos fiscais e extrafiscais geridos por um órgão do governo federal, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), com o fim de reduzir os custos de produção de empresas que cumpram com determinados requisitos técnicos. Os principais incentivos fiscais são a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto sobre Importação. O autor acrescenta ainda que vista em perspectiva histórica mais ampla, a criação da ZFM é parte do processo de transformação da economia mundial relacionado à desterritorialização técnica e social da produção capitalista.

Ainda com base em Carvalho (2009) afirma-se que a implantação da ZFM permitiu a articulação de interesses situados em diferentes “ordens”, escalas, – local, nacional e internacional – nas quais se realiza a reprodução ampliada do capital.

Com a implantação da ZFM houve um crescimento urbano expressivo. Soares (2011) afirma que o crescimento urbano de Manaus é uma consequência direta da existência do Polo Industrial. Carvalho (2009) acrescenta que a livre importação de produtos eletroeletrônicos, bebidas, perfumes e material fotográfico, dentre outros, transformou a cidade em um polo de atração de turistas brasileiros que buscavam produtos que não podiam comprar em seus estados de origem. Verificou-se ainda o aumento exponencial da população da cidade, como se pode observar com as informações abaixo:

Em 1970, 24,3% da população amazonense residiam na capital. Em 2005, esse percentual chegou a 50,8%. Isso corresponde a um crescimento absoluto de 1.334.980 habitantes em 37 anos, ou, percentualmente, a um incremento de quase 430%. Enquanto isso, o Amazonas experimentava oscilação em torno de 240%. À pouco mais que triplicação da população do Estado, portanto, correspondeu a multiplicação por mais de cinco do número de habitantes de sua capital (CARVALHO, 2009, p.101).

Carvalho (2009) explica que muito desse crescimento populacional se relaciona à combinação de dois fatores: de um lado, à própria intensificação da atividade econômica gerada pela ZFM e concentrada na capital; e, de outro, à relativa estagnação econômica em que permanecia o interior do Estado, assim como outras regiões do País, principalmente o Nordeste. O fato é que nos últimos 37 anos a cidade “inchou” e com isso registra-se a proliferação de processos de ocupação desordenada do território, aumento da demanda por infraestrutura e serviços, desemprego, subemprego e elevação do custo de vida bem como a formação de um exército industrial de reserva.

Do ponto de vista positivo, Soares (2011) destaca que a ZFM trouxe desenvolvimento colocando um polo no Norte do país, que facilitou a instalação de empresas e indústrias, e isso gerou possibilidades de emprego à população habitante desta cidade. A

ZFM se constituiu como alternativa de vida para vários tipos de comerciantes e ambulantes. Mas por outro lado, segundo a autora, foi um agravante para a cidade que não possuía uma política de habitação eficaz, o que fez muitas pessoas ocuparem a margem dos igarapés.

Pode-se dizer que eram plausíveis as mudanças no espaço urbano, porém, estas não supriam a forte demanda populacional que diariamente chegava em busca de emprego, ou seja, não existia um suprimento das demandas urbanas para atender a exigência da população que chegava à Manaus em busca de melhores condições de vida. Os recém-chegados exigiam os serviços públicos básicos que não existiam na cidade. O crescimento acelerado exerce uma forte pressão na infraestrutura existente da cidade, uma vez que a população necessita de mínimas condições para uma boa vivência urbana, bem como disponibilidade de serviços e equipamentos urbanos.

Desde a implantação da ZFM iniciou-se em Manaus um novo ciclo econômico, com a instalação de um parque industrial de respeitável porte e a consolidação de um setor terciário, baseado na comercialização de produtos importados, aquecendo a economia local e gerando milhares de empregos diretos ou indiretos. Com o surgimento de oportunidades no mercado de trabalho, ocorreu um crescimento acelerado da população, proveniente de um fluxo migratório intenso e constante, tanto do interior do Amazonas como de diferentes regiões do país, principalmente do Nordeste.

Como consequência dessa corrente migratória, começaram a surgir ocupações irregulares, tanto nas áreas verdes como às margens dos rios, e se teve um acréscimo populacional significativo que acarretou redução da qualidade de vida da maior parte da população, com reflexos diretos nos indicadores sociais, como saúde, higiene, transporte, segurança e habitação. As áreas mais afetadas da cidade de Manaus são as zonas norte e leste onde as ocupações se multiplicaram, ocupações estas que não possuíam qualquer estrutura de abastecimento de água, energia elétrica, esgoto, transporte coletivo, entre outros, gerando desafios não só urbanos, mas também sociais.

A implantação do Distrito Industrial de Manaus (DIM) e do livre comércio da ZFM evidenciou a nova configuração do urbano, considerando a relação industrialização versus urbanização. Todavia, a ZFM causou um forte impacto econômico e social na cidade, segundo Figueiredo (2002, p. 109), pois

a cidade de Manaus [...] transformou-se numa “cidade problema”. Movida por uma maciça propaganda oficial que alardeava suas esperanças qualidades, a ZFM atraiu uma massa de imigrantes de todas as regiões do país, principalmente dos *beiradões* dos rios amazônicos. Inchada e sem condições de receber tão grande fluxo de pessoas, o resultado desse processo foi um completo desastre do ponto de vista social, econômico e ambiental. Sem áreas suficientes e sem política de

assentamentos, os imigrantes ocuparam terras impróprias para fixar suas moradias, levantando seus casebres em lixeiras e leitos de igarapés que cortam a cidade, causando danos irreparáveis nestes ambientes.

Segundo Garrido (2011) a ausência de planejamento urbano sistemático, bem como a falta de controle relacionado ao crescimento da cidade ocasionaram sérios problemas ambientais, principalmente nas comunidades localizadas nas áreas de igarapés, onde se instalaram diversas famílias. A ocupação inadequada à margem dos corpos hídricos favorece a instalação de processos erosivos e põe em risco a integridade física dos habitantes locais.

As moradias eram construídas de forma totalmente inadequada e muitas eram multifamiliares; a iluminação era precária, feita através de ligações clandestinas; e as vias de locomoção eram construídas pelos próprios moradores, com estruturas perigosas e precárias. No mesmo espaço onde se efetuavam os escoamentos de resíduos fecais e era jogado o lixo, retirava-se água para o consumo e era espaço de lazer da população que se encontrava mais vulnerável a doenças. Fatos estes, que perpassam os dias atuais.

O crescimento das cidades tornou o centro, área antes compreendida como núcleo urbano, rodeada de uma faixa nova, considerada a periferia, onde

Loteamentos irregulares e ocupações espontâneas foram abertos em áreas periféricas ou com restrição à urbanização, dando origem a tecidos urbanos com pouca urbanidade, onde estão presentes loteamentos irregulares, clandestinos ou favelas, que ganham denominações próprias em cada região do país, como alagados, palafitas, vilas, invasões e, mais recentemente, comunidades (PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2009, p. 37).

Pode-se afirmar que o crescimento não conduz automaticamente à justiça social, sendo contraditório à cidadania no momento em que se percebe um número crescente de pessoas habitando áreas urbanas e vivenciando problemas sócios ambientais cada vez mais próximos, como por exemplo, a falta de saneamento, poluições atmosféricas, sonoras e das águas, o que torna o território a maior causa de desigualdade entre os homens, pois os que moram no entorno de igarapés são discriminados e não são considerados cidadãos. Assim, segundo Garrido (2011), tendo em vista as condições de moradia e expansão desorganizada das cidades, o Estado começou sua intervenção, como forma de controlar a produção de habitações.

CAPÍTULO II:

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA HABITAÇÃO EM MANAUS: AVANÇOS E DESAFIOS

2.1. Os primórdios da política habitacional no Brasil

A questão da habitação pode ser considerada, na atualidade, um dos principais problemas sociais urbanos brasileiros. No fim do século XIX, no Brasil, conforme Maricato (1998), há uma conjunção de acontecimentos que influenciaram decisivamente a ampliação e a formação dos espaços urbanos no país. O fim da escravidão fez com que milhares de negros fossem expulsos do campo e migrassem para a cidade. Concomitantemente, a autora pontua que imigrantes europeus chegaram ao Brasil para trabalhar no campo e também na nascente indústria brasileira. Esses fatores provocaram o aumento da população nas cidades, fato que acarretou uma demanda por moradia, transporte e demais serviços urbanos, até então inédita.

A desigualdade social no Brasil é histórica e remonta à origem da nação brasileira baseada no latifúndio exportador, na concentração de renda dos senhores rurais e na mão-de-obra escrava. Segundo Motta (2010) é importante perceber como os atuais problemas urbanos, em especial aqueles relacionados à habitação, refletem um século de políticas que não consideraram a população mais pobre²¹. Nesse sentido, torna-se importante uma retomada histórica da questão da habitação no Brasil.

Os trabalhadores tomam, inicialmente, os lugares que são destinados a eles através da valorização-desvalorização dos lotes e habitações. A eles couberam as áreas menos valorizadas e com menor infraestrutura, ficando as melhores localizações para os mais ricos. Ainda segundo Costa (2008) as habitações destinadas aos pobres não possuíam infraestrutura básica como água encanada e esgoto e, no entanto, eram os seus moradores que eram classificados pelo estigma de pessoas sem higiene. No entanto, tais habitações eram, no discurso das autoridades políticas e da própria imprensa, responsabilizadas pela propagação de epidemias e a degradação paisagística das cidades.

²¹ Essa desigualdade refletiu-se principalmente, na ocupação do solo urbano, em especial, a partir da privatização de terra em 1850, quando a terra se transforma em mercadoria, e então o Estado Brasileiro passa a regular o acesso à terra, através da Lei das Terras nº 601 de 18 de setembro. Tendo início assim, uma política governamental que deixará explícito mais tarde, que a formatação do espaço urbano pelo Estado passará a beneficiar uma classe economicamente dominante.

A preocupação com a questão habitacional começa a tomar força devido aos surtos epidêmicos que assolavam o país e as habitações destinadas ao proletariado eram tidas como foco de transmissão de doenças. Enquanto os bairros ricos ocupavam a parte alta das cidades, os bairros pobres ocupavam a parte baixa, próximas as várzeas e sujeitas a inundações periódicas. A partir de um viés sanitarista foram sendo apresentadas propostas de “reforma”²² das moradias dos trabalhadores. Essa “preocupação” começa a ser introduzida nos discursos das autoridades políticas e médicas, que juntamente com o empresariado e a imprensa, começam a incentivar uma moradia ideal para o operariado.

Nas primeiras décadas do século XX surgem as “vilas operárias”²³ como modelo privilegiado de reforma de habitação do pobre urbano. Isto porque as vilas operárias definiam-se como padrão de moradia oposto ao das favelas e dos cortiços, supondo ordem e decência. O termo sugere casas salubres e dotadas de ordem interna, que se distinguiu da falta de espaço, higiene e decência atribuída à casa dos pobres urbanos. A figura abaixo ilustra o tipo de vila operária existente à época.

Figura 4: Vilas operárias no Brasil



Fonte: www.observador.pt

A proposição desses espaços para os trabalhadores morarem, segundo Bonduki (1994) foi cercada de muitos debates, especialmente acerca da responsabilidade pela

²²Esse tipo de reforma urbanística, capitulada pelo viés sanitarista, constitui-se, segundo Harvey (2006), o processo de “gentrificação”, tendo em vista que a “modernização” das cidades se centrou na política de expulsar a população pobre das regiões centrais, para locais mais distantes, deixando os grandes centros livres para a valorização imobiliária e a circulação de capitais.

²³Para Blay (1982) vinculadas à emergência do trabalho livre no país, grande parte das vilas operárias surgem em decorrência da necessidade das empresas de fixarem seus operários nas imediações das suas instalações, mantendo-os sob seu controle político e ideológico e criando um mercado de trabalho cativo. Tais necessidades decorriam de aspectos operacionais (por exemplo, trabalhadores indispensáveis à manutenção das máquinas ou equipamentos vitais ao funcionamento da indústria), de mercado de trabalho (inexistência de trabalhadores qualificados ou mesmo de trabalhadores em geral devido à localização das unidades de produção) ou político-ideológicas (manter os seus operários sob controle, evitando greves ou paralisações, através do relacionamento entre a perda do emprego e o despejo da casa).

construção delas. O poder público tomou iniciativas no sentido de estimular o setor privado a construir as vilas próximas às fábricas e em regiões pouco habitadas. Na visão da classe capitalista, essas construções traziam algumas vantagens ao estipular uma forma de dominação e controle que extrapola o âmbito da produção, alcançando a vida privada do trabalhador.

Esse mesmo autor explica, ainda, que esse tipo de moradia era constituído por um conjunto de casas construídas pelas indústrias para serem alugadas a baixo custo ou mesmo oferecidas gratuitamente a seus operários. Estas iniciativas tiveram um impacto importante em várias cidades brasileiras e foram os primeiros empreendimentos habitacionais de grande porte construídos no país.

Contudo essas iniciativas não criaram habitações populares suficientes para abrigar a classe trabalhadora residente nos cortiços, fazendo surgir outras formas de áreas impróprias para abrigar essas famílias, iniciando a periferização e favelização. Como escreve Maricato (2001, p. 33) “a população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade”.

Motta (2010) salienta a propósito desse período, que várias cidades brasileiras, seguiram o modelo de planejamento de Paris, que combinava saneamento, embelezamento, circulação e segregação territorial. Manaus foi uma delas.

Com base no movimento europeu pela reforma urbana higienista, Holz e Monteiro (2008) afirmam que as cidades brasileiras iniciam a construção de grandes avenidas e implantação de saneamento básico para a composição paisagística, a fim de atender aos interesses da burguesia do período industrial. O Estado, a partir do ano de 1856, começa a dificultar a construção de novas moradias populares no centro da cidade, posteriormente proíbe a sua construção, fechando-as, e em alguns casos, efetua a sua demolição.

Bonduki (1994) afirma que, sustentado pelos ideais liberais, o Estado brasileiro privilegiava a produção privada e se recusava a intervir diretamente no âmbito da habitação para os trabalhadores. Engels (1985) explica que isso ocorre porque a questão da habitação é inerente ao sistema capitalista de produção, não sendo de interesse do Estado resolver tal questão, visto que, segundo o autor, o Estado é o poder organizado das classes possuidoras em detrimento das classes exploradas.

Só a partir de 1964 implantou-se no âmbito federal, um modelo de política de habitação pioneira no país. Antes disso, as intervenções do governo na área habitacional no

país foram muito tímidas ou assistemáticas²⁴. Motta (2010) afirma que do início do século XX até a década de 1930, diversas cidades brasileiras tiveram o problema da habitação agravado, com o poder público atuando de maneira pontual e ineficiente.

A partir da segunda metade do século XX o processo de urbanização brasileira cresce devido ao desenvolvimento industrial, precursor do êxodo rural, agravando os problemas sociais, principalmente o da moradia, e conseqüentemente o crescimento das áreas impróprias para habitação.

2.1.1. Habitação no Brasil do populismo de Vargas ao estado mínimo de FHC

Na década de 1930, o Estado brasileiro passa a intervir tanto no processo de produção como no mercado de aluguel, abandonando a postura de deixar a questão da construção, comercialização, financiamento e locação habitacional às livres forças do mercado. Bonduki (1994) destaca que esta nova postura do Estado brasileiro na questão da habitação é parte integrante da estratégia muito mais ampla, colocada em prática pelo governo Vargas, de impulsionar a formação e fortalecimento de uma sociedade de cunho urbano-industrial, capitalista, mediante uma forte intervenção estatal em todos os âmbitos da atividade econômica.

Para Motta (2010) a intervenção estatal na moradia aconteceu porque ficou evidente que o setor privado não seria capaz de resolver o problema da habitação para as camadas populares e que tal tarefa teria que ser assumida pelo Estado, que passou a sofrer pressões dos trabalhadores e do empresariado (o constante aumento dos alugueis fazia com os trabalhadores reivindicassem melhores salários). Como resposta, o governo propôs o financiamento, por meio dos Institutos de Aposentadoria e Pensão – IAPs, de casas a serem destinadas ao aluguel. Tal medida, de acordo com a autora, além de insuficiente para modificar a situação da moradia no Brasil, atendia apenas aos associados dos institutos.

Na década de 1930, o governo populista de Getúlio Vargas já reconhecia a habitação enquanto questão social, mas dava a ela um tratamento paternalista e simbólico, e valia-se de muita publicidade para valorizar a modesta resposta dada pelos programas públicos de habitação. Vallina (2014) salienta que no governo getulista, a questão habitacional aparece no bojo do discurso desenvolvimentista, populista e clientelista peculiar ao estilo de Getúlio

²⁴ Segundo Ronilk (1981), fiel ao liberalismo predominante, o Estado privilegiava a produção privada e recusava a intervenção direta no âmbito da construção de casas para os trabalhadores. Assim, suas iniciativas restringiam-se à repressão às situações mais graves de insalubridade, via legislação sanitária e ação policial, e à concessão de isenções fiscais, que beneficiavam basicamente os proprietários de casas de locação, ampliando sua rentabilidade.

Vargas, como um símbolo do desenvolvimento e crescimento econômico. A política habitacional dava-se através de subsídios ao pagamento do aluguel ou financiamento, que beneficiava determinadas categorias profissionais mais organizadas, com maiores salários, com mais informações e influência política.

Dentre as medidas importantes implementadas pelo governo no que diz respeito à questão habitacional, tem-se a lei do inquilinato (Decreto-Lei nº 4.565, de 11 de agosto de 1942), época em que se regulamenta o preço dos aluguéis e passa-se a regulamentar as relações entre locadores e inquilinos. Vallina (2014) explica que a Lei do Inquilinato de 1942 estabelece prescrições para a construção de casas de habitação operária e impõe uma série de restrições para novas construções fora do perímetro urbano, que acompanham a regulamentação dos preços dos aluguéis. Quanto a essa questão, segundo a autora, é necessário dizer que a proibição de reajustes após a locação induz a fixação de alugueis superiores ao que poderia ser estabelecido em condições normais. Nesse sentido, essa Lei somada à situação de escassez de novas habitações e os novos preços das locações desestimulou o investimento em moradia para locação e fez surgir novas iniciativas habitacionais, como o loteamento periférico, a autoconstrução e o mutirão.

Destaca-se, ainda com base na autora supracitada, que o governo Vargas deu visibilidade à questão da habitação popular, mas não criou uma política habitacional²⁵. Para Bonduki (1994) seria equivocado considerar que esse governo e os que se lhe seguiram chegaram a formular uma política habitacional articulada e coerente. Não houve, segundo o autor, efetivamente, a estruturação de uma estratégia para enfrentar o problema nem a efetiva delegação de poder a um órgão encarregado de coordenar a implementação de uma política habitacional em todos seus aspectos (regulamentação do mercado de locação, financiamento habitacional, gestão dos empreendimentos e política fundiária). E, menos ainda, uma ação articulada entre os vários órgãos e ministérios que de alguma maneira interferisse nessa questão.

A organização de um órgão que centralizasse a política habitacional ocorreu somente em 1946, no governo do General Eurico Gaspar Dutra, quando é criada a Fundação da Casa Popular (FCP). De acordo com Bonduki (1994, p.89):

²⁵De acordo com Triana Filho (2006) na era Vargas, o Estado realizou intervenções de forma direta no mercado habitacional com a utilização dos recursos das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), cujo modelo de funcionamento seria base mais tarde, para a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensão (IAPs). As 47 CAPs que existiam em 1930, tinham cerca de 140 mil associados e os recursos captados pelo sistema previdenciário, antes destinados exclusivamente para assegurar a aposentadoria dos trabalhadores, passariam a ser aplicados também na produção de moradias para as famílias de associados.

A Fundação da Casa Popular foi instituída pelo Decreto-Lei nº. 9.218 de 1 de maio de 1946 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1946) e tratou-se de uma fundação subordinada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e teve como principal característica, exposta em seu artigo 5º, o beneficiamento aos mais necessitados, vedadas obras que não possam ser qualificadas como de tipo genuinamente popular. O decreto dá preferência para aquisição ou construção de moradia aos trabalhadores em atividades particulares, aos servidores públicos ou de autarquias e por último a outras pessoas (entendemos que a categoria outras pessoas seriam os inúmeros operários não cobertos pelos Instituto de Aposentadoria e Pensões - IAPs).

O autor supramencionado concebe que a proposta da Fundação da Casa Popular, revelava objetivos surpreendentemente amplos, demonstrando até mesmo certa megalomania (ela se propunha financiar, além de moradia, infraestrutura, saneamento, indústria de material de construção, pesquisa habitacional e até mesmo a formação de pessoal técnico dos municípios). No entanto, a sua fragilidade, carência de recursos, desarticulação com os outros órgãos que, de alguma maneira, tratavam da questão e, principalmente, a ausência de ação coordenada para enfrentar de modo global o problema habitacional mostram que a intervenção dos governos do período foi pulverizada e atomizada, longe, portanto, de constituir efetivamente uma política.

A FCP, responsável pela construção de poucas habitações, foi extinta em 1960, com suas atribuições sendo repassadas ao Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964. Conforme Bonduki (1994, p. 29),

o fracasso da Fundação da Casa Popular como órgão central e coordenador de uma emergente política habitacional, no entanto, não obscurece o fato de que sua criação, como o primeiro órgão nacional destinado exclusivamente à provisão de moradias para a população de baixa renda, representou o reconhecimento de que o Estado brasileiro tinha obrigação de enfrentar, através de uma intervenção direta, o grave problema da falta de moradias.

Segundo Botega (2008) entre as décadas de 1940 e 1960, a política de habitação, mais especificamente da aquisição da casa própria consistia na oferta de crédito imobiliário pelas Caixas Econômicas, pelos IAPS ou por bancos incorporadores imobiliários. Segundo Botega (2008) no período de 1940-60 a população brasileira passou de 41 milhões para 70 milhões de habitantes, com taxa de urbanização aumentando de 31% para 45% fazendo crescer os assentamentos informais, que avançaram sobre as cidades, para dar moradia às pessoas de baixa renda.

Em 1964, após o Golpe Militar que derrubou o governo João Goulart, o novo governo que se estabelece cria o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), juntamente com o Banco Nacional de Habitação (BNH), a Sociedade de Crédito Imobiliário (SCI), as Letras Imobiliárias e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHUA), com a finalidade de

estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pela classe trabalhadora.

Ainda à propósito do SFH é oportuno explicitarmos o que se segue:

O Sistema Financeiro de Habitação (SFH), instituído pela Lei 4.380/64, que objetivava a dinamização da política de captação de recursos para financiar habitações por meio das cadernetas de poupança e recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) através do Banco Nacional de Habitação (BNH). Para atender a demanda, o SFH foi dividido em dois ramos: um, direcionado às classes média e alta, gerido por agentes privados ligados à construção civil, e o outro, voltado para a classe de baixa renda, que era operado por agências estatais, por meio de Companhias Estaduais e Municipais de Habitação. Porém, igual para os dois sistemas foi o autofinanciamento, sendo necessário, portanto, que o adquirente provasse sua capacidade de pagamento. (HOLZ E MONTEIRO, 2008, p. 05)

O órgão principal do SFH era o BNH, responsável pelo gerenciamento do FGTS²⁶, pela normatização e fiscalização da aplicação de recursos das cadernetas de poupança, pela definição das condições de financiamento das moradias para os consumidores finais e também a garantia de liquidez diante de dificuldades conjunturais. O BNH teve como aporte inicial, conforme Botega (2008), um montante de 1 bilhão de cruzeiros antigos, e mais um crescimento garantido pela arrecadação compulsória de 1% da folha de salários sujeitos à Consolidação das Leis Trabalhistas do país, o que demonstra que a habitação popular fora eleita um dos “problemas fundamentais” do governo Castelo Branco. O BNH tornou-se responsável pelo desenvolvimento urbano, financiando atividades de infraestrutura, e materiais de construção, transporte etc.

Segundo Botega (2008), o BNH, portanto, teria *a priori* totais condições de ser o grande impulsionador da superação do déficit habitacional brasileiro durante a ditadura militar. Mas esta não era a realidade revelada já no relatório anual da instituição de 1971, como pontua o autor:

Segundo o relatório anual do BNH de 1971 ‘os recursos utilizados pelo Sistema Financeiro da Habitação só foram suficientes para atender a 24 por cento da demanda populacional (urbana). Isto significa que, seis anos após a criação do BNH, toda a sua contribuição para atender ou diminuir o déficit que ele se propôs eliminar constituiu em que esse mesmo déficit aumentasse em 76 por cento. De acordo com as previsões do BNH, em 1971 o atendimento percentual teria sido de 25,3 por cento e, embora deva aumentar ligeiramente em cada ano até 1980, o déficit deverá exceder 37,8 por cento do incremento da necessidade (BOTEGA, 2008, p. 13).

A respeito disso, destaca-se a análise de Botega (2008) que afirma que a realidade revelada demonstrava a incapacidade de superação do déficit habitacional por parte do SFH/BNH, o que, se for observado em uma primeira olhada, parecerá extremamente contraditório, afinal de contas como pode um sistema capaz de aferir um montante

²⁶ Criado pela Lei nº 5.107/66.

significativo de recursos para ser aplicado em projetos habitacionais, coordenados e impulsionados pela maior instituição mundial voltada especificamente para o problema da habitação, se demonstrar ineficiente já nos primeiros anos de existência? Para o autor, a lógica do próprio BNH se encarregou de responder esta questão:

O BNH desde a sua constituição teve uma lógica que fez com que todas as suas operações tivessem a orientação de transmitir as suas funções para a iniciativa privada. O banco arrecadava os recursos financeiros e em seguida os transferia para os agentes privados intermediários. Algumas medidas inclusive demonstravam que havia ao mesmo tempo uma preocupação com o planejamento das ações de urbanização aliada aos interesses do capital imobiliário. Assim, o SFH/BNH era na verdade um eficaz agente de dinamização da economia nacional desempenhando um importante papel junto ao capital imobiliário nacional, fugindo do seu objetivo principal, pelo menos o que era dito, de ser o indutor das políticas habitacionais para superação do déficit de moradia (BOTEGA, 2008, p.14).

Pode-se afirmar que apesar dos fartos recursos que foram destinados à questão habitacional, as iniciativas nessa área não passaram de um artifício político formulado para enfrentar um problema econômico conjuntural. O objetivo principal que justificou o BNH, qual seja, a provisão habitacional para famílias de baixa renda, foi paulatinamente sendo deixado de lado, ao passo que o princípio do financiamento autossustentável falou mais alto, de forma que o foco da atuação do BNH voltou-se prioritariamente para o atendimento das famílias de renda média e alta, além disso, contribuiu diretamente para a estruturação do mercado imobiliário.

O BNH fixou em cinco salários mínimos a renda limite para se tornar um beneficiário dos financiamentos do banco, o que excluía, portanto, a maioria dos trabalhadores assalariados. Contudo, Botega (2008) realça que apesar de ter o seu suposto objetivo desvirtuado esta não foi a principal razão para a extinção do SFH/BNH pelo governo Sarney. As razões para esta extinção devem ser buscadas à luz do próprio funcionamento deste que se revelou frágil com relação às flutuações macroeconômicas dos anos 80.

A extinção do BNH ocorreu em 1986 (Decreto nº 2.291, de 21.11.86), e segundo Vallina (2014, p. 58),

nos vinte e dois anos de sua vigência (1964/1986), foram financiadas cerca de 4,5 milhões de unidades habitacionais. Entretanto, apesar do número expressivo, o desempenho da política foi socialmente perverso, pois, do total de unidades, somente 1,5 milhão (33,3%) foi destinado aos setores populares, sendo que os atingidos pelos programas alternativos (entre um e três salários mínimos) foram contemplados com apenas 250 mil unidades, ou seja, 5,9% das moradias financiadas.

O BNH foi incorporado pela Caixa Econômica Federal, tornando a questão habitacional uma mera política setorial para esta instituição que não possuía qualquer tradição com relação ao tema. Abria-se uma nova etapa para a política urbana e habitacional brasileira

caracterizada por constantes reformulações nos órgãos responsáveis pelas políticas habitacionais. Com as sucessivas ações que resultaram no quase desmonte do SFH, o órgão então responsável pela política habitacional no país passou por um período de instabilidade.

Os recursos disponíveis para a política habitacional continuaram a ser provenientes do FGTS, contudo a forma de financiamento via Caixa Econômica Federal (CEF) acarretou uma séria alteração na política habitacional, pois como um banco comercial a forma de financiamento foi dirigida ao trabalhador com emprego formal e com renda suficiente para arcar com os custos das prestações. As exigências de faixa de renda foram então sendo cada vez mais elevadas e simultaneamente a CEF passou a priorizar o crédito para a iniciativa privada ao invés do crédito para as Companhias Habitacionais Populares - COHABS²⁷.

Durante o ciclo que se encerrou com a extinção do BNH, em 1986, agravaram-se os problemas de habitação popular com o crescimento das palafitas, favelas e cortiços, com o aluguel de cômodos precários e a autoconstrução em loteamentos populares, estes quase sempre irregulares. Essas novas aglomerações eram, em muitos casos, constituídas de maneira progressiva, sem plano ou vontade de conjunto, resultantes de ocupações espontâneas ou sob a iniciativa de grupos políticos, com a invasão de terras públicas e de particulares. Foram crescendo o número de barracos em encostas de morros, margens de córregos e áreas de proteção ambiental. Esse quadro é o retrato fiel de que a atuação do BNH, por intermédio das COHABS e outros programas de financiamento de moradias populares, não respondia à forte demanda por parte das famílias de baixa renda (TRIANA FILHO, 2006)

Na área de habitação, entre 1995 e 2000, doze das 44 COHABS declararam falência ou diversificaram suas atividades, passando a operar como institutos de desenvolvimento urbano e não mais como agências de promoção pública de habitações para baixa renda (ARRETCHE, 2002). Assim, as alternativas encontradas pelas famílias pobres eram as favelas e os loteamentos nas periferias das capitais e das cidades das regiões metropolitanas. Conseqüentemente, houve na década de 1970, um grande crescimento dos loteamentos nas periferias, pois a possibilidade e acesso à moradia na cidade consistia na combinação entre compra de lotes (que eram mais baratos) e autoconstrução.

Chega-se ao final dos anos oitenta e a sociedade brasileira - através de movimentos sociais, organizações comunitárias, movimentos reivindicatórios etc., ou seja, a partir de novos atores sociais -, luta e organiza-se para reivindicar direitos sociais pertinentes à saúde, à educação e à política urbana. É o contexto da elaboração e da promulgação da Constituição

²⁷ As COHABS, grandes tomadoras de recursos do FGTS, são responsáveis por mais de metade das unidades habitacionais produzidas pelas agências oficiais a partir de 1964.

Federal de 1988, que no âmbito da reforma urbana inovou no reconhecimento da função social da propriedade, na gestão participativa e na regularização fundiária, dentre outros eixos inovadores, como veremos mais à frente.

A estrutura central do BNH esteve amparada em um centralismo autoritário, tornando o BNH sinônimo de intervenção do Governo Federal na área urbana, principalmente no que diz respeito à provisão habitacional. No entanto, esta centralização do processo decisório e de recursos da esfera federal, resultou em algumas distorções. Dentre elas, como aponta Maricato (1998), a ausência de ações autônomas dos municípios. Apesar disso Vallina (2014) destaca que um dos princípios estabelecidos na Carta Magna de 1988 é o da descentralização política, que atribui maior autonomia aos Estados e Municípios no que diz respeito, particularmente, à política habitacional. Desse modo:

compete à união elaborar uma política federal de desenvolvimento urbano e instituir um sistema descentralizado de política habitacional, com programas e planos de habitação de interesse social. Os Estados devem constituir uma política habitacional estadual com a criação de instrumentos, programas e planos habitacionais específicos. E aos municípios cabem cumprir a tarefa de constituir a política habitacional municipal de forma democrática e com a participação popular, adotando instrumentos e programas de regularização fundiária e urbanização de assentamentos em condições precárias de habitabilidade (VALLINA, 2014, p.137).

A Constituição Federal de 1988 é um marco para a política urbana e para a política de habitação brasileira. O reconhecimento legal do direito à cidade e da função social da propriedade, confere à habitação status de política pública, enquanto direito do cidadão e dever do Estado. E esse direito à uma moradia digna é um passo importantíssimo no sentido de criar uma base jurídica que possa permitir aos cidadãos e movimentos por moradia lutar para ter assegurado o acesso à habitação.

De acordo com a Política Nacional de Habitação (2004) com a Constituição Federal de 1988 e a reforma do Estado, o processo de descentralização, um dos pontos principais do modelo proposto, ganha base para se efetivar. Dentro do processo de descentralização se estabelece uma redefinição de competências, passando a ser atribuição dos Estados e Municípios a gestão dos programas sociais, e dentre eles o de habitação, seja por iniciativa própria, seja por adesão a algum programa proposto por outro nível de governo, seja por imposição Constitucional.

Em 1990, logo no início do Governo Collor (1990-1992), foi criado o Ministério da Ação Social (MAS), depois renomeado Ministério do Bem-Estar Social (MBES), onde passou a funcionar a Secretaria Nacional de Habitação. Contudo, conforme Botega (2008) enquanto o governo Collor começava a era neoliberal, o Brasil chegava a um número de 60 milhões de cidadãos de rua, em uma realidade no qual 55,2% das famílias que se encontravam sem

habitação recebiam até dois salários mínimos. No Governo Collor, o mais importante programa habitacional lançado foi o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), que propunha o financiamento de 245 mil habitações em 180 dias, mas não cumpriu suas metas.

Ribeiro (2007) evidencia que no governo de Collor, com o confisco das cadernetas de poupança, deu-se a estagnação na poupança e no FGTS, comprometendo severamente a política habitacional do Brasil. A autora afirma que o Estado reduziu sua participação no mercado de terras, o que dificultou ainda mais o acesso das classes subalternas à habitação. Com a ausência do Estado o acesso à terra passou a ter como referência tão somente as leis de mercado. A atuação desse governo na área habitacional, como explica a autora, foi caracterizada por processos em que os mecanismos de alocação de recursos passaram a obedecer preferencialmente a critérios clientelistas, característica do referido plano.

Em 1992, com o impeachment de Collor, fruto da articulação de vários movimentos sociais, toma posse o vice-presidente Itamar Franco (1992-1994) e nesse período a gestão da política pública na área de habitação sofreu considerável alteração. O governo Itamar criou os Programas Habitar Brasil e Morar Município, que tinham como objetivo financiar a construção de moradias para população de baixa renda, a serem construídas em regime de ajuda mútua. Esses Programas tinham uma padronização excessiva e muitas exigências legais, o que impedia muitos municípios de captarem os recursos disponibilizados. Nesse mesmo governo, temos dois avanços:

O primeiro (ainda que associado às exigências das agências internacionais) foi uma mudança conceitual com incentivo à formação de conselhos e à criação de fundos para habitação; o segundo foi a constituição, em 1992, do Fórum Nacional de Habitação, composto por entidades da sociedade civil, setores do Estado e empresários da construção civil, cujo objetivo era construir uma aliança entre os interesses envolvidos no financiamento, na produção e no uso da moradia (MOTTA, 2010, p.07).

Os programas na área de habitação popular, sob o controle do Ministério do Bem-Estar Social, foram redesenhados e passaram a exigir a participação de conselhos gestores estaduais de política pública de habitação, com participação comunitária dos governos locais e uma contrapartida financeira desses últimos nos investimentos da União.

Posteriormente, o Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) avançou no reconhecimento da necessidade de regularização fundiária, na ampliação da participação e na visão integrada da questão habitacional. Porém, essa concepção não foi colocada em prática devido à orientação neoliberal do governo e às restrições impostas pelos bancos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional - FMI.

Em 1995 é realizada uma reforma no setor da política habitacional, com a extinção do Ministério do Bem-Estar Social e a criação da Secretaria de Política Urbana (SEPURB), no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), esfera que ficaria responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Habitação (PNH). Embora a PNH tenha mostrado, de início, intenções reformadoras, a ação da SEPURB caracterizou-se por uma retração do setor institucional. Verifica-se, então, uma contínua redução dos quadros técnicos e uma perda de capacidade de formulação, que vai se aprofundando ao longo do tempo.

Conforme a PNH (2004) a transformação da SEPURB em Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU) não trouxe mudanças significativas nesse processo, persistindo a desarticulação institucional e a perda progressiva da capacidade de intervenção. As áreas da habitação e do desenvolvimento urbano permanecem sem contar com recursos financeiros expressivos e sem capacidade institucional de gestão, no plano federal. Nesse período, foram criadas novas linhas de financiamento, tomando como base projetos de iniciativa dos governos estaduais e municipais, com sua concessão estabelecida a partir de um conjunto de critérios técnicos de projeto e, ainda, a partir da sua capacidade de pagamento.

No entanto, ainda com base na PNH (2004) foi imposta significativa restrição ao financiamento do setor público para a realização de empréstimos habitacionais. Isso restringiu principalmente as possibilidades de financiamento federal à regularização e urbanização de assentamentos precários, já que os programas de oferta de novas unidades habitacionais puderam ser viabilizados por meio de financiamento do setor privado, como ocorre no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), ou por meio de empréstimos individuais, como o Programa Carta de Crédito.

Ribeiro (2007) informa que no governo FHC foram criados novos viés para o financiamento habitacional e foram instituídos vários programas, a exemplo, da Carta de Crédito Individual e Associativismo, e se deu continuidade a outros, como o Pró-Moradia e Habitar Brasil. No entanto,

a utilização dos recursos do FGTS em quantidade que superava suas reais disponibilidades financeiras afetou as possibilidades de expansão do financiamento habitacional, levando a sua suspensão temporária, ficando os programas na dependência de disponibilidades financeiras a fundo perdido de recursos da União. Na esteira da oscilação política que marcou o período, os governos estaduais e municipais tomaram iniciativas no desenvolvimento de ações locais, com elevado grau de autofinanciamento, e baseadas em modelos alternativos, destacando-se entre eles os programas de urbanização e regularização de favelas e de loteamentos periféricos (PNH, 2004, p.10).

Entre 1995 e 1998, Arretche (2002) revela que a rede de empresas públicas de habitação recebeu 11,5% dos recursos do FGTS, via Programa Pró-Moradia, e 28% dos recursos destinados ao Programa Carta de Crédito Associativo. A autora salienta que o Programa de Carta de Crédito Individual, por sua vez, recebeu 76% desses recursos, utilizados majoritariamente para a aquisição de imóveis usados. Portanto, via gestão seletiva das linhas de crédito, ocorreu uma inflexão significativa na política habitacional: de um modelo centrado no financiamento à produção de habitações novas, e assentado em uma rede de prestadoras públicas, para um modelo centrado no financiamento ao mutuário final e, particularmente, destinado à aquisição de imóveis usados.

Já no início dos anos 2000, foi aprovada a Lei Federal 10.257/2001, conhecida como Estatuto das Cidades, que, em linhas gerais, tem como objetivo fornecer suporte jurídico mais consistente às estratégias e processos de planejamento urbano, garantindo a função social da propriedade, o planejamento participativo nas políticas urbanas e o acesso universal à cidade.

Destaca-se com base em Motta (2010, p. 14) que essa lei propõe “que a descentralização e a democratização caminhem juntas para garantir a plena legitimidade social dos processos de planejamento urbano [...] e gestão de cidades”. Sobre a questão da habitação, o Estatuto reforçou instrumentos para a garantia da função social da propriedade e da regularização fundiária, tais como imposto sobre propriedade imobiliária urbana progressivo, desapropriação com títulos da dívida pública, usucapião urbano, concessão especial para fins de moradia, demarcação de zonas especiais de interesse social etc.

Em suma, o Estatuto representa um avanço significativo na legislação urbanística e respalda em termos legais a participação da sociedade civil organizada no enfrentamento político pelo direito não só à moradia, mas pelo direito à cidade. Contudo, Rolnik (2006), explica que o Estatuto da Cidade não tem conseguido alcançar em seus objetivos. Por exemplo, não se verifica nas cidades brasileiras a articulação da política habitacional com a política urbana; a especulação imobiliária e o elevado preço da terra têm contribuído para a construção de habitações populares em espaços desprovidos de uma infraestrutura ajustada às necessidades da população de baixa renda. A ausência da regularização fundiária, por outro lado, acaba por cooperar para o avanço desordenado das habitações e não tem prevenido o crescimento imobiliário irregular nos municípios.

Além do Estatuto das Cidades, houve uma outra vitória que foi a implantação do Ministério das Cidades e do Conselho das Cidades e da Criação do Fundo Nacional de Moradia, em 2003, bem como do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), em 2005.

2.1.2. Habitação no Brasil no século XXI: Das novas perspectivas do governo Lula ao retrocesso do governo Temer e início do governo Bolsonaro

O governo inaugurado em 2003 representa um marco na política habitacional e urbana brasileira. Em 2003, no início do Governo Lula (2003-2006) foi criado o Ministério das Cidades (MTCidades), que incorporou as atribuições relacionadas com mobilidade e transporte urbanos. Com a criação do Ministério das Cidades novos programas habitacionais foram desenhados e alguns deles com a nítida intenção de canalizar recursos prioritariamente para a faixa de renda de até cinco salários mínimos. Ou seja,

o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, começa a implementar mudanças com a criação do Ministério das Cidades, que passa a ser o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano e, dentro dela, pela Política Setorial de Habitação. Integram o Ministério das Cidades: a Secretaria Nacional de Habitação, a Secretaria Nacional de Programas Urbanos, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e a Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana (PNH, 2004, p. 10)

Nesse período a Política de Habitação se inscreve dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe a casa, incorpora o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir direito à cidade. Dentro de um modelo participativo e democrático que reconhece a participação nas políticas públicas como direito dos cidadãos. O Ministério das Cidades, em 2003, articulou a realização das Conferências municipais, regionais e estaduais das cidades, que contou com a participação de amplos segmentos da população, em cerca de 3.400 municípios. Nessas Conferências foram debatidos os problemas das cidades e apresentadas sugestões visando a elaboração das políticas a serem adotadas por esse Ministério. Em outubro de 2003 foi realizada a Conferência Nacional das Cidades, da qual resultou a criação do Conselho das Cidades e a aprovação das diretrizes para nova Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNH, 2004).

O Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Habitação (SNH), passa a ser o órgão central responsável pela formulação da Política Nacional de Habitação, que deve ser articulada com a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e com as políticas ambientais e de inclusão social. Em específico, caberá ao Ministério, conforme a PNH (2004, p. 21), subsidiado pelo Conselho das Cidades o que se segue:

definir as diretrizes, prioridades, estratégias e instrumentos da Política Nacional de Habitação dentre eles, o Plano Nacional de Habitação; elaborar o marco legal da

Política Nacional de Habitação e do Sistema Nacional de Habitação; definir critérios e regras para aplicação dos recursos no Sistema Nacional de Habitação, incluindo a política de subsídios; coordenar a implementação do Sistema Nacional de Habitação; elaborar orçamentos, planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos a serem aplicados em habitação; oferecer subsídios técnicos para a criação de Fundos e respectivos Conselhos estaduais, do Distrito Federal, regionais e municipais com o objetivo de incentivá-los a aderirem ao SNHIS; firmar termos de adesão ao SHIS com Estados, Distrito Federal e Municípios; instituir sistema de informações para subsidiar a formulação, implementação, acompanhamento e controle das ações no âmbito do SNH, incluindo o cadastro nacional de beneficiários das políticas de subsídios; gerir o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, ouvido o Conselho Gestor do Fundo; propor mecanismos que possam dinamizar o mercado secundário de títulos lastreados em recebíveis imobiliários e, por conseguinte, o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI).

Além das atribuições citadas acima, caberá ao Ministério das Cidades, ainda segundo a PNH (2004), participar das deliberações do Conselho Monetário Nacional, sobre a regulação SFH, de modo a viabilizar a execução da Política Nacional de Habitação, bem como criar estrutura própria para exercer, em caráter complementar ao Conselho Monetário Nacional e ao Banco Central do Brasil, as atribuições de credenciamento, auditoria e fiscalização de agentes voltados ao desenvolvimento urbano, que englobam os agentes do SFH de natureza não financeira.

A Política Nacional de Habitação visa, como citado na PNH (2004), promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente o de baixa renda, contribuindo, assim, para a inclusão social. Nessa perspectiva, essa política tem como componentes principais: Integração Urbana de Assentamentos Precários, urbanização, regularização fundiária e inserção de assentamentos precários, a provisão da habitação e a integração da política de habitação à política de desenvolvimento urbano, programas de provisão, urbanização e modernização da produção habitacional a serem implementados a partir das prioridades regionais de intervenção e critérios para a distribuição regional de recursos, de acordo com perfil do déficit habitacional no âmbito nacional.

A Política Nacional de Habitação deve:

universalizar o acesso à moradia digna em um prazo a ser definido no Plano Nacional de Habitação, levando-se em conta a disponibilidade de recursos existentes no sistema, a capacidade operacional do setor produtivo e da construção, e dos agentes envolvidos na implementação da PNH; promover a urbanização, regularização e inserção dos assentamentos precários à cidade; fortalecer o papel do Estado na gestão da Política e na regulação dos agentes privados; tornar a questão habitacional uma prioridade nacional, integrando, articulando e mobilizando os diferentes níveis de governo e fontes, objetivando potencializar a capacidade de investimentos com vistas a viabilizar recursos para sustentabilidade da PNH; democratizar o acesso à terra urbanizada e ao mercado secundário de imóveis; ampliar a produtividade e melhorar a qualidade na produção habitacional; e incentivar a geração de empregos e renda dinamizando a economia, apoiando-se na capacidade que a indústria da construção apresenta em mobilizar mão-de-obra, utilizar insumos nacionais sem a necessidade de importação de materiais e

equipamentos e contribuir com parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB). (PNH, 2004, p. 13)

Além disso, a Política Nacional de Habitação será regida pelos seguintes princípios: direito à moradia, enquanto um direito humano, individual e coletivo, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Brasileira de 1988, uma vez que, o direito à moradia deve ter destaque na elaboração dos planos, programas e ações, colocando os direitos humanos mais próximos do centro das preocupações de nossas cidades. São princípios também:

a moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais; função social da propriedade urbana buscando implementar instrumentos de reforma urbana a fim de possibilitar melhor ordenamento e maior controle do uso do solo, de forma a combater a retenção especulativa e garantir acesso à terra urbanizada; questão habitacional como uma política de Estado uma vez que o poder público é agente indispensável na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão da moradia e na regularização de assentamentos precários, devendo ser, ainda, uma política pactuada com a sociedade e que extrapole um só governo; gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos; e articulação das ações de habitação à política urbana de modo integrado com as demais políticas sociais e ambientais (PNH, 2004, p. 16).

Com objetivo de promover o direito à moradia digna, constata-se que ao longo do governo Lula foram criados novos programas, como o Crédito Solidário, em 2004, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o programa de Urbanização de Favelas, em 2007, e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), em 2009, além de diversas iniciativas complementares, como: redução de custas cartoriais e o marco da regularização fundiária, que permitem afirmar que existiu, ao menos em elaboração, uma Política Nacional de Habitação. Conforme Costa (2014, p.11),

Em 2007, o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Informa que o principal objetivo do programa consiste em aquecer a economia nacional com o foco voltado para o social. Neste sentido, contempla investimentos setoriais em infraestrutura energética, logística e urbana, além de ampliar a transferência de recursos para a habitação social. A inclusão do eixo “urbanização de assentamentos precários” visava extrapolar as políticas de cunho apenas compensatório, voltadas para o campo da habitação, reforçando o direito à cidade e à moradia digna. São ações que procuram promover uma “melhoria do ambiente de investimentos” e definir no país uma carteira de projetos de infraestruturas.

Dentre os programas citados, o principal voltado para a habitação no governo Lula foi o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, do Ministério das Cidades, lançado em abril de 2009 com a meta de construir um milhão de moradias, totalizando R\$ 34 bilhões de subsídios para atender famílias com renda entre 0 a 10 salários mínimos. Além de seu objetivo social, esse programa, ao estimular a criação de empregos e de investimentos no

setor da construção, também foi uma reação do governo Lula à crise econômica mundial do fim de 2008.

Como nos outros grandes programas federais para produção de moradia (a FCP e o BNH), a iniciativa privada é protagonista na provisão de habitações também no Programa Minha Casa Minha Vida, pois 97% do subsídio público são destinados à oferta e produção direta por construtoras privadas e apenas 3% a cooperativas e movimentos sociais.

Segundo a lei nº 12.424/2011, o PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais. O programa, em sua primeira versão, na área urbana, é dividido por 3 faixas de renda mensal:

Quadro 1: Faixas de renda do PMCMV.

RENDA FAMILIAR MENSAL	FAIXA DO MCMV	CARACTERÍSTICA
Até R\$ 1.800,00	FAIXA 1	Até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de, no máximo, R\$ 270,00, sem juros.
Até R\$ 2.350,00	FAIXA 1,5	Até R\$ 45.000,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano.
Até R\$ 3.600,00	FAIXA 2	Até R\$ 27.500,00 de subsídio, com 6% a 7% de juros ao ano
Até R\$ 6.500,00	FAIXA 3	8,16% de juros ao ano

Fonte: <https://www.cidades.gov.br>

De acordo com dados do Ministério das cidades (2016), no caso dos agricultores familiares e trabalhadores rurais, a renda anual da família deve ser de até R\$ 78.000,00²⁸. Para as faixas 1 e 2, a meta é produzir 400 mil unidades habitacionais. Já a faixa 3 tem por meta construção de 200 mil unidades habitacionais.

De acordo com o manual da CEF (2009) do PMCMV, o programa tem como objetivo atender às necessidades de habitação da população de baixa renda nas áreas urbanas, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade. O PMCMV foi criado para atender moradores de centros urbanos, de acordo com as faixas de renda bruta mensal das famílias, agrupados nas seguintes formas de atendimento: Renda até R\$ 1.800,00 - Podem ser atendidas pelas modalidades da FAIXA 1: MCMV Faixa 1, MCMV Entidades, ou MCMV Financiamento; Renda até R\$ 6.500,00 -

²⁸As famílias podem ser enquadradas em três grupos de rendas, conforme renda familiar anual: **Grupo I:** famílias com renda até R\$ 17.000,00/ano. **Grupo II:** famílias com renda de R\$ 17.000,01 a R\$ 33.000,00/ano. **Grupo III:** famílias com renda de R\$ 33.000,01 a R\$ 78.000,00/ano. (<http://www.caixa.gov.br/>)

Podem ser atendidas apenas pela modalidade MCMV Financiamento, dividida em FAIXA 1,5, FAIXA 2 ou FAIXA 3.

O programa concede financiamento diretamente aos beneficiários (Pessoa Física) ou à Entidade Organizadora (Pessoa Jurídica), que reúne os beneficiários, utilizando recursos provenientes do Orçamento Geral da União — OGU, depositados no Fundo de Desenvolvimento Social — FDS. Conforme Decreto nº 103, de 22 de abril de 1991, o Fundo de Desenvolvimento Social é destinado ao financiamento de projetos de investimentos de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários.

O PMCMV foi criado a partir da publicação da lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, e suas alterações. Essa lei dispõe sobre as regras do programa Minha Casa Minha Vida e direciona ao poder executivo a regulamentação do programa Nacional de Habitação Urbana — PNHU. Os critérios para fazer parte do programa são a renda familiar compatível com a modalidade; famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por auto declaração; famílias que façam parte pessoas com deficiência; famílias residentes em áreas de risco, ou insalubres, ou que perderam a moradia em razão de enchente, alagamento, transbordamento, ou em decorrência de qualquer desastre natural do gênero, comprovado por declaração do ente público.

Para “os mais pobres”, o subsídio proposto é elevado, pois corresponde entre 60% a 90% do valor do imóvel. Os recursos desse programa provêm da União e do FGTS e são destinados à oferta e produção direta por construtoras privadas e somente 3% dos recursos são reservados a entidades sem fins lucrativos, cooperativas e movimentos sociais, para a produção de habitação urbana e rural por autogestão.

De acordo com Vallina (2014) há uma nítida priorização da iniciativa privada como agente central da implementação deste pacote habitacional, e é pertinente frisar que uma política habitacional que pretenda assegurar o direito à moradia adequada— o que não é o caso do programa habitacional federal em foco - obrigatoriamente deve atingir o sistema da propriedade privada, na qual a habitação considerada um bem enquanto mercadoria deve numa outra lógica ser pensada como um bem social a ser provido pelo Estado.

Em resumo, o histórico das políticas nacionais para a habitação mostra como os principais programas nacionais tornaram o problema habitacional – que é uma obrigação do Estado e um direito de todos os brasileiros - uma questão de mercado, ao repassar para o setor privado o protagonismo na produção de habitações a serem financiadas. Tal modelo, baseado na lógica de mercado, fez com que as unidades produzidas sempre fossem concebidas como

mercadorias, rentáveis aos seus proponentes, o que explica o fato das políticas sempre terem atingido, predominantemente, a classe média e terem atendido aos interesses do empresariado da construção civil.

A distorção da política habitacional se revela com a incompatibilidade da finalidade social da política habitacional com o modo empresarial de produção da moradia (MOTTA, 2010). Na impossibilidade de conciliação, os interesses dos empresários influenciaram (e até certo ponto determinaram) os investimentos públicos para habitação e o público para o qual eles são direcionados, em detrimento da função social da política habitacional. A integração entre provisão habitacional e desenvolvimento econômico tem estimulado o setor de construção civil e a geração de empregos. No entanto, os recursos que deveriam ser destinados à habitação social foram desviados de seu objetivo principal. O crédito passou a ser usado para estimular a acumulação de capital e redistribuição de riqueza e renda aos grupos de maior poder aquisitivo (COSTA, 2008).

Nessa perspectiva, Cardoso e Jaenisch (2017) relatam que até dezembro de 2010 estavam concluídas as contratações previstas e a Caixa Econômica já tinha uma demanda de novos empreendimentos para contratação. Para Moreira (2003, p.21),

a primeira etapa do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) cumpriu, (pelo menos no papel), a meta de oferecer, entre 2009 e 2011, um milhão de casas à população com renda de até dez salários mínimos. De acordo com relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), até o fim de 2010, pouco mais de um milhão de contratos para a construção ou financiamento de unidades habitacionais já haviam sido firmados, ou 100,4% da meta do programa. No entanto, do total de casas e apartamentos contratados, até este momento somente 238 mil (23%) tinha sido entregues.

Contudo, em relação ao déficit habitacional do país, ao lançar o programa, o governo Lula tinha como meta reduzir esse déficit - que, em 2009, era calculado em 5,7 milhões de domicílios pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Maricato (2018) afirma, porém, que nem sempre construir moradias é a melhor forma de reduzir o déficit, pois o índice contabiliza moradias precárias, muitas das quais poderiam se adequar aos padrões com reformas.

Segundo o governo federal, o PMCMV contratou a construção de cerca de 5 milhões de residências, o que o torna o maior programa habitacional da história do país. A Caixa diz que 14,7 milhões de pessoas - o equivalente a 7% da população brasileira - já receberam moradias pelo programa. Entre as unidades contratadas, cerca de 39% se destinavam à faixa 1, 49%, à faixa 2, e 12%, à faixa 3. Maricato (2018) afirma que, ao lançar o primeiro Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), em 2007, o governo ainda destinou investimentos significativos para a urbanização de favelas, mas que esses recursos foram minguando à

medida que o governo passou a priorizar a construção de casas novas. Para a autora, construir residências era importante, mas descuidar das favelas e periferias foi um grande erro, pois tem que fazer as duas coisas ao mesmo tempo.

Essas construções se deram, de acordo com Maricato (2018) para tentar atenuar os efeitos da crise financeira global, ou seja, o governo Lula buscou estimular a construção civil. Muitas empresas do setor estavam descapitalizadas e assim o PMCMV veio como uma luva: as empreiteiras e os incorporadores imobiliários privados se reuniram em torno dele. E para as construtoras participantes, uma das maneiras de ampliar os lucros é economizar na compra dos terrenos, por isso muitas buscaram áreas mais baratas nos arredores das cidades, o que passou a ser um outro problema.

Em 2011, já no governo Dilma é relançado o programa, com a denominação PMCMV 2. Conforme Cardoso e Jaenisch (2017) frente ao “sucesso institucional e político” do PMCMV, a recém-eleita Presidenta Dilma Rousseff decidiu lançar uma segunda edição do Programa ainda no ano de 2011, contando com ele para ampliar o seu capital político e reforçar os bons índices de aprovação que tinham sido herdados do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em contexto econômico pós-crise e com a economia em franca recuperação.

Cardoso e Jaenisch (2017) afirmam que embora, na segunda fase, as contratações e a execução das obras tenham seguido um ritmo mais lento do que na fase anterior e os meios de comunicação tenham começado a veicular críticas relacionadas aos problemas enfrentados pelos novos empreendimentos, o PMCMV manteve sua centralidade na agenda governamental até a campanha eleitoral de 2014. Em meio a esse processo, chegou a ser anunciado pelo governo o lançamento de uma terceira fase do programa para o ano de 2015, o que não se realizou.

Os mesmos autores ressaltam que apesar dos primeiros indícios de recessão, que começaram a se tornar visíveis no ano de 2014, a atividade imobiliária manteve-se em níveis relativamente estáveis, principalmente por conta da expansão do crédito, que atingiu o recorde histórico de 9,8% do PIB. Essa expansão se deveu ao crescimento dos empréstimos com base no FGTS (em parte decorrentes ainda da implementação da segunda fase do PMCMV) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). Esse último manteve relativa estabilidade (com baixa taxa de crescimento) em relação aos valores atingidos em 2013, mas o saldo de depósitos na caderneta de poupança caiu, anunciando um desequilíbrio entre o saldo disponível e a demanda de crédito, que continuava a ser estimulada.

Segundo Cardoso e Jaenisch (2017) no ano de 2015, os efeitos da crise econômica levaram a uma retração significativa dos financiamentos, que passam a ser sustentados

unicamente a partir da expansão do crédito direcionado provido pelos bancos públicos, que passou de cerca de um terço a quase 50% do total do crédito ofertado (R\$ 1,58 trilhões contra R\$ 1,64 trilhões), enquanto o crédito livre reduziu seu crescimento, em uma tendência já prevalecente desde 2008. No final de 2008, o saldo total de crédito representava 39,7% do PIB, sendo apenas 12,9% referentes ao crédito público direcionado. Já no final de 2015, o crédito total passa a representar 54,3% do PIB, sendo 26,7% referentes ao crédito público direcionado. Mas, nesse mesmo ano, o crédito direcionado também começa a ser reduzido e o financiamento imobiliário via SBPE perde participação relativa, devido à queda no saldo dos depósitos da poupança. Os autores acrescentam:

A Caixa Econômica Federal – agente público responsável por cerca de 70 % do crédito imobiliário total – estabelece em maio de 2015 um conjunto de mudanças visando conter a demanda por créditos novos: por duas vezes (primeiro, em janeiro, e depois, em abril desse mesmo ano) os juros são aumentados e o limite de valor financiável reduzido para 90% no caso de imóveis novos, de 80% para 50% no caso de imóveis usados, e de 70% para 40% no caso de imóveis financiados via SFI. Esses parâmetros voltaram a ser alterados em março de 2016 (já num ambiente de aguda crise política e próximo ao lançamento do PMCMV 3) em uma perspectiva de voltar a aquecer o mercado imobiliário. Nesse momento, o valor financiável para imóveis usados voltou a ser aumentado para 70% para os demandantes em geral e para 90% para servidores públicos (CARDOSO E JAENISCH, 2017, p. 16).

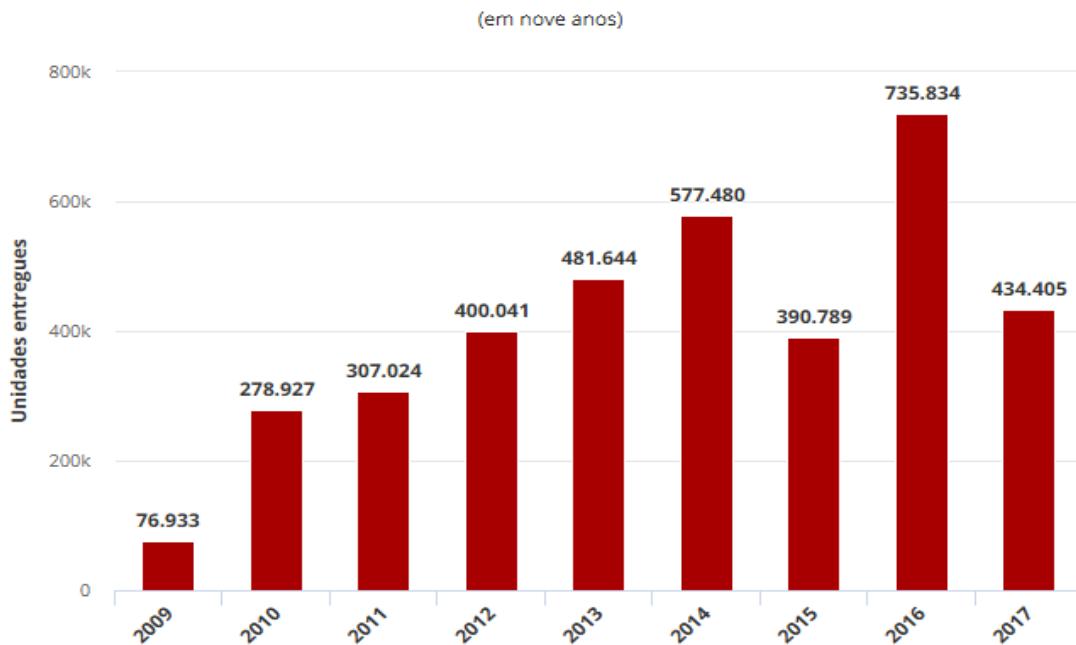
No início de 2016, Dilma Rousseff lançou o PMCMV 3, já com o processo de impeachment tramitando junto à Câmara. O Programa foi suspenso quando Michel Temer assumiu o poder e não há notícias sobre a sua retomada. Dias e Camargos (2017) explicam que o governo, chefiado por Michel Temer, apostou em amplas e radicais reformas econômicas, claramente voltadas para o benefício do capital financeiro e do setor rentista. Segundo os autores, o PMCMV foi definitivamente abandonado e as propostas do novo Ministério das Cidades, voltaram-se, no governo Temer, para programas de baixo impacto e com alto potencial clientelista (e também potencializadores da informalidade), como o cheque construção. O que se têm na área de habitação hoje são sobras dos governos Lula e Dilma, como o Minha Casa, Minha Vida.

Segundo Dias e Camargos (2017) houve por parte da CEF uma redução dos financiamentos e aumento dos juros para a compra de imóveis. A política habitacional pós-golpe não existe. O ano de 2016 representou uma grande regressão na habitação popular. Não houve nenhuma nova contratação na modalidade do Minha Casa Minha Vida Entidades e também na Faixa 1 do programa.

Isso representa como explicam Dias e Camargos (2017), um grande retrocesso, porque milhares de famílias, em todo o país, estão aguardando a sua moradia ser construída, mas estão vendo que o governo não disponibiliza nenhuma nova contratação. Todas as

contratações de moradia desde a posse de Temer concentraram-se nas faixas 2 e 3 do programa, voltado às famílias com renda bruta de R\$ 2.351 a R\$ 6.500. As duas faixas respondem por apenas 16% do déficit habitacional, que hoje é de 6 milhões de famílias. Abaixo podem ser visualizadas as unidades habitacionais entregues.

Gráfico 2: Unidades entregues do PMCMV em 9 anos



Fonte: www.brasildebate.com.br

Ainda conforme Dias e Camargos (2017) o governo Temer trata a moradia como mercadoria, com a ampliação das linhas de crédito para imóveis de alto padrão, aumentando o teto do valor dos imóveis financiados pela Caixa, de 1,5 milhão para 3 milhões de reais. O governo está indo na contramão do que deveria ser feito para reduzir o déficit habitacional do país, principalmente no momento em que milhares de trabalhadores estão perdendo seus empregos e não têm condições de pagar aluguel.

Em 2017, o governo Temer derrubou pela metade o volume de crédito destinado ao financiamento de imóveis com dinheiro da poupança. Em 2014, antes do golpe, os recursos para habitação atingiram recorde, de acordo com dados do Ministério das Cidades. A redução do papel do Estado é exatamente o contrário do que necessita no Brasil. O cenário ficou ainda pior com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que congelou por 20 anos as despesas/investimentos sociais, a serem corrigidos apenas pelos índices de inflação. Em um setor crítico como o habitacional, o cumprimento do sexto artigo constitucional que garante a

moradia como direito social ensejaria uma postura estatal de permanente aumento dos investimentos para atendimentos de necessidades habitacionais diversas, históricas e futuras.

Dias e Camargos (2017) afirmam que um dos efeitos mais cruéis da política econômica recessiva e ortodoxa do governo de Michel Temer é a paralisação dos investimentos. E essa mudança de paradigma vai afetar os municípios já que o programa gera empregos e tributos. Para os autores, todo esse cenário revela o descaso de Temer com os programas de habitação popular. Durante o governo Temer não houve contratação de moradia para os mais pobres e não houve recursos para urbanização de favelas.

No governo atual, do presidente Bolsonaro²⁹, a situação torna-se ainda mais grave, devido ao fato do presidente ter extinguido nos primeiros dias do seu mandato vários ministérios, dentre eles, o Ministério das Cidades através da MP 870/2019. No Brasil, como vimos, pôde-se observar uma tendência a uma retomada das questões referentes à política urbana, num primeiro momento, através da criação do Ministério das Cidades. Tal ministério assumiu um papel de difusor da política urbana federal através das realizações das Conferências das Cidades locais, regionais, estaduais e nacionais. O ministério das cidades representou um avanço na política urbana no país. Fica-nos assim, o questionamento de como será o futuro da política habitacional e de urbanização no Brasil, uma vez que, o fim do Ministério das Cidades pode representar o desmonte das políticas urbanas no Brasil.

Feita esta recapitulação de como foram delineadas as políticas públicas voltadas à resolução da questão da habitação no país, é importante entendermos como tal questão se tornou um problema também no estado do Amazonas. Em linhas gerais, em Manaus a apropriação do espaço e a consolidação de moradias não obedeceu a uma lógica diferente de outros estados brasileiros, houve o processo de urbanização e conseqüentemente a ocupação desordenada, conforme trataremos adiante.

2.2. Habitação em Manaus: O processo de ocupação da cidade

As sociedades ao longo da história, vão imprimindo marcas por meio do modo de apropriação do espaço, isto segundo Lefebvre (2001), resulta no uso do espaço, que por sua vez, é a materialização concreta de relações sociais que se realizam, sendo reproduzidas paulatinamente. Conforme assinala Carlos (2001) os diversos elementos que compõem a

29 Foram feitas também reduções drásticas no orçamento deste ano para Moradia, que passa a ser de R\$ 4,6 bilhões (em 2014 era 15,7), e para saneamento básico: R\$271 milhões (em 2014 era 1,7 bilhões). (www.senado.br)

existência comum dos homens inscrevem-se em um espaço; deixam aí suas marcas. Lugar onde se manifesta a vida, o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade. Reproduzido ao longo de um processo histórico ininterrupto de constituição da humanidade, este é também o plano da reprodução. Ao produzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço (CARLOS, 2001).

Para Lefebvre (2001) a sociedade ao transformar a natureza produz e reproduz diferentes espaços, assim, o espaço torna-se resultado de processos sociais, sendo também meio e condição para esses processos. De acordo com o mesmo autor, o espaço é ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação, ou seja, são as atividades executadas pela sociedade nas suas mais variadas dimensões que fazem com que esse espaço seja reproduzido constantemente.

Lefebvre (2001) explica que o homem produz, reproduz e consome o espaço geográfico. Dentre as muitas formas de consumo do espaço, pode-se mencionar ser a destinada à habitação e moradia³⁰ as mais prementes. Habitar é necessidade vital para o ser humano. Para Souza (2016) produzir a moradia é sinônimo de reproduzir da vida.

Souza (2016) afirma que em se tratando da produção das moradias em Manaus, o pensamento é guiado a pensar nas ocupações urbanas, devido as formas como as ocupações intervêm na produção da cidade, pois a cidade espraiou-se, modelou-se, produziu-se e reproduziu-se em função do processo de ocupação. Conforme a mesma autora para se pensar em ocupação, primeiramente é necessário compreender que, ao ocupar um terreno, a dimensão do planejado foge ao controle do poder público e aloja-se nas mãos dos ocupantes que passam a programar sua vida sem a intervenção do Estado.

O Estado do Amazonas tem 62 municípios dos quais, Manaus é a capital e a cidade mais populosa da Amazônia. Manaus é um dos principais centros urbanos da região Norte. Conta com 2.130.264 habitantes, de acordo com dados do IBGE (2017) e tem uma área de 11.401,092 km² e densidade demográfica de 158,06 hab./km² (IBGE, 2015). A capital do Amazonas é uma cidade singular, encravada no meio da floresta amazônica e abraçada pelos Rios Negro e Solimões que se fundem originando o Rio Amazonas e teve o início de seu processo de ocupação datado do final do século XV.

A concentração urbana produziu e tem produzido profundas alterações na paisagem da cidade de Manaus, de acordo com Oliveira e Costa (2007). Isso decorre das transformações

³⁰ Por habitação se entende a estrutura material que abriga e serve de referência para uma pessoa ou para uma família; por habitat se entendem as condições da localidade em que se encontra a habitação; e, por moradia se entende uma exigência que decorre da própria situação humana, referente à necessidade de o homem proteger-se das intempéries e possuir um espaço que sirva como referencial para sua vida social (MEDEIROS, 2016).

na forma de ocupação e uso do solo urbano, do processo de especulação imobiliária e valorização das áreas centrais, vendo-se acelerar, especialmente nas últimas décadas, a configuração de um novo arranjo espacial.

O processo de construção da cidade de Manaus, para Oliveira e Costa (2007), revela uma lógica contraditória havendo na cidade verdadeiros mundos distintos; um construído a partir de realidade urbana voltada ao desenvolvimento e tecnologia, personificando a modernidade; e outro, que graças a concentração de renda e a falta de oportunidades equitativas traz no seu bojo a exclusão e a segregação social.

Ao analisarmos a configuração espacial de Manaus com base em seus bairros, observa-se claramente que a cidade tem seu crescimento horizontalmente, espraiando-se³¹ pelas áreas verdes inabitadas conotando a impressão de ausência de planejamento, bem como a ausência de políticas públicas habitacionais e de investimentos em infraestrutura urbana.

De acordo com Dias (2007) a cidade sofre seu primeiro surto de urbanização, graças aos investimentos propiciados pela acumulação de capital, via economia rural extrativista-exportadora, especificamente a economia do látex, em 1890. Para a autora, a cidade se adequa a configuração diferente, ou seja, ao novo estilo de vida, em decorrência do processo de construção de infraestrutura urbana e de embelezamento da cidade em decorrência de recursos advindos da borracha. Acrescenta ainda, que antes as casas que possuíam estrutura de madeira, é em parte substituída pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha e os igarapés são aterrados e sobre os quais são construídas avenidas como é o caso da Avenida Eduardo Ribeiro. Todas essas modificações baseadas nos discursos de higienização e embelezamento se configuram no imaginário de uma elite local como a “Paris dos Trópicos”, como já abordado no capítulo anterior.

Contudo, de acordo com Oliveira (2003) o final dos anos 20 que parecia promissor para os países capitalistas, revela-se uma catástrofe. Manaus passará por um período de crise econômica com a queda da bolsa de Nova Iorque, em 1929, que abalou a economia mundial em decorrência da crise nos Estados Unidos, com repercussão também na cidade de Manaus.

Durante essas décadas Manaus presencia um novo processo no que diz respeito ao surgimento dos bairros: a ocupação de terras. Inicialmente, pode-se afirmar que Manaus

³¹ Espriamento é o termo usado para a expansão horizontal das cidades, ou espalhamento, muito antes de atingir uma densidade demográfica ideal nas áreas já consolidadas. É assim que nascem os bairros que surgem a uma maior distância do centro do que o resto da cidade. As periferias dos grandes centros urbanos brasileiros cresceram de forma descontrolada, expandindo o tecido urbano. É lá que foram morar os mais pobres, longe de seus empregos e muitas vezes em áreas de risco à ocupação. Isso gera uma grande demanda por serviços, que ficam sem atendimento. Quando as áreas centrais valorizam demais, o preço do metro quadrado fica caro para a população mais pobre, que busca novos espaços. (<http://arquiteturaurbanismotodos.org.br>)

especialmente espalhou-se em direção ao sul e nessa zona passou a abrigar em 1920 o Beco do Emboca, atual bairro de Santa Luzia, cujo surgimento e crescimento foram impulsionados pela instalação da fábrica de pau-rosa Triunfo.

Já na década de 1930, Souza (2016) explica que a espacialidade brasileira é modificada pelo aumento da população nas cidades e pela instalação de um novo modelo produtivo, o da industrialização, tendo como principal acontecimento a Revolução de 1930, estabelecendo assim, um novo padrão de produção e conseqüentemente de consumo, com um novo modelo de valores sociais e uma cultura predominantemente urbana. No caso de Manaus, segundo Oliveira (2003, p. 54), neste período a cidade apresenta grande número de imigrantes, tanto do interior do Estado como de outras cidades iniciando um crescimento de casas de palha, palafitas e flutuantes margeando os igarapés do Centro e dos novos bairros. A atual paisagem se contrapõe à “Paris dos Trópicos” herdada do apogeu da borracha. Com isso, a região norte passa por um período de “abandono” político e econômico. Oliveira (2003) afirma ainda que após três décadas de crise era muito mais fácil aguardar os acontecimentos. Segundo Barbosa (2009, p. 33), ainda na década de 1930,

a urbe tem seu crescimento voltando-se mais para leste com o hoje bairro Colônia Antônio Aleixo, que abrigava os nordestinos advindos a Manaus com a missão de reavivar os seringais da borracha.

Essa política foi implementada sem êxito pelo então presidente da República Getúlio Vargas, que para executá-la liberou verbas destinadas à construção de 16 pavilhões com o objetivo de abrigar os nordestinos que, ao constatarem o fracasso do reavivamento, retiraram-se dos pavilhões. No entanto, a autora explica que a partir de 1940, em função de estarem inseridos numa área isolada do restante da cidade, os pavilhões foram reaproveitados como “leprosário”³², atitude pioneira no país. Ainda conforme Barbosa (2009) a criação dos pavilhões onde os nordestinos eram abrigados foi um prenúncio de que Manaus expandir-se-ia ainda mais.

No entanto, na contramão do isolamento, houve, em 1938, no sentido centro-sul, a criação do bairro do Parque Dez de Novembro, que teve importância significativa na

³² A hanseníase ou lepra, como é conhecida popularmente, é uma doença envolta em tabus e crenças de natureza simbólica e cercada por um forte estigma, desde épocas remotas e entre os mais diferentes povos. As deformidades causadas pela doença sempre degradaram a imagem do indivíduo favorecendo a sua estigmatização. Justificado pelo aumento dos casos de hanseníase e da necessidade de proteger a sociedade, as autoridades amazonenses espelhadas nas condutas praticadas na Europa, buscaram criar locais para a segregação e controle de pacientes. Foi com este fim que surgiu o leprosário Colônia Antônio Aleixo. Lá os pacientes portadores da doença que eram tirados de suas famílias ficavam segregados na esperança de cura e retorno para a sociedade. (ALVES E OLIVEIRA, 2011, p.12).

produção da espacialidade de Manaus em função do balneário que nele existia e fornecia à população, nos finais de semanas, relaxamentos em suas águas cristalinas e geladas. Barbosa (2009) explica que ainda no período referente aos anos de 1940, bairros como Crespo, São Francisco e Aparecida passam a integrar o urbano de Manaus.

O primeiro foi loteado pelo comerciante português Antônio Crespo, cuja área oficializou-se como bairro a partir de 1950, época em que Estado interferiu diretamente por meio da implementação de melhorias e distribuição de lotes. Em se tratando do bairro de São Francisco, ainda de acordo com Barbosa (2009) ele surge em 1947, pela necessidade dos trabalhadores em residir nas proximidades da fábrica de carvão, ali instalada. Esse bairro possui específica relevância no que tange ao crescimento espacial de Manaus. Sua origem se deve à empreitada do coronel Alexandre Montoril que, em 1951, loteou as terras e deu início ao processo de urbanização do bairro que, posteriormente, abrigou os ribeirinhos tanto da orla de Manaus como do interior do Amazonas, que sofreram com a grande cheia de 1953. Essas pessoas foram beneficiadas com lotes de terras para assim darem prosseguimento às suas vidas, no momento em questão, ameaçada pela cheia do rio Amazonas e seus afluentes (BARBOSA, 2009, p. 37).

A partir de 1947, Barbosa (2009) cita que em expansão ao centro-sul, acompanhando a linha do trem, surge acanhadamente o bairro Nossa Senhora das Graças. Os seus primeiros moradores eram os paraibanos que estavam saindo dos seringais e procurando na cidade melhores oportunidades de vida. O crescimento espacial de Manaus estava apenas iniciando. Ao longo das décadas de 1950 e 1960 a área urbana crescia e se interiorizava, em todas as direções. Novos bairros se formaram:

a leste – Imboca, Sta. Luzia, Morro da Liberdade, Raiz, Crespo, São Lázaro, Betânia, São Francisco, e Petrópolis; a oeste – Santo Antônio, Glória e Compensa; ao norte – São Geraldo, Chapada, São Jorge e Vila Amazônica e Adrianópolis. Também se consolidou a Cidade Flutuante, que ocupou extensa faixa de espelho-d'água do rio Negro, junto à sua margem esquerda e em ambos os lados do porto, até o igarapé do Educandos, a leste, e o igarapé de São Raimundo, a oeste. Esta aglomeração fluvial era formada por centenas embarcações que abrigavam, além de moradias, as mais diversas atividades, como comércio variado e serviços (BARBOSA, 2009, p. 35).

Ainda na década de 1950,

o bairro de Petrópolis, que também abrigou famílias atingidas pela cheia de 1953, assim como o São Francisco, origina-se mediante loteamento. Com relação ao bairro de São Jorge, seu surgimento ocorreu entre os anos 40/50, na parte noroeste da cidade, ainda despovoada. Quanto ao bairro São Lázaro, esse surgiu com a fixação dos ex-seringueiros, em sua maioria nordestinos, que em função da redução e/ou extinção das atividades concernentes ao seu ofício buscavam, em sua vinda a Manaus, alternativas para garantirem seu sustento. Com isso, a espacialidade da cidade passa a ser modelada mediante a necessidade do outro, seja ele o nordestino, o ex-seringueiro (incluem-se aqui os não nordestinos) e o interiorano (BARBOSA, 2009, p. 35-36).

O fato é que a necessidade dessas pessoas se materializou na busca pela sobrevivência, e a casa é condição necessária à reprodução da vida. O nordestino veio a Manaus refugiado da seca, os ex-seringalistas após a crise da borracha em busca de alternativas econômicas para continuar vivendo³³ e o interiorano refugiou-se da grande cheia dos rios vivenciada por eles em 1953.

Nesse período Barbosa (2009) informa que surge em Manaus a cidade flutuante³⁴, também determinante para a produção da espacialidade da urbe. No entanto, em 1965, Ribeiro Filho (1999, p. 55) explica que no governo de Arthur Reis, as residências da cidade flutuante foram gradativamente removidas³⁵; todavia, “ao contrário do que o governo dizia, a retirada das moradias flutuantes se deu em função do aspecto paisagístico do local que incomodava o portal de entrada da cidade, das dificuldades de acesso da navegação e, principalmente, a implantação do projeto Zona Franca de Manaus”. Santos (1998) corrobora com essa explicação ao dizer que a população da “cidade flutuante” foi retirada e lançada à própria sorte.

A remoção foi um processo desenvolvido pelo governo estadual e determinado por aspectos políticos e econômicos da realidade local, evidentemente, relacionados à implantação da ZFM, que necessitava de um cenário mais adequado à nova ordem da industrialização. Contudo, a história mostrou que vários bairros surgiram das ocupações promovidas pela população oriunda dessa “cidade”, um dos pontos da ocupação foi o bairro da Compensa. Santos (1998) salienta que como mecanismo de pressão contra a opressão a que foram submetidos os ex-moradores da “cidade flutuante” pelo processo de remoção, surgiram diversas formas de ocupações na cidade de Manaus.

Em função da remoção das residências, Oliveira (2003) esclarece que os moradores com maior poder aquisitivo foram transferidos para os conjuntos residenciais. Em contrapartida, os desprovidos de renda receberam, segundo o mesmo autor, apenas materiais

³⁴ Conforme Oliveira (2003) essa cidade, assim denominada porque se estruturava por um aglomerado de casas construídas sobre toras de madeira que permitiam sua estabilidade sobre as águas do rio Negro, “representou uma alternativa barata de moradia àqueles que não tinham condições de habitar em terra” propiciando à orla paisagem singular, reflexo da necessidade da habitação pelos habitantes que em Manaus residiam.

³⁵ De acordo com Salazar (1985) a “cidade flutuante” era formada por um contingente populacional que morava em habitações flutuantes sobre as águas do Rio Negro ou em palafitas, à beira rio, nas proximidades do centro da cidade, essa cidade surgiu aproximadamente em 1920, criada de maneira espontânea como alternativa à moradia mais barata, para os que não tinham condições de habitar em terra, e garantia do sustento a suas famílias, visto o comércio que lá se estabeleceu. A população que habitava a “cidade flutuante” foi removida em 1965 sem nenhum planejamento e com alocação incerta das famílias.

para construir suas casas em outro local da cidade. Ainda a propósito desse período pode-se afirmar que

Esses vetores de expansão impulsionaram o crescimento populacional da capital amazonense que, em 1960, pelos dados do IBGE, abrigava aproximadamente 173.703 habitantes, que correspondia a 24,5% da população do Estado. No entanto, a *Paris dos Trópicos* ainda estava por sofrer suas maiores transformações, pois, em 1967, ocorre a criação da Zona Franca de Manaus e com ela a esperança de que Manaus revivesse outra fase economicamente pujante (OLIVEIRA, 2003, p.67).

A situação econômica de Manaus após a economia da borracha deixava transparecer que a cidade dificilmente se ergueria no cenário nacional como uma das grandes capitais econômicas do Brasil até a criação da ZFM. Souza (2016) concebe que a Amazônia passou de “região-problema” a “vazio-demográfico”, da decadência à ascensão, tendo com base em suas políticas de desenvolvimento, a ocupação regional e a integração territorial que se concretiza. Passada a Segunda Guerra Mundial, com o declínio da borracha produzida na região, o governo com base na política de valorização territorial, a fim de integrar o território economicamente e povoar a Amazônia, veio garantir um novo período ao Amazonas e principalmente à cidade de Manaus. A autora salienta que dentre as principais metas estratégicas do Plano de Integração Nacional – PIN estava a construção de estradas, visando à ocupação ao longo dessas e a instalação de redes de comunicação. Tais metas, presentes no I PIN e no I Plano Quinquenal da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1967 a 1971.

Segundo Oliveira (2003) a estratégia empreendida pelo Plano de Desenvolvimento calcada no rodoviarismo tinha como objetivos ligar polos de desenvolvimento, mas o objetivo mais importante do governo federal, com a política de abertura de eixos rodoviários que se consolidaria nos anos 70, era de atrair populações para a Amazônia e integrá-la ao restante do país, principalmente ao centro mais dinâmico – o Centro-Sul.

Souza (2016), por sua vez, identifica que a integração do estado do Amazonas ao restante do país só se concretizou, de fato, com a construção da estrada Manaus-Porto Velho, ligando o Estado ao Centro-Sul do Brasil, acrescida da BR 174, com mais de 900 km de extensão, responsável por conectar Manaus à Roraima e à Venezuela, muito embora a BR 174 tenha sido construída nos anos de 1970, esta estrada só começou a ser pavimentada nos anos de 1990.

Pode-se afirmar que o grande marco no desenvolvimento dessa região veio em 1967, com a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), que com a implantação do Distrito Industrial, mudou de maneira relevante a paisagem urbana, seja pela construção de prédios, seja pela expansão da área urbana da cidade. A cidade, local importante de comercialização

desde a época da borracha tem com a instalação da ZFM um divisor de águas, pois, passa de região “esquecida”, a uma região de grande expectativa em relação a lucros e investimentos realizados a nível federal e estadual, fazendo com que os olhos do mundo se voltem para a implantação do Polo industrial de Manaus - PIM (OLIVEIRA, 2003).

É importante destacar, que os limites da cidade não sofreram grandes mudanças na área urbana até o fim dos anos 1960, sendo as modificações mais significativas a instalação de aproximadamente 500 indústrias no distrito industrial, a partir dos anos 1980.

Segundo Scherer (2005), a ZFM propiciou novo fôlego à economia do Amazonas, pois os modelos de Zonas Francas revelam-se extremamente férteis do ponto de vista da acumulação de capital, que ocorreu expressivamente em Manaus, permitindo assim que a cidade passasse novamente a ser idealizada como o lugar das oportunidades, tornando-se grande polo atrativo para os que almejavam conquistar melhores condições de vida.

Com a criação da ZFM, houve crescimento demográfico e urbano sem prévio planejamento. A grande oferta de empregos trouxe migração tanto do interior do Estado quanto de outras partes do país. Sobre isso, Bentes (2007) afirma:

No Estado do Amazonas, ao mesmo tempo em que Manaus se transformava num dos centros mais dinâmicos da Amazônia, a partir da estruturação da Zona Franca de Manaus, acentuando o seu poder de atração; no interior, fatores de expulsão tomavam vulto devido ao declínio do sistema de aviação, à deterioração de preços relativos e à instabilidade dos preços no mercado dos principais produtos tradicionais; e às enchentes da região, responsáveis por grandes perdas na agricultura de várzea e pela diminuição da pecuária no Baixo e no Médio Amazonas (BENTES, 2007, p. 223).

Neste contexto, o processo migratório não acontece de maneira isolada, sendo resultado de vários fatores, o que de acordo com Bentes (2007, p. 33), é consequência de desigualdades regionais que resultam em redistribuição da população “em função de desequilíbrios naturais ou provocados pelas forças de mercado”, fato que pode atrair ou expulsar a população de acordo com o que prevalece na região afetada³⁶.

Os dois maiores períodos de desenvolvimento econômico de Manaus, a era extrativista da borracha e a implantação do modelo da ZFM, principalmente este último, aliados à falta de uma estrutura legal e organizacional contribuíram para o crescimento populacional exacerbado da cidade.

³⁶ Castells (1983) explica que a fuga para as cidades é em geral considerada muito mais como um *push* rural do que um *pull* urbano, quer dizer, muito mais como uma decomposição da sociedade rural do que como expressão do dinamismo da sociedade urbana isto implica, por exemplo, que as ofertas de emprego, moradia, escolas, podem ser inferiores à demanda migratória dos centros urbanos.

Com isso, houve conseqüentemente a proliferação de moradias, principalmente nas margens dos igarapés. Para Oliveira (2003, p. 45),

do ponto de vista da espacialidade urbana, pode ser identificada a ampliação da malha urbana como resultado da necessidade de criar condições para a circulação. Essa ação foi concretizada com a construção de pontes, arruamentos nos bairros, sendo, entretanto, marcada pela improvisação que visava a resolução de problemas pontuais, não se identificando em nenhum momento a formulação de um projeto urbano. Essas ações, embora levadas a efeito no plano local, articulavam-se à dimensão mais geral de configuração das cidades brasileiras, com o advento do automóvel e a consolidação do ônibus como o meio de transporte coletivo.

Para a capital do Amazonas o auge do problema habitacional ocorreu com implantação da ZFM, que atraiu a população do interior e de outros Estados para a área urbana do município. Garrido (2011) cita que como consequência do crescimento e desenvolvimento, Manaus se transformou³⁷.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que em 1970 a cidade de Manaus possuía aproximadamente 311.622 habitantes. A implantação do modelo econômico da Zona Franca de Manaus, no final da década de 60, ocasionou um expressivo êxodo habitacional, pois a sua população atingiu o patamar de mais de 1.600.000 habitantes, sendo a grande maioria disposta em bairros periféricos sem qualquer infraestrutura e em áreas ambientalmente impactadas. A esse respeito tem-se o que se segue:

Os dados do IBGE transparecem o momento vivido por Manaus com essa nova situação econômica. A população citadina, como anteriormente mencionada, a partir de 1960, era de 173.703 habitantes que em números representavam 24,5% da população do Estado. Com a implantação da Zona Franca, em 1970, a população do Amazonas sofre acréscimo de 79% elevando sua população para 311.622 habitantes, consolidando a ideia de ocupar um grande “vazio demográfico”. Em contrapartida, dos mais de 300.000 habitantes, 32,6% da população do Estado residia em Manaus representando acréscimo de 137.917 habitantes em apenas dez anos. Esse acréscimo pode parecer pouco para uma década, porém, em se tratando de uma cidade cujas barreiras geográficas no que tange à acessibilidade não são tão favoráveis é possível dimensionar que o aumento populacional foi significativo e tem como principal vetor a implantação da Zona Franca (BARBOSA, 2009, p. 53).

Em função desse crescimento populacional o espaço urbano da cidade passa a sofrer fortes intervenções por parte dos novos habitantes que, sem ter onde morar, iniciam o processo de ocupação com a construção de vários bairros periféricos. De acordo com Oliveira (2003, p. 44) o processo de ocupação primeiramente ocorreu nas margens dos igarapés, modificando a paisagem urbana, que “não pode ser considerada como uma simples imagem,

³⁷ E aqui é oportuno lembrar Lefebvre (2001, p. 58) que afirma que a cidade se transforma não apenas em razão de “processos globais” relativamente contínuos (tais como o crescimento da produção material no decorrer das épocas, com suas conseqüências nas trocas, ou o desenvolvimento da racionalidade) como também em função de modificações profundas no modo de produção, nas relações “cidade-campo”, nas relações de classe e de propriedade.

tampouco mera localização, mas como resultado das ações concretas promovidas por sujeitos reais”. Ou seja,

Estabelecendo análise comparativa, de 1920 a 1969, surgem aproximadamente 17 bairros e, durante a década de 1970 surgem 9 (nove) bairros dos quais 4 (quatro) por meio da ocupação das terras, sem contar com a ocupação das margens dos igarapés por parte das famílias que vinham a Manaus e não possuíam casa para morar, bem como da ocupação de terras de lugares como Lírio do Vale, ocupado em 1975. Certamente, o “fenômeno essencial que determina o crescimento urbano é o das migrações” (SOUZA, 2016, p. 22).

Em se tratando de Manaus, Souza (2016) explica que dos muitos migrantes que aqui chegavam os do Nordeste continuavam sendo maioria, mas a participação das pessoas que advinham do interior do estado do Amazonas com a ilusão de vida economicamente melhor na capital também foi significativa. Os migrantes tiveram desempenho significativo na modelagem da espacialidade urbana da cidade. As suas participações foram tão expressivas durante toda a década de 1970 que, ao chegar em 1980, a população citadina praticamente apresentava-se o dobro registrado em 1970. Por certo, de acordo com Scherer (2005) o Estado fez vista grossa ao intenso processo de urbanização, e Manaus, segundo os dados do IBGE, alcançou a média de 634.756 habitantes, dos quais grande maioria começa a chegar do estado do Pará. Constata-se, com isso, que os escritos de Castells (1983) apud Scherer (2005) aplicam-se a Manaus, pois foi o processo migratório que acelerou o crescimento urbano da cidade que, nesse momento, já concentrava 44,4% da população do Amazonas e ainda assim continuava atraindo um contingente populacional significativo.

A população do interior do Estado migrou para a capital amazonense, atraída pela oferta de empregos nas linhas de produção do Distrito Industrial aqui instalado. Com o processo migratório para a capital em busca de oportunidades, Manaus se configura como uma cidade que cresceu sem o correspondente incremento de infraestrutura e políticas públicas adequadas para comportar a demanda de pessoas, que vinham para capital. E sem ter onde morar instalavam-se em moradias inadequadas. Diante deste quadro problemático, o governo é obrigado a criar políticas para intervir nesse quadro.

2.2.1 Intervenção do Estado frente à problemática habitacional em Manaus

De acordo com Vallina (2014) para tratar da habitação é preciso compreender que o solo urbano é parcelado e ocupado de acordo com as condições financeiras da população, que consome o espaço de forma diferenciada; ou seja, aqueles que moram melhor são os que têm mais condições de pagar por sua habitação (e vice-versa), visto ser esta uma mercadoria

especial também inserida na lógica do modo de produção capitalista e regulada pelo Estado. Segundo a autora, vale frisar que na produção capitalista do espaço urbano, o espaço se apresenta como objeto de consumo e o solo e suas benfeitorias são transformadas em mercadoria. Para Harvey (1980, apud VALLINA, 2014, p. 135), “o solo e as benfeitorias não podem deslocar-se livremente, e isso os diferencia de outras mercadorias (...) são mercadorias das quais nenhum indivíduo pode dispensar”.

É relevante salientar que o Estado tem um papel imprescindível no atendimento ou não da demanda habitacional, sendo este um instrumento político importante, usado como estratégia para assegurar seu controle sobre o espaço, garantindo a reprodução ampliada do capital. Ou seja, a habitação representa a dimensão do poder, e o seu planejamento implica a tentativa de estabelecer uma vida cotidiana programada e manipulada e uma espacialidade hierarquizada, determinando o modo como e por quem o espaço será ocupado.

É pertinente enfatizar que a política habitacional do Amazonas segue as diretrizes nacionais do modelo SFH/BNH, e na segunda metade da década de sessenta é criada pelo estado do Amazonas a Companhia de Habitação do Amazonas (COHAB-AM), que está entre os poucos programas implantados para a problemática da moradia financiados pelo BNH. No Amazonas esta Companhia foi implantada em 1965, com a finalidade de estudar as questões relacionadas com a habitação de interesse social e de executar as suas soluções, de acordo com a Lei Federal 4.380/64, do Sistema Financeiro de Habitação.

A COHAB-AM tinha como meta a construção de casas em áreas livres, para formação de conjuntos habitacionais servidos de infraestrutura e destinados inicialmente às famílias que possuísem renda de até três salários mínimos, sendo, posteriormente, estendido às famílias com renda de até cinco salários. É desse período a construção dos primeiros Conjuntos Habitacionais pelo governo do Estado que destinou para fins de crédito dessa Companhia, 0,5% da receita do orçamento do Estado.

Por volta de 1965, segundo Torres (2009), foram construídos na cidade os primeiros conjuntos, o primeiro dele é o Conjuntos de Flores, no bairro do mesmo nome, e o segundo é o Conjunto Costa e Silva, no bairro da Raiz, que se destinavam a abrigar os moradores retirados de aproximadamente 700 moradias da Cidade Flutuante, localizada no rio Negro. Contudo, segundo Vallina (2014) vale frisar que essas moradias construídas não foram suficientes para abrigar toda a população retirada da cidade flutuante.

No final dos anos sessenta, foi construído o conjunto Castelo Branco, no Parque 10 (Zona Centro-Sul), numa área cercada de balneários, chácaras e clubes. A construção do conjunto ensejou o processo de valorização urbana, com a construção nas cercanias de

condomínios de classe média e a partir dos anos dois mil a área passa por intenso processo de verticalização.

Em seguida, Oliveira e Costa (2007) informam que foi construído o Conjunto 31 de março na (Zona Sul), próximo ao Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, que deu origem ao bairro do Japiim. Ao contrário do Parque 10, o entorno desse conjunto foi tomado por ocupações espontâneas. É interessante frisar que no bojo da construção das moradias populares, os conjuntos habitacionais também aparecem como responsáveis pela espacialidade de Manaus.

No mesmo período, ainda segundo Oliveira e Costa (2007), foi construído o Conjunto Ajuricaba (Zona Centro-Oeste). Este conjunto pode ser caracterizado como intermediário entre os dois anteriores, pois sua infraestrutura possibilitou tanto a instalação de outros conjuntos habitacionais populares, concomitantemente a diversas ocupações espontâneas. Souza (2016) cita que a criação de alguns conjuntos habitacionais, também contribui para o entendimento da reprodução da espacialidade de Manaus, pois menciona que devido à infraestrutura dessas áreas, outras pessoas instalaram suas residências nos arredores desses conjuntos.

No final da década de 70 do século XX, Barbosa (2009) afirma que começa a expansão para as zonas administrativa Leste e Norte, seja por ocupações regulares e/ou irregulares, o uso do solo tornou-se mais estratificado e as novas ocupações que foram se formando na cidade já surgiram bem mais marcadas pelo nível de renda dos seus habitantes.

Em 1975, por meio da Lei nº 1.172, a COHAB-AM foi transformada na Sociedade de Habitação do Estado do Amazonas (SHAM), uma empresa pública vinculada diretamente ao gabinete do governador e integrante do SFH, com as seguintes finalidades:

Estudo dos problemas de habitação de interesse social, o planejamento e execução de conjuntos habitacionais, em cooperação com os diferentes órgãos estaduais e municipais e principalmente com o Banco Nacional de Habitação; [e] elaborar programas e projetos que objetivem oferta de moradia, a construção de habitações de interesse social, obedecidos os critérios do Plano Nacional Popular, atingindo assim seus reais objetivos na solução da problemática habitacional (VALLINA, 2014, p,145).

A década de 1980 é marcada pela criação de um grande número de loteamentos feitos pelo poder público como os bairros do São José, Zumbi do Palmares, Armando Mendes e Cidade Nova, na zona leste da cidade. Até a década de 80, do século XX, o número de bairros em Manaus era de aproximadamente 37 mais o Distrito Industrial, hoje esse quadro é outro, com 56 bairros e inúmeras comunidades que ainda não são oficialmente bairros, criadas em sua grande maioria a partir de ocupações.

No início da década de oitenta, Santos (1998) explica que a população da cidade de Manaus sofre em consequência da crise econômica nacional, com arrojo salarial, aumento do custo de vida e ainda com os impactos de um extensivo processo migratório iniciado na década de 70 com a ZFM. Segundo a autora, em 1980, a população urbana era em torno de 626.428 habitantes, o que naquela altura já representava quase a metade da população de todo o estado, calculada em torno de 1.430.089 habitantes. Souza (2016) corrobora que em termos de crescimento espacial, a década de 1980 surpreende porque nesse período foram registrados a produção, entre bairros e conjuntos habitacionais, de 22 novas áreas destinadas à moradia, das quais a grande maioria foi construída no sentido norte e leste da cidade.

Em 1982 foi criado o ProMorar que tinha por objetivo promover a urbanização das áreas desprovidas de infraestrutura, habitação e equipamentos coletivos de saúde, educação, lazer e segurança. Esse programa que teve grande importância na configuração do espaço urbano de Manaus, pois através dele se deu a construção de conjuntos habitacionais e a implementação do “Projeto de Urbanização” do bairro do Coroadó, executadas pela COHAB/AM, órgão responsável pela política habitacional no Estado, como já mencionado.

Nesse contexto, a problemática urbana se agravava pelo descaso do governo em relação a uma política urbana que pudesse dar conta das necessidades impostas pela nova realidade social que se colocava para o espaço urbano de Manaus. O Plano de Desenvolvimento Local Integrado da Cidade de Manaus - PLAMAN, implantado desde 1975, objetivamente não funcionava. Além disso não havia nenhuma proposta de política pública que acompanhasse a problemática da moradia na cidade. Em 1986, segundo dados da Sociedade de Habitação do Amazonas (SHAM) e da Empresa Municipal de Urbanização (URBAM), o déficit habitacional era de 100 mil habitações. De acordo com Barbosa, 2009, p. 24),

No período de 1982 até 1990 foi construído o conjunto Cidade Nova, que ampliou a expansão da cidade para a Zona Norte e inaugurou nova fase na construção de unidades habitacionais populares em Manaus, pelo número de moradias e por concentrar no seu entorno outros projetos habitacionais populares. No período, foram construídas cinco etapas num total de 8.804 unidades habitacionais. O conjunto foi o vetor de expansão urbana da Zona Norte por causa do número de conjuntos populares construídos nos anos 90 e do número de ocupações espontâneas que ocorreu no seu entorno (BARBOSA, 2009, p. 24).

Entre os anos de 1990 e 1993 a ZFM atravessou sua pior crise. Nesse período, as indústrias da ZFM demitiram mais de 26.300 trabalhadores. No entanto, contrapondo-se a essa circunstância, é na década de 1990 que Manaus possuiu um crescimento populacional absoluto mais expressivo. Os dados do IBGE registram que à época, aproximadamente

1.011.501 habitantes residiam na cidade, o que corresponde a 48,1% dos habitantes do Amazonas.

De acordo com Souza (2016) visivelmente espalhada, é assim que se observa a Manaus da década de 1990. Seu espaço urbano está denso nas áreas sul e centro-sul. Ao Norte, já não se visualiza com facilidade o verde que caracterizava a cidade das décadas passadas; à leste ainda se sobressaem algumas áreas passíveis de ocupação. Já as Zonas Oeste e Centro-Oeste ainda não estão densamente povoadas, mas também evidenciam indícios de futuras transformações.

Dentre as muitas relações engendradas pelo homem no espaço urbano, certamente a mais evidente, ao menos na cidade de Manaus, concerne à produção das moradias populares, pois, a capital amazonense, possui, com a produção das ocupações urbanas, no período referente as décadas de 1970, 1980 e 1990, um espaço urbano configurado à margem das intervenções públicas.

Em 1996, sucedeu à SHAM, a atual Superintendência Estadual de Habitação do Amazonas (SUHAB) - uma autarquia erigida em 11 de julho de 1996, por meio da Lei ° 2.409, vinculada diretamente ao Gabinete do Governador do Estado – com a atribuição de planejar e implementar a política Estadual de Habitação. Na execução dessas atribuições novos conjuntos habitacionais foram feitos.

A SUHAB, conforme o Art. 2º da lei nº 2.409 tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, orientar, executar, controlar e fiscalizar as atividades setoriais a cargo do Governador do Estado, que visem ao desenvolvimento social, por meio de ações relativas à área habitacional em sintonia com as disposições dos artigos 130 a 141 e 259 a 261 da Constituição Estadual, competindo-lhe:

I - a formulação da política estadual de habitação em consonância com os Planos de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Planejamento, orientação normativa, coordenação e controle da sua execução; II - a realização de estudos sobre os problemas de habitação de interesse social e o planejamento e execução dos conjuntos habitacionais, em coordenação com os diferentes órgãos estaduais e municipais e a política nacional de desenvolvimento urbano e de saneamento ambiental; III - a elaboração de programas e projetos referentes ao setor habitacional de interesse social; IV - a urbanização por conta própria ou em parceria com terceiros das áreas onde devem ser construídas as moradias a seu cargo; V - apoiar programas de geração e difusão de tecnologia simplificadas, que possibilitem a construção de moradias de qualidade, com custo reduzido; VI - apoiar programas habitacionais e de saneamento básico na área rural; VII - a comercialização de imóveis em geral e material de construção necessário à consecução dos seus objetivos; VIII - a intensificação do processo de desfavelamento, financiando a construção e aquisição de casa própria, por si ou em parceria com entidades privadas. (Art. 2 da Lei ° 2.409 de 11 de julho de 1996)

Conforme o Art. 7º da mesma lei, a SUHAB poderá articular-se com instituições públicas ou privadas, com vistas a melhor execução de suas finalidades.

Além dos Conjuntos Habitacionais construídos pelo poder público, as ocupações também foram produzindo a cidade a partir de um processo de ocupação espontânea de terras, que posteriormente são legalizadas. Na Lei Ordinária nº 287, de 23 de maio de 1995, há a delimitação dos seguintes bairros de Manaus: Centro, Nossa Senhora Aparecida, Presidente Vargas, Praça 14 de Janeiro, Cachoeirinha, São Raimundo, Glória, Santo Antônio, Vila da Prata, Compensa, São Jorge, Santo Agostinho, Nova Esperança, Lírio do Vale, Planalto, Alvorada, Redenção, Da Paz, Raiz, São Francisco, Petrópolis, Japiim, Coroadó, Educandos, Santa Luzia, Morro da Liberdade, Betânia, Colônia Oliveira Machado, São Lázaro, Crespo, Vila Buriti e Distrito Industrial I. Essa mesma Lei estabelece, em seu Art. 2º,

que a definição de bairros obedecerá a dois critérios, o de superfície bruta mínima de 200 hectares e a densidade demográfica bruta de 60 hectares, consideradas as áreas edificáveis e não edificáveis. E estabelece como Área de Expansão do município de Manaus, as seguintes: Mauazinho, Colônia Antônio Aleixo, Puraquequara, Dom Pedro I, Flores, Parque 10 de Novembro, Aleixo, Adrianópolis, Nossa Senhora das Graças, São Geraldo, Chapada, Colônia Santo Antônio, Novo Israel, Colônia Terra Nova, Santa Etelvina, Monte das Oliveiras, Cidade Nova, Ponta Negra, Tarumã, Armando Mendes, Zumbi dos Palmares, São José Operário, Tancredo Neves e Jorge Teixeira. (VALLINA, 2014, p. 146)

Oliveira e Costa (2007) explicam que no final da década de noventa, o processo de ocupação intensificou-se pela Zona Norte seguindo o eixo rodoviário da AM-10 e BR-174. No início dos anos 2000, cinquenta e quatro novas ocupações surgiram, sendo que destas um total de quarenta ocupações se consolidaram como bairros, alterando o quantitativo de sessenta para cento e dez bairros na cidade. São exemplos dessas novas ocupações: Rio Piorini, Jesus me Deu, Carbrás, Esplanada, Campos Sales, Pontal da Cachoeira, Ismail Aziz, dentre outras. A quase totalidade dessas ocupações foram efetivadas em áreas sem nenhuma infraestrutura ou impróprias para a habitação, como encostas, barrancos e margens de igarapés.

Com o aumento do contingente urbano houve o agravamento de diversos problemas. Nos termos de Bentes (2007) até a década de 1970 se tinha um quadro de ocupação do espaço urbano da cidade de Manaus concentrados nas zonas Sul, Centro Sul, Oeste e Centro Oeste. Destaca-se que neste processo as margens dos igarapés também foram densamente povoadas. Com a Zona Franca de Manaus esse quadro da ocupação urbana é ampliado com expansão para as zonas Leste e Norte da cidade, que começa a receber ocupações.

É válido considerar que o processo de implantação de conjuntos habitacionais conferiu e orientou um padrão de ocupação singular à Manaus, seja quando estes foram feitos

de forma regularizada por ações governamentais, seja pela dinâmica de ocupação espontânea que impulsionaram suas interlândias.

É notório que a moradia sempre foi escassa para a população de baixa renda, ou de menor poder aquisitivo. A elas ficava o “sonho”, pois o direito lhes era negado, suas reivindicações eram distorcidas e soavam como descontentamento desnecessário e a intervenção do Estado se dava, prioritariamente, frente às grandes catástrofes.

No que tange à habitação em Manaus, a política habitacional na cidade segue a legislação federal, sendo viabilizada através de instrumentos públicos de gestão específicos que são promulgados no âmbito estadual e municipal, notadamente após a Constituição Federal de 1988.

Uma das principais leis instituídas no município foi feita na Lei Orgânica do Município de Manaus (LOMAN), de 05 de abril de 1990. A propósito da questão habitacional a LOMAN determina em seu Art. 222 que “o Município, em conjunto com o Estado ou com a União ou, ainda, isoladamente, promoverá, com prioridade, programas de construção de moradias, de melhorias das condições habitacionais, lotes urbanizados e de saneamento básico, assegurando sempre a compatibilidade de padrões ao meio ambiente saudável e à dignidade humana”. Segundo a LOMAN:

§ 1º. Terão prevalência os programas habitacionais que visem à erradicação de situações de miséria absoluta e submoradias, principalmente as que se localizem em baixadas, margens de igarapés, orla fluvial e zonas alagadiças.

§ 2º. Os programas destinados à retirada das famílias, ocupantes das margens de igarapés, deverão ser dirigidos, de forma isolada, para áreas específicas e tornadas públicas, obrigada a demolição das casas objeto de permuta, e com trabalho imediato de urbanização e saneamento do igarapé objeto do programa. (Art. 222 da Lei Orgânica do Município de Manaus, de 05 de abril de 1990)

Ainda de acordo com a mesma lei, em seu Art. 223, fica instituído que “será estimulada a formação de cooperativas, associações, condomínios de habitação, bem como a utilização de sistemas de autoconstrução, como forma de viabilizar o acesso da população à casa própria”. Fica estimado em lei que o Estado tem o dever de proporcionar moradia aos cidadãos.

Contudo, mesmo com essa intervenção Oliveira e Costa (2007) constatam que entre 1991 e 2000 os problemas relacionados à habitação estão longe de serem resolvidos. A ação do Estado na construção de moradias populares, apesar do crescimento do número de unidades oferecidas nos anos noventa, ainda não é suficiente.

Em 2000 o *déficit* habitacional chegou a 63.000 residências e quando, para além do *déficit*, se analisam as necessidades habitacionais, ou seja, adensamento, inadequação

fundiária, carência de serviços urbanos e inadequação das condições sanitárias, a necessidade de moradia chegou a 248.262 moradias.

A capital amazonense passou a vivenciar um crescimento desordenado, com a ampliação dos bairros já existentes, a criação de assentamentos informais às margens dos igarapés e ocupações que resultaram na criação de bairros periféricos. E é nesse contexto que é proposto a formação da Região Metropolitana de Manaus, no final dos anos 2000.

Através da Lei Complementar Estadual nº 52, de 30 de maio de 2007, foi criada a Região Metropolitana de Manaus (RMM), que é marcada por uma característica peculiar em relação às demais regiões metropolitanas brasileiras: não há intensidade de fluxos entre os municípios que a integram e nem tampouco há políticas públicas em comum, a exemplo do abastecimento de água, serviços de transporte, energia elétrica, coleta de lixo etc. Ou seja, de acordo com Oliveira (2003) a chamada “grande Manaus” foi criada por critérios políticos e não geográficos, houve “a ação política no estabelecimento de um novo território, neste caso, território metropolitano sem ser, contudo, em sua essência, metropolitano.

Também em 2007, surge através da Lei nº 3206 de 27 de dezembro de 2007 o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social - SEHIS/AM com o objetivo de:

- I - viabilizar, para a população de menor renda, o acesso à habitação digna e à terra urbanizada;
- II - implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, de forma a viabilizar o acesso à habitação para a população de menor renda;
- III - articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que atuam no setor da habitação;
- IV – centralizar todos os programas e projetos no âmbito do Estado, destinados à habitação de interesse social, observada a legislação específica. (Art. 1 da Lei nº 3206 de 27 de dezembro de 2007)

De acordo com o Parágrafo único da Lei nº 3206/2007 considera-se habitação de interesse social aquela destinada a atender população de baixa renda, assim considerados os beneficiários com renda familiar mensal de até 05 (cinco) salários mínimos. Com base no Art. 3º pode-se afirmar que integram o SEHIS/AM, os seguintes órgãos e entidades:

- I - A Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINF, como Órgão Central do Sistema;
- II - A Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB, como Órgão Executor do Programa;
- III - O Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - CGFEHIS;
- IV - Conselhos municipais com atribuições específicas relativas às questões urbanas e habitacionais;
- V - Órgãos e instituições públicas estaduais e municipais que desempenhem funções complementares ou afins com a habitação;
- VI - Entidades privadas que desempenhem atividades como agentes promotores de ações relativas à habitação, bem como associações comunitárias, movimentos sociais, cooperativas e sindicatos atuantes no setor da habitação. (Art. 3 da Lei nº 3206 de 27 de dezembro de 2007)

É necessário também fazer referência que a espacialidade citadina, no período compreendido entre 2000 e 2008, sofre modificações com a produção de condomínios verticalizados ou fechados. Embora inicialmente esses condomínios tenham sido construídos para as pessoas com renda relativamente elevada, *a posteriori* os empreendimentos imobiliários também começam a voltar-se para as classes populares. Mesmo assim, Manaus vive entre 2000 e 2008 intensos conflitos pela posse de terras urbanas com vistas à aquisição da habitação.

Em 2009, um marco da política de habitação em Manaus, assim como em várias outras capitais brasileiras, foi o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do Ministério das Cidades, já mencionado. Com a adesão do Governo do estado do Amazonas ao *Programa Minha Casa, Minha Vida* foi anunciada a construção de 8.895 mil unidades habitacionais em Manaus, para famílias com renda de zero a três salários mínimos. O valor de projeto é de R\$ 460 milhões de reais e conforme divulgação oficial, somente na capital serão beneficiadas 42 mil.

No âmbito municipal fica instituído através da Lei nº 1441, de 09 de abril de 2010 conforme o artigo 1º da mesma lei no âmbito do Município de Manaus, o Programa "Minha Casa, Minha Vida" - PMCMV, vinculado ao Programa Federal "Minha casa, Minha Vida", criado pela Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Fica instituído:

§ 1º O PMCMV insere-se na Política Habitacional de Interesse Social do Município e destina-se a criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias que atendam aos requisitos impostos nesta Lei.
 § 2º A Classificação, pelo Poder Executivo, de empreendimento habitacional contemplado pelo programa, destinado às famílias com renda familiar mensal de até três salários mínimos depende do enquadramento do respectivo projeto pela Caixa Econômica Federal, obedecidas as regras do Programa "Minha Casa, Minha Vida" para aquela faixa de renda mensal e os ditames da Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009.
 § 3º O Poder Executivo Municipal compatibilizará o PMCMV com os programas de interesse social em desenvolvimento no Município de Manaus, notadamente os criados pelas Leis nº 1.345, de 29 de junho de 2009 e 1.365, de 28 de agosto de 2009. (Art. 1 Lei nº 1441, 2010)

Segundo a mesma lei em seu art. 2º os incentivos previstos nesta Lei destinam-se, exclusivamente, a empreendimentos voltados às famílias com residência no Município de Manaus há mais de 3 (três) anos e com renda familiar mensal de até 03 (três) salários mínimos e que, obrigatoriamente, estejam cadastradas no Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IMPLURB. Poderão se beneficiar do PMCMV as famílias interessadas na aquisição de um único imóvel novo, e por uma única vez.

São objetivos do Plano de Incentivos:

- I - atender as famílias que deverão ser removidas das áreas de risco ou das áreas consideradas inadequadas para habitação;
- II - atender as famílias que deverão ser removidas das áreas de inundação para a realização das obras de saneamento financiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC;
- III - reduzir o déficit habitacional da população de baixa renda;
- IV - fomentar a participação da iniciativa privada na execução de projetos destinados à solução dos problemas habitacionais no Município;
- V - criar políticas habitacionais para os idosos, portadores de necessidades especiais e servidores públicos municipais. (Art. 2 Lei nº 1441, 2010)

No âmbito municipal o maior subsídio para aquisição de imóveis através do PMCMV é para servidores públicos. O programa como um todo apresenta números expressivos, somadas as fases 1 e 2: são 550 servidores beneficiados com a casa própria e a negociação de aproximadamente R\$ 64 milhões (<http://www.manaus.am.gov.br>). Ainda no âmbito municipal foram construídos através de recurso do PMCMV e sob a coordenação da Subsecretaria de Habitação e Assuntos Fundiários da Casa Civil (Subhaf) os Conjuntos Residenciais Manauara I e II, ambos na Zona Norte de Manaus. Todas as unidades do programa são destinadas a famílias com renda mensal de até 1,8 mil reais, principalmente aquelas que vivem em áreas de risco, igarapés ou barrancos.

Embora ações no âmbito das políticas habitacionais sejam importantes sequer conseguem atender ao segmento inserido no mercado de trabalho e que preenche as condições exigidas pelo sistema de financiamento da casa própria. Para além destes, há outra parcela da população que não preenche tais condições e busca o acesso à moradia por meio das ocupações espontâneas. As políticas habitacionais existentes não suprem a demanda da maioria da população que não possui uma condição econômica estabilizada, sendo uma das causas para que o cidadão não exerça o seu direito de possuir uma moradia digna.

Na esfera estadual, os principais programas criados foram os Conjuntos Cidadão, que atualmente está em sua décima segunda fase, também localizados em sua maioria na zona norte de Manaus. Em 2010 foram lançados os conjuntos Cidadão Amine Lindoso, Carlos Braga, João Paulo II, Nova Cidade, Galiléia, Villa Nova, Cidadão V e Cidadão Petrópolis. Dois anos depois foram construídos os conjuntos Lula, Cidadão VI, Parque Residencial Manaus II, Cidadão VIII, Cidadão IX (conjunto de apartamentos populares em Petrópolis), o Conjunto Cidadão X, conjuntos Ozias Monteiro I e II, conjuntos Cidadão XI e XII. Com os empreendimentos em obras, processo licitatório e análise de crédito (<https://www.acritica.com>). Através do PMCMV já foram construídos em Manaus, de acordo com dados da SUHAB (2017), mais de 3,8 milhões de moradias.

Dentre esses conjuntos habitacionais construídos, o Conjunto Cidadão e o Conjunto João Paulo II foram destinados a famílias de baixa renda, sendo que o segundo além desse critério tinha um outro, que era a família ser moradora de áreas de risco, barrancos e fundos de vales, sendo dada prioridade aos beneficiários do programa PROSAMIM. O Conjunto Carlos Braga também tem como público-alvo as famílias que moravam às margens dos igarapés; o Conjunto Amine Lindoso é destinado a portadores de hanseníase; o Conjunto Nova Cidade é financiado ao servidor público das classes populares, o mesmo se dando com o conjunto Galiléia, sendo que neste é permitido o financiamento para a comunidade em geral. Por fim, o conjunto Vila Nova, também um conjunto popular, destina-se a quem não tem casa própria, mas pode arcar com as despesas de um financiamento (VALLINA, 2014).

A mesma autora explica, com base nos dados do IPEA (2013) que houve uma redução do déficit habitacional, no período 2007-2012, no Brasil, passando de 10% do total dos domicílios brasileiros em 2007 para 8,53% em 2012. Contudo, o comportamento foi distinto para os componentes do déficit, vistos isoladamente. Houve redução, tanto em termos absolutos quanto relativos, da precariedade, da coabitação e do adensamento excessivo em imóveis locados, havendo, porém, aumento do ônus excedente de aluguel, que passou de 1,75 milhões de domicílios em 2007 para 2,293 milhões em 2012. Acrescente-se, ainda, que a redução do déficit habitacional não esteve focada no estrato de renda mais baixo (até três salários mínimos), prioritário para fins de atendimento da política pública: compunha 70% do déficit total em 2007, enquanto em 2012 passou a representar cerca de 73%. No caso do Amazonas,

dados do IPEA (2012) do Amazonas, demonstram que o déficit habitacional total é de 145,587 (15,6%) moradias. É ainda evidenciado por meio das seguintes condições: 16.026 domicílios são considerados precários (rústicos ou improvisados); em outros 76.142 há situação de coabitação (famílias conviventes com intenção de se mudar ou residentes em cômodos); também se evidenciou, no estudo, que 35.723 domicílios representam valor do aluguel superior a 30% da renda domiciliar total (excedente de aluguel); e 27.712 domicílios têm mais de três habitantes utilizando o mesmo cômodo (adensamento excessivo) (VALLINA, 2014, p.163).

Outro empreendimento do PMCMV entregue em Manaus foi o Residencial Viver Melhor (anteriormente chamado de Meu Orgulho), atualmente em sua terceira fase. Para o início do programa, em julho de 2010, o investimento foi de R\$ 196.385.257,39 para a construção de 8.895 unidades habitacionais, divididas em duas etapas.

Figura5 - Residencial Viver Melhor em Manaus



Fonte: www.suhab.am.gov.br/

As casas têm área de 35,89 m² e valor de R\$ 39.000,00 e os apartamentos área de 40,41 m e valor de R\$ 43.000,00 e todas essas unidades serão distribuídas em 29 condomínios. É relevante destacar que o Residencial Viver Melhor se localiza na Av. Torquato Tapajós, Km 17, Bairro Santa Etelvina, aproximadamente 17 km do centro urbano e o acesso está em fase de pavimentação.

De acordo com o Governo do Estado, a seleção dos beneficiados é feita pela CEF a partir da análise do perfil de pessoas cadastradas no banco de dados da SUHAB. Os perfis são enviados e selecionados pela Caixa, conforme os requisitos definidos pelo Governo Federal na Portaria nº 412, de 06 de agosto de 2015, referente ao Manual de Instruções para Seleção de Beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida. As prestações variam de R\$ 80 a R\$ 250,00. (<https://www.amazonasnoticias.com.br>).

O Programa Habitacional Viver Melhor é o maior já entregue no país, beneficiando mais de 4 mil pessoas. Em Manaus o Governo do Estado, através da SUHAB tem efetivado a criação de habitação de interesse social conforme preconizado na PNH, por meio do Conjunto Habitacional Viver Melhor. Contudo, concebemos que esta política precisa ser pensada não apenas na construção de habitação, mas dos demais serviços que a população necessita para ter condições dignas de vida.

Quando se pensa em moradia é preciso considerar todos os fatores que levam o indivíduo a ter uma moradia decente, pois esta, abrange um conjunto de elementos necessários para subsistência do ser humano. Bacelete (2010) corrobora com esse pensamento ao dizer que a moradia deve garantir a seus moradores privacidade, tranquilidade e

salubridade, bem como o acesso ao transporte, aos locais de trabalho e de lazer, aos equipamentos urbanos e comunitários e aos serviços públicos, de acordo com as necessidades e os interesses da população. Com essa violação, o direito ao acesso de outras políticas acaba também sendo comprometido. E os mais expostos a isso são as classes trabalhadoras.

Pode-se afirmar que o Estado ao programar políticas públicas voltadas às pessoas de baixa renda, acaba favorecendo a exclusão destas dos centros das cidades, pois as novas construções estão localizadas em áreas mais afastadas, desprovidas de serviços públicos e infraestrutura urbana. Um exemplo disso em Manaus, foi a construção do Residencial Viver Melhor na zona norte de Manaus, abordado anteriormente.

O Governo do Estado, como forma de intervenção nos igarapés, tomou medidas, para a retirada das famílias que moravam as margens dos igarapés construindo habitações que deslocariam esses moradores para áreas localizadas na zona norte da cidade, ou apartamentos construídos próximos à área afetada pela intervenção.

Historicamente, a falta de alternativas habitacionais resultou na criação de assentamentos informais às margens dos igarapés, como já posto mais acima. Neste contexto surge nos anos 2000 o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), com o objetivo de intervir frente as questões sociais, urbanísticas e ambientais da cidade. Para justificar a criação do programa PROSAMIM o Governo do Estado afirma que a ocupação desordenada dos igarapés representa um dos principais problemas na área urbana de Manaus.

O déficit habitacional do Amazonas ainda é um dos maiores do país. Em Manaus há um número expressivo de 128 mil famílias sem habitação adequada. Dias e Camargos (2017) citam que se há um déficit reconhecido através de índices oficiais na cidade de Manaus, as pessoas, homens e mulheres, que vêm para a cidade nas levas migratórias vão, necessariamente, se inserir em ocupações.

De acordo com o IBGE (2010), nos últimos anos a zona sul apresentava um total de 287.480 habitantes. A zona oeste teve sua população aumentada para 250.589 habitantes. Já a zona norte, que ocupa a liderança de crescimento, é a mais populosa das seis zonas. Em 2000, a zona norte tinha 282.080 habitantes e registrou o maior índice de aumento de residentes dentre as regiões da cidade. No último censo, já a Zona Leste de Manaus evolui para um quantitativo de 392.601 pessoas. E a zona centro-oeste apresentou um total de 149.321 pessoas residentes na área.

A zona centro-sul, segundo o último censo, registrou um crescimento populacional. Os sete bairros da zona evoluíram 123.987 para 152.753 habitantes. Essa zona tem uma população de quase 200.000 habitantes e renda média por habitante de R\$ 3.720,25. Apesar

de ser uma zona considerada pequena, é a que concentra o maior número de serviços públicos e abriga várias sedes de empresas, secretarias e OSC's de Manaus, além de variados estabelecimentos comerciais e shoppings centers. Ainda na Zona Centro Sul encontram-se os mais caros lugares a nível de entretenimento como boates, bares, lanchonetes, restaurantes e hotéis (IBGE, 2010).

Em contrapartida, a zona norte, maior zona em nível populacional, que tem uma população superior aos 500.000 habitantes, apresenta a renda média por habitante em torno de R\$ 720,25. Essa zona conta também com números escassos de serviços públicos, serviços esses que não crescem na mesma proporção que o crescimento do número de habitantes, e abriga diversos conjuntos residenciais populares, como o Conjunto Viver Melhor, já mencionado.

De acordo IBGE (2010) de 15 capitais e do Distrito Federal, Manaus tem grande disparidade de variação de renda per capita. Na mesma região metropolitana são encontradas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) com renda per capita média mensal de mais de R\$ 7 mil, enquanto em outras áreas cidade a renda não chega a R\$ 170,00. Dados do IBGE (2017) informam que Manaus apresentou um PIB per capita de 32.592,94 R\$ em 2017. Dado este, que contrasta com o IDH da cidade no último censo do IBGE em 2010, estando entre as piores do país. Números que mostram a desigualdade presente na cidade e a má distribuição de renda, que gera a questão social, incluindo a moradia.

Dados do portal do Amazonas (2017) apontam que o Amazonas possui o maior déficit habitacional do Brasil. Enquanto o índice nacional é de 9,3%, a falta de moradia no Estado chega ao índice de 25,4%. (<http://portaldoamazonas.com>). Acrescente-se ainda que o número de habitantes que vivem de aluguel subiu 139% em Manaus.

As informações do portal do Amazonas (2017) explicam, também, que o crescimento econômico do Estado atraiu brasileiros de outros estados e até estrangeiros para capital amazonense, impulsionando o mercado de aluguel, e o valor do aluguel varia conforme a localização. O bairro Cidade Nova, por exemplo, possui casas bem estruturadas, mas o valor do imóvel não consegue atingir o patamar do bairro Parque Dez devido à localização. Assim, uma casa com dois quartos, suíte, sala de jantar e visita e cozinha americana custa entre R\$ 140 mil a R\$ 300 mil na Cidade Nova. Um imóvel com mesma estrutura no Parque Dez chegaria a R\$ 550 mil, dependendo da localização no bairro. Já a região Centro-Sul, apresenta boa infraestrutura, por isso é uma das mais requisitadas, pois, os locatários buscam a comodidade e preferem os locais perto de escolas, bancos e supermercados. A maior

concentração de aluguel está no grupo das pessoas de baixa renda. (<http://portaldoamazonas.com>)

Para ter uma moradia decente é necessário, em grande parte das vezes, ter que pagar por ela, o que se torna uma dificuldade para os indivíduos. As pessoas que não possuem condições de pagar por uma moradia acabam procurando outra alternativa para viver, em áreas afastadas, desprovidas de infraestrutura e de serviços públicos, ou continuam nos locais próximos do centro, mas em condições insalubres. Muitas pessoas vivem em precárias condições, pois essa é a única alternativa que as mesmas encontram para garantir o direito à habitação. Manaus apresenta atualmente de acordo com dados do IBGE (2017), 295.910 mil aglomerados subnormais, sendo que desse número 1.295.247 são em área urbana e 9.056 em área rural. Souza (2016, p. 15), ressalta que

o abandono pelo Estado e a consequente falta de políticas públicas e de alternativas habitacionais levam a população a construir informalmente sua própria casa, muitas vezes em encostas inseguras, em áreas de mananciais ou em beiras de córregos de grande fragilidade ambiental. As marcas dessa urbanização são a alta vulnerabilidade às calamidades naturais, a falta de perspectivas de trabalho próximo à residência, a ausência de transportes e de conexão com as áreas mais centrais, a falta de equipamentos de educação e saúde, e a violência, que aumenta na mesma proporção em que o Estado se faz ausente.

Manaus além de apresentar esse elevado déficit habitacional³⁸, apresenta também um grande número de moradias inadequadas, que é apontado como uma séria questão social que se configura a partir do inchaço urbano ressaltado. O processo de desenvolvimento econômico não acompanha as necessidades sociais da população, no que diz respeito aos acessos básicos inclusos, o direito à moradia.

2.2.2. Particularidades da moradia precária em Manaus: A ocupação dos igarapés

O processo de expansão urbana da cidade de Manaus ocorreu em sentido horizontal e essa característica responde pelo desflorestamento de Manaus, contrariando o princípio do “desenvolvimento de um ambiente ecologicamente saudável e equilibrado”, conforme preconizado pela política ambiental. Na cidade um dos principais problemas enfrentados no que tange a questão da habitação é a ocupação desordenada dos igarapés e o crescimento desordenado da cidade de Manaus nos últimos anos provocou mudanças na paisagem urbana.

³⁸ Com base no Ministério das Cidades (2011) pode-se dizer que o conceito de déficit habitacional é bem mais amplo e demanda ações efetivas correlacionadas à política urbana tais como saneamento, infraestrutura, equipamentos sociais, tendo em vista que a má condição de moradia afeta a educação, saúde, transporte e outras necessidades básicas.

Surgiram novos bairros, novas favelas, as ocupações tornaram-se frequentes, desencadeando, assim, uma cidade desigualmente desenvolvida e conseqüentemente com graves problemas socioeconômicos.

Souza (2016) explica que a partir da avaliação da paisagem torna-se possível identificar as características naturais e humanas que possibilitam desvendar as relações complexas que compõem a maneira como a sociedade se organiza em cada período de tempo, uma vez que o grande desafio consiste em compreender como as relações socioespaciais, decorrentes das estruturas sociais e produtivas, são formuladas levando em consideração a natureza.

No caso da paisagem urbana, Ribeiro Filho (1999) concebe que é difícil separar o que é natural do artificial, tendo em vista que como um elemento da paisagem, a natureza acaba sendo o resultado de inúmeras modificações decorrentes das ações do homem, considerando que a natureza enquanto espacialidade pode ser produzida e reproduzida. Na cidade de Manaus, um exemplo bastante significativo da contribuição da natureza para a produção do espaço social se dá mediante a ocupação das margens dos igarapés de forma espontânea, concebida de forma aleatória por populações menos favorecidas em busca de um imóvel próprio. Oliveira (2003) afirma que se verifica diferenciações nos modos de apropriação da cidade apontando para características do desenvolvimento desigual, o que demonstra que tais áreas são majoritariamente ocupadas por segmentos da classe trabalhadora.

Dentre os primeiros igarapés de Manaus ocupados destaca-se os igarapés Manaus, Quarenta e Mestre Chico. Os migrantes sentiam-se livres para construírem suas casas no curso dos igarapés, porque a água, ao contrário da terra, não se constituiu propriedade privada; portanto, não é, no sentido da moradia, mercadoria (OLIVEIRA, 2003). Assim, os igarapés foram alternativas mais viáveis para os novos habitantes que edificavam suas palafitas e por lá alimentavam seus sonhos de adquirir emprego na capital amazonense. A figura abaixo, ilustra o tipo de moradia aqui mencionado:

Figura 6: Ocupação dos igarapés de Manaus



Fonte: www.veja.abril.com.br

Contudo, Oliveira e Costa (2007) ressaltam que antes de considerar as áreas de igarapés, invasões e favelas como subnormais, como aberração na paisagem da cidade, é preciso compreendê-las como parte da lógica de produção da socioespacialidade urbana numa sociedade desigual, onde morar na cidade pressupõe ter possibilidade de pagar por isso. Bentes (2007) esclarece que a ocupação das áreas dos igarapés/canais e de terrenos públicos e particulares passou a constituir-se na única alternativa que a população pobre encontrou para a garantia do direito à cidade. Essas áreas passam a ser espaços de reprodução da pobreza, abrigando as camadas pobres da população, estando à margem do sistema legal de propriedade e da legislação urbana.

À medida que o tecido urbano se expande traz consigo alguns problemas ligados ao ineficiente planejamento urbano, refletindo na ocupação desordenada de áreas impróprias à habitação, que associada a ausência de fiscalização e implementação de legislação ambiental na política de uso do solo urbano, propicia a formação de ambientes fragilizados, considerados como “áreas de risco”, por serem extremamente suscetíveis a desastres naturais.

Segundo Garrido (2011), as populações pobres são essencialmente aquelas que vivem em assentamento subnormais, convivem diretamente com probabilidade de serem atingidos por desastres naturais que acabam afetando o seu cotidiano bem como a capacidade de reconstrução decorrente dos acidentes, atingindo completamente a sociedade. Enfatiza que, nestes casos a reconstrução se torna ainda mais difícil, pois a maioria dessas pessoas dispõe de poucos recursos financeiros, além de estarem abalados e receosos de que o acidente ocorra novamente. Garrido (2011) explica, ainda, que é sabido que a ocupação inadequada nas margens dos corpos hídricos favorece a instalação de processos erosivos que colocam em risco a integridade física dos habitantes destas áreas e propiciam alterações no regime de escoamento da água, culminando com a geração de áreas alagadas, que agravam as condições ambientais e sociais. Abaixo ilustramos um tipo de moradia em área de igarapé:

Figura 7: Moradores de áreas de igarapé



Em Manaus, grande parte de moradias inadequadas estão localizadas em áreas próximas a igarapés. Sendo assim, os indivíduos que residem nessas áreas sofrem com vários problemas, tais como a alagação, presença de animais, ausência de saneamento básico, e a falta de acesso de aos serviços públicos. Assim, pode-se afirmar, que

a ocupação desordenada dos igarapés representa um dos principais problemas na área urbana de Manaus. O uso indiscriminado e inadequado do solo urbano, aliado a falta de infraestrutura de saneamento básico devido à dificuldade de fornecer estes serviços na mesma velocidade em que a ocupação se processava, levou ao atual cenário de degradação dos corpos d'água e as áreas do entorno, e de risco social a que estão sujeitas as populações que ali vivem (RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL, 2004).

Nessas áreas a iluminação é precária, a estrutura construída pelos próprios moradores oferece perigos, a água é contaminada por resíduos fecais e lixo, e os moradores estão mais vulneráveis as doenças de veiculação hídrica nessas áreas, ou seja,

(...) as moradias, principalmente as palafitas, não apresentavam infraestrutura adequada. Muitas moradias são construídas somente com as paredes laterais, ou seja, em forma retangular, com madeiras não adequadas. As divisórias eram feitas por cortinas e geralmente a sala também se constituía como a cozinha. Um segundo cômodo se entendia como quarto. Os banheiros, na sua maioria, despejavam os resíduos fecais a céu aberto, ou seja, direto no igarapé. Vale ressaltar que muitas dessas moradias eram multifamiliares (GARRIDO, 2011, p. 08).

Como já mencionado, a ocupação das áreas dos igarapés/canais e de terrenos públicos e particulares passou a constituir-se na única alternativa viável de moradia para um expressivo segmento populacional ter a garantia do direito à cidade. Essas áreas passam a ser espaços de reprodução da pobreza, abrigando famílias que se encontrava à margem do sistema legal de propriedade e da legislação urbana.

Segundo Oliveira e Costa (2007) O espaço da moradia produz dialeticamente a fragmentação e a articulação da cidade, em que se aproximam e se afastam contradições entre ricos e pobres. Ainda de acordo com a visão dos autores, Manaus apresenta grande contingente populacional residindo em áreas inadequadas, igarapés, encostas, em moradias precárias e com acesso inadequado aos serviços urbanos. Nessa mesma perspectiva, Lima (2011, p. 02) afirma que

a questão habitacional nas cidades se constitui como fenômeno sócio histórico, gerado pelas necessidades de reprodução do capital e reflete não a falta de espaços ou construções suficientes para responder o número de demandantes por terra, mas a ausência de condições materiais desses em arcar com os altos custos da aquisição ou aluguel de uma casa. Disso, pode-se inferir que a crise da moradia é questão estrutural do modelo de sociabilidade do capital, uma vez que é oriunda das desigualdades estruturais desse sistema; que quer dizer que a crise da habitação não é puramente conjuntural, mas representa uma defasagem funcional de caráter estrutural do modo de produção capitalista

Sposito (1989, p. 73) concebe que “a troca desigual se apoia no fato de que os trabalhadores de todo o mundo capitalista recebem salários diferentes para produzir riquezas de mesmo valor”.

É diante desse contexto que se percebe o desafio imposto ao poder público no que se refere às correções das desigualdades sociais, pois o crescimento não conduz automaticamente à justiça social, sendo contraditório à cidadania no momento em que se percebe um número crescente de pessoas habitando áreas urbanas de risco, vivenciando problemas socioambientais cada vez mais próximos, como por exemplo, a falta de saneamento, poluições atmosféricas, sonoras e das águas, o que torna o território a maior causa de desigualdade entre os homens, pois os que moram no entorno de igarapés são discriminados e não considerados como cidadãos.

Por fim, é importante salientar que o governo estadual construiu através da SUHAB um total de 13.504 casas, sob a modalidade de conjuntos habitacionais e através do Programa PROSAMIM, nas fases I e II, o número de casa³⁹ foi de apenas 969 (seiscentos e sessenta e nove), que é um número bastante ínfimo se comparado com as famílias que foram removidas devido às obras do PROSAMIM nessa fase. O que permite afirmar que ainda não foi criada uma política habitacional que de fato atue sobre essa problemática.

³⁹ O número de apartamentos em Parques Residenciais será apresentado no próximo capítulo.

CAPÍTULO III:

INTERVENÇÃO URBANA NOS IGARAPÉS: O PROSAMIM NA CIDADE DE MANAUS

A forma como se efetivou o processo de crescimento e expansão de Manaus, trouxe à tona uma série de problemas urbanos. O processo de urbanização da cidade ao longo dos anos acarretou várias mudanças ocasionadas pelo grande crescimento demográfico enfrentado. Conforme o processo de urbanização avançava eram construídos na cidade aterros nas áreas dos igarapés para a abertura de novas vias, facilitação da circulação de pessoas e embelezamento da capital⁴⁰. Os moradores dessas áreas, conseqüentemente, eram expulsos para espaços sem ruas ou pontes, e com a destruição das residências novas formas de utilizações eram dadas a esses espaços.

A ausência de planejamento urbano sistemático, bem como a falta de controle relacionado ao crescimento da cidade ocasionaram sérios problemas, principalmente nas áreas de igarapés, onde se instalaram diversas famílias. A ocupação desordenada dos igarapés aliada ao crescimento desordenado da cidade de Manaus nos últimos anos provocou mudanças na paisagem urbana. Surgiram novos bairros, novas favelas e novas ocupações configurando, assim, uma cidade desigualmente desenvolvida e conseqüentemente com graves problemas socioeconômicos, como pode-se observar na figura abaixo:

Figura 8: Moradias em área de igarapé em Manaus.



Fonte: <http://acritica.am.gov.br>

Bentes (2005) salienta que a ocupação das áreas dos igarapés/canais passou a

⁴⁰ Desde os séculos passados têm-se na cidade de Manaus a necessidade, por parte de investidores, de aterrar os igarapés, visto que esses cursos d'água parecem representar um obstáculo à modernidade. O PROSAMIM vem dar continuidade a esse tipo de intervenção, aterrando os igarapés e expulsando as pessoas que vivem no seu entorno.

constituir-se não só um estilo de vida, mas, sobretudo a única alternativa que as classes trabalhadoras encontraram para a garantia do direito à cidade, ocupando também terrenos públicos e particulares e transformando essas áreas em espaços de reprodução social à margem do sistema legal de propriedade e da legislação urbana, edificando áreas de visibilidade da pobreza.

O Governo do Estado alegando que a ocupação desordenada dos igarapés representa um dos principais problemas na área urbana de Manaus, criou nos anos 2000 o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM). Programa este que tem como público-alvo indivíduos que têm em comum o mesmo histórico de vida em relação às condições anteriores de moradia e que estavam inseridos em um espaço ambiental degradado que comprometia a qualidade de vida e colocava em risco a integridade física das pessoas que ali residiam. A imagem abaixo mostra tal realidade:

Figura 9: Moradia precária em Manaus.



Fonte: <http://uol.com.br>

O PROSAMIM foi apresentado pelo governo estadual como tendo por objetivo contribuir para resolver os problemas sociais, urbanísticos e ambientais, que afetam a cidade de Manaus, e em particular os moradores da Bacia Educandos-Quarenta (PROSAMIM I e II) e São Raimundo (PROSAMIM III). Os recursos para esse programa são de aproximadamente 900 milhões de dólares (empréstimo do BID e recursos próprios). Na justificativa da proposta, lê-se:

O PROSAMIM pretende atuar nos âmbitos ambiental, urbanístico e social, apresentando como objetivo geral, contribuir para resolver os problemas ambientais, urbanísticos e sociais que afetam a cidade de Manaus, em particular os moradores das microbacias dos igarapés Educandos/Quarenta e São Raimundo, proporcionando melhores condições de qualidade de vida da população residente na área de abrangência do Programa, no entorno urbano e consequentemente na cidade de Manaus (EIA, PROSAMIM, 2011, p. 24).

Os objetivos específicos incluem a elaboração e execução de projetos que envolvem a *área de engenharia* (construção de habitação, saneamento básico, reabilitação e/ou implantação de sistemas de drenagem, etc.); a *área social* (estudos socioeconômicos, participação comunitária, inserção em programas de geração de renda); a *área da comunicação* (fortalecimento institucional, educação sanitária e ambiental); e a área jurídica (regularização da posse do solo).

Assim, como é apresentado no RIMA (2004), o PROSAMIM busca a recuperação das áreas degradadas e a melhoria das condições de vida da população, a partir de três linhas estratégicas de ações, sendo a primeira a drenagem da bacia, com adequação do sistema de macro e microdrenagem; a segunda, o saneamento básico, com melhoria nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário; e a terceira, o urbanismo e habitação, com implantação de novas vias urbanas e equipamentos urbanísticos, melhoria na habitação e o reassentamento e realocação da população das áreas de igarapé.

Quatro pilares compõem as estratégias – corretivas e preventivas do programa. A primeira refere-se à construção de obras de macro e micro drenagem visando regular o impacto das chuvas intensas e as enchentes do Rio Negro; a segunda diz respeito à efetivação do reassentamento da população que ocupa os igarapés em terrenos aptos para usos residenciais e com serviços básicos; a terceira é concernente à construção de avenidas e parques nas áreas mais vulneráveis para prevenir as “invasões ilegais”; e a quarta apresenta a proposta de ampliação da oferta de solo equipado para uso residencial barato. Iniciativas que visam o maior controle e vigilância de ocupação e uso da terra.

Ainda segundo o RIMA (2004, p. 09) os objetivos podem ser desdobrados em objetivos maiores, que serão detalhados mais à frente e que foram agrupados da seguinte forma:

- **Objetivos sociais:** Identificar, propor e testar formas de organização para a participação comunitária a serem implantadas na execução do PROSAMIM, e seu acompanhamento posterior; fornecer condições dignas de habitação, com infraestrutura básica; garantir a população o acesso aos serviços sociais básicos; garantir a segurança alimentar da população afetada, a partir da manutenção dos

vínculos econômicos existentes e implementação de projetos complementares de geração de emprego e renda; possibilitar o exercício da cidadania a população local por meio da participação; melhorar as condições de saúde pública e higiene da população mediante a extensão do sistema de abastecimento de água.

- **Objetivos ambientais:** Proteger e estabilizar as margens dos igarapés da bacia; apresentar soluções para a sistematização da coleta, transporte e tratamento do lixo oriundo da área; adequar as indústrias quanto a suas descargas contaminantes à legislação existente e melhorar a qualidade ambiental dos igarapés, principalmente a qualidade da água.
- **Objetivos de ordenamento urbano/territorial:** Assegurar a regularização das áreas destinadas ao reassentamento de famílias; evitar novas ocupações e equacionar os problemas urbano/habitacionais na área.
- **Objetivos institucionais:** Fortalecer a capacidade de gestão urbana, social, ambiental nas instituições parceira e fortalecer a capacidade de operação e manutenção da infraestrutura urbana, social e de serviços.

O leque de objetivos é acompanhado de propostas de parcerias com órgãos governamentais e não governamentais, cabendo mencionar, por fim, que integram este programa uma série de estudos, planos e projetos. O EPIA (2004) informa que o PROSAMIM está articulado a vários órgãos⁴¹ como o Governo do Estado do Amazonas, Órgãos Estaduais, Órgãos municipais, Sociedade Civil Organizada, Órgãos Federais, Caixa Econômica Federal e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Para a execução do PROSAMIM, o governo do estado do Amazonas contratou a empresa CONCREMAT, que elaborou uma extensa documentação de preparação para os estudos e os projetos necessários para a solicitação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A figura abaixo mostra os órgãos interligados ao programa:

⁴¹ Órgãos estes que compõe o objetivo que se refere ao fortalecimento institucional do programa.

Figura 10: Organograma do PROSAMIM

Fonte: <http://prosamim.am.gov.br>

O programa é composto de 3 fases: PROSAMIM I, II e III. O PROSAMIM I teve sua execução prevista para 2004/2007, mas se estendeu até 2009, quando foi celebrado o Contrato do PROSAMIM SUPLEMENTAR (2009/2014) com objetivo de dar continuidade às intervenções do PROSAMIM I. O Contrato do PROSAMIM II foi firmado em 2008, alcançando níveis importantes de execução até 2014. Já o PROSAMIM III foi assinado em 2012 e atualmente ainda está em execução.

Em termos de contextualização o PROSAMIN I localiza-se na Bacia do Igarapé do Educandos (Igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico) possui 4,6 mil ha de área e localiza-se na porção sudoeste da cidade, concentrando grande parte do comércio, monumentos históricos e abrange o centro de Manaus. Abriga cerca de 580 mil habitantes, que corresponde, aproximadamente a 32% da população da cidade. Na sua extensão de 48 km, envolve 33 igarapés, 17 bairros e o Distrito Industrial de Manaus. A área do PROSAMIM SUPLEMENTAR, corresponde a continuidade das intervenções na Bacia dos Educandos, Igarapé Quarenta, em áreas parciais (sub-bacias) dos Igarapés Manaus, Bittencourt e do Mestre Chico. Abaixo pode-se observar a área do PROSAMIM I:

Figura 11: Área do PROSAMIM I.



Fonte: <http://prosamim.am.gov.br>

O PROSAMIM I, resultou na construção do Parque Residencial Manaus I e II, Parque Residencial Jéferson Péres e Parque Residencial Mestre Chico, com um total de 969 (novecentos e sessenta e nove) unidades habitacionais.

Já o PROSAMIM II, de acordo com o RIMA (2012) teve a área de abrangência de 38 km do igarapé do Quarenta até o Distrito Industrial de Manaus e compreende a continuidade de obras na Bacia dos Educandos, Quarenta e São Raimundo (trecho entre a Rua Maués e a Av. Dr. Rodrigo Otávio, Igarapé Cajual e Parque São Raimundo). É uma continuidade do programa visto que, houve uma reincorporação de ações anteriormente previstas para a bacia do igarapé do Quarenta entre a ponte da Avenida Maués e a Rua Javari, Franco, Bombeamento e Sapolândia, na Bacia do São Raimundo e Foz do Educandos.

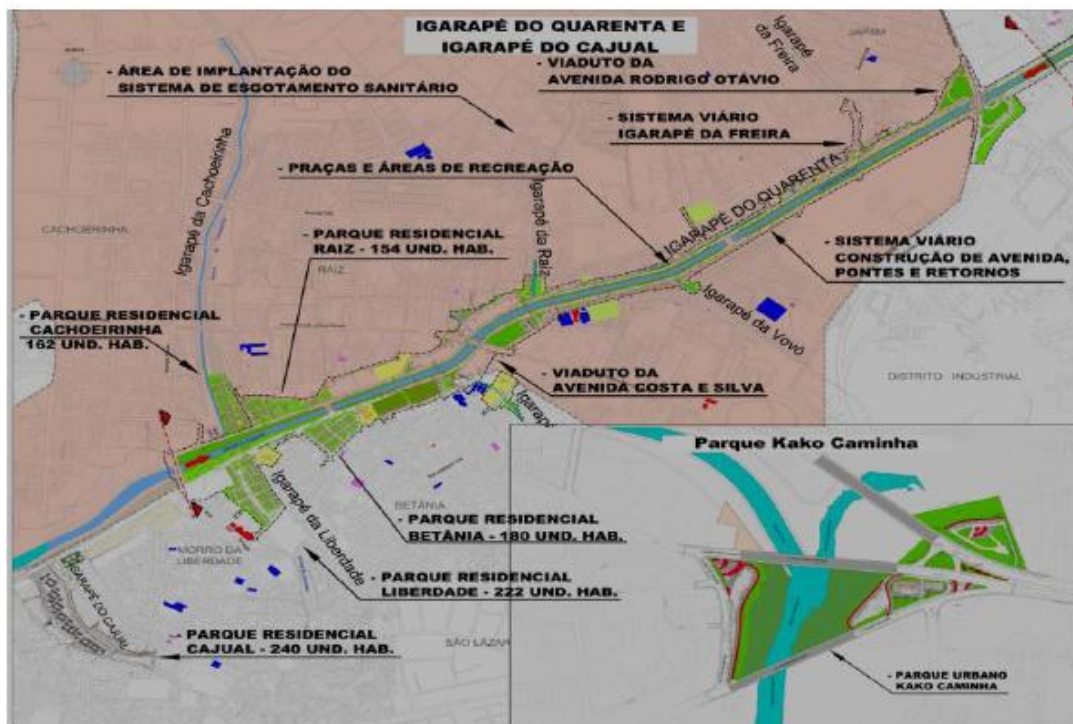
Em termos de unidades habitacionais foram entregues pelo PROSAMIM II, o Parque Habitacional Cachoeirinha, o Parque Habitacional Igarapé Liberdade e o Parque Habitacional Igarapé do Cajual. Desde 2005, 1,5 mil famílias foram removidas e reassentadas no Conjunto Nova Cidade para dar início às obras de urbanização; e posteriormente mais famílias foram retiradas da área do programa e alocadas no Conjunto João Paulo II⁴² (bairro Santa Etelvina, Zona Norte da cidade), sendo este o único conjunto feito exclusivamente para o reassentamento das famílias removidas por esse programa.

É oportuno mencionar, segundo Vallina (2014) que só na área demarcada para o PROSAMIM II, pelo menos 7,5 mil famílias foram cadastradas como em situação de extremo risco, e residiam nos bairros Betânia, Raiz, Vovó, Freira, Japiim, Buriti, Semp, 31 de Março,

⁴² O conjunto João Paulo II, de acordo com Vallina (2014), é um conjunto composto por 1.320 (um mil, trezentas e vinte) casas, com 33,10m² de área construída, com sala, quarto, banheiro, varanda e área de serviço, num terreno de 128m².

Javari, Campus II, Ibiurana, Campus I, Ipê, Copiúba, Nova República, Porco, Chaminé, Sharp, Acariquara, Zumbi I e II. 297 abaixo da cota máxima de cheia, que é de 30m. Há, portanto, um déficit muito grande de construção de moradias para os supostos beneficiários do PROSAMIM. Segue abaixo o mapa da área:

Figura 12: Mapa da área de intervenção do PROSAMIM II.



Fonte: <http://prosamim.am.gov.br>

Há, ainda, a terceira fase desse programa— o PROSAMIM III— centrando-se na bacia do São Raimundo que ocupa uma área de 11.961,80 ha. O trecho desta fase do programa está localizado entre as imediações da Avenida Kako Caminha até a confluência do igarapé São Raimundo com o rio Negro, sendo limitado a leste pela Avenida Constantino Nery e a oeste pela orla do rio Negro e a Avenida Presidente Vargas. A sub-bacia do Igarapé São Raimundo, pertencente à Bacia do São Raimundo, definida como área de intervenção prioritária do PROSAMIM III, situa-se na confluência com o Rio Negro, em uma zona histórica e comercial da cidade de Manaus. Possui extensas margens e áreas de inundação abaixo da cota 30,00m e encontra-se densamente ocupada por população de baixa renda, com alta vulnerabilidade social (PROSAMIM III - BR-L1297). Têm-se abaixo a figura que mostra a área do PROSAMIM III:

Figura 13: Área de intervenção do PROSAMIM III.



Fonte: <http://prosamim.am.gov.br>

Na área – PROSAMIM I e II - residiam cerca de vinte e uma (21) mil famílias e destas o programa previa o remanejamento de seis mil, seiscentos e oitenta e três (6.683) famílias pelo PROSAMIM I e quatro mil, quatrocentos e dezessete (4.417) famílias, com o PROSAMIM II. Número esse que foi acrescido pela necessidade de remoção de mais 1.646 famílias, com o PROSAMIM Suplementar. Conforme o RIMA (2012) no PROSAMIM III foram identificados 7.013 domicílios com 6.226 famílias cadastradas.

Esse número de famílias corresponde a um total de aproximadamente 28.017 pessoas que foram diretamente atingidas por essa intervenção urbana.

Segundo o RIMA (2004/2012) o PROSAMIM nasceu para que suas ações promovessem a manutenção do desenvolvimento socialmente integrado e do crescimento econômico ambientalmente sustentável, assegurando a preservação do patrimônio ambiental de Manaus e do estado do Amazonas, de forma a contribuir, em longo prazo, para melhoria contínua da qualidade de vida da população amazonense, gerando novas formas de moradia.

O PROSAMIM previa a remoção dos moradores das áreas já mencionas e seu reassentamento em áreas periféricas e/ou apartamentos construídos em solo criado⁴³ nos entornos dos igarapés, que seriam revitalizados. Contudo, com os números acima, fica o questionamento de quem foram os verdadeiros beneficiários do programa, uma vez que, a remoção não atingiu um número expressivo de famílias da área de intervenção do programa,

⁴³O “solo criado” é resultado do aterramento parcial e da canalização dos igarapés. No processo de aterramento o lixo presente no leito dos igarapés não foi totalmente retirado, sofreu um processo de compactação, seguido de deposição de concreto para a construção das unidades habitacionais.

visto a grandiosa proposta do programa e recurso milionário investido. Ou seja, apesar de fornecer melhores condições de vida para muitas famílias, o programa não atingiu inúmeras outras que também vivem em área de igarapé. Há, portanto, um déficit muito grande de construção de moradias para os supostos beneficiários do PROSAMIM.

Dados do Portal do Amazonas (2018) revelam que em Manaus atualmente, 14 anos após o início do programa, cerca de 28 mil famílias ainda vivem em área de igarapé. Isso acontece devido à ineficiência do poder público de criar políticas efetivas para solucionar tal problemática. Manaus apresenta de acordo com dados do IBGE (2017) 295.910 mil aglomerados subnormais. Ferreira (2012, p. 15), ressalta que:

O abandono pelo Estado e a conseqüente falta de políticas públicas e de alternativas habitacionais levam a população a construir informalmente sua própria casa, muitas vezes em encostas inseguras, em áreas de mananciais ou em beiras de córregos de grande fragilidade ambiental. As marcas dessa urbanização são a alta vulnerabilidade às calamidades naturais, a falta de perspectivas de trabalho próximo à residência, a ausência de transportes e de conexão com as áreas mais centrais, a falta de equipamentos de educação e saúde, e a violência, que aumenta na mesma proporção em que o Estado se faz ausente.

Quando se pensa em moradia é preciso considerar todos os fatores que levam o indivíduo a ter uma moradia descente, pois esta abrange um conjunto de elementos necessários para subsistência do ser humano. Gaspar (2011) corrobora com essa concepção quando defende que a moradia deve garantir a seus moradores privacidade, tranquilidade e salubridade, bem como o acesso ao transporte, aos locais de trabalho e de lazer, aos equipamentos urbanos e comunitários e aos serviços públicos, de acordo com as necessidades e os interesses da população. Quando há violação do direito à moradia, o direito ao acesso a outras políticas acaba também sendo comprometido e os mais atingidos são as pessoas mais vulneráveis.

De acordo com Gaspar (2011) o Estado ao programar políticas públicas que deveriam beneficiar as pessoas de baixa renda, acaba favorecendo a exclusão destas dos centros das cidades, fazendo com que elas se desloquem para áreas mais afastadas, desprovidas de serviços públicos e infraestrutura urbana, ou seja, na periferia da cidade.

O PROSAMIM, em parte, se difere da maioria dos demais programas habitacionais que segregam as pessoas dos centros urbanos, pois algumas das habitações construídas (os parques residenciais) pelo programa são no mesmo local de moradia anterior, próximo do centro e de todos os serviços públicos que essa área privilegiada de tais serviços oferece.

O programa se difere dos demais também devido ao fato de ser um programa de habitação popular que não exige - ou pelo menos não exigia em suas etapas I e II - dos beneficiários comprovação de renda ou uma renda mínima para que se consiga ter acesso à

moradia própria com condições salubres não localizadas no leito dos igarapés. Manaus, no que se refere à habitação, é comandado pelo mercado imobiliário, assim como as demais capitais do Brasil, e apresenta as melhores localidades de moradia para aquelas pessoas que podem pagar mais, e as pessoas que não podem pagar são obrigadas a buscar outras possibilidades para garantir o direito à habitação, ou seja, a ocupação nos locais distantes e rejeitados pelo setor imobiliário.

Para ter uma moradia descente é necessário, como dito acima, ter que pagar por ela, o que se torna uma dificuldade para a classe trabalhadora. Sposito (1989) concebe que a troca desigual se apoia no fato de que os trabalhadores de todo o mundo capitalista recebem salários diferentes para produzir riquezas de mesmo valor.

Rodrigues (2007) afirma que a desigualdade socioespacial demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. Expressa a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência. Segundo a mesma autora, é visível, até para os olhares desatentos, a “oposição” entre áreas ricas e áreas pobres⁴⁴. Porém, a compreensão de causas e conteúdo de crises, problemas, contradições, conflitos não é explicitada o que dificulta entender a complexidade da produção, consumo do e no espaço.

Segundo Arantes (2015, p. 23), a gentrificação, desigualdade social, segregação, tanto voluntária quanto involuntária, tornaram-se lugar comum no dia a dia das grandes metrópoles. Induzidas pela especulação imobiliária, tais problemas se agravam e, pior, tornam-se necessárias para a manutenção da rentabilidade do setor privado. De acordo com a mesma autora, desde a década de 1990, com o advento da globalização e dos princípios neoliberais, as cidades contemporâneas foram e vêm sendo submetidas a sucessivos planos de intervenção urbana, posto que a imagem de uma metrópole se tornou fundamental para seu desenvolvimento econômico e político.

Nas décadas passadas a vitória do neoliberalismo restaurou o poder dos interesses empresariais no comando das cidades. Muitas das empresas públicas desapareceram e cederam seu espaço para a exploração desses serviços por grandes conglomerados empresariais, nacionais e estrangeiros. Conforme Bava (2013) o Estado perde sua capacidade

⁴⁴ De acordo com Ianni (1997) a característica fundamental da sociedade brasileira é seu profundo dualismo. De um lado encontra-se uma moderna sociedade industrial, já que é a oitava economia do mundo ocidental e acusa um extraordinário dinamismo, e de outro encontra-se uma sociedade primitiva, vivendo em nível de subsistência, no mundo rural, ou em condições de marginalidade urbana ostentando padrões de pobreza e ignorância comparáveis aos das mais atrasadas sociedades afro-asiáticas.

reguladora em defesa do interesse público, adota critérios de mercado para estabelecer as políticas e ignora a realidade social. É preciso garantir o lucro das operadoras. O autor afirma que os cidadãos são considerados apenas consumidores, o que vale dizer que as empresas concessionárias se mobilizam para atender aqueles que podem pagar pelos serviços privatizados. Os outros, os que não podem pagar, não entram nos planos desse urbanismo.

Essa lógica de encarar a cidade como oportunidade para bons negócios estimula a especulação imobiliária e expulsa os antigos moradores pobres do centro para a periferia, pois eles não têm dinheiro para alugar ou comprar os imóveis nas regiões nobres da cidade. Os investimentos na infraestrutura urbana, um elemento central para definir o padrão de urbanismo, se orientam para a produção de pontes e viadutos.

Ainda segundo Bava (2013) a vida nas cidades se transformou numa mercadoria, o espaço público se fragmentou e se privatizou. Conforme o autor, não é que o governo seja incapaz de oferecer serviços públicos de qualidade é que ele não se propõe a fazer isso. A gestão da cidade atende aos interesses de acumulação do capital, que vê a produção e a reprodução do urbano como fonte de lucro, como negócio. Como consequência disso, as empresas privadas passam a ganhar maior abertura no país e assumem parte das funções do Estado. Um exemplo é a ação das agências multilaterais. As principais atuantes no Brasil são o BID, Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial.

A atuação das agências multilaterais no estado do Amazonas vem sendo intensificada a partir dos anos de 2003, quando o BID passou a realizar empréstimos consecutivos destinados aos projetos do Governo do Estado e, posteriormente, no ano de 2008, ampliou suas relações com a Prefeitura de Manaus, emprestando recursos para financiar projetos de urbanização.

Para Arantes (2004) os empréstimos dessas duas instituições financeiras carregam consigo uma agenda afirmativa na medida em que buscam modelar a organização do Estado e converter o uso dos recursos públicos para empresas privadas contratadas para executar projetos financiados com tais recursos. Segundo o autor, a forma mais prática dessa conversão se dá por meio dos financiamentos concedidos aos governantes para os projetos urbanos, e é na execução desses projetos que se abrem espaços para as parcerias do setor público com o setor privado.

O principal foco das entidades multilaterais são os governos e administradores dos territórios que sediam e dão suporte às indústrias transnacionais, tal como ocorre em Manaus, um território tomado por empresas estrangeiras. A cidade torna-se alvo dos investimentos prioritários de interesse do Banco Mundial e, principalmente, do BID. Assim, ocorre uma

convergência de interesses, a partir não só das instituições, como também por parte dos governantes, tendo em vista que, de um lado, é assegurada a sobreposição de juros, quase sempre exorbitantes; por outro lado, há grande interesse dos gestores em imprimir sua imagem às grandes obras, aos projetos de maior visibilidade, uma vez que o retorno político se torna incomensuravelmente maior.

As agências multilaterais propagam a privatização, isso porque no ideário neoliberal as empresas, reguladas pelo mercado, são vistas como agentes eficientes e o Estado como ineficiente. Segundo Cavalcante (2008, p. 47)

Na agenda da política urbana recente (2000) do Banco Mundial e do BID, entram questões como a sustentabilidade de cidades e da minimização da degradação do meio ambiente. É valorizada a noção de cidades competitivas que devem oferecer suporte às empresas a fim de garantir crescimento de empregos e rendimentos, e preza-se pela boa governabilidade e bom gerenciamento das cidades através da transparência, participação social, e capacidade dos governos locais em cumprir as suas responsabilidades públicas para atrair mais parceiros.

Abaixo veremos a atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o PROSAMIM que contou com empréstimos do banco, e o teve como o seu principal financiador.

3.1. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o PROSAMIM

O PROSAMIM é justificado pelo consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) nos seguintes termos:

A ocupação destas zonas de alta sensibilidade ambiental, não aptas para o desenvolvimento urbano, representa um problema ambiental, social e urbanístico para a cidade. Isto gera externalidades negativas para a área central (inundação, maus odores, mosquitos e roedores) que resultam na deterioração e abandono das áreas vizinhas com a consequente perda de ativos públicos e de valor imobiliário, promovendo a degradação das edificações e dos espaços públicos nas proximidades, afetando direta e indiretamente a todos os habitantes da cidade. (<https://www.iadb.org>).

O PROSAMIM estabelece relação com os objetivos da estratégia do banco para o país, pois o programa objetiva a redução da pobreza e a equidade social, através da área de condições de vida e eficiência nas cidades, tendo como tema transversal o meio ambiente (<https://www.iadb.org>).

O PROSAMIM se relaciona a essa área de atuação do Banco porque pretende intervir na urbanização e na área habitacional, cuja problemática na cidade de Manaus vinha

se agravando desde a década de 1970, com a implantação da Zona Franca de Manaus (ZFM) e com o crescimento das habitações fixadas nas margens e dentro dos igarapés. E o BID na área de condições de vida e eficiência das cidades

pretende apoiar programas em investimento nos centros urbanos, com o objetivo de solucionar a pobreza urbana e dispor a grupos de baixa renda acesso a serviços básicos, bem como, ações voltadas para aperfeiçoar a administração municipal e programas de investimento na habitação e eficiência das cidades, desenvolvendo programas de desenvolvimento urbano, para a revalorização de zonas centrais desvalorizadas, programas de transporte urbano, programas de melhoria de bairros e moradias de baixa qualidade, programas de saneamento urbano básico e recuperação de recursos hídricos urbanos e periurbanos. (<https://www.iadb.org>)

O PROSAMIM começou com o Contrato de Empréstimo nº 1692/OC-BR (BR-L1005) – PROSAMIM I, e execução da Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – UGPI, vinculada ao Gabinete do Governador do Estado, com autonomia administrativa e financeira. Neste período as ações ficavam sob a coordenação operacional da Secretaria de Estado da Infraestrutura – SEINF, atualmente, SEINFRA.

O financiamento para o PROSAMIM foi concedido, segundo o Regulamento Operacional do Programa – ROP (2017) por meio do Contrato de Garantia Nº. 1692/OC-BR entre a República Federativa do Brasil, o Governo do Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington, distrito de Colúmbia, nos Estados Unidos da América. E foi aprovado em 30 de novembro de 2005, no valor de U\$ 200 milhões, sendo U\$140 milhões do BID e U\$60 milhões de contrapartida do governo do Estado do Amazonas⁴⁵. (<https://www.iadb.org>)

De acordo com o ROP (2017) nesse documento o Banco Interamericano de Desenvolvimento concorda em outorgar ao estado do Amazonas financiamento no valor de US\$: 140.000.000 milhões, desde que, a República Federativa do Brasil no cumprimento de suas obrigações se responsabilize pelas obrigações de pagamento do mutuário. O fiador fica responsável por todas as obrigações financeiras relativas a pagamento, juros e encargos relacionados ao financiamento, porém não tem responsabilidade financeira em contribuir com recursos adicionais para a execução do PROSAMIM. A República Federativa do Brasil - fiador do empréstimo - se compromete:

- (a) cooperar para assegurar o cumprimento dos objetivos do financiamento;
- (b) informar ao Banco Interamericano de Desenvolvimento qualquer fato que dificulte ou possa vir a dificultar a consecução da realização do financiamento ou o

⁴⁵ O programa obteve também empréstimo efetivado junto à Caixa Econômica Federal (CEF) no valor de U\$ 125 milhões (U\$100 milhões da CEF e U\$ 25 milhões de contrapartida do Governo do Amazonas).

cumprimento das obrigações do mutuário; (c) informar ao BID qualquer informação que este solicite sobre o mutuário; (d) facilitar o cumprimento de suas obrigações pontuadas no Contrato de Empréstimo e as relacionadas à execução do PROSAMIM; (e) informar ao BID efetuação dos pagamentos correspondentes ao financiamento. O fiador ainda se compromete que não serão cobrados juros nem encargos financeiros sobre o empréstimo e que nem este contrato assinado entre o fiador e o Banco, quanto o assinado entre o mutuário e o BID estarão isentos de qualquer imposto e taxas. (CONTRATO DE GARANTIA N°. 1692/OC-BR, 2005)

O Contrato de Garantia N°. 1692/OC-BR (2005) estabelece, ainda, que a República Federativa do Brasil somente ficará exonerada de suas obrigações perante o BID quando o Estado do Amazonas tiver cumprido, integralmente, com suas obrigações financeiras assumidas no Contrato de Empréstimo. O Banco fica ciente que deverá comunicar ao fiador de todo e qualquer inadimplência quanto às obrigações financeiras do mutuário.

Esse documento assinado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a República Federativa do Brasil prevê os direitos e obrigações entre o Banco e o fiador em que o fiador se compromete e responsabiliza-se pelo financiamento solicitado pelo governo do Estado do Amazonas para a execução do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM.

Já no Contrato de Empréstimo N°. 1692/OC-BR⁴⁶ fica estabelecido entre as partes que, os recursos obtidos através do Empréstimo serão efetuados por intermédio da Unidade de Gerenciamento do Programa Social e Ambiental dos Igarapés – UGPI. O Banco compromete-se a financiar 70% do programa, o que equivale a US\$: 140.000.000 milhões e os outros 30% fica a cargo do mutuário na quantia equivalente a US\$: 60.000.000 milhões que totalizam o custo total do Programa no valor de US\$: 200.000.000 milhões.

Sobre a amortização do financiamento, de acordo com o referido contrato, fica determinado que o empréstimo deverá ser amortizado pelo mutuário em prestações semestrais de parcelas iguais e consecutivas, sendo que a primeira prestação deve ser paga no dia 20 de fevereiro de 2012 e a última prestação no dia 19 de janeiro de 2031, conforme disposto no Capítulo II da Cláusula 2.01. - Amortização. Quanto aos juros estes devem ser pagos semestralmente nos dias 20 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, a começar pelo dia 20 de agosto de 2006.

Ainda neste contrato fica firmado que, do financiamento, apenas a quantia equivalente a US\$: 1.000.000 milhão poderá ser reembolsada para despesas efetuadas com o programa, tais como serviços de consultoria. Quando for efetuada qualquer convocação ou licitação

⁴⁶ Assinado entre o Governador do Estado do Amazonas – Carlos Eduardo de Souza Braga – e o Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento – Luis Alberto Moreno – no dia 19 de janeiro de 2006, em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América.

referente ao Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, o mutuário tem por obrigação, por intermédio da Unidade Gestora do Programa Social dos Igarapés, enviar o plano de contratações para revisão e aprovação do Banco.

Essa seleção será analisada pelo BID levando em consideração os seguintes quesitos, dispostos no Documento GN-2350-4 intitulado “Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento”: (a) Seleção baseada na qualidade e no preço; (b) Outros processos de seleção e contratação de consultores: (i) seleção baseada na qualidade; (ii) seleção baseada no menor custo; (iii) seleção baseada em orçamento fixo; (iv) seleção baseada nas qualificações; (v) seleção direta; e (vi) consultores individuais.

O governo do Estado do Amazonas se comprometeu a conservar adequadamente as obras e equipamentos do PROSAMIM e a apresentar anualmente, no primeiro trimestre de cada ano, durante o período de execução e após 4 anos do último desembolso do Programa relatório sobre o estado e conservação das obras e equipamentos, bem como, apresentar no decorrer da execução relatório inicial, relatórios semestrais e relatórios de meio termo e final, sendo que, o primeiro deve ser apresentado no prazo de 90 dias a partir da data que se tenha comprometido 60% dos recursos do financiamento e, o segundo no prazo de 90 dias a partir da data que se tenha desembolsado 90% dos recursos do financiamento. (Contrato de Empréstimo N°. 1692/OC-BR)

Segundo informações disponíveis no site oficial do PROSAMIM (2012), o investimento total do PROSAMIM até 11 de novembro de 2017 foi de R\$ 1.709.632.599,15, sendo R\$ 1.181.519.311,98 em recursos do BID e R\$ 528.113.287,17 do Estado. Na primeira etapa, que começou na Bacia dos Educandos, cinco igarapés foram elencados, para ações do **Contrato nº 1692/OC-BR (BR-L1005) – PROSAMIM I**, celebrado em 19/01/2006, encerrado em 16/09/2009: contempla os Igarapés Cachoeirinha, Manaus, Bittencourt, Mestre Chico I e Igarapé Quarenta. O **Contrato nº 2165/OC-BR (BR-L1217) – PROSAMIM SUPLEMENTAR**, celebrado em 19/01/2006, encerrado em 21/03/2014, com objetivo de dar continuidade às intervenções na Bacia dos Educandos, Igarapé Quarenta, em áreas parciais (sub-bacias) dos Igarapés Manaus, Bittencourt e do Mestre Chico. Nos Contratos do PROSAMIM I e Suplementar foram investidos um total de US\$ 320,9 milhões. (<http://prosamim.am.gov.br/>), conforme explicitado nos quadros abaixo.

Quadro 2: Contrato de empréstimo PROSAMIM I

CATEGORIAS/COMPONENTE/SUBCOMPONENTE		ORÇAMENTO VIGENTE			EM PORCENTAGEM		
		BID	CP	TOTAL	BID	CP	TOTAL
I	Engenharia e Administração	14.012.874	3.226.258	17.239.132	81%	19%	9%
1.1	Unidade Executora	-	-	-	-	-	-
1.2	Gerenciamento e Supervisão	10.695.386	966.736	11.662.122	92%	8%	6%
1.3	Estudos e Projetos	3.317.488	2.259.522	5.577.010	59%	41%	3%
II	Custos Diretos	125.878.836	50.783.714	176.662.549	71%	29%	88%
2.1	Melhoria ambiental, urbanística e habitacional	124.659.289	50.685.786	175.345.076	71%	29%	88%
2.1.1	Macro e micro drenagem	53.991.071	31.013.074	85.004.145	64%	36%	43%
2.1.2	Reordenamento urbano e reassentamento	44.693.580	2.975.508	47.669.088	94%	6%	24%
2.1.3	Parques e vias urbanas	14.125.799	12.464.619	26.590.418	53%	47%	13%
2.1.4	Infraestrutura sanitária	11.848.839	4.232.586	16.081.424	74%	26%	8%
2.2	Sustentabilidade social e institucional	1.219.546	97.927	1.317.474	93%	7%	1%
2.2.1	Participação comunitária	363.225	16.188	379.413	96%	4%	0%
2.2.2	Comunicação social	174.266	35.499	209.765	83%	17%	0%
2.2.3	Educação ambiental e sanitária	12.422	-	12.422	100%	0%	0%
2.2.4	Desenvolvimento Institucional	669.633	46.240	715.873	94%	6%	0%
III	Custos Concorrentes	108.291	7.528	115.819	93%	7%	0%
3.1	Auditoria, avaliação e monitoramento	108.291	7.528	115.819	93%	7%	0%
3.2	Terrenos	-	-	-	-	-	-
IV	Custos Financeiros	-	5.982.500	5.982.500	0%	100%	3%
4.1	Juros	-	5.778.421	5.778.421	0%	100%	3%
4.2	Comissão de Compromisso	-	204.078	204.078	0%	100%	0%
4.3	Fundo de Inspeção e Vigilância - FM	-	-	-	-	-	-
TOTAIS		140.000.000	60.000.000	200.000.000	70%	30%	100%

Fonte: <http://prosamim.am.gov.br>

Quadro 3: Contrato de empréstimo PROSAMIM suplementar

CATEGORIAS/COMPONENTE/SUBCOMPONENTE		ORÇAMENTO VIGENTE			EM PORCENTAGEM		
		BID	CP	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL
I	Engenharia e Administração	3.400.000,00	220.261,37	3.620.261,37	94%	6%	3%
1.1	Gerenciamento e Supervisão	2.700.000,00	200.000,00	2.900.000,00	93%	7%	2%
1.2	Estudos e Projetos	700.000,00	20.261,37	720.261,37	97%	3%	1%
II	Custos Diretos	73.012.585,80	37.898.669,94	110.911.255,74	66%	34%	92%
2.1	Melhoria ambiental, urbanística e habitacional	70.859.604,11	37.609.228,45	108.468.832,56	65%	35%	90%
2.1.1	Macro e micro drenagem	28.359.604,110	16.987.237,47	45.346.841,58	63%	37%	37%
2.1.2	Reordenamento urbano e reassentamento	23.600.000,00	12.749.879,15	36.349.879,15	65%	35%	30%
2.1.3	Parques e vias urbanas	15.500.000,00	6.744.735,97	22.244.735,97	70%	30%	18%
2.1.4	Infraestrutura sanitária	3.400.000,00	1.127.375,86	4.527.375,86	75%	25%	4%
2.2	Sustentabilidade social e institucional	2.152.981,69	289.441,49	2.442.423,18	88%	12%	2%
2.2.1	Participação comunitária	202.548,57	11.832,79	214.381,36	94%	6%	0%
2.2.2	Comunicação social	-	-	0,00	-	-	-
2.2.3	Educação ambiental e sanitária	24.887,71	13.275,83	38.163,54	65%	35%	0%
2.2.4	Desenvolvimento Institucional	1.925.545,41	264.332,87	2.189.878,28	88%	12%	2%
III	Custos Concorrentes	587.414,20	23.044,27	610.458,47	96%	4%	1%
3.1	Auditoria, avaliação e monitoramento	587.414,20	23.044,27	610.458,47	96%	4%	1%
IV	Custos Financeiros	-	5.821.514,26	5.821.514,26	0%	100%	5%
4.1	Juros	0,00	5.560.738,34	5.560.738,34	0%	100%	5%
4.2	Comissão de Compromisso	0,00	260.775,92	260.775,92	0%	100%	0%
TOTAIS		77.000.000,00	43.963.490	120.963.490	64%	36%	100%

Fonte: <http://prosamim.am.gov.br>

O Contrato nº 2006/OC-BR (BR-L1164) – PROSAMIM II, celebrado em 10/11/2008 inclui as obras na Bacia do Igarapé dos Educandos / Quarenta – BIEQ e Bacia do Igarapé do São Raimundo – BISR. As obras na BIEQ estão concentradas no trecho entre a Rua Maués e a Avenida Rodrigo Otávio, que constituem a amostra das obras que foram iniciadas durante o primeiro ano de execução do Programa, e contempla, ainda, o Igarapé do Cajual e Parque Kako Caminha no Igarapé de Manaus, onde foram investidos US\$ 280,4 milhões. O quadro abaixo descreve o orçamento:

Quadro 4: Contrato de empréstimo PROSAMIM suplementar

CATEGORIAS/COMPONENTES		ORÇAMENTO VIGENTE			EM PORCENTAGEM		
		BID	CP	TOTAL	BID	CP	TOTAL
I	Engenharia e Administração	17.758.079	995.024	18.753.103	95%	5%	7%
1.1	Unidade Executora	264.079	251	264.330	100%	0%	0%
1.2	Gerenciamento e Supervisão	6.151.000	397.773	6.548.773	94%	6%	2%
1.3	Estudos e Projetos	11.343.000	597.000	11.940.000	95%	5%	4%
II	Custos Diretos	135.811.356	125.321.396	261.132.752	52%	48%	93%
2.1	Melhoria ambiental, urbanística e habitacional	135.272.941	125.217.100	260.490.040	52%	48%	93%
2.2	Sustentabilidade social e institucional	538.415	104.296	642.711	84%	16%	0%
III	Custos Concorrentes	430.565	123.580	554.145	78%	22%	0%
3.1	Auditoria, avaliação e monitoramento	430.565	123.580	554.145	78%	22%	0%
IV	Custos Financeiros (*)	-	-	-	-	-	-
Totais		154.000.000	126.440.000	280.440.000	55%	45%	100%

Fonte: <http://prosamim.am.gov.br>

O Contrato nº 2676/OC-BR (BR-L1297) – PROSAMIM III, por sua vez, celebrado em 16/03/2012, com previsão de término para 2020, na Bacia do Igarapé do São Raimundo (BISR), prevê investimentos no valor de US\$ 370 milhões de dólares. (<http://prosamim.am.gov.br/>).

Quadro 5: Contrato de empréstimo PROSAMIM III

CATEGORIAS/COMPONENTES		ORÇAMENTO VIGENTE			EM PORCENTAGEM		
		BID	CP	TOTAL	BID	CP	TOTAL
I	Engenharia e administração	22.687.000	30.637.070	53.324.070	43%	57%	14%
1.1	Unidade executora	1.974.000	5.862.000	7.836.000	25%	75%	2%
1.2	Apoio à gestão, supervisão	13.248.000	24.752.000	38.000.000	35%	65%	10%
1.3	Estudos complementares	7.465.000	23.070	7.488.070	100%	0%	2%
II	Custos diretos	235.625.000	68.337.000	303.962.000	78%	22%	82%
2.1	Melhorias ambientais urbanas e habitacionais.	226.285.000	68.337.000	294.622.000	77%	23%	80%
2.2	Desenvolvimento institucional	9.340.000	-	9.340.000	100%	0%	3%
III	Custos concorrentes	688.000	-	688.000	100%	0%	0%
3.1	Auditoria, Avaliação e Monitoramento	688.000	-	688.000	100%	0%	0%
IV	Custos financeiros	-	12.025.930	12.025.930	0%	100%	3%
4.1	Custos Financeiros	-	12.025.930	12.025.930	0%	100%	3%
Total		259.000.000	111.000.000	370.000.000	70%	30%	100%

Fonte: <http://prosamim.am.gov.br>

A obtenção de empréstimo externo de uma agência multilateral, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - que no caso do PROSAMIM garante um aporte significativo de recursos-, garante a legitimidade quanto às ações do governo do Estado frente à sociedade e tem suas razões. Alves et al. (2008, p. 06) acrescenta que por trás da política da “boa vontade” de recuperar a salubridade dos igarapés, de promover o desenvolvimento “sustentável”, de erradicar a pobreza e de uma cadeia de outras demagogias, as agências

multilaterais estão interessadas em tornar as cidades verdadeiros “outdoors”, apelos visuais, figurados em vitrines que promovam seu produto – a implantação de modelos de cidade que fogem da identidade do lugar, como já foi citado anteriormente.

O BID apoia o PROSAMIM e outros projetos similares⁴⁷ por razões ideológicas e prático-estratégicas, pois o espaço das cidades, configurado por meio deles, representa possibilidade de investimento e fonte de lucro. O próprio conceito de desenvolvimento adotado pelo Banco é estritamente direcionado à valorização imobiliária, fortalecendo a especulação e a mais-valia fundiária (GARRIDO, 2010). Reiteradamente o governo afirma que o PROSAMIM foi idealizado como o promotor da melhoria da qualidade de vida da população que vive às margens dos igarapés da cidade de Manaus, daí a sua remoção das palafitas enunciada como necessária para uma moradia que ofereça condições dignas de vida.

Segundo Vallina (2014) pode-se dizer que nos projetos financiados pelo BID há a exigência da adoção de práticas gerenciais e indicação de “melhores práticas”, diretrizes para a “inovação” e “empreendedorismo”, que indicam a priorização do desenvolvimento econômico em detrimento dos direitos sociais. E essa centralidade na gestão, torna mais distante a participação da sociedade civil nos projetos, pois uma vez que suas ações se concentram nos aspectos gerenciais, fortalece a lógica de procedimentos em detrimento da maior permeabilidade da sociedade politicamente organizada na definição do uso dos recursos emprestado, impactando negativamente no desempenho econômico local.

No próximo item conheceremos os eixos do PROSAMIM, eixos esses que são exigências do BID para realizar o financiamento do programa.

3.2. Desvelando os eixos do PROSAMIM

O PROSAMIM é um programa de intervenção urbana governamental que tem forte intervenção nas áreas de igarapés da cidade de Manaus, como já mencionado. Segundo o RIMA (2004) a ocupação desordenada dos igarapés representa um dos principais problemas na área urbana de Manaus.

⁴⁷Vallina (2014) sinaliza que além de Manaus, outras cidades brasileiras tiveram seus projetos de revitalização e requalificação dos espaços urbanos financiados pelo BID, a partir dos anos 90, a exemplo do Programa de Saneamento do Ceará (BR-0324); Reabilitação Ambiental de Belo Horizonte ((BR-0397); Programa de Reabilitação Ambiental e Urbana de Joinville (BR-L1038); e do Programa de Reabilitação da área central de São Paulo, cujas metas, sem sombra de dúvida são muito similares ao programa de Manaus: reversão da desvalorização imobiliária, transformação do perfil econômico e social da área central, recuperação do ambiente urbano, melhoria da circulação e dos transportes e fortalecimento institucional.

O RIMA (2004, 2012) descreve que o uso indiscriminado e inadequado do solo urbano, aliado à falta de infraestrutura de saneamento básico devido à dificuldade de fornecer estes serviços na mesma velocidade em que a ocupação se processava, levou ao atual cenário de degradação dos corpos d'água e as áreas do entorno, e de risco social a que estão sujeitas as populações que ali vivem. Conforme assinala Pinheiro (2008), a doutrina ecológica bastante difundida coloca as populações pobres como as responsáveis pelos danos ambientais, sendo que também a iniciativa privada, em alguns casos, estabeleceu empreendimentos em locais inapropriados ou instalados de forma não condizente, causando danos complexos aos ecossistemas dos igarapés.

O quadro de degradação apresentado é resultante conforme o RIMA (2004, p.10) de:

- I. insuficiência e desordem do **sistema de macro e micro drenagem**, que agrava o problema das cheias e da ocupação do leito dos igarapés pelas palafitas;
- II. carência de **habitações** populares em Manaus, favorecendo a ocupação irregular dos igarapés;
- III. deficiência no **sistema de coleta de lixo** que favorece o despejo do mesmo nos igarapés e que contribuem para a poluição e deterioração da qualidade de vida da população;
- IV. carência de um sistema de **esgotamento sanitário**, que cobre apenas uma parcela ínfima da cidade.

Conforme o RIMA (2004) esse quadro cada vez mais frequente e em expansão na cidade, culmina com a incidência de situações de calamidade pública em razão das fortes chuvas que provocam grandes inundações, causando a exposição a situações de risco e o agravamento das condições de saúde da população. É posto que historicamente vem se buscando a solução deste problema e se processando principalmente ações emergenciais e mitigadoras, porém sem solução a longo prazo. Segue, abaixo, uma foto ilustrativa das áreas que são foco do programa:

Figura 14: Ocupações sujeitas a inundações.



Fonte: [http:// infoocritica.wordpress.com](http://infoocritica.wordpress.com)

O Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA, 2004) esclarece que no que se refere à ocupação desordenada de áreas de igarapés, não existe nenhum indício que, no cenário tendencial, sem a implementação de soluções efetivas, haja qualquer mudança ou reversão no que diz respeito ao processo de ocupação e o uso do solo na região de interesse para o Programa. Ou seja, o quadro tende a se agravar, com todos os comprometimentos físicos, biológicos, sociais e econômicos que este processo acarreta.

Pode-se dizer que o PROSAMIM se enquadra bem no que Carlos coloca (2001) em relação à ação do Estado por intermédio do poder local. Segundo a autora, o Estado ao intervir no processo de produção da cidade reforça a hierarquia de lugares, criando novas centralidades e expulsando para a periferia antigos habitantes, criando um espaço de dominação”. Conforme propõe Rodrigues (2003), a preocupação e atuação do Estado em intervir em determinados espaços dentro das cidades, em especial em locais considerados impróprios para a moradia como as favelas, é marcada principalmente por duas propostas básicas: erradicação da “favela”, por meio da remoção dos moradores e liberação da área antes ocupada, para outros usos, com o objetivo de coibir estes aglomerados que, sem dúvida, interferem no preço da terra das imediações. Como sempre, a população de baixa renda é um empecilho para as ações de embelezamento da cidade, constituindo-se em um “mal” que precisa ser banido.

Os objetivos do Programa, de acordo com o RIMA (2004) incluem melhoria das condições ambientais; de moradia e de saúde da população na área de intervenção do Programa, por meio da recuperação e ou implantação de sistemas de drenagem, abastecimento de água, redes de esgotamento sanitário, coleta e disposição final de lixo e recuperação ambiental das bacias dos igarapés, planejamento urbano, regularização de propriedades, construção de moradias adequadas, implantação de áreas de lazer, continuação do fortalecimento das instituições participantes, e capacitação das comunidades atendidas. Tudo isto para assegurar que as intervenções realizadas sejam sustentáveis (<http://prosamim.am.gov.br>).

A concepção das alternativas postas foi orientada pelas seguintes diretrizes, segundo o EPIA (2004): instalação de sistema de macro e micro drenagem; saneamento básico; e urbanização e habitação. O EPIA (2004) explica que para atender a complexidade da proposta de renovação para a malha urbana de Manaus, envolvendo a gestão de diferentes áreas, o PROSAMIM dividiu as demandas em quatro segmentos: Social, Ambiental, Urbano e Institucional. Segundo o RIMA (2004, p. 09) estes segmentos tornaram-se os quatro principais eixos do programa para solucionar os problemas postos.

Ainda de acordo com o RIMA (2004) a situação crítica do quadro ambiental e urbano da área do Programa demanda um conjunto de ações capazes de impedir o prosseguimento das tendências de degradação ambiental, social, econômica e cultural, dotando essas comunidades de equipamentos, meios e condições para superar o nível de qualidade de vida em que se encontram. Nesta linha, o programa constitui-se em uma resposta que envolve soluções para vários elementos ausentes ou bastante debilitados, a saber:

1) Reperfilagem⁴⁸ através de dragagem, retificação e revestimento dos canais dos igarapés, de modo a prevenir efeitos danosos das enchentes e do acúmulo de dejetos em seus leitos, criando condições mais favoráveis para a autodepuração das águas dos igarapés; 2) Implantação de sistema de coleta de esgotos sanitários, e destinação para interceptores que atendem a área de implantação das ações previstas no Programa; 3) Melhoria do sistema de abastecimento de água, regularizando a rede de distribuição e as ligações domiciliares nas áreas de intervenção e realizando obras de recuperação de unidades do sistema, visando a redução de perdas, a racionalização do consumo, etc.; 4) Melhoria da situação de limpeza pública, envolvendo varrição, coleta e destinação final adequada do lixo urbano, de modo a evitar que este continue a ser descartado sem critério, motivando a obstrução dos canais dos igarapés e formando condições para a ocorrência e proliferação de vetores de doenças; 5) Desenvolvimento de programa de promoção comunitária e educação sanitária; 6) Melhoria do sistema e da estrutura viária na área do Programa; 7) Reurbanização das áreas que sofrerão intervenção; 8) Relocação das famílias que ocupam áreas de risco e irregularmente as margens dos igarapés e cujo reassentamento é necessário para melhoria das suas condições de habitabilidade e para que as obras de saneamento sejam implantadas; e 9) Fortalecimento institucional. (RELATORIO DE IMPACTO AMBIENTAL, 2012, p. 33)

Por isso a implantação do programa é justificada, conforme o RIMA (2004) por vários fatores que estão distribuídos entre seus eixos que serão abordados na sequência.

3.2.1. O eixo social

O PROSAMIM apresenta, como já foi dito, objetivos divididos por eixos. Conforme Leão (2016) o BID, em seu discurso, apresenta uma preocupação com o bem-estar da população afetada e este seria um dos objetivos principais dos projetos financiados. No entanto, também é claro que o principal objetivo do banco seria financeiro, já que evidencia uma preocupação com custos e complexidade referentes ao reassentamento.

Dentro do eixo social têm-se que é necessário identificar, propor e testar formas de organização para a participação comunitária a serem implantadas na execução do PROSAMIM e no seu acompanhamento posterior, sendo explicitado que é necessário possibilitar o exercício da cidadania da população local por meio da participação, ou seja,

⁴⁸ Termo da engenharia utilizado para se referir a reconstrução de um pavimento.

a implantação de obras vem exigindo uma nova postura das organizações, frente a crescente demanda, por parte da sociedade, por esclarecimentos sobre as interferências das obras no quadro socioeconômico das regiões afetadas pelos empreendimentos, especialmente no que diz respeito às questões sociais e ambientais. A efetiva participação da população no processo de decisão, a partir do conhecimento das reais características do empreendimento e das implicações e repercussões de sua implantação na qualidade de vida dos cidadãos, faz parte do atual cenário político e deve ser, sempre que possível, estimulada. Assim, o fluxo contínuo de informações constitui o elemento principal para que o empreendedor possa dar continuidade às negociações políticas e sociais (RIMA, 2004, p. 117).

É importante também garantir à população o acesso aos serviços sociais básicos, uma vez que, segundo o RIMA (2004), existe uma forte demanda por serviços sociais básicos porque o processo de degradação da qualidade de vida é via de regra acompanhado de uma maior procura por serviços básicos. Sendo assim, quanto mais precárias forem as condições de vida da população, maior será a sua demanda por serviços públicos.

É preciso, conforme o RIMA (2004), garantir a segurança alimentar da população afetada, a partir da manutenção dos vínculos econômicos existentes e implementação de projetos complementares de geração de emprego e renda, pois, estes estão dentre as principais vulnerabilidades identificadas na população da área de abrangência do PROSAMIM.

De acordo com o Plano de Trabalho Social e Sustentabilidade Ambiental (2007), existe um alto índice de chefes de família desempregados e muitas pessoas com renda per capita inferior a ½ salário mínimo. Por isso, um dos objetivos do programa, dentro do eixo social em relação à trabalho e renda é contribuir com a redução da vulnerabilidade social da população, fortalecendo suas condições de desenvolvimento social, criando oportunidades para a inserção dos moradores no mercado de trabalho como empregados ou como “empreendedores”. Como objetivos relacionados a trabalho e renda têm-se os que se seguem:

- a) Apoiar a geração de trabalho e renda para moradores da comunidade por meio das obras; b) Elevar o nível de escolaridade da população por meio de programas para a alfabetização e escolaridade de jovens e adultos; c) Melhorar as condições de inserção ocupacional dos trabalhadores informais por meio da qualificação profissional e da criação de mecanismo que apoiem esta inserção; d) Desenvolver ações de apoio à geração de renda e qualificação do empreendedorismo da população, inclusive apoiando os já existentes; e) Fomentar condições de inserção dos jovens em Programas voltados a qualificação profissional e o Primeiro Emprego; f) Realizar ações integradas com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Local; g) Coordenar as ações de planejamento integrado do funcionamento dos equipamentos implantados com recursos do Programa; e h) Coordenação a articulação institucional necessária para garantir o acesso igual ou superior às Políticas Públicas sociais básicas na região para as famílias reassentadas (PLANO DE TRABALHO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE, 2007, p. 75).

O RIMA (2004) salienta que no futuro próximo o quadro tendencial relativo à oferta de emprego não deverá ser diferente do que se observa hoje e ainda que se possa projetar uma

recuperação da economia local, com a implantação de novas atividades econômicas no Estado, não se prevê um aumento significativo da oferta de empregos, principalmente para a mão de obra pouco qualificada. Ainda segundo o RIMA (2004, p.44) “é preciso incentivar a qualificação para que as pessoas consigam se inserir no mercado de trabalho e o programa se propôs a auxiliar nessa problemática”.

Conforme Leão (2016) instituições financiadoras como o BID financiam projetos de infraestrutura (principalmente relacionados ao saneamento) e equipamentos públicos para a população residente, nos quais a remoção é aceita somente em casos de sítios ambientalmente sensíveis. Além de projetos físicos, os bancos defendem ações de política social, inserindo projetos de capacitação profissional e geração de trabalho e renda, relacionados aos novos princípios de desenvolvimento adotados pelos bancos, que incluem como objetivo o combate à pobreza urbana. No final da década de 1980 e durante a década de 1990, o discurso de “combate à pobreza” voltou, com mais força, porém:

em vez de estar voltado para projetos urbanos e infraestrutura, será mais enfático na viabilização da política das reformas e questões institucionais, em programas de governança e fortalecimento institucional do Estado. As agências que, no passado, colaboraram para a saída do Estado, renovarão o seu interesse por este, através de programas que levariam os estados a ter uma “boa governança” e a agir numa perspectiva de “atitude amigável perante o mercado” (CAVALCANTI, 2008, p. 45).

De acordo com Arantes (2004) as vantagens de se investir em obras de urbanização seriam para o banco, a alta visibilidade da intervenção e a forte sensação de mudança na qualidade de vida, o baixo custo, se comparado à produção habitacional tradicional; a forma eficiente de mobilização dos recursos locais, o aumento da segurança da posse, a incorporação das populações no pagamento pelos serviços e taxas urbanas, o fortalecimento dos laços comunitários e da identidade local.

O RIMA (2004) traz também, a necessidade de intervir sobre as condições de saúde, sendo necessário melhorar as condições de saúde pública e higiene da população mediante a extensão do sistema de abastecimento de água. Salienta que é importante lembrar que além da necessidade de uma adequada infraestrutura de serviços de saúde, as condições econômicas e a salubridade ambiental são de suma importância para que a população tenha um bom nível geral de saúde. Sobre a relação da população com os igarapés lê-se no documento:

As condições socioambientais e culturais da população que tem por hábito depositar lixo e entulho nos igarapés, aliadas à falta de saneamento encontradas na área, são fatores que contribuem para a proliferação de vetores e propiciam condições para a proliferação de doenças de veiculação hídrica e transmitidas por insetos e outros animais indesejáveis. As enchentes dos rios e os altos índices de precipitação pluviométrica também se constituem fatores que contribuem para o agravamento do quadro. O meio aquático pode ser visto como ecossistema que propicia o surgimento

de doenças causadas por parasitas para as populações das comunidades que ali se desenvolvem (RIMA, 2004, p. 54).

Segundo o RIMA (2004), as principais doenças que atingem os moradores de área de igarapé são as de veiculação hídrica. A tabela abaixo mostra as estatísticas de doenças que atingiram os moradores da área de abrangência do programa:

Figura 15: Doenças comuns em moradores de área de igarapé.

DOENÇA	CASOS NA BACIA	CASOS NA CIDADE	% DE CASOS NA BACIA EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CASOS NOTIFICADOS NA CIDADE
AAR	775	2.568	30,2
Chagas	0	1	0,0
Conjuntivite	1	5	20,0
Coqueluche	8	22	36,4
Diarréia*	5.804	33.779	17,2
Difteria	1	8	12,5
Febre Amarela	0	1	0,0
Febre Tifoide*	3	8	37,5
Hanseníase	103	530	19,4
Hepatite*	53	340	15,6
HIV	69	223	30,9
Leptospirose*	8	20	40,0
Leshmaniose Tegumentar	193	1.149	16,8
Leshmaniose Visceral	0	1	0,0
Meningite	64	230	27,8
Paralisia Flácida Aguda	1	1	100,0
Parotidite	1	135	0,7
Sífilis Congênita	0	31	0,0
Síndrome de Rubéola Congênita	0	4	0,0
Tetano Acidental	2	4	50,0
Tifus Exantemático	52	268	19,4
Tuberculose	302	1.182	25,5
Varicela	33	712	4,6
TOTAL	7.473	41.222	

Fonte: RIMA, 2004.

Diante do exposto acima se explica um dos objetivos do PROSAMIM que visa solucionar tal problema com a melhoria das condições de moradia e de saúde da população na área de intervenção do Programa, por meio da recuperação e ou implantação de sistemas de drenagem, abastecimento de água, redes de esgotamento sanitário, coleta e disposição final de lixo e recuperação ambiental das bacias dos igarapés (<http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/o-programa/>).

Como mencionado anteriormente, com a não implantação do PROGRAMA os problemas de saúde vinculados às alterações ambientais da área e as condições socioeconômicas precárias das famílias residentes tendem a se agravar, aumentando o quadro de incidência de doenças de veiculação hídrica e infectocontagiosas. Esta situação tende a causar um maior ônus ao sistema público de saúde, não só para o tratamento de doentes, mas também com programas de controle de endemias. A não implementação do programa, segundo o RIMA (2004), aponta também para gastos com assistência social uma vez que, a situação socioeconômica da população residente que aliada ao aumento dos riscos sociais e

relativos à saúde, bem como ao aumento dos eventos de inundação e seus efeitos, como mencionado anteriormente, gerará maiores gastos com programas de assistência social à população. A figura abaixo mostra a perigosa exposição dos moradores à contaminação dos igarapés:

Figura 16: Menina moradora de área de igarapé sujeita à contaminação que o local proporciona.



Fonte: <https://www.google.com>

Há ainda, dentro do eixo social questões relativas à habitação, foco desta pesquisa. O programa traz em sua justificativa que é preciso fornecer condições dignas de habitação, com infraestrutura básica. Em relação às questões habitacionais, o RIMA (2004) esclarece que os estudos levam em consideração a quantidade de habitação necessária para suprir a demanda das famílias que serão reassentadas nos próprios locais de intervenção, bem como em novas áreas disponíveis para novas habitações.

A partir das opções que o Estado apresenta para “acabar” o problema da moradia nos igarapés, nota-se que pensar nessas moradias é algo bem mais intrigante e reflexivo, pois ultrapassa a questão ingênua de apenas considerar tais espaços inapropriados para moradia, de acordo com a concepção que paira na cabeça daqueles que observam a realidade dos moradores dessas áreas a partir de uma perspectiva externa, já que este espaço é um produto social, sendo assim materialização da concepção humana do morar. Corrêa (2002) trata da situação da seguinte forma:

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornando-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros

agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. (...) Resistência e sobrevivência que se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequados para os outros agentes da produção do espaço, encostas íngremes e áreas alagadiças (CORRÊA, 2002, p. 30).

Segundo Pinheiro (2008) é notória a real delicadeza em lidar com o remanejamento populacional, pois no lugar onde a população a ser remanejada se encontra, mesmo que aos olhos do agente externo pareça um lugar desordenado, inapropriado, para os que ali vivem, considerando todas as dificuldades e carências, o lugar possui expressiva representatividade, “a casa, independentemente da localização e das condições de moradia, possui um valor de uso vital”. Portanto, a moradia nos igarapés em questão representa para o seu morador na maioria dos casos não um problema, mas uma solução que envolve aspectos como: não-pagamento de aluguel, economia com gastos de transporte, ou seja, é materialização da cotidianidade das pessoas que habitam tais lugares, representando a singularidade da relação sociedade-espaço.

O RIMA (2004/2012) afirma que a tipologia habitacional deverá conter os requisitos necessários de conforto e salubridade, permitindo aos seus usuários a reintegração social compatível com os moradores das áreas adjacentes. A escolha do padrão de habitação em relação ao seu gabarito poderá chegar a até três pavimentos que se dará não só em função da densidade requerida, como também da capacidade de carga do solo em que a mesma será assentada. Segue, abaixo, o modelo da tipologia residencial do PROSAMIM:

Figura 17: Modelo de tipologia residencial do PROSAMIM.



Fonte: prosamim.am.gov.br

Já o padrão de construção e sua tipologia poderão ter soluções de padrões locais em madeira, bem como alvenaria tradicional, autoportante ou pré-moldados (RIMA, 2004). Algo que deve ser bem analisado pois, segundo Oliveira (2003), as casas das cidades amazônicas não estão preparadas para a chuva, nem para o sol e, principalmente, para o calor. Isso se evidencia na inadequação das construções que possuem uma dimensão cultural decorrente da imposição de modelos de moradias caracterizados pelo menosprezo às condições naturais.

As obras são executadas dentro de um cronograma e sequência lógica que possibilite a otimização dos recursos e continuidade em sua execução, sendo que as principais obras e serviços a serem realizados são:

- 1) Demolições, limpeza e preparação das áreas; 2) Drenagens profundas, dragagens e remoções de solo mole; 3) Obras de arte especiais, bueiros, galerias e canais; 4) Terraplanagens e drenagens superficiais; 5) Esgotamento sanitário (redes coletoras, interceptores e elevatórias); 6) Edificações, água potável; 7) Pavimentação de vias e pátios e drenagem urbana; 8) Redes elétricas e de telefonia; 9) Parques, áreas verdes e praças (RIMA, 2004, p. 26).

Indiretamente, toda a população da área do programa ganharia em qualidade de vida coma melhoria das condições ambientais, sanitárias e urbanísticas. Este ganho será extensivo aos habitantes de Manaus, que passariam a usufruir uma cidade mais humanizada e harmonizada do ponto de vista urbano.

De acordo com o RIMA (2012) para a implantação do PROSAMIM, com vistas às várias ações previstas, implicará a remoção da população residente nas “áreas de risco”, bem como nas áreas em que serão realizadas as implantações da infraestrutura por meio de intervenções de engenharia. As famílias atingidas por estes fenômenos naturais se enquadram como população em situação de risco socioambiental, por isso será submetida a um processo de reassentamento involuntário, a partir da diretriz geral de que a nova moradia estará circunscrita num raio de 1.500m.

Esta dimensão, conforme o RIMA (2012) está baseada na constatação de que os moradores da área de intervenção ocupam um território dotado de equipamentos e serviços urbanos essenciais, bem como que concentra atividades socioeconômicas e culturais. Portanto, um lugar que concentra as oportunidades de trabalho e renda e a oferta de bens e serviços, ou seja, as pessoas moram perto de tudo. Outra categoria será as das famílias que serão atingidas por obras de engenharia necessária à melhoria das condições de acessibilidade, mobilidade e de saneamento da área de intervenção. A população a ser enquadrada gozará das mesmas prerrogativas daquela que está em situação de risco socioambiental (RIMA, 2012).

A particularização do enquadramento destas famílias ocorre a partir dos grupos de negociação que estão divididos da seguinte forma: famílias que desejam ser apenas indenizadas; famílias que desejam ser reassentadas em terreno no raio de 1.500m do lugar onde moram; famílias que desejam ser reassentadas em terrenos criados a partir de aterros decorrentes das obras de drenagem; famílias que desejam ser reassentadas em terrenos com maior dimensão localizados na periferia de Manaus; famílias que desejam ser reassentadas em conjuntos habitacionais construídos pela política habitacional do Governo do Estado; e famílias que desejam retornar ao lugar de onde migraram.

O RIMA (2012) esclarece que as famílias que optarem por morar no raio de 1.500m não poderão ampliar as novas moradias porque, na prática, estão priorizando a localização, pois aquelas que optarem pela possibilidade de terem quintal, ampliação da casa etc., serão enquadradas nas soluções que atendem a esta demanda. Desta forma, a requalificação socioespacial, tanto do ponto de vista urbanístico como ambiental, melhora as condições de vida da cidade como um todo, bem como busca garantir às famílias condições de manter ou recompor, no prazo de tempo mais curto possível, o seu tecido social, melhorando a sua inclusão na malha urbana e seus direitos de cidadania. Outro aspecto a considerar é o fato de que as pessoas continuarão mantendo suas relações de vizinhança e sua proximidade às oportunidades que hoje dispõe de trabalho e renda (RIMA, 2012).

Quanto às novas unidades habitacionais, o RIMA (2012) explica que para onde a população será transferida, optou-se pela utilização de uma tecnologia construtiva de alvenaria autoportante industrializada que permite o arranjo de um canteiro de obras menor e mais racionalidade no processo construtivo, associado à possibilidade de dispêndio de um tempo menor na construção das unidades habitacionais. As esquadrias das unidades habitacionais serão de ferro vidro, reproduzindo uma tradição da moradia popular de Manaus, além de criar-se a possibilidade de incrementar as serralherias locais e assim promover a geração de emprego e renda. O relatório explica, ainda, que outro mecanismo para gerar renda é empregar mão-de-obra local implantação das obras de engenharia e construção de moradias.

Figura 18: Modelos de casas no conjunto João Paulo II.



Fonte: Vallina, 2014.

Segundo o EPIA (2004) no que tange as unidades habitacionais, estas seriam desenhadas de modo a gerar alternativas que atendam a diversidade de composição socioeconômica familiar da população atingida, a qual varia tanto em relação ao tamanho como ao espaço. Assim, foram criadas unidades com um, dois e três, e excepcionalmente com quatro dormitórios, além de unidades que podem abrigar usos mistos – moradia e comércio. Na quadra, a implantação das edificações permite muitas variedades de sobrados, casas superpostas justapostas admitindo, crescimento, numa perspectiva de responder também às demandas subjetivas dos futuros moradores, buscando um democrático diálogo, onde se possa dar oportunidade a novas maneiras de viver e, de conviver com a utilização dos equipamentos que lhes serão necessários. Nestes termos, destaque-se os seguintes objetivos:

Criar a oportunidade de se perseguir e propiciar aos projetos de habitação popular a integração dos valores da arquitetura e do urbanismo; Proporcionar a necessária otimização do projeto tratando-se de forma sistemática os problemas e os processos de concepção de conjuntos habitacionais e da habitação popular; Considerar, paradigmático, a presença do espaço público - aberto – como condicionante dos assentamentos humanos, avaliando sua adequabilidade apropriação e usos preponderantes; Verificar e estabelecer parâmetros de morfologia urbana da aplicabilidade dos espaços públicos nos conjuntos e grupamentos habitacionais de interesse social (RIMA, 2012, p. 56).

Segundo Vallina (2014, p. 219) o PROSAMIM veio estabelecer na cidade uma política de uso e ocupação do solo e melhorias quanto ao paisagismo, urbanismo e saneamento das áreas de igarapés da cidade. Na perspectiva de reduzir a pobreza urbana remanejando a população das margens dos igarapés e reassentando em Conjuntos

Habitacionais (Nova Cidade, João Paulo II e Hiléia – que se situam em zonas periféricas da cidade de Manaus) ou em apartamentos no solo criado.

Conforme o RIMA (2004), o reassentamento involuntário das famílias diretamente afetadas constitui-se em um dos componentes mais sensíveis do Programa e precisa ser percebido como tal por todas as partes envolvidas na sua preparação. A efetividade do Programa, como um todo, está estreitamente atrelada à qualidade e agilidade das alternativas preconizadas de reassentamento, bem como da sua adequação ao perfil das famílias afetadas. O Plano de Desapropriação Reassentamento e Realocação (PDRR, 2004) foi formulado com base nas orientações constantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O PDRR (2004) compreende, segundo o RIMA (2004), além das alternativas de relocação a identificação de situações em que cabe desapropriação, indenização de benfeitorias e readequação do tecido urbano. A população-meta que será sujeita ao reassentamento involuntário foi dividida, a partir dos estudos socioambientais, em três grupos:

1. As famílias moradoras de imóveis abaixo da cota de inundação do Rio Negro e que, portanto, se encontram em situação de risco socioambiental;
2. As famílias que moram a montante da área de inundação, ocupando a faixa de 12m (seis para cada lado do igarapé) na qual obras de engenharia serão executadas por serem necessárias à melhoria das condições de acessibilidade, mobilidade e de saneamento da área de intervenção;
3. As famílias residentes em áreas destinadas ao reassentamento bem como as que no decorrer da execução das obras possam a vir a ser afetada.

No PDRR (2004), que integra o PROSAMIM, consta como objetivo principal: assegurar às famílias afetadas direta e indiretamente pelas obras do programa, condições de manter ou recompor, no prazo de tempo mais curto possível, o seu status social, melhorando a sua inclusão na malha urbana e seus direitos de cidadania (RIMA, 2004).

O PDRR (2004) apresenta, conforme descrito no RIMA (2004), quatro opções de reassentamento para a população remanejada são elas: Carta de crédito no valor de R\$: 21 mil ou Bônus; Permuta por uma casa em conjunto habitacional; Permuta por um apartamento de solo criado nas proximidades do igarapé Manaus; e Indenização em dinheiro. A indenização em dinheiro é de direito tanto do proprietário quanto do ocupante (dono) do imóvel.

No caso do proprietário a indenização é referente ao terreno e a benfeitoria na casa. Enquanto ao ocupante (dono) a indenização é referente apenas à benfeitoria (moradia-palafita), uma vez que não possuem a renda da terra, pois as ocupações dentro e nas margens

dos igarapés são de título da União ou do Estado. O documento prevê que o título será emitido em nome da mulher e dos filhos (maiores de 14 anos) do casal e será regularizada a documentação de propriedade da terra e de uso das moradias de reposição. A questão do gênero é bem interessante, pois nos igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico foram atingidas 1.845 famílias, do total 63,10% são chefiadas por mulheres e 36,90% chefiadas por homens. (www.prosamim.am.gov.br)

Quanto ao número de moradias disponibilizadas para remanejamento serão construídas 1.956 unidades, das quais 1.637 em terrenos situados no entorno do igarapé de Manaus e 319 unidades de solo criado no igarapé Bittencourt, ultrapassando dessa forma o número de famílias cadastradas havendo, portanto, 111 habitações disponíveis para famílias que moram de aluguel, cedido etc. (www.prosamim.am.gov.br). Segundo o RIMA (2004), o PDRR ainda prevê um Programa de Apoio à Reinstalação de Micros e Pequenos Negócios (PAR), pois segundo informações socioeconômicas, nos igarapés Manaus, Bittencourt e Mestre Chico existiam 237 atividades econômicas sendo desenvolvidas nesses igarapés.

Para o PROSAMIM III (em execução) essas opções de reassentamento já diferem das etapas I e II do programa, pois as novas condições são:

- 1) **Indenização:** Solução em dinheiro, aplicada de acordo com o valor da benfeitoria, para proprietário morador e proprietário não morador;
- 2) **Bônus Moradia:** indenização assistida, no valor de R\$ 50.000,00. Solução aplicada para aquisição de casa no mercado imobiliário. Ficando a cargo do beneficiário encontrar um imóvel que será avaliado pelo PROSAMIM, devendo ser uma opção de moradia melhor que a anterior e não possuir débitos frente ao município.
- 3) **Unidade Habitacional:** Apartamentos construídos em solo criado em área de intervenção do Programa, esta solução é aplicada aos beneficiários proprietário morador;
- 4) **Casa em Conjunto Habitacional:** Casa construída fora da área de intervenção do Programa, Minha Casa, Minha Vida, sendo atendido com os critérios de atendimento da Caixa Econômica Federal;
- 5) **Auxílio Moradia:** Solução de indenização no valor de R\$ 6.000,00; aplicada a Inquilinos e Cedidos atendidos pelo programa. (www.prosamim.am.gov.br).

Figura 19. Opções de reassentamento do PROSAMIM

CONDIÇÃO	OPÇÕES DISPONÍVEIS
Proprietário Morador	Indenização, Bônus Moradia, Unidade Habitacional, Conjunto Habitacional, Cheque Moradia
Proprietário Não Morador	Indenização
Inquilino/Cedido	Conjunto Habitacional, Auxílio Moradia

Fonte: prosamim.am.gov.br

Acrescenta-se que diferente das etapas anteriores do programa, em que havia a permuta de unidade habitacional, agora os moradores passam a pagar um financiamento do programa Minha Casa Minha Vida (em Manaus denominado Residencial Viver Melhor), cuja

prestação chega a R\$ 50,00. Vallina (2014) ressalta que o que é mais grave, até o momento – novembro de 2013 – é que não há nos sites oficiais do governo do estado do Amazonas nenhum conjunto habitacional sendo construído para as famílias do PROSAMIM.

Segundo a autora, o que tem sido implementada, com uma rapidez impressionante, são as obras do programa federal PMCMV, sendo estas moradias (apartamentos) inseridas nas “soluções” e/ou “opções” de reassentamento do PROSAMIM II e III. Conclui-se então, que essa alternativa significa que as casas não serão mais “doadas” pelo governo estadual, mas financiadas para os moradores que serão removidos. Entende-se que mesmo que o valor seja considerado baixo, é uma mudança drástica na forma de condução desse programa e representará mais uma despesa no quase inexistente orçamento doméstico das famílias “beneficiadas” diretamente pelo programa.

O PDRR está estruturado em três etapas: (a) Etapa de Viabilização – etapa que se garantem os requisitos institucionais e financeiros necessários a implementação da proposta; (b) Etapa de Implantação – ações que irão assegurar a disposição de moradias demandadas para remanejamento de famílias e a reinstalação de atividades econômicas; e (c) Etapa de Acompanhamento – acompanhamento da adaptação das famílias em suas novas moradias e dos empreendimentos domésticos.

Nas áreas para o reassentamento da população, o RIMA (2004) enuncia que se levou em consideração áreas destinadas para locação providas de serviços básicos necessários ao funcionamento dos novos núcleos habitacionais, tais como: comércio e serviços, escolas, posto de saúde e de segurança, dentre outros. Ainda, para a implementação das novas áreas de reassentamento e reurbanização das áreas no entorno dos igarapés, visando à integração a malha urbana existente, é prevista a possibilidade de abrir novas vias de acesso, permitindo a acessibilidade local, facilitando o fornecimento de serviços urbanos como: coleta de lixo; rede de distribuição de energia; água; esgoto sanitário; drenagem pluvial; serviços de telefone; entre outros. E mais,

os estudos procuraram, ainda, dotar as áreas destinadas à habitação de um sistema de microcirculação com tipologia adequada ao padrão de habitação, sem prejuízo às questões de segurança, conforto e serviços urbanos. As áreas disponíveis no entorno dos igarapés, serão sujeitas à reurbanização de forma a permitir a sua reintegração à área urbana com a adoção de equipamentos que permitam a sua utilização pela população através de parques e área de lazer, sem contrapor aos aspectos ambientais, dificultando e inibindo o uso desordenado dos mesmos. Os estudos ainda preveem a proposição de dispositivo que possibilite o **uso do solo**, de forma a preservar o projeto a ser executado, impossibilitando o seu retorno ao estado atual (RIMA, 2004, p. 16).

No que se refere à habitação, segundo o EPIA (2004), assim como todas as outras atividades previstas nas áreas de intervenção do empreendimento, estas consistirão em atividades que visam o ordenamento da ocupação e uso racional do território urbano, haja vista as precárias condições de habitabilidade, saneamento, saúde e acessibilidade, a que está submetida à população residente nessas áreas. Portanto, pela proposta apresentada, toda a população residente na área de igarapé e na área de intervenção das obras de adequação do canal será reassentada e/ou relocada. Na fase de estudos, no projeto conceitual, tem-se selecionado áreas baldias localizadas nas proximidades da área de intervenção, visando atender a demanda da população atingida. Paralelamente foram desenvolvidos módulos de habitações, visando atender a expectativa e demanda da população afetada, onde o custo de construção terá grande peso na sua escolha (RIMA, 2004).

Com a proposta de retirada das famílias dos igarapés apresentada pelo Programa como uma solução para os problemas habitacionais destas áreas, surge outro problema inclusive previsto no próprio RIMA do Programa, como vimos, o reassentamento involuntário das famílias. É preciso implantar medidas eficazes e profundas que vão muito além de simplesmente retirar as famílias e colocá-las em outra unidade habitacional, consistindo em mudanças significativas na produção do espaço urbano, já que estes agentes sociais, personagens principais na ação do remanejamento demandarão além da nova moradia condições mínimas de sobrevivência, no que concerne à infraestrutura urbana e equipamentos públicos.

Além disso, grande parte destas famílias mora há anos nesses locais, onde construíram e fortaleceram relações de toda ordem: econômicas, afetivas, políticas e outras mais. Ao remover essas famílias, o projeto alterará profundamente a vida de cada uma, já que necessitarão reconstruir suas relações em meio a pessoas estranhas e em um ambiente físico distinto daquele ao qual estavam acostumadas.

O BID possui, de acordo com Leão (2016) políticas operativas para casos de reassentamento em intervenções urbanas financiadas pelas instituições. O Banco adota as políticas operativas cujos objetivos se assemelham e têm como prioridade minimizar impactos provenientes do reassentamento e promover, sempre que possível, a recuperação da população em relação à situação anterior e melhorar suas condições de vida. O termo Reassentamento

possui significado mais abrangente do que relocação física, incluindo também medidas de compensação e reparação decorrentes de perdas econômicas e sociais causados pelo deslocamento. Essas operações recomendam a elaboração do plano de reassentamento, instrumento que deve incluir medidas para assegurar as informações e consultas sobre o processo, descrever a forma de assistência para as pessoas

deslocadas, apresentar soluções técnicas e economicamente viáveis, além de propostas de compensação para as perdas de bens atribuídas diretamente ao projeto. Os deslocados, além disso, têm direito a receber habitações ou local para habitar, é determinado que o mutuário do projeto preste apoio durante o período de transição do deslocamento (calculado com base numa estimativa razoável do tempo necessário para restaurar os meios de sobrevivência e condições de vida), e recomenda que sejam ofertados para a população, financiamento de crédito e cursos de capacitação profissional, itens que estariam ligados ao objetivo de promover o desenvolvimento (LEÃO, 2016, p.12).

No entanto, a autora afirma que as experiências de reassentamento têm sido questionadas, dentre os motivos para o fracasso, estariam a forma como o restabelecimento de populações afetadas é realizado, estritamente focada na entrega de uma compensação, solução utilizada universalmente como meio de restituição das perdas causadas. Leão (2016) situa que o BID, em seu discurso, apresenta uma preocupação com o bem-estar da população afetada e esta seria um dos objetivos principais dos projetos financiados. No entanto, também é claro que o principal objetivo do banco seria financeiro, já que evidencia uma preocupação com custos e complexidade referentes ao reassentamento.

As diferentes estratégias de indenização e/ou solução habitacional dizem respeito aos propósitos de um projeto de urbanização. A respeito das formas de atendimento aos deslocados, considera-se relevante a adoção de estratégias que favorecem a permanência do morador na área. Observa-se que a adoção da indenização financeira, como principal medida compensatória, é prejudicial ao deslocado, pois simplifica, através do pagamento do valor monetário, a problemática habitacional que este deverá resolver.

É preocupante do ponto de vista da conquista do direito à moradia, ações consideradas legais de reassentamento, mas que na verdade são exemplos de remoções forçadas. Contudo, no caso de deslocamentos que ocorrem por causas de projetos urbanos, estes, muitas vezes, não são considerados como remoções forçadas, pois, o processo é considerado um “custo para o desenvolvimento, ou para a expansão e renovação urbana”, e “em nome do bem maior público” justifica-se e deixam-se passar impunes muitas práticas que são consideradas violações aos direitos humanos e ao acesso à moradia adequada.

3.2.1.1. Perfil dos beneficiários do PROSAMIM

A população atendida diretamente pelo PROSAMIM são moradores que eram donos de imóveis na área de abrangência do programa. De acordo com informações obtidas pelo RIMA (2004, p. 39), na área do PROSAMIM, 75% dos habitantes são oriundos do estado do

Amazonas, sendo 45,4% da capital, e os outros quase 30% dos demais municípios do interior do Estado, distribuídos entre nove mesorregiões, a saber:

Figura 20: Origem da população do PROSAMIM.

LOCAL DE ORIGEM	FREQÜÊNCIA	%
Alto Rio Negro	2	0,5
Alto Solimões	12	3,0
Baixo Amazonas	20	5,0
Juruá	4	1,0
Madeira	11	2,8
Manaus - Capital	165	41,3
Médio Amazonas	22	5,5
Purus	10	2,5
Rio Negro/Solimões	58	14,5
Triângulo Juruá/Solimões/Juruá	9	2,3
Outro Estado	87	21,8
Não nasceu no Brasil	0	0,0
TOTAL	400	100,0

Fonte: RIMA, 2004

Na área de intervenção direta do programa 48% da população é do sexo masculino e 52% feminino, sendo estas últimas as que ocupam de forma predominante o papel de chefes de família, com um percentual de 68%. No que tange à faixa etária pode-se destacar que:

os grupos em idade produtiva apresentam-se em quantidade acentuada; ii) o índice da faixa considerada de dependência – idosos acima de 65 anos representa 8,39% do total populacional, o que vem a ser um percentual bastante significativo. As mulheres são maioria em quase todas as faixas etárias da pesquisa, exceção das quatro escalas a seguir: 5 aos 9 anos, 10 a 14 anos, 30 a 34 anos e 36 a 39 anos. Nas outras 12 faixas da pesquisa há predominância de mulheres. Nas faixas etárias dos 60 anos e até 80 anos há uma significativa predominância de pessoas do sexo feminino – 7,0% em relação ao universo masculino de 5,2%; o que representa uma diferença de 34,65 pró-mulheres (RIMA, 2004, p. 43).

De acordo com o RIMA (2004), grande parte das casas, mais precisamente 86,4%, abrigavam uma família constituindo-se de casas unifamiliares, seguidos de 11,8% dos domicílios que abrigam duas famílias e 1,8% de domicílios que têm três ou mais famílias em um mesmo habitat, constituindo assim casas multifamiliares. O número médio de pessoas por família é de 4,5 pessoas. Uma pequena parcela das famílias possui mais de 9 membros, assim como também é baixo o número de pessoas que moram sozinhas.

Em relação ao emprego e renda, o RIMA (2004) evidencia que 34,4% das famílias da área direta do programa tem uma renda familiar situada entre 1 a 2 salários mínimos, sendo esta não suficiente para suprir as necessidades da família, e os indivíduos são obrigados a buscar outras alternativas para o sustento da família através de atividades informais para obtenção de uma renda complementar que chega a mais ou menos R\$ 300,00.

No que tange ao emprego e renda pode-se dizer ainda, segundo o RIMA (2004, p. 59), que aproximadamente $\frac{1}{4}$ ou 25,5% são trabalhadores autônomos que não recolhem as contribuições previdenciárias, identifica-se também um expressivo percentual de trabalhadores sem emprego – 18,3% - ocupando a segunda posição, e, em terceiro lugar, os trabalhadores formalmente empregados que representam 15,4% do total, número este próximo dos aposentados e pensionistas que atingem 9,1%. O RIMA (2012) apresenta o desemprego como um problema relevante que afeta um número expressivo de famílias.

O uso predominante do imóvel é o residencial. As atividades comerciais acontecem na sua maioria nos imóveis de uso misto, 8% dos moradores relatam que o imóvel é utilizado para fins comerciais (RIMA, 2012). Este número corresponde a somatória do número de imóveis de uso misto (5,4%) e de uso comercial (2,6%). Tem-se, ainda, a informação que 50% dos produtos comercializados ou são fornecidos por terceiros ou são industrializados. A produção própria está presente em 18% dos produtos. Os estabelecimentos que trabalham com alimentos

representam 40% (bar, lanchonete, mercearia, panificadora), 3% no ramo da confecção, 5% na área da beleza, 1% estaleiros, 5% são oficinas, e por fim, 46% se dedicam a outras atividades; A grande maioria dos clientes é morador do bairro ou dos bairros próximos. 66% dos estabelecimentos não geram oportunidades de trabalho para a comunidade, donde se conclui que a mão de obra utilizada é familiar (RIMA, 2012, p. 114).

Dados sobre a escolarização dos indivíduos da área de abrangência do programa, ainda de acordo com o RIMA (2004, p. 115) é que

a grande maioria das pessoas concentram-se nos grupos de 4 a 7 anos de estudo e no de 11 a 14 anos de estudos, tendo, por conseguinte concluído o ensino fundamental e o ensino médio (...) Cerca de 92% das crianças de 5-9 anos estão frequentando a escola nas séries correspondentes a sua faixa etária. Na faixa de 10 – 14 anos temos 100% das crianças frequentando a escola, dessas 61% estão nas séries correspondente à sua faixa etária, sendo que 37,9% estão desperiodizados, estando frequentando séries inferiores as correspondentes a essa faixa etária. Na faixa etária de 15 a 19 anos 99% estão na escola, sendo que 61,7% estão desperiodizados e somente 37,8% estão frequentando ou concluíram a série correspondente (...). Na área, 1,32% dos adultos declararam somente saber ler. Quanto aos analfabetos temos que 2,4% é analfabeta. Quanto ao acesso ao ensino superior temos este grau como privilégio de uma minoria, pois se constata que somente 0,78% da população da área frequentam o ensino médio.

No que se refere à localização do imóvel, a maior parte das moradias se encontram nas áreas de Igarapé. Na área do PROSAMIM 64,5% dos imóveis localizam-se no leito ou próximas ao leito do Igarapé e 51,4% são casa térreas, e podemos afirmar que esses moradores estão em contato permanente com as águas dos igarapés e, por conseguinte, vulneráveis às contaminações. Situação que se agrava bastante nos períodos de cheia, quando os igarapés transbordam com as grandes precipitações. É relevante informar também que mais

de 50% das pessoas que moram na área de abrangência do programa, residem nessa área a mais de 10 anos, com destaque para 20,7% de habitantes que residem na área a mais de 30 anos, indicando que as raízes da população residente em relação a seus espaços de moradia na área são profundas (RIMA, 2004).

De acordo com o RIMA (2012) a grande maioria dos moradores declarou gostar do lugar que mora, devido ao custo de vida, localização e por estar perto da família. Os equipamentos mencionados pelos entrevistados como ausentes na área foram na sequência: áreas de lazer, creches e mercado. Os maiores problemas apontados foram: drogas, falta de segurança, enchentes, falta de serviço de saúde e mau cheiro.

A população residente em áreas de igarapé apresenta condições socioeconômicas relativamente baixas a muito baixas, por isso não têm condições de deixar as áreas de vulnerabilidade e risco. A Política Nacional de Defesa Civil (2000) aponta as condições estruturais dos domicílios como um fator de risco, que se soma a outras vulnerabilidades, como a vulnerabilidade social, que se distingue em aspectos socioeconômicos como, nível de renda, aspectos socioculturais e sociopolíticos, que comprovam a complexidade e precariedade destes ambientes, além da falta de acesso às políticas educacionais, culturais, sociais e econômicas.

É de extrema importância implementar políticas habitacionais, especialmente para este segmento da população trabalhada aqui – moradores de área de igarapé – que vivem em moradias precárias e insalubres, sujeitas a inúmeras doenças de contaminação hídrica, convivendo com o odor fétido dos igarapés, com ratos que invadem suas casas e transmitem doenças, e vivem em constante risco de desabamento e de alagações. Pois, mesmo sendo esta uma das necessidades básicas do ser humano, o direito à moradia ainda é um problema constante em um país campeão de desigualdade social.

Muitas pessoas vivem em precárias condições, pois essa é a única alternativa que as mesmas encontram, devido ao fato de que por mais de um século, essa população foi simplesmente ignorada pelo poder público.⁴⁹ Para Santos (2009) o trato da questão habitacional no Brasil tem se limitado historicamente a uma política habitacional, que atinge uma esfera urbana e o mercado imobiliário, e não o campo da cidadania e da democratização do direito à moradia.

⁴⁹ Esse direito vem expresso no artigo 6º da Constituição Federal e, como tal, deve ser resguardado pelo Estado de forma positiva, através de políticas públicas, visando a assegurar que todos tenham um teto sob o qual se abrigar.

3.2.2. O eixo ambiental

Nota-se, com base em Leff (2001), que dentro dos grandes centros urbanos é necessário considerar a questão ambiental como uma problemática eminentemente social, gerada e atravessada por um conjunto de processos sociais. Sendo assim, dentro dos grandes centros urbanos é necessário considerar a questão ambiental como uma problemática eminentemente social, gerada e atravessada por um conjunto de processos sociais.

Segundo Pinheiro (2008) a questão ambiental, desde meados dos anos de 1990, vem sendo pauta de novas políticas de investimento do BID que passa a “dar apoio” ao setor de preservação ambiental e aos projetos que visam à proteção de áreas ameaçadas de degradação. Isso explica a criação também desse eixo do PROSAMIM.

Os principais componentes do eixo ambiental são: saneamento básico, recuperação de áreas degradadas e recuperação de Igarapés. A primeira preocupação é proteger e estabilizar as margens dos igarapés da bacia. O programa visa apresentar soluções para a sistematização da coleta, transporte e tratamento do lixo oriundo da área. O RIMA (2004) explica que é necessário realizar a destinação de resíduos sólidos, pois, no cenário de não implementação do Programa pode ser antevisto um quadro ainda mais crítico para a questão dos resíduos sólidos urbanos. De um lado, pelas deficiências operacionais dos atuais processos de coleta, destinação e tratamento dos resíduos sólidos; de outro, pela continuidade da disposição dos resíduos nas margens e leitos dos igarapés, contribuindo para o assoreamento dos mesmos, para a ocorrência de inundações, para a degradação total da qualidade da água destes cursos, para a proliferação de vetores e para o aumento da incidência de doenças, especialmente as de veiculação hídrica.

É uma meta do PROSAMIM, no âmbito desse eixo, melhorar a qualidade ambiental dos igarapés, principalmente a qualidade da água. Conta-se que com a implantação do Programa haja uma substancial melhora da qualidade da água dos igarapés envolvidos, como decorrência da dragagem, saneamento, drenagem e coleta de resíduos sólidos urbanos. Essas medidas trarão reflexos positivos para a fauna aquática. Contudo, deverá ser considerado o fato do revestimento dos igarapés criar um ambiente artificial onde as espécies bentônicas tendem a ser prejudicadas. A fauna terrestre deverá se beneficiar do Programa porque, certamente, as alternativas a serem estudadas deverão incluir algum tipo de projeto de arborização e/ou projeto de recuperação de área degradada concebido de forma a considerar essa preocupação. A figura abaixo mostra a degradação no entorno de um dos igarapés de Manaus:

Figura 21: Igarapé do quarenta em Manaus antes das obras do PROSAMIM.



Fonte: <https://palafitasam.wordpress.com>

A implantação do Programa visa provocar impactos sobre a vegetação natural das áreas de intervenção direta. Dentre os pontos a destacar, é necessário avaliar em que medida o revestimento dos igarapés e a complementação do sistema viário afetarão a flora. Essa não é uma tarefa simples dado que nas áreas envolvidas resta muito pouco da vegetação original. Por outro lado, dependendo das definições do projeto de reassentamento, a urbanização de área com esse propósito poderá implicar na retirada de vegetação nas áreas escolhidas.

Haverá, segundo o RIMA (2004), a mudança da qualidade de água de superfície, pois na fase de implantação das obras previstas no programa, é possível prever o aumento no carreamento de sólidos para o leito dos cursos d'água. Estes sólidos são provenientes, basicamente, da implantação e operação dos canteiros de obras - que também produzirão efluentes sanitários -, e das intervenções físicas associadas à implantação de infraestrutura e ao processo de remoção de habitações desapropriadas. À medida que as obras forem sendo executadas, a implantação da infraestrutura de saneamento (drenagem, esgotamento sanitário e remoção do lixo, principalmente), assim como a relocação das unidades habitacionais ribeirinhas, principais agentes poluentes do sistema, poderão ser mensuradas as melhorias na qualidade das águas das bacias contempladas pelo Programa. Estes mesmos fatores tendem a propiciar uma redução na frequência e intensidade das enchentes.

A preservação da água subterrânea no cenário de “sucessão” será beneficiada pela melhoria do sistema de limpeza urbana e do sistema viário. Por outro lado, a coleta de esgotos

sanitários deverá dar lugar à redução das fossas sépticas; e por fim, com o encerramento das obras, a melhoria da qualidade de suas águas e a redução - em intensidade, frequência e distributividade -, das inundações de áreas ocupadas, contribuirão também para a redução dos fatores condicionantes da contaminação do solo e do lençol freático associados ao alagamento de áreas por águas contaminadas.

É preciso ainda que haja uma alteração do desempenho do sistema de abastecimento de água, pois este apresenta uma série de deficiências que comprometem o seu funcionamento tanto do ponto de vista da qualidade como da abrangência dos serviços prestados e da viabilidade econômico e financeira das agências prestadoras do serviço. Também é necessária uma alteração do desempenho dos sistemas de esgotamento sanitário e drenagem, que apresentam deficiências notórias que contribuem indiscutivelmente para explicar o quadro de degradação ambiental, especialmente no que diz respeito à qualidade de água e seus reflexos na saúde pública. No caso do sistema de abastecimento de água, as projeções que cabem dentro de um cenário tendencial comportam o contínuo agravamento desse quadro.

Com o programa, estima-se que haverá uma alteração dos índices de ocorrência de doenças, como já sugeridos. O quadro ambiental para o cenário tendencial deve ser visto também como ameaça às áreas a ele limítrofes. Sem condições sanitárias, sem condições de habitação, sem condições de saúde, sem organização social que permita um trabalho encadeado entre a comunidade e os diferentes agentes públicos, deve ser esperado o aumento dos índices de doenças, um possível crescimento da taxa de mortalidade infantil, a redução da expectativa de vida e a sujeição da comunidade a processos endêmicos de graves consequências, com possíveis reflexos para a capital de Manaus como um todo.

Com a implantação do PROSAMIM o problema de Inundação de áreas urbanizadas causadas pela mudança da capacidade de drenagem será grandemente minimizado. Quanto à indução de processos erosivos, tem-se que os fatores físicos indutores dos processos erosivos tendem a ser gradativamente amenizados através das intervenções do Programa, uma vez que o mesmo seja implantado na sua totalidade. Os processos erosivos nas áreas tendem a sofrer grandes reduções, embora seja admissível que perdurem em alguma medida, por força dos solos de baixa coesão, dos níveis de precipitação pluviométrica característicos da região e dos alagamentos provocados pelas cheias que atingem as bacias hidrográficas envolvidas, podendo ser percebidos com diferentes intensidades nas diferentes alternativas (RIMA, 2004). A figura que se segue ilustra o tipo de área sujeita a alagamento:

Figura 22: Local afetado pelas enchentes do Rio Negro.



Fonte: <https://google.com>

Os processos de assoreamento dos igarapés só terão sua intensidade reduzida com as atividades de dragagem dos canais dos igarapés assoreados com vistas à reabilitação de sua capacidade de escoamento; em segundo lugar, pela melhoria dos serviços de coleta e destinação de resíduos sólidos; em terceiro lugar, pela construção das vias marginais de serviço que, além de permitir a realização desses serviços, impedirá a ocupação de margens e leitos dos igarapés por palafitas; e por fim, pelo reassentamento de parte da população que habita a área de influência do Programa, retirando-os de áreas inadequadas e reassentando-os em áreas com infraestrutura.

Em relação aos odores podemos distinguir duas situações básicas. Na primeira, ocorrerá uma redução dos seus níveis nas áreas urbanas próximas aos igarapés se houver a retirada de lixo e entulho, não só de suas margens, mas também dos próprios cursos d'água. A canalização dos igarapés e as medidas de saneamento básico, alvos do Programa em tela, também concorrerão para a redução dos odores.

É preciso adequar as indústrias à legislação existente quanto às suas descargas contaminantes nos igarapés. É necessário realizar o controle dos despejos industriais e a eliminação das fontes domésticas de poluição para que haja a atenuação dos problemas de contaminação da flora do local. A mesma situação prevista para a flora pode ser esperada para a fauna dos igarapés. Da comparação do Cenário Tendencial com os Cenários "Sucessão" fica evidente que a implantação do Programa, apesar de apresentar alguns impactos negativos, geram inúmeros benefícios seja no ambiente natural como nos aspectos sociais e econômicos.

Cabe aqui destacar que a maior parte dos impactos negativos⁵⁰ decorrentes da implantação do PROSAMIM são na sua maioria temporários, reversíveis e poderão ser mitigados.

De acordo com o RIMA (2004) espera-se que haja alteração da qualidade dos sedimentos, considerando as obras de dragagem dos canais e a implantação de um Plano de Controle da Contaminação Industrial – PCCI. Será criada uma geração de efluentes do canteiro de obras, pois, a operação dos canteiros de obras envolverá a geração de efluentes/resíduos tais como óleos, graxas, esgotos, águas servidas e resíduos sólidos. Como durante esse período ainda não estarão disponíveis os serviços que se pretende implantar com o Programa, poderá haver incremento, ainda que pontual, na geração de descartes de poluentes.

Haverá a operação de “áreas de empréstimo”, ou seja, a operação de áreas de empréstimo decorrerá da extração dos materiais necessários às obras (areia, argila etc.). Esta operação compreende atividades de desmonte/corte e, eventualmente, aterro, assim como de transporte do material a ser utilizado. A demanda desse material tende a ser mais intensa no início dos trabalhos, quando é mais intensa a demanda das diferentes frentes de trabalho.

Na mesma linha, será realizada a Disposição de “bota-fora”, devido ao fato de que são muitos os materiais de descarte que terão de ser encaminhados a uma área de “bota-fora” (material dragado, restos de madeira e outros insumos transformados, ferragens etc.). Dentre eles os materiais removidos das caixas dos igarapés - para a conformação da calha - constituirão provavelmente o principal “bota-fora” relacionado à implantação do Programa. Esse material é impróprio para uso como “material de empréstimo”, tanto para obras permanentes quanto auxiliares. Sua contaminação é uma hipótese que não deve ser descartada.

Durante as obras haverá intensa movimentação de materiais (resultantes da dragagem e da exploração de áreas de empréstimo, por exemplo), possível remoção de vegetação em pontos localizados, limpeza de áreas dando origem a solos temporariamente expostos, movimentação de equipamentos pesados, enfim, toda sorte de eventos que motivam a “geração de particulados” em suspensão. No entanto, no período subsequente, quando da operação do Programa, estes fatores geradores tendem a cessar ou, quando menos, terão sua ação substancialmente amenizada.

⁵⁰ Alguns dos impactos negativos do PROSAMIM no que se refere a questão ambiental, que o programa garantiu minimizar, foram os desmatamentos, degradação da fauna e flora no entorno dos igarapés, aterramento das nascentes dos igarapés, geração de lixo que deveria ser descartado no local correto, minimização dos ruídos, dentre outros.

O RIMA (2004) menciona que na implantação do programa haverá eventuais ruídos e vibrações, mas que eles não serão relevantes a ponto de se elevarem à condição de problemas ambientais. A referência é ao início das obras, com o transporte de materiais de empréstimo e de bota-fora, as atividades internas aos canteiros de obras, a movimento de equipamentos e outros. Na fase de operação dos serviços e estruturas instaladas pelo Programa, o incremento de ruídos e vibrações será bem menor, estando apenas associado às atividades usuais de áreas urbanizadas, com destaque para o tráfego de veículos particulares, de serviços e transporte de passageiros.

Conforme o RIMA (2004) a mudança nesse cenário requer, entre outras ações, obras de macrodrenagem para a recuperação do escoamento normal dos igarapés, o reaproveitamento das áreas limítrofes e a despoluição de suas águas, com adequação do canal através de dragagem e limpeza de seu leito, retificações e revestimentos, implantação de trechos em canais abertos e fechados, galerias, bueiros e pontes, de forma a se obter as condições necessárias para as outras obras a serem implantadas. Associadas a estas obras terá a implantação das demais obras de micro drenagem, esgotamento sanitário e água potável, e de serviços como recolhimento do lixo para a completa recuperação prevista para os igarapés. Há ainda várias alternativas para as soluções de macrodrenagem de forma a compatibilizar a melhoria das condições ambientais e as necessidades urbanísticas e habitacionais da área.

No que se refere ao sistema de macro e micro drenagem o RIMA (2004) traz como justificativa as condições climáticas da cidade de Manaus, que tem como uma de suas características as intensas chuvas e o regime de cheias, que provoca grandes mudanças nos níveis dos rios e igarapés da região, provocando a inundação natural das margens desses corpos d'água. Como estas áreas hoje se encontram ocupadas por moradias e servem como depósito de grande quantidade de lixo que dificulta o escoamento das águas, se tem um cenário de risco, que deve ser sanado. A imagem abaixo mostra um exemplo desse cenário:

Figura 23: Moradias invadidas pelo lixo dos igarapés.



Fonte: <https://google.com>

No que concerne à macrodrenagem, o RIMA (2012) esclarece ainda que as alternativas foram desenhadas tendo como objetivo minimizar os efeitos de cheias nos igarapés, levando em consideração as modelagens matemáticas das vazões, realizadas para a bacia de Educandos, dimensionado as seções do igarapés, considerando-se a sazonalidade climática incidente que tem por objetivo a eliminação das cheias provocadas pelas chuvas intensas e das cheias causadas pelo represamento do Rio Negro e consequente alagamentos das áreas lindeiras e de áreas urbanizadas, já consolidadas. A solução de macrodrenagem se dará através da desobstrução/desocupação total do leito dos igarapés com a remoção de palafitas e outras interferências.

No que tange ao saneamento básico, é preciso, de acordo com o RIMA (2004), atuar sobre o abastecimento de água, que conforme o mesmo relatório, a situação atual de abastecimento de água ao longo dos igarapés não é ruim se considerarmos a questão tão somente do atendimento, salientando-se inclusive que o índice de hidrometração é considerável. Entretanto, o RIMA (2004) ressalta a fragilidade do sistema no tocante ao aspecto sanitário, uma vez que nos igarapés é possível ver tubulações de água passando dentro de valas negras. A intervenção na área dos igarapés, com infraestrutura para abastecimento de água, passa pela solução de intervenção urbanística, podendo-se adiantar que qualquer que seja esta, as obras previstas para abastecimento de água terão as seguintes características principais:

- I. Abastecimento de água potável por meio de rede hidráulica passando pelas vias públicas, com dispositivos de medição de consumo;

- II. Setorização com a implantação de anéis, de forma a permitir maior flexibilidade operacional; e
- III. Alimentação dos anéis por meio de dois setores de distribuição, quando a área a se abastecer estiver no limite daqueles setores.

As obras referentes ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, restringem-se tão somente à área de intervenção do PROSAMIM ao longo dos Igarapés. (RIMA, 2012). Entretanto, segundo o RIMA (2012) não se pode perder de vista a noção de conjunto, ignorando o planejamento existente da “Companhia Águas do Amazonas”, de forma que as soluções adotadas para atender as áreas de intervenção de obra, não prejudiquem o abastecimento de água das áreas lindeiras, nem conflite com o equacionamento dos esgotos previstos pela Companhia. Já a solução proposta para o Sistema de Esgotamento, como explica o RIMA (2004), será dotada de redes de coleta, complementada com redes de fundo de lote, obras complementares e ligações domiciliares.

Os documentos do programa afirmam que caso não sejam realizadas as obras de macrodrenagem para a recuperação do escoamento normal dos igarapés, juntamente com o maior adensamento, com aumento da quantidade de resíduos sólidos dispostos nos igarapés, bem como o agravamento do processo de erosão e de assoreamento dos igarapés previstos neste cenário tendencial, configuram tendências que apontam para aumento dos eventos de inundações, bem como do agravamento de seus efeitos. Dentre estes, a deterioração da infraestrutura urbana, levando ao aumento dos custos operacionais e de manutenção da mesma.

Quando se trata da questão ambiental, a sociedade como um todo necessita estar envolvida, pois, a apropriação da natureza se dá de forma amplamente diferenciada e talvez aqueles que mais contribuam para a problemática dita ambiental são os que detêm o grande capital.

3.2.3. O eixo urbanístico/territorial

No que tange aos objetivos de caráter urbano tem-se a construção de habitações, parques urbanos, sistemas de drenagem e esgoto e recuperação de patrimônio. E para isso, é necessário assegurar a regularização das áreas destinadas ao reassentamento de famílias. O cenário tendencial aponta para o crescimento vegetativo da mancha urbana de baixa renda, dentro e fora das áreas a serem atendidas pelo Programa. É importante salientar o fato de que,

no cenário atual existe uma demanda contida por habitação, fato comum e evidente em áreas de vulnerabilidade social. Assim sendo, desde que mantido o poder aquisitivo dos grupos hoje situados na área de influência do Programa bem como ampliada à área por eles ocupada, é correto supor que haverá uma relação de proporcionalidade entre o crescimento da área ocupada e a quantidade de pessoas demandando habitação.

Segundo Leão (2016) instituições financiadoras como o BID passam a incorporar, em sua política urbana, a urbanização por entender que as soluções para a melhoria das moradias estão na própria favela e não nas remoções, e pode-se dizer que o Brasil é o principal laboratório de ações de urbanização de favelas pelo Banco Mundial e pelo BID, na América Latina (ARANTES, 2004).

Embora, aparentemente, a relação entre oferta e procura possa levar à falsa conclusão de que os imóveis poderiam sofrer algum tipo de valorização, a realidade indica que, com o aumento da amplitude da mancha urbana da população de baixa renda, associada a crescente deterioração da qualidade ambiental desses assentamentos, tornar-se-á quase inevitável um processo de desvalorização dos imóveis localizados na área, o que representa perdas patrimoniais e de perspectivas de renda, podendo envolver outras áreas limítrofes.

É preciso evitar novas ocupações, conforme o RIMA (2004). Por força de sua função de centralidade, Manaus, principal centro de comércio e indústria da região norte do país, continuará a sofrer os efeitos da atração que exerce sobre fluxos migratórios. Esses efeitos deverão ser mais sensíveis nos assentamentos precários, típicos da área de influência do Programa. Entretanto, prevê-se que mais do que a expansão dos seus limites ocorrerá o adensamento urbano nas bacias da cidade, dentre elas a de Educandos, pela maior facilidade que estas áreas oferecem à expansão e ao melhoramento da infraestrutura como um todo (RIMA, 2004).

Vivendo longe dos locais de trabalho, cria-se a necessidade e a dependência do transporte coletivo que cada vez mais pressiona o aumento do fluxo de veículos nas ruas e avenidas centrais e nas artérias principais, originalmente e quase sempre projetadas para condições bastante diferentes. Esta somatória de fatores pressiona a população a procurar habitações que proporcionem menos gastos. Por isto, no caso de Manaus, as cabeceiras e as margens dos igarapés, localizadas junto às áreas mais densamente ocupadas ou que mais oferecem a oportunidade do trabalho, continuarão a ser procuradas.

É necessário, de acordo com o RIMA (2004) equacionar os problemas urbano/habitacionais na área, pois o cenário tendencial aponta para o crescimento dos impactos ambientais causados pelo crescimento vegetativo da mancha urbana e pelo cenário

de degradação oriundo das características precárias das habitações existentes, disposição indevida de resíduos sólidos e efluentes, desmatamento e da total descaracterização da paisagem original.

O sistema viário que subsidia o tráfego na área do Programa, sofreu melhorias significativas nos últimos anos. Porém essas melhorias não atingiram de forma homogênea a área. Assim, em alguns locais o sistema viário é precário dificultando a oferta de serviços essenciais tais como a coleta de lixo e a acessibilidade dos moradores locais aos diferentes serviços públicos existentes na área. O cenário tendencial vislumbrado prevê a deterioração da qualidade do pavimento pela insuficiente distribuição da rede de drenagem causando o acúmulo de águas pluviais nas vias (RIMA, 2004).

É preciso ainda, que haja mudanças na disponibilidade e qualidade dos espaços públicos de lazer, pois, existem deficiência de caráter quantitativo e qualitativo na disponibilização de espaços públicos de lazer/recreação, sem equipamentos para a prática de esporte coletivos e outras modalidades de recreação. As festas comunitárias e os shows de rua têm sido hoje uma das poucas opções oferecidas. Com um cenário tendencial onde o adensamento populacional e o aumento das ocupações irregulares são previstos, espera-se a significativa diminuição dos espaços públicos de lazer e a deterioração dos espaços existentes. O RIMA (2004, p. 69) afirma ainda que as obras são necessárias devido ao fato de “os igarapés estarem entre as áreas mais violentas da cidade, uma vez que, na área de abrangência do Programa o crescimento desordenado e progressivo tem agravado o quadro de segurança pública⁵¹ tendo como reflexos o aumento dos episódios de violência e a exposição da população a situações de risco⁵²”.

Na área de implantação do Programa concentra-se uma parcela significativa do patrimônio histórico e arquitetônico da cidade, haja vista que alguns dos bairros mais antigos se concentram nessa área. A atual situação de degradação da área dos igarapés é muito

⁵¹ A criminalização das classes subalternas não é fenômeno recente. Ao contrário, é indissociável da processualidade histórica do desenvolvimento e expansão do capitalismo e das relações de dominação e exploração que as classes dominantes instituem sobre as classes subalternas. A criminalização da pobreza se constitui de ações sociopolíticas orquestradas pelos Estados, nas variadas formações socioeconômicas, como respostas às expressões das desigualdades sociais acentuadas pelas ofensivas do capital para recuperação dos processos de sua expansão e valorização (DURIGUETTO, 2017, p.106).

⁵² No Brasil, a criminalização das classes subalternas é também subjacente às expressões da “questão social”, como a pobreza e sua associação à noção de “classes perigosas”. Segundo Duriguetto (2017) desde o final do século XIX, as elites brasileiras construíram a noção da periculosidade com base na concepção de que, “dependendo de uma certa natureza (pobre, negro, semialfabetizado, morador de periferia etc.)” o indivíduo poderia desenvolver atos perigosos e entrar para a criminalidade.

propicia à depredação dessas edificações e monumentos descaracterizando a paisagem, aprofundando o quadro de desvalorização estética da área.

O RIMA (2012) explica ainda que para a realização da melhoria dos canais através de intervenções de obras de engenharia é necessário dispor de uma faixa livre de 12 metros para ambos os lados do canal para a realização dos serviços. Após a conclusão das obras de engenharia, a faixa utilizada para a realização dos serviços será incorporada ao tecido urbano através de melhorias, com implantação de via canal, urbanização de áreas lindeiras, trazendo sensíveis melhorias sociais e ambientais, na acessibilidade local, além de área disponível para a implantação de equipamentos de uso múltiplos, respeitado os preceitos legais sobre a preservação da faixa de proteção ambiental no entorno dos corpos hídricos, estabelecida em 30 metros.

As áreas disponíveis no entorno dos igarapés, seriam sujeitas à reurbanização, de forma a permitir a sua reintegração à área urbana com a adoção de equipamentos que permitiram a sua utilização pela população através de parques e área de lazer, sem contrapor aos aspectos ambientais, dificultando e inibindo o uso desordenado dos mesmos.

Todos os objetivos, que compõem os eixos do programa (social, ambiental, urbanístico e institucional), passam pela intervenção urbana. A intervenção na área dos igarapés, com infraestrutura para abastecimento de água, passa pela solução de intervenção urbanística. Da mesma forma que para as obras de infraestrutura de abastecimento de água potável, as obras de infraestrutura de esgoto, passam pela solução urbanística. Ainda, para a implementação das novas áreas de reassentamento e reurbanização das áreas no entorno dos igarapés, visando à integração a malha urbana existente, foram estudadas a possibilidade de abrir novas vias de acesso, permitindo a acessibilidade local, facilitando o fornecimento de serviços urbanos.

As obras foram previstas para serem executadas dentro de um cronograma e sequência lógica que possibilitasse a otimização dos recursos e continuidade em sua execução. As obras de engenharia que foram propostas no PROSAMIM, de acordo com o RIMA (2004), irão equacionar os problemas recorrentes das enchentes e da erosão do solo nas margens dos igarapés e seus efeitos. Além disto, o reassentamento das famílias que hoje se encontram nas áreas de risco representará uma oportunidade de compatibilizar a gestão dos recursos hídricos com o uso do solo.

3.2.4. O eixo institucional

O PROSAMIM buscou parceria com diversas instituições para viabilizar os demais objetivos descritos na proposta do programa. Neste eixo busca-se fortalecer a capacidade de gestão urbana, social, ambiental nas instituições parceiras; fortalecer a capacidade de operação e manutenção da infraestrutura urbana, social e de serviços. Além do governo do estado do Amazonas e do BID, Dentre as instituições, envolvidas estão:

1) Na Esfera Estadual:

TABELA 1: Instituições na esfera estadual parceiras do PROSAMIM.

SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas;
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Amazonas;
SPF	Secretaria de Estado de Política Fundiária do Amazonas;
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas;
SEC	Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas;
SEAS	Secretaria de Estado de Assistência Social do Amazonas;
SEPROR	Secretaria de Estado da Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado do Amazonas;
SEINF	Secretaria de Estado de Infraestrutura do Amazonas;
PGE	Procuradoria Geral do Estado;
SUHAB	Superintendência de Habitação do Amazonas;
ARSAM	Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas;
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas;
CDH	Conselho Estadual de Desenvolvimento Humano;
AFEAM	Agencia de Desenvolvimento e Fomento do Estado do Amazonas;
DEMA	Delegacia Especializada em Crimes contra o Meio Ambiente.

Fonte: RIMA, 2012

2) Na Esfera Municipal:

TABELA 2: Instituições na esfera municipal parceiras do PROSAMIM.

PMM	Prefeitura Municipal de Manaus;
------------	---------------------------------

SEMINF	Secretaria Municipal de Infraestrutura;
SEMUSP	Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Públicos;
SEMMAS	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade;
IMPLURB	Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano;
MANAUSTRANS	Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito;
SEMED	Secretaria Municipal de Educação;
MANAUSTUR	Empresa Municipal de Turismo.

Fonte: RIMA, 2012

3) Na Esfera Federal:

TABELA 3: Instituições na esfera federal parceiras do PROSAMIM.

SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus;
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.

Fonte: RIMA, 2012

Estão envolvidas ainda as empresas concessionárias de serviços públicos Águas do Amazonas (atualmente Manaus Ambiental) e Amazonas Energia (atualmente Eletrobrás). Dentre as Associações Cívicas e de Representação Social estão: o Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM; o Comitê de Representantes da Comunidade; o Grupo de Apoio Local; e o Conselho de Gerenciamento de Crises - CONCRI. E no que tange à Consultorias de Apoio à Execução do PROSAMIM está a Unidade Gestora de Projetos Especiais do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus⁵³ - UGPE (ROP, 2017).

Apresentada então a proposta do programa e especificado o que o PROSAMIM pretendia com cada eixo, a seguir será analisado, no Capítulo IV, como esse programa foi implementado em suas fases I e II.

⁵³A UGPE, é um órgão vinculado a SRMM - Secretaria Metropolitana da Região de Manaus, órgão público da esfera do Governo do Estado do Amazonas. As atribuições da UGPE incluem o planejamento, controle e execução de programas de obras do Governo Estadual financiados por órgãos internacionais, em particular o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

CAPÍTULO IV:

RELEGAÇÕES E PRIORIDADES NA IMPLANTAÇÃO DO PROSAMIM: CONSTRUINDO UMA CIDADE PARA O CAPITAL

Segundo o BID⁵⁴, de acordo com o diagnóstico socioeconômico levantado, o principal objetivo do PROSAMIM direcionado à população com renda inferior a um salário mínimo, era o de proporcionar, por meio do acesso aos serviços de infraestrutura básica, como água, energia e saneamento, formas de garantir uma melhor qualidade de vida e saúde a essas pessoas. Será?

Como dito anteriormente o PROSAMIM pretendia atuar nos âmbitos social, ambiental e urbanístico. Ao detalhar um pouco mais esses eixos do programa identifica-se, com base no RIMA (2004), que o PROSAMIM se estrutura e se subdivide em quatro componentes. Retomando, o primeiro componente, comporta a área *urbanística*, que passa a abarcar as iniciativas voltadas para a construção de habitações, parques urbanos, sistemas de drenagem e esgoto, abastecimento de água potável, coleta e disposição final de lixo e águas servidas, implantação de áreas de lazer, parques urbanos e recuperação do patrimônio histórico. O segundo é o *ambiental*, em que estão incluídas as ações de saneamento básico, recuperação de áreas degradadas e recuperação de igarapés. O terceiro é o *social*, composto pelas áreas da saúde, habitação, geração de renda e educação. Por fim, o quarto e último componente desse programa, diz respeito às ações voltadas ao *fortalecimento institucional* para assegurar a sustentabilidade do programa, além da elaboração de seu arcabouço legal.

Contudo, chamo logo a atenção à partida para o fato de que esses eixos e componentes não tiveram a mesma importância na implantação do programa. A primazia foi dada às questões de urbanização.

Nos anexos podem ser vistas tabelas com as obras do PROSAMIM I, II e III que foram realizadas e que estão em andamento. Quadros estes que trazem dados que despertam o questionamento à propósito de quem foram de fato os maiores beneficiários do PROSAMIM, que deixou à cidade de Manaus, na sua primeira etapa, como 7,7 mil metros de ruas asfaltadas, 18 Km de novas vias implantadas e interligadas com as vias existentes, 10 hectares (tamanho de 10 campos de futebol) de parques ecológicos com a possibilidade de receber até 11,5 mil pessoas por dia, a restauração da ponte Benjamim Constant, (de

⁵⁴ Informação disponível no site do BID.

tecnologia inglesa) com um sistema de iluminação que virou um atrativo turístico local (figura 25), dentre outros.

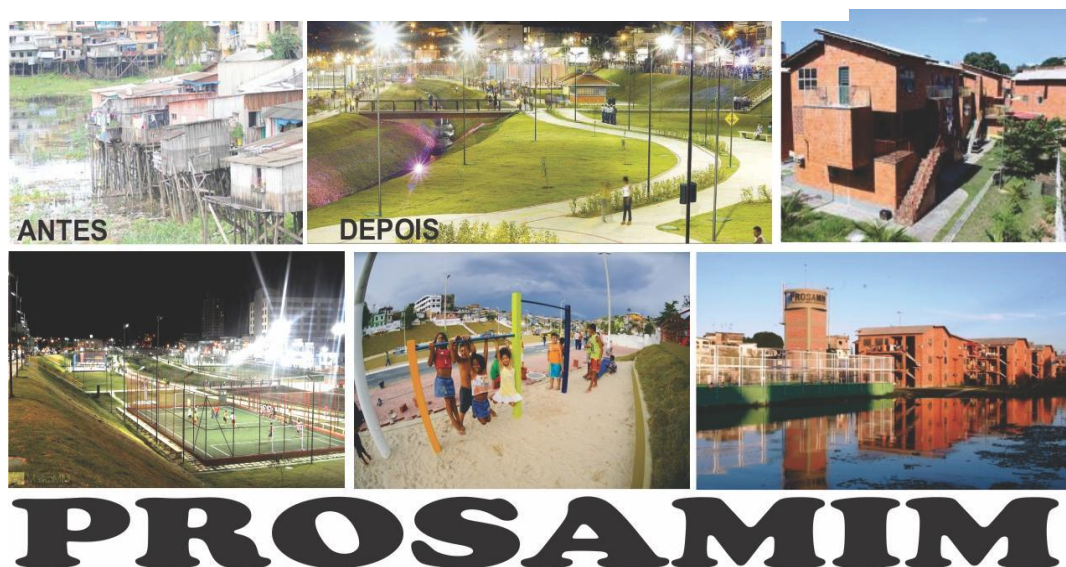
Figura 24: Ponte Benjamim Constant antes e depois do PROSAMIM.



Fonte: <http://www.google.com>

É inegável que o carro chefe desse programa é constituído pelas diversas obras de urbanização, materializadas nas novas vias e parques urbanos, nas pistas de caminhada, nas quadras poliesportivas, dentre outras. Obras que contribuem para a legitimidade e aprovação dessa intervenção estatal, particularmente por parte dos moradores do entorno da área de intervenção, que passaram a usufruir dessa nova espacialidade que tem feito a “promoção interna da cidade”. As ações estatais têm contribuído ainda para o desenvolvimento de um “patriotismo cívico” que desperta o “sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da cidade. Esta promoção interna apoia-se em obras e serviços visíveis, tanto os que têm um caráter monumental e simbólico quanto os dirigidos a melhorar a qualidade dos serviços públicos e o bem-estar da população” (CASTELLS & BORJA, 1996, p.61). A figura 26 ilustra o antes e o depois do PROSAMIM, em alguns espaços urbanos.

Figura 25: PROSAMIM antes e depois.

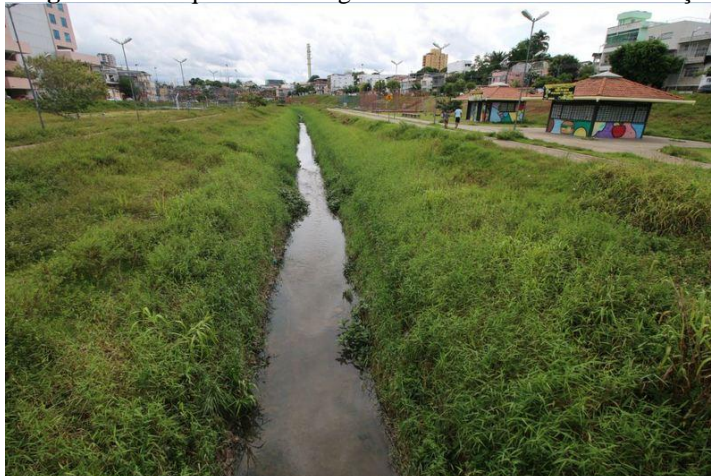


Fonte: <http://www.google.com>

Segundo Batista (2013) ao articular urbanismo e habitação dentro de uma mesma estratégia, o programa teve como objetivo, com as obras de ordenamento urbano, integrar a poligonal da bacia à malha urbana da cidade, com uma proposta de renovação urbana sustentável. Conforme Batista (2013) a bacia situada nos limites do Centro Histórico de Manaus ao recuperar o acervo de valor arquitetônico, permitiu a valorização dos ativos públicos, a exemplo do Complexo Centro Cultural Palácio Rio Negro, situado na foz dos igarapés Manaus e Bittencourt.; uma extensão de área que aterrada, para evitar novas ocupações, cedeu lugar aos Parques Jefferson Pérez e Desembargador Paulo Jacob.

Batista (2013) afirma que o Parque Jefferson Pérez, ficou esteticamente organizado com equipamentos de lazer, pista para caminhadas, orquidário, quiosques, chafarizes e boa iluminação. Esta área está sob gestão da Secretaria do Estado de Cultura, assim como também o Parque Desembargador Paulo Jacob. Contudo, o segundo, devido à falta de manutenção e limpeza pública se encontra abandonado, com grama alta, quiosques subutilizados, as quadras esportivas sem manutenção, assim como o sistema de energia e segurança, proporcionando ao ambiente um aspecto de degradação. No que tange à segurança, os dois parques são hoje, local favorável à assaltos e ponto comum de usuários de drogas. Considerando o cenário pré e pós-intervenção, as obras de drenagem urbana, mitigaram os problemas de risco por alagamentos, porém, devido aos impasses no processo de gestão, abandonada, continua susceptível ao risco, agora de ordem social.

Figura 26: Parque Desembargador Paulo Jacob sem manutenção.



Fonte: <http://prosamim.am.gov.br/>

Ao analisar os resultados das obras executadas pelo programa, tem-se que o PROSAMIM, no que tange ao modelo habitacional edificado em solo criado nas áreas dos igarapés, tinha como proposta descrita no EPIA (2004, p.06) “dotar as áreas destinadas à habitação de um sistema de microcirculação com tipologia adequada ao padrão de habitação, sem prejuízo às questões de segurança, conforto e serviços urbanos”.

Sobre os igarapés canalizados e aterrados, foram construídas unidades habitacionais possibilitando a valorização do uso do solo, com grave comprometimento ambiental, visto o lixo acumulado no leito dos igarapés não ter sido totalmente retirado e, sim, compactado e, posteriormente, a área concretada.

Com base em Vallina (2014) pode-se afirmar que já é possível identificar que nas “soluções” propostas pelo programa os bônus, indenizações (ao proprietário morador, não morador, bem de herança e/ou fundo de comércio) e cheque moradia correspondem 66,33% das situações de remanejamento em contraposição a 33,66 % de casas/apartamentos construídos. Se esses dados forem relacionados ao déficit habitacional do Amazonas, este programa não aporta contribuição significativa para a diminuição desse déficit.

No que se refere ao processo de remoção das famílias para a execução das obras do PROSAMIM I e II, Vallina (2014) explica que um número bastante expressivo de 59,07% das famílias recebeu indenizações e/ou bônus do governo estadual, nas fases I e II do programa. Este dado pode indicar que a situação habitacional das mesmas não foi resolvida pelo PROSAMIM. Conforme a autora, sabe-se que elas não estão mais morando às margens dos igarapés, pelo menos não na mesma área que habitavam anteriormente, contudo é desconhecido o local para onde elas foram, bem como não se sabe se a destinação dada às

indenizações ou bônus recebidos permitiu a resolução dos problemas habitacionais dos moradores. Segundo a autora supramencionada a própria pesquisa de satisfação feita pelo PROSAMIM evidenciou que muitas famílias não conseguiram adquirir um imóvel próximo a localidade onde moravam. Tal dificuldade as obrigou a procurar um imóvel em lugares distantes da cidade e se inserirem no chamado processo de periferização da população de baixa renda.

Entende-se que a questão da localidade deve estar presente em qualquer análise do processo de remoção imposto aos moradores das áreas do PROSAMIM I, II e III - que altera profundamente a vida deles independentemente das “opções de reassentamento” -, sendo fundamental para elucidar a real intencionalidade dessas transformações no espaço urbano conduzidas pelo governo estadual. E podemos afirmar, juntamente com Vilaça (2012, p. 103), que

a construção dos conjuntos habitacionais se encontra no caráter das relações capitalistas de produção, ou seja, por meio da troca entre a palafita e a nova moradia, o Estado proporciona infraestrutura social e física para a população “desassistida” e em contrapartida reestrutura o centro da cidade com equipamentos urbanísticos na busca da sustentabilidade do capital.

A questão habitacional que supostamente é central nesse programa não foi resolvida e conseqüentemente não se pode endossar as propagandas estaduais de que o PROSAMIM possibilita uma vida digna para as famílias que antes moravam às margens dos igarapés. Sabe-se que esse programa removeu moradores de edificações indesejadas para preparar o caminho de novos empreendimentos que vieram embelezar a cidade, obedecendo à lógica de valorização imobiliária da cidade.

Reiteradamente o governo afirma que o PROSAMIM foi idealizado como o promotor da melhoria da qualidade de vida da população que vivia às margens dos igarapés da cidade de Manaus, daí a sua remoção das palafitas enunciada como necessária para uma moradia que ofereça condições dignas de vida. Para atender essa problemática, foram construídos pelo PROSAMIM mais de cinco Parques Residenciais, em solos criados, a saber: Parque Residencial Professor Senador Jefferson Péres, Parque Residencial Igarapé da Cachoeirinha na área do PROSAMIM II, Parque Residencial Mestre Chico, Parque Residencial Professor Gilberto Mestrinho, Parque Residencial Manaus, Parque Residencial Igarapé Liberdade e o Parque Residencial Igarapé do Cajual.

Contudo, segundo Batista (2013), considerando o clima equatorial da cidade de Manaus, o modelo habitacional entregue à população reassentada nas unidades habitacionais exige reflexão. Apesar, de a obra estar de acordo com o parâmetro de uso e ocupação do solo

proposto no Plano Diretor da Cidade (2002), no que diz respeito à edificação, não se levou em conta o clima quente e úmido da cidade de Manaus. Batista (2013) afirma que como resultado, o aquecimento ao longo do dia do bloco cerâmico e da telha de amianto, utilizados na edificação, à noite repercute na sensação térmica de desconforto, quando as janelas, por segurança, são fechadas. A baixo ilustração de alguns Parques Residenciais:

Figura 27: Apartamentos dos parques residenciais do programa.



Fonte: <http://prosamim.am.gov.br/>

Batista (2012) corrobora que a proposta do projeto da unidade habitacional, ignorando um modelo de habitação adequado ao clima e ambiente amazônico, realizado pelo Instituto de Pesquisas do Amazonas – INPA, edificou as unidades habitacionais com material cerâmico, em blocos pré-fabricados, coberta com telhas de fibrocimento e janelas tipo basculante. Estrutura padronizada de acordo com modelos de habitação popular que impedem a circulação do ar tornando o ambiente de dois quartos, sala, cozinha e banheiro com área útil de 54 m² insustentável em determinados horários do dia e estações do ano⁵⁵.

Pelos resultados materializados nas áreas de intervenção do PROSAMIM I e II, Batista (2013) relata que se percebe que a proposta de intervenção do programa, mais do que

⁵⁵ Alguns moradores fizeram críticas: “Acho que no meu apartamento deveria ter mais janela. É quente aqui”. (Entrevistada n°13, PRM, 2014); “No sol aqui à tarde (...) você não pode sentar. É o sol na cara (...) não tem como apreciar, tem que ficar dentro, é um calor enorme”. (Entrevistada n° 03. Parque Residencial Mestre Chico, 2014) (PESQUISA FAPEAM - EDITAL N. 021/2011 - UNIVERSAL AMAZONAS)

atender as especificidades locais pela lógica da renovação urbana sustentável, buscou inserir os antigos moradores dos igarapés à lógica da cidade formal dentro de uma proposta urbanística padronizada de pouca inovação técnica. Não atendendo, assim, os requisitos do EPIA (2004, p.7) que descreve que “a tipologia habitacional em estudo deverá conter os requisitos necessários de conforto e salubridade, permitindo aos seus usuários a reintegração social compatível com os moradores das áreas adjacentes”. Apesar de mudanças em alguns componentes do modelo habitacional, idealizado para o PROSAMIM III, em fase de desenvolvimento, na Bacia Hidrográfica do São Raimundo, há ainda de se considerar aspectos em conforto térmicos e, sobretudo, idenitários que não foram considerados anteriormente.

De acordo com Batista (2013) buscando o mínimo conforto, os moradores acabam por adquirir aparelhos de ar condicionado o que incide o aumento do valor na conta de energia elétrica, sendo este, um problema relatado pelos moradores, conforme Vallina (2014), que afirma que os moradores têm enfrentado com sua casa própria um problema com o pagamento das contas de água e luz. A autora relata que em sua pesquisa, um número majoritário dos entrevistados afirmou que tinha despesas com água e luz na moradia anterior, mas que o valor que pagavam antes não se compara com o valor atual dessas contas⁵⁶. “Muitos deles disseram que estão ou sabem de pessoas que estão devendo um valor exorbitante para as empresas concessionárias de água e de energia elétrica. São dívidas altas e na visão deles impagável. Essas despesas chegam a ser unanimemente o maior problema que eles enfrentam” (VALLINA, 2014).

Outro problema, segundo Vallina (2014) é que com a mudança as histórias e as dinâmicas familiares não foram consideradas⁵⁷ e a chegada da nova moradia trouxe nova vizinhança, separação física entre as famílias e estranhamentos entre os moradores. A sociabilidade⁵⁸ dos moradores a margem dos igarapés teve alterações significativas

⁵⁶ O governo tirou o pessoal que morava dentro do igarapé [sic] que pagava 25 reais ou 20 de energia ou água. Tá ele deu isso aqui pras pessoas. Sem dúvida é excelente, só que ele esqueceu que as pessoas que moravam lá, que moravam no igarapé, eles vieram pra cá sem nenhum benefício, ele não aumentou ganho nem deu dinheiro pra ninguém (...) melhoria de vida só a casa (...) como eu te falei, quem ganha um salário mínimo como é que vai pagar 300 reais de água e mais 200 reais de luz? (ENTREVISTADO N°22. PARQUE RESIDENCIAL MANAUS. 2014). PESQUISA FAPEAM - EDITAL N. 021/2011 - UNIVERSAL AMAZONAS)

⁵⁷ A pesquisa de campo realizada com moradores em pesquisas anteriores confirma que os laços de amizade e a relação de proximidade e de união entre os moradores em suas antigas moradias foram interrompidos com o processo de remoção e foram também mencionados como uma crítica negativa a esse programa. Um dos entrevistados assim menciona: “Ajudávamos uns aos outros, era uma comunidade. Se alguém precisava todo mundo se ajudava. Aqui não temos essa união. É bem difícil. Não nos conhecemos” ((ENTREVISTADA N° 04. PARQUE RESIDENCIAL MANAUS, 2014). PESQUISA FAPEAM - EDITAL N. 021/2011 - UNIVERSAL AMAZONAS)

⁵⁸ Lemos (2010) diz que a sociabilidade entre os vizinhos é ponto relevante para o apego ao lugar, onde a identidade social se faz presente criando simbolismo compartilhado entre comunidades. Pode-se dizer que o ser humano, ser social por natureza, tem a necessidade de compartilhar ideias, pensamentos, sentimentos, ideologias

principalmente nas relações de vizinhança em decorrência da nova forma de morar.

As relações de vizinhança envolvem convivência, sentimentos, experiências em comum, uma rotina construída e compartilhada. De acordo com Lemos (2010, p. 25), as relações de vizinhança têm uma estreita relação com o cotidiano do indivíduo, sendo um comportamento social aceito e praticado durante toda existência humana. Porém, com as adequações ao modelo capitalista essa relação de vizinhança vem sendo desconstruída. Para Lemos (2010) a ordem capitalista é projetada na realidade do mundo e na realidade psíquica do ser humano na forma e nos modos de relações humanas, e ela fabrica os movimentos corpóreos, subsidiando a relação do homem com o mundo e consigo mesmo, desse modo, o ser humano, toma como verdade esse conhecimento construindo crenças e aceitando como a ordem do mundo, como uma ideia de vida organizada.

Também é recorrente na área dos parques habitacionais a falta de segurança e violência nos locais. Vallina (2014) anuncia que a fala da violência e das drogas esteve presente de forma constante na fala de moradores ao longo de sua pesquisa, indicando a existência de intrincadas relações entre os homicídios relatados e o tráfico de drogas na área e/ou nos apartamentos dos Parques Residenciais. De acordo com a autora supramencionada, o contato diário com a violência é uma realidade na vida de grande parte dos moradores, e o maior medo que eles expressaram foi com a existência de pontos de venda de drogas na área residencial. Em relação à moradia anterior, a violência também foi mencionada como fazendo parte do dia-a-dia dos entrevistados, conforme a autora. Visto isso, pode-se dizer que o problema de segurança pública também não foi solucionado, uma vez que, umas das justificativas do programa retirar as pessoas das áreas de igarapé devido à falta de segurança que esses locais apresentavam. Algo que não poderia ser resolvido apenas com a mudança, pois faz parte de uma problemática mais ampla. O discurso trazido pelo programa só ressalta a criminalização da pobreza, como já citado anteriormente.

Vallina (2014) explicita que a violência de um modo geral tem crescido no país gerando o aumento da insegurança associada às consequências do aumento da pobreza, da desigualdade social, da inflação, do desemprego etc. que afetam o cotidiano e a vida de inúmeros brasileiros que passam a desacreditar na possibilidade de mobilidade social. Não sendo, portanto, um problema peculiar aos moradores entrevistados. A autora acrescenta que alguns moradores até chegaram a afirmar que a violência está em todo lugar, não apenas nos seus locais de moradia.

Ainda a propósito da violência vale mencionar que Manaus consta no ranking das cinquenta cidades mais violentas do mundo em 2018, ocupando a 34^o posição. (<https://www.bbc.com>). Caldeira (2000, p. 56) concebe que o universo da violência e do crime demonstra o “caráter disjuntivo da democracia brasileira” em dois aspectos:

Em primeiro lugar, porque o crescimento da violência em si deteriora os direitos dos cidadãos; e em segundo, porque ele oferece um campo no qual as reações à violência tornam-se não apenas violentas e desrespeitosas dos direitos, mas ajudam a deteriorar o espaço público, a segregar grupos sociais e a desestabilizar o estado de direito.

Isto porque começam a surgir concepções de que “a violência só pode ser controlada por meio de violência”, isto é, a boa e legítima violência que direciona a violência ruim para os “canais adequados” (CALDEIRA, 2000, p. 41). Lima (2011, p. 04) diz que é “sabido que os problemas urbanos não terminam na construção da casa, a luta pelo direito à habitação de qualidade, é também a luta pelo acesso aos demais serviços públicos, que possam garantir a plena qualidade de vida da população”. Os moradores de uma cidade têm direito a um ambiente saudável para viver e com acesso aos serviços e equipamentos públicos.

Rangel e Silva (2009), por sua vez, concebem que a moradia não possui apenas a conotação de habitação, mas envolve diretamente a qualidade de vida, dotada de condições adequadas de higiene e conforto, e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar, em suma, requer uma habitação digna e adequada. Já Costa (2008) salienta que neste qualificativo “adequada” se incluem diversos aspectos, desde os técnicos até os jurídicos e culturais, e por isso a moradia adequada deverá corresponder também ao um conceito de moradia digna, uma vez que serve ao ser humano.

Oferecer melhores condições de vida não é apenas retirar as pessoas do local em que moravam e reassenta-las em outro ambiente, é preciso oferecer o mínimo de estrutura, ou seja, atender as principais necessidades básicas, tal como o acesso à saúde, o que também é um dos objetivos explicitados no programa.

No que concerne à saúde, sabe-se que está diretamente relacionada ao modo como as pessoas vivem e a habitação é um dos espaços para a promoção de saúde. De acordo com Rangel e Silva (2009) nessa perspectiva, a habitação saudável está relacionada com os materiais usados em sua construção e condições de saneamento, incorporando ainda a qualidade ambiental do seu entorno e as inter-relações, devendo fazer parte da agenda de saúde dos seus moradores – ou seja, a habitação deve apresentar condições mínimas que contribuam para saúde e o bem-estar de seus membros e para dignidade humana.

O estado do Amazonas “solucionou” o problema habitacional de expressivas famílias que viviam em área de igarapé, porém, não criou serviços públicos para atender as necessidades básicas desses moradores.

De acordo com os dados da SEMSA⁵⁹ houve alteração no padrão epidemiológico das doenças de veiculação hídrica dos moradores, os casos de diarreias, por exemplo, que têm um número máximo esperado de cerca de 2 mil casos /mês, atingiram um registro em torno de 1,8 mil casos/mês, houve redução quanto às hepatites A e E, em que os casos notificados e confirmados da doença caíram em 44,6% e em 46,1%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior, e a situação é semelhante com a leptospirose em redução de 10,3% nos casos confirmados.

Na área do PROSAMIM I e II a população tem disponível unidades de atendimento de saúde que oferecem diversas formas de assistência quanto a sua complexidade, como relata o RIMA (2004), quando afirma que na cidade de Manaus a área do PROSAMIM I e II é uma das que apresenta maior concentração espacial de Serviços de Saúde, nessas unidades além da medida curativa são desenvolvidos programas de medicina preventiva e campanhas de educação sanitária para a população. Abaixo, estão listadas as unidades de saúde da SUSAM e da SEMSA.

Tabela 4: Unidades de saúde da SUSAM na área do PROSAMIM.

UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO
Fundações		
Fundação Alfredo da Matta	Rua Codajás nº 24	Cachoeirinha
Centros de Atendimento Integral a Criança		
CAIC AlePandre Montoril	Av. Coronel Ferreira de Araújo, s/n	Petrópolis
CAIC Crisólita Torres	Rua Dr. Felismino Soares nº215.	Colônia Oliveira Machado
CAIC Dr. Edson Melo	Alameda Cosme e Ferreira nº 7.995.	Zumbi
Centros de Atendimento Integral Materno-Infantil		
CAIMI Dr. Paulo César de Araújo Lima	Rua Dr. Felismino Soares nº 115.	Colônia Oliveira Machado
Casas de Saúde		
C.S. Megumo Kado	Rua Inocêncio de Araújo nº 51.	Eduardos
C.S. Bianca de Aguiar Carvalho	Rua G-3, Quadra 5, Conj. Nova República	Distrito Industrial
C.S. Petrópolis	Rua Delfim de Souza	Petrópolis
C.S. Morro da Liberdade	Rua São Benedito s/n	Morro da Liberdade
C.S. Santa Luzia	Rua Leopoldo Neves, s/n	Santa Luzia
C.S. Japlim	Rua 31 nº 70, Conj. 31 de Março.	Japlim
C.S. Geraldo Magela	Rua I, s/n.	Armando Mendes
C.S. Mauzinho	Rua Rio Negro nº13.	Mauzinho
Hospitais		
Hospital Geral Adriano Jorge	Av. Carvalho Leal nº1778.	Cachoeirinha
Instituto da Criança do Amazonas-ICAM	Rua Codajás, s/n.	Cachoeirinha
Hospital Universitário Getúlio Vargas	Av. Arpuaná, s/n.	Centro
Hospital Infantil Dr. Fajardo	Av. Joaquim Nabuco nº1955.	Centro
Maternidade de Balbina Mestrinho	Rua Duque de Caxas, s/n.	Praça 14
Pronto Atendimento Médico		
PAM Codajás 901	Rua Codajás, 26.	Cachoeirinha
P.S. da Criança – Zona sul	Rua Codajás nº26.	Cachoeirinha
		ra Machado

Fonte: RIMA, 2004.

⁵⁹ <https://semsa.manaus.am.gov.br/>

Tabela 5: Unidades de saúde da SEMSA na área do PROSAMIM.

UNIDADE	ENDEREÇO	BAIRRO
AAR Alfredo Campos	Centros de Saúde Rua André Araújo S/N – Tel. 2695.	Zumbi II
Centro de Saúde João Nogueira Da Mata	Rua Dr. Daniel S/N. Tel 248- 1175.	Zumbi/Nova Luz
Centro de Saúde Gilson Moreira	Rua Natal. S/N – 248-1235.	Zumbi
Centro de Saúde Almir Pedreira	Av. Brasil, S/N – Tel. 237- 6720.	Lagoa Verde
Centro de Saúde Antônio Reis	Rua São Lázaro S/N – Tel. 624-4133.	São Lázaro
Centro de Saúde Frank Calderon	Rua Boa Esperança S/N - Tel. 237-8686.	Aterro Do 40
Centro de Saúde Michail Gorbachev	Rua 05 De Setembro S/N – Tel. 611-1978.	JapĨniandia
Centro de Saúde São Francisco	Rua Jonas Da Silva S/N – Tel. 611-3502.	São Francisco
Centro de Saúde Lúcio Flávio V. Dias	Rua Comandante Ferraz Nº15 – Tel. 237-7853.	Betânia
Centro de Saúde Theodomiro Garrido	Rua Marechal Deodoro S/N – Tel. 624-1612.	Colônia Oliveira Machado
Centro de Saúde Vicente Palloti	Rua Taruma, Nº1429 – Tel. 633-2833.	Praça 14 de Jandiro
Programas SOS Manaus	Assistência Móvel Bola Da Suframa S/N / Tel 237-2600.	Distrito I
Casa de Saúde nº103	Casas de Saúde Rua Santa Isabel /ao Lado da Casa N.º 442, Igarapé do Mestre Chico. Tel 637-3064	Cachoeirinha
Casa de Saúde nº104	Rua: Universal (Próximo a Serraria Moraes). Tel 624- 1159.	Educandos
Casa de Saúde nº112	Rua: Nova Olinda 78 Aterro da Ratz (Por Trás do Jardim Brasil /Av. Silves) Tel 631- 5897 / 613-4637.	Ratz
Casa de Saúde nº119	Beco São Francisco, Tel 624-7679.	Educandos
Casa de Saúde nº138	Rua Travessa São Francisco Tel 624-7639.	Educandos

Fonte: RIMA, 2004.

Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), o PROSAMIM conta com, além das unidades especificadas acima, mais seis unidades de saúde de atenção primária, sendo elas:

Tabela 6: Unidades Básicas de Saúde (UBS's) na área do PROSAMIM.

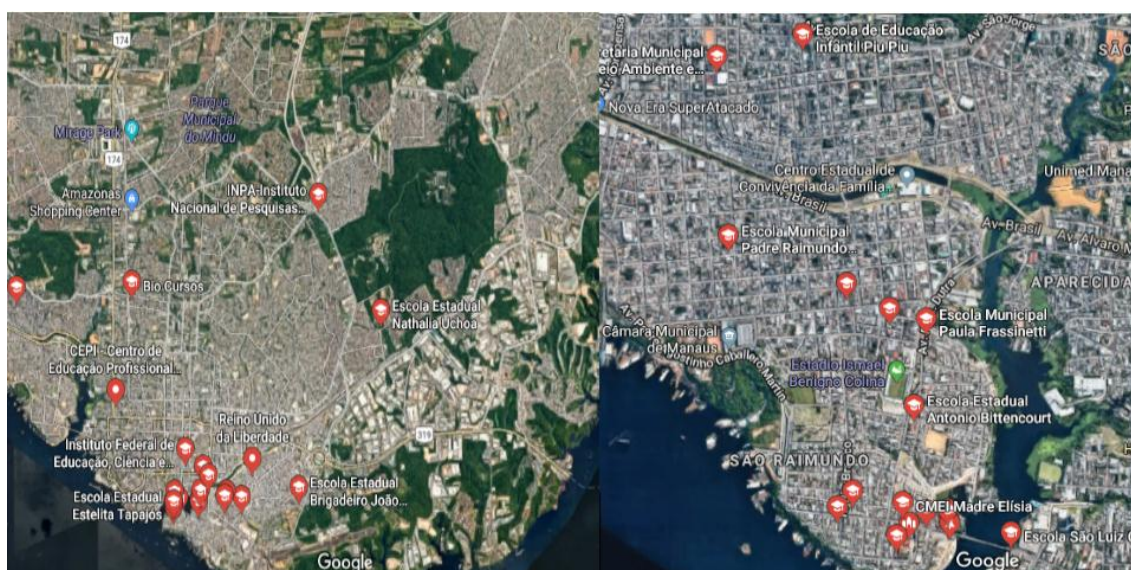
	UNIDADE	ENDEREÇO
UNIDADES BASICAS DE SAUDE (UBS)	UBS 10	Rua Emilio Moreira – Centro.
	UBS 11	Av. Lourenço Braga – Centro.
	UBS 12	Rua St. Isabel – Centro
	UBS 32	Rua General Glicério – Cachoeirinha.
	UBS Dr. Waldir Bugalho de Medeiros	Rua 07 de Setembro, s/n – Centro.

Fonte: <http://semsa.manaus.am.gov.br/>

Os moradores da área do PROSAMIM dispõem de unidades de saúde próximas porque foram alocados em apartamentos em área central da cidade e áreas adjacentes, onde moravam anteriormente, mas se tivessem ido para áreas periféricas, não teriam acesso aos

serviços básicos⁶⁰, essa informação serve também para a área da educação. Os moradores que tem acesso à escolarização formal é devido ao fato de morarem na área central da cidade, pois se tivessem ido para áreas periféricas, talvez não tivessem acesso à educação formal, pois não foram criadas escolas ao redor dos parques, os moradores fazem uso apenas das que já existiam.

Figura 28: As marcações em vermelho representam as escolas estaduais (à esquerda) e municipais (à direita) na área do PROSAMIM.



Fonte: <https://www.google.com/maps>

A análise da implementação da proposta do PROSAMIM evidencia que os direitos dos moradores ficaram relegados à segundo plano, como comprova, também a questão do trabalho e renda, que estão dentre as principais vulnerabilidades identificadas na população da área de abrangência do PROSAMIM, pois de acordo com o Plano de Trabalho Social e Sustentabilidade Ambiental (2007), há um alto índice de chefes de família desempregados e muitas pessoas com renda per capita inferior a ½ salário mínimo.

Um dos objetivos do programa em relação à trabalho e renda era contribuir para a redução da vulnerabilidade social da população, fortalecendo suas condições de

⁶⁰ Nada disso aconteceu, nada disso na prática realmente aconteceu. A gente recebe uma assistência que já existia né? Tem escola, tem transporte, tem hospital, tem segurança porque a gente mora no centro, não tem como escapar disso aí. Então a gente esperava eu viesse uma segurança melhor, que evitasse mais os problemas sociais que tivesse assim realmente um apoio melhor pra dá condições, uma creche, olha um posto policial, um posto de saúde que a gente tinha, hoje num tem. Na prática a gente ainda não conquistou ainda esses benefícios públicos, nós tamos [sic] usando uma coisa que já existia. Se a gente estivesse morando em um outro conjunto como por exemplo o João Paulo, os moradores estariam totalmente desamparados quando à serviços públicos. É, desamparados, porque lá tem uma assistência muito pouca. (ENTREVISTADO Nº 28, 2014).

desenvolvimento social, criando oportunidades para a inserção dos moradores no mercado de trabalho como empregados ou como “empreendedores”. Mas isso também não aconteceu.

Segundo o Plano de Trabalho Social e Sustentabilidade Ambiental (2007) pode-se dizer que o programa visava destinar vagas em cursos de qualificação profissional conforme a demanda da comunidade considerando o mercado de trabalho e visando a qualificação profissional e possível geração de renda, assegurando ainda, a ampliação da escolaridade por meio da identificação e viabilização de atendimento de analfabetos ou pessoas apenas com alfabetização funcional de forma a contribuir também com sua inserção no mercado de trabalho. Contudo, conforme Ferreira (2017) ao serem questionados sobre tais cursos, moradores afirmam que foram oferecidos, mas que não foram muito úteis para a geração de renda e outros ainda, relatam não saber da existência de tais cursos⁶¹. Parece-nos evidente que os objetivos referentes à trabalho e renda também não foram viabilizados de forma satisfatória pelo PROSAMIM.

Como já posto acima, Souza (2010, p.62) corrobora com o nosso entendimento de que o mercado de trabalho exige, cada vez mais, a obtenção de qualificação, para se integrar ao mercado de trabalho, especialmente no âmbito formal, nunca foi tão importante ser qualificado. Entretanto, ainda de acordo com Souza (2010) possuir a qualificação não é garantia de integração estável no mercado de trabalho, na medida em que os trabalhadores com níveis mais baixos de qualificação são relegados às posições e empregos de instabilidade no mercado de trabalho. Antunes (1999) ressalta que a precarização do trabalho presente no mundo atual não é acidente de alguns, mas é condição forçada de uma expressiva parcela da sociedade regida pela lógica excludente do sistema capitalista.

De acordo com o Relatório de Impacto Ambiental (2004) pode-se afirmar, ainda, que o público-alvo da área de intervenção do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) é caracterizado por vendedores ambulantes. Uma das atividades mais frequentes são as vendas em pequenos quiosques improvisados na área do programa, como mercadinhos, venda de produtos de culinária doméstica e frutas de estação, além de serviços

⁶¹ Não, acho que não foi oferecido [curso] não. Se tinha né? Não foi passado pra gente. (ENTREVISTADO N°03, 2015)

Não, pra mim não. Até (...) deixa eu ver, acho que tá com uns dois meses que eu fui buscar a chave ali do coisa, da conta né, aí ela perguntou se eu já participei de algum curso, de algum coisa, eu disse “não, nunca foram lá avisar”, num [sic] sabia né? Porque tem muita gente que já participou né? Mas eles nunca passaram aqui não avisando. (ENTREVISTADO N° 08, 2015)

de beleza como cabeleireiros e manicures. A figura abaixo mostra um comércio informal na área de um dos parques residenciais do PROSAMIM:

Figura 29: Comércio informal na área do PROSAMIM.



Fonte: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-65.htm>

E apesar do programa elencar como umas de suas preocupações a participação dos moradores, esse fator é totalmente negligenciado, pois de acordo com Vallina (2014) identificou-se que predominaram as negociações individuais das famílias com os representantes do programa, sobretudo com os integrantes da equipe técnica social, que faziam os cadastros e os engenheiros, que faziam a avaliação dos imóveis. Nos casos de desentendimentos as famílias se dirigiam aos advogados do programa, nos escritórios locais e/ou na Unidade Gestora do PROSAMIM (UGPI atualmente UGPE). As poucas reuniões realizadas com os moradores tiveram como objetivo explicar como o programa ocorreria, as “soluções” para a remoção e apresentar as maquetes das novas habitações (reuniões que antecederam as remoções) e orientações sobre como economizar a água e a luz, além de orientar sobre hábitos que os moradores teriam que desenvolver no convívio com os novos vizinhos, nos apartamentos (reuniões pós-mudanças).

Compartilhamos da visão de Azevedo (2008) quanto afirma que o direito à participação, que é de extrema importância para decidir os seus próprios destinos, foi relegado ao segundo plano, apesar do discurso oficial dizer que o programa experimentaria novas formas de participação e organização da comunidade. O programa proporcionou melhores

condições habitacionais, mas será que todos os objetivos do programa foram cumpridos? Parece que não, pelo menos é esta a visão de Azevedo (2008, p.17), que assim comenta:

O discurso governamental assegura que o programa é para melhorar a vida das pessoas que moram nos igarapés. A realidade mostra que tal discurso só serviu como justificativa para receber vultuosos investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Em nome dessa suposta promoção do direito à saúde, a meio ambiente ecologicamente equilibrado e de uma cidade sustentável, outros direitos fundamentais são relegados à segunda categoria. Direitos à dignidade, à inviolabilidade do lar, de organização, de participação, entre outros, são totalmente esquecidos pelo Governo do Estado e seus funcionários públicos. Até mesmo os direitos que são usados como justificativa para a criação do PROSAMIM são desconsiderados.

No que se refere as questões do eixo ambiental tem-se que, segundo Batista (2012) a proposta de macrodrenagem com a canalização e do curso d'água e aterro das áreas de mata ciliar, resultou em canais abertos, com espaços públicos de lazer, em áreas situadas na cota de 30 metros, do Rio Negro, e em áreas não vulneráveis, em solo criado foram edificadas os Parques Residenciais. Obras que garantiram o melhor ordenamento territorial da área, favorecendo a circulação de transportes e pessoas e, com a instituição da Área de Especial Interesse Social, foi possível reassentar as famílias. Contudo, Batista (2012) afirma que a não revitalização do curso d'água, ao comprometer a função deste recurso no ambiente, impacta negativamente o processo do ciclo hidrológico, de extrema relevância para a manutenção das bacias hidrográficas amazônicas.

Para a autora, outro fator a considerar com relação à proposta de macrodrenagem para o igarapé está no critério da cota de 30 metros, estabelecido no ano de 1969 e que atingiu, no ano de 2009, a máxima de 29,77 metros. Logo, não se pode descartar em um episódio de cheia máxima a possibilidade de refluxo das águas servidas para o interior das residências.

Batista (2012) explica que no cenário anterior, a maioria das instalações para captação de água eram clandestinas, não havendo uma consciência cidadã quanto ao abastecimento e consumo responsável com o bem de uso coletivo, vital à vida. Com a proposta de instalação do sistema de rede hidráulica, a maior contribuição está na erradicação dos casos por doenças por veiculação hídrica. Regularização que, ao bolso do usuário, tem causado transtorno, havendo muitos moradores com contas em atraso, como já dito acima. E para moradores que residem no 3º piso do Parque Residencial Mestre Chico é comum aos finais de semana ocorrer falta de água, principalmente aos domingos.

Os igarapés continuam a receber os dejetos, não foram criadas redes de tratamento de esgoto. O PROSAMIM sendo um programa de saneamento socioambiental deveria necessariamente ter construído nos Parques Residenciais do programa estação de tratamento

de esgoto para tratar os dejetos jogados das residências, mas não o fez. Assim não é à toa que nas proximidades dos Parques Residenciais, próximos aos igarapés, o cheiro seja horrível. Não há estação de tratamento. Vale sinalizar que não só é necessário que haja somente a regularização das estações de tratamento de esgoto, mas que se resolva os problemas dos próprios emissários na cidade de Manaus como um todo. Os igarapés que não tiveram o assoreamento realizado, continuam poluídos e com a fauna e flora ao seu redor comprometidas, como pode-se perceber nas figuras abaixo:

Figura 30: Presença de lixo no leito dos igarapés que deveriam ter sido revitalizados com as obras do PROSAMIM.



Fonte: <https://www.google.com>

A proposta acerca dos impactos ambientais que seriam minimizados pelo programa parece que também não foi cumprida, conforme se pode observar nas matérias de jornal abaixo:

Figura 31: Matérias de jornal sobre investigação de danos ambientais causados pelo PROSAMIM.



Fonte: <https://www.google.com>

Tal fato pode ser constatado também com a análise de Neto (2013) que afirma que o programa habitacional que custou mais de R\$ 1 bilhão de reais não cumpriu a sua finalidade em relação ao saneamento básico e ao meio ambiente. Segundo o autor, a macrodrenagem construída ao longo dos igarapés, ou seja, “o cimento colocado nas adjacências dos rios”, prejudica a absorção da água proveniente das chuvas, de modo que a população contemplada pelo programa e outros moradores acabam sendo atingidos por enchentes.

Neto (2013) explicita também que o trabalho do PROSAMIM consiste basicamente em canalizar e retificar os cursos d'água, sem reconstituição de mata ciliar nas margens dos igarapés, ou seja, sem a recuperação da vegetação nas áreas de preservação permanente, sob a alegação de “revitalização” dos igarapés. Os eventuais benefícios sociais e ambientais que possam ter sido obtidos com as obras do desse programa são inferiores aos efeitos negativos.

Ainda de acordo com Neto (2013) a ausência de tratamento do esgoto despejado nos igarapés pelas moradias construídas pelo PROSAMIM torna ainda mais graves as irregularidades ambientais do programa. Para Neto (2012) o reassentamento de famílias em áreas naturalmente úmidas por meio de aterramento, canalização, retificação e impermeabilização de igarapés, associada à ausência de tratamento do esgoto residencial, resultam em danos ambientais e sociais irreversíveis, consistentes no efeito de barragem (risco de alagamento), perda de serviços ambientais ocasionada pelo aterramento de cursos d'água, poluição hídrica pelo lançamento de esgoto não tratado, dentre outros impactos. Acrescenta-se ainda que:

A situação verificada in loco em trecho do Igarapé do 40 que também recebeu obras do Prosamim demonstrou o descaso dos responsáveis pela execução do programa com o meio ambiente. Parte dos entulhos da obra não foi retirada e caiu no leito do igarapé, contribuindo para o assoreamento (acúmulo de sedimentos ou detritos no leito do curso d'água) (...). Pequenas nascentes que contribuem com as águas do Igarapé do 40 foram aterradas, em vez de recuperadas. Além disso, inadequações na rede de coleta de esgoto instalada provocou o entupimento de sanitários de dezenas de casas provocando graves danos à saúde pública e ao bem-estar da população (<https://www.acritica.com>).

Assim, pode-se dizer que a propósito da propagada sustentabilidade ambiental é suficiente relembrar a prática histórica e recorrente de aterramento dos igarapés, a qual já nos referimos os capítulos I e II. Na atualidade a morosidade na execução dos serviços de recuperação de igarapés e instalação de coletores de água pluviais e sistema de esgotamento sanitário por meio dessa intervenção, como foi visto, são indicativos de que a priorização foi dada à urbanização, acompanhada do processo de gentrificação. Esta percepção é corroborada por Vilaça (2012, p. 28-29) quando o autor diz:

(...) ampliar os domínios espaciais da cidade é uma constante tentativa de expulsar a população da área central. O Poder Público desenvolve uma política de aterramento

dos igarapés, que foram substituídos paulatinamente por extensas avenidas, sendo até os dias atuais alvo de uma política de “extermínio” de seus cursos d’água, como se fossem obstáculos para o avanço urbanístico de Manaus (...) Atualmente os igarapés estão sendo substituídos por parques, pistas de caminhada, conjuntos habitacionais, quadras poliesportivas, entre outros.

O governo estadual fez na área do PROSAMIM I um complexo de entretenimento (a exemplo do Largo do Mestre Chico) que associado aos equipamentos públicos “promoveram dois processos associados ao desenvolvimento (desigual) da economia capitalista contemporânea: a gentrificação e a renovação urbana” (VILAÇA, 2012, p.45). Com a remoção dos moradores que residiam nessa área, majoritariamente, para a periferia da cidade o espaço urbano ficou aberto para receber investimentos privados numa área de potencial valorização imobiliária⁶². É a priorização do capital por meio de requalificações urbanísticas em detrimento da moradia das classes subalternas.

Vilaça (2012) afirma que o Largo Mestre Chico - criado pelo PROSAMIM I -, evidencia “a (re) produção do espaço urbano dentro de uma lógica capitalista, que muda a função e o uso do lugar, pautada na revalorização espacial, potencializa a realização de lucros, principalmente nos setores ligados à construção civil, à especulação imobiliária e também ao turismo” (VILAÇA, 2012, p. 52). Esse fato, porém, pode ser motivo de preocupação para os moradores que permanecem nesta localidade, pois há uma tendência de novos processos de deslocamento devido às implicações especulativas das novas áreas reestruturadas.

Não é casual que essas transformações do espaço urbano na cidade de Manaus concretizadas através do PROSAMIM são avaliadas como positivas por um dos representantes dos grupos do poder na cidade, os empresários da construção civil, que junto com o Estado e o BID estão à frente desse empreendimento:

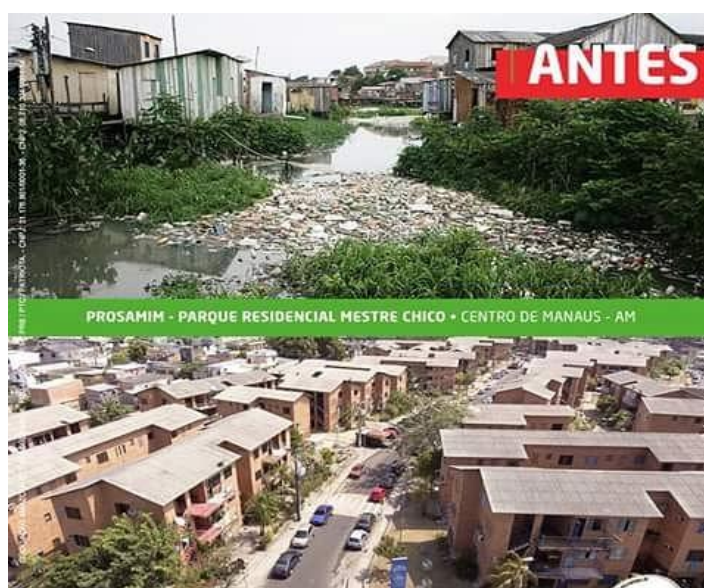
O PROSAMIM foi um dos projetos mais importantes que surgiram nos últimos anos. Enxergo o PROSAMIM como uma necessidade que precisava ser feita a muito mais tempo. Na verdade, os governantes não poderiam ter deixado as margens dos igarapés terem sido habitadas, começou a falha por aí, e o PROSAMIM saiu muito caro por conta disso, mas era uma necessidade vital. A cultura do povo amazonense é o habitar margem dos igarapés, o cara vem do interior e quer morar na beira do rio. A outra coisa é que no PROSAMIM que fica entre a Rua Ramos Ferreira e a Rua Leonardo Malcher, eu não consigo entender como deixaram construir prédios naquela área. Ali é uma área para ter feito praças, dar uma valorizada naquela área. Não deveria ter prédios naquela área, naquela região. Uma alternativa seria ter feito uma pista auxiliar, mais áreas verdes, mas isso é uma opinião pessoal, eu não gostei do que fizeram ali. Os prédios ficaram muito próximos da Rua Major Gabriel - Entrevista com um integrante do SINDUSCON-AM. (www.acritica.com)

⁶²Vilaça (2012) afirma que os imóveis que permaneceram na área do Largo Mestre Chico recém implantado ganharam uma valorização expressiva e cita o exemplo de um imóvel, antes avaliado em R\$120.000,00 que passou logo após a intervenção do PROSAMIM ao valor de R\$ 280.000,00.

A fala acima exemplifica a aceitação da proposta de gentrificação por parte de um dos promotores da cidade, que questiona, inclusive, a existência dos Parques Residenciais construídos pelo programa (no caso, o Parque Residencial Manaus) e localizados em uma área nobre da cidade. Essa visão demonstra divergências de concepções sobre quem tem o direito a usufruir de um determinado espaço urbano.

Pode-se afirmar que indubitavelmente, as famílias que foram reassentadas nos Parques Residenciais passaram a usufruir de condições habitacionais e sociais mais dignas que as anteriores quando moravam às margens dos igarapés. Tal localização na área central da cidade não trouxe prejuízo no tocante ao trabalho, à educação e nem tampouco ao acesso aos demais serviços públicos como à saúde, ao transporte público e ao lazer. A figura 34 apresenta o antes e o depois do PROSAMIM, na área do igarapé Mestre Chico.

Figura 32: Parque Residencial Mestre Chico antes e depois das obras.



Fonte: <https://www.google.com>

Contudo, ao deixarem suas moradias deixaram também, de certa forma, uma história de vida. Muitos alegam os impactos relacionados ao distanciamento dos antigos vizinhos, parentes e amigos, com quem tinham ligação afetiva e desenvolviam uma relação de apoio mútuo e de solidariedade, que não vão conseguir desenvolver na nova moradia. A maioria deles externou o desejo não de querer voltar a viver às margens dos igarapés, sujeitos a enchentes, doenças, presença de animais nocivos à saúde etc., mas de voltar a ter a vida que tinham antes de mudar-se para o novo local; o que leva a reflexão sobre a difícil adaptação dos moradores retirados de área de risco e reassentados nos conjuntos habitacionais do PROSAMIM.

De acordo com Vallina (2014), os moradores valorizam o fato de terem adquirido o seu apartamento, a sua casa própria, através do PROSAMIM. Muitos deles expressaram o seu contentamento por terem saído das margens dos igarapés e afirmaram estar feliz “porque estou no que é meu. E agradeço o governo por isso⁶³”.

Considerando como pressuposto para o desenvolvimento local a efetiva participação popular e entendendo que entre os envolvidos ocorreram vários deslocamentos para outros bairros da cidade separando famílias que antes residiam nos igarapés de Manaus, Bittencourt e Mestre Chico fica para reflexão, o que cita Batista (2013) quando afirmam que o capitalismo global parece gerar prosperidade, mas, simultaneamente também empobrece uma porção significativa da sociedade. Neste contexto os resultados com o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus atenderam à lógica da racionalidade da produção do espaço com a valorização do uso do solo tanto das áreas canalizadas e aterradas de igarapés, como do seu entorno.

A magnitude do projeto e o desafio na implantação têm seus méritos. No entanto, se faz necessário avançar no sentido de, a partir deste programa, pensar outros modelos possíveis para assentamentos populacionais em áreas com características socioeconômicas e ambientais similares, buscando metodologias que possibilitem agregar ao planejamento as efetivas participações dos atores envolvidos. Isso demanda um tempo. Demanda pensar os projetos de inclusão social e preservação ambiental, não como projetos de governo, mas, sim, projetos de uma nova sociedade mais justa e igualitária.

⁶³ Em projetos de habitação popular que envolve o Estado como executor, é comum a população não se identificar como agente do processo. O fato de “não haver pagamento” com relação ao bem adquirido, faz com que, em um primeiro momento a população veja a casa própria como um “presente” do poder público e não uma legitimidade de sua cidadania, enquanto conquista de direitos pertinentes à escala de um espaço cidadão, cuja infraestrutura básica de serviços, compete ao Estado realizar.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação da cidade de Manaus ocorreu de forma rápida e desordenada, devido ao intenso fluxo de pessoas que vinham para a cidade em busca de melhores condições de vida e trabalho. Esse processo foi intensificado com o período áureo da borracha e com a implantação da ZFM. Contudo, o Estado não conseguiu criar políticas urbanas e habitacionais eficientes para atender a essa demanda.

É relevante salientar que o Estado tem um papel imprescindível no atendimento da demanda habitacional. Historicamente, foram criados pelo governo do estado do Amazonas os conjuntos habitacionais, foram sendo feitas a regularização fundiária, a legalização das ocupações que também foram produzindo a cidade. Manaus nunca teve de fato uma política habitacional que atendesse a demanda de moradia das classes trabalhadoras.

A habitação sempre foi escassa para a população de baixa renda. E os problemas relacionados à habitação estão longe de serem resolvidos não obstante esse mega programa, que é o PROSAMIM. A ação do Estado na construção de moradias populares, apesar do crescimento do número de unidades oferecidas ainda não é suficiente. O déficit habitacional da cidade ainda é um dos maiores do país.

Contudo, os conjuntos habitacionais criados pela Superintendência de Habitação do Amazonas (SUHAB), pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e pelo PROSAMIM fizeram com que muitas famílias realizassem o sonho da casa própria, mesmo que a localização das habitações tenha sido, sobretudo, nas zonas mais afastadas da cidade, desprovidas de serviços públicos e infraestrutura urbana.

Embora ações no âmbito das políticas habitacionais sejam importantes sequer conseguem atender ao segmento inserido no mercado de trabalho e que preenche as condições exigidas pelo sistema de financiamento da casa própria. Para além destes, há outra parcela da população que não preenche tais condições e busca o acesso à moradia por meio das ocupações espontâneas. As políticas habitacionais existentes não suprem a demanda da maioria da população que não possui uma condição econômica estabilizada, sendo uma das causas para que o cidadão não exerça o seu direito de possuir uma moradia digna.

Mesmo com os avanços ocorridos na legislação, a partir da Constituição de 1988, no que diz respeito ao direito à moradia, não houve muitos avanços concretos nas condições de habitação e acesso a serviços urbanos da população brasileira. A atuação do Estado deve ser mais efetiva para que se assegure o direito à moradia. É preciso criar programas que garantam de fato esse direito.

Muitas pessoas por não terem condições de obter uma moradia digna, acabam procurando outras alternativas, dentre elas, a ocupação das margens dos igarapés, por ser a única opção que lhes restam. E como sabemos, essas áreas são precárias e representam riscos à vida e às condições de saúde dos moradores.

Ao refletir sobre o processo de urbanização da cidade de Manaus identificamos um traço em comum que perpassa a forma como a capital do estado Amazonas foi sendo forjada: intervenções públicas que privilegiaram interesses contrários aos interesses da população que ocupava o centro da cidade e as áreas do entorno dos igarapés. Conforme o processo de urbanização avançava foram sendo feitos aterros nas áreas dos igarapés para a abertura de novas vias, facilitação da circulação de pessoas e embelezamento da cidade. Os moradores dessas áreas, conseqüentemente, eram expulsos para espaços sem ruas ou pontes e com a destruição de suas residências novas utilizações eram dadas a esses espaços. Daí a proposta de intervenção nos igarapés, consubstanciada com o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM, que dá seqüência a esse tipo de intervenção.

Concebemos que o Estado intervém no espaço urbano capitalista a fim de assegurar a continuidade da reprodução do capital, e no caso da proposta apresentada para Manaus, o discurso da revitalização dos igarapés sempre esteve presente, contudo, revitalizar os igarapés, entre outras coisas, significa não só retirar as pessoas que moram às margens ou sobre os igarapés, removendo-as para outros lugares, mas também fazer a limpeza e o assoreamento deles. O que não foi feito de forma satisfatória.

Programas e projetos de revitalização urbana são realizados em muitas cidades no Brasil. No entanto, especialmente nas cidades localizadas em grandes bacias hidrográficas, como Manaus, a revitalização urbana assume um importante papel socioambiental, que muitas vezes ofusca a intencionalidade de valorização imobiliária dessas áreas, ou seja, as obras são apresentadas com um discurso de proteção ambiental, sendo, no caso concreto do PROAMIM, feita uma “maquiagem” na paisagem urbana.

Com o PROSAMIM, os igarapés urbanos não foram saneados, mas as populações residentes foram removidas do seu entorno. Programas como este têm seus discursos pautados por princípios que visam amenizar a pobreza por meio de várias ações, dentre as quais algumas voltadas para a problemática da habitação. Entretanto, conclui-se que este não é o foco principal. Assim, observa-se que para “amenizar a pobreza”, termo bastante utilizado pelo BID, necessita-se avaliar outros aspectos, pois somente a moradia não é capaz de inserir as populações residentes nos igarapés em um contexto de vida urbana mais satisfatório. Ao

contrário, dependendo das condições e localização da nova casa, a mudança pode contribuir ainda mais para acentuar as desigualdades existentes.

Na nossa concepção o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus atendeu à lógica da racionalidade da produção do espaço com a valorização do uso do solo tanto das áreas canalizadas e aterradas de igarapés, como do seu entorno. A magnitude do projeto e o desafio na implantação têm seus méritos. No entanto, se faz necessário pensar outros modelos possíveis para assentamentos populacionais em áreas com características socioeconômicas e ambientais similares, buscando metodologias que possibilitem agregar ao planejamento às efetivas contribuições dos atores envolvidos. Isso demanda pensar projetos de inclusão social e preservação ambiental.

Analisando os eixos do programa, pode-se dizer que o eixo social não foi priorizado na implantação do PROSAMIM, visto que muitas das preocupações colocadas na proposta do programa foram deixadas de lado ou não foram dadas tanta importância. A primazia também não foi dada ao eixo ambiental, uma vez que, pode-se afirmar, que este eixo não foi considerado, pois, nos igarapés não foram realizados o assoreamento, ao contrário, muitos foram aterrados, não foi dada a devida importância à fauna e flora dos locais de intervenção, não há esgotamento sanitário na área do programa, os dejetos continuam a ser despejados nos igarapés, e não foram realizadas as obras de macro e micro drenagem previstas na proposta do programa

A moda do “ambiental” acaba por homogeneizar discursos retóricos, onde se busca o “bem comum da humanidade”, ficando-se o questionamento de como pode existir esse “bem comum” se hoje se vive em uma sociedade desigual. Procura-se o bem-estar das gerações futuras, abstraindo-se da realidade concreta, a desigualdade social. O assunto é tratado sob o prisma do bem-estar geral, como se isso fosse possível em uma sociedade de classe, regida pela apropriação privada. Esta realidade mostra que no momento de responsabilizar e exigir a contribuição na busca da “sustentabilidade das gerações futuras”, a sociedade como um todo necessita estar envolvida, esquecendo-se que a apropriação da natureza se dá de forma amplamente diferenciada e que talvez aqueles que mais contribuam para a problemática dita ambiental são os que detêm o grande capital.

No que tange ao eixo institucional, pode-se dizer também que as parcerias não foram concretizadas junto aos órgãos previstos e isso fez com que o acesso às políticas públicas das áreas de saúde, educacional, assistência social e segurança pública, dentre outras, fosse garantido. A importância maior foi dada as questões urbanísticas, e não casualmente iniciou-se no contexto do centro da cidade, pois as habitações na margem dos igarapés geram

externalidades negativas para a área central, além de desvalorizar os imóveis ali localizados e de ocupar uma área privilegiada em termos de serviços e equipamentos de consumo coletivo.

Ressalta-se que a ideia de modernização é retomada de séculos anteriores, com a finalidade de embelezar e reconfigurar um novo espaço urbano com a proposta do governo do Estado, a partir do PROSAMIM. O estado do Amazonas para dar início ao programa realizou empréstimos do BID, o que favorece o setor imobiliário e da construção civil, promovendo consequentemente a valorização imobiliária.

O setor habitacional do programa vai sendo deixado de lado, principalmente em sua fase III, que mudou a forma de execução do programa no que tange à moradia, ou seja, ao invés da permuta habitacional os moradores beneficiários desse programa, foram inseridos no PMCMV, o que implica em financiamento habitacional, com o pagamento de mensalidades, gerando assim despesas aos seus proprietários, e provocando o agravamento de suas já precárias condições de vida. E além disso, as obras estão cada vez mais lentas, ao contrário das obras de urbanização.

Indubitavelmente, as famílias que foram reassentadas pelo PROSAMIM nos parques residenciais passaram a usufruir de condições habitacionais e sociais mais dignas que as anteriores quando moravam às margens dos igarapés e não tiveram que pagar (financeiramente) por isso. Contudo, não tiveram suas particularidades respeitadas em diversos aspectos. E de fato pode-se afirmar que os moradores não foram os maiores beneficiários do programa. Em relação à sua contribuição para o setor habitacional, pode-se dizer que o Prosamim contribuiu de forma tímida, pois, em 2018 aproximadamente 128 mil famílias em Manaus ainda não possuíam moradia, sendo desse número, cerca de 28 mil residentes em área de igarapé.

Sem dúvida o PROSAMIM mudou a vida de muitas famílias, contudo, não assegurou a todas as famílias removidas da área do programa o direito à moradia e nem tampouco o direito à cidade. As famílias que “optaram” pela indenização e/ou pelo cheque moradia, não tiveram a aquisição da casa acompanhada pela equipe do PROSAMIM, o mesmo não ocorrendo com as que receberam indenização e fica o questionamento: onde essas famílias passaram a residir? O dinheiro recebido foi suficiente para a compra da casa própria? Não se sabe se essas pessoas conseguiram adquirir um outro imóvel ou se voltaram a residir em condições precárias em outras áreas.

Pela grandiosidade do programa e os vultuosos empréstimos, o PROSAMIM poderia ter oferecido melhores condições aos beneficiários e atuado de forma eficaz em todos os aspectos que se propôs, contudo, isso não ocorreu. O Prosamim perdeu uma importante

oportunidade ao deixar de utilizar os recursos milionários recebidos para resolver um dos principais problemas urbanos de Manaus. O programa apenas contribui de forma eficaz para a valorização das áreas que atingiu, com suas inúmeras obras de urbanização, materializadas na construção de pontes, parques, praças, asfaltamento, novas vias e modernas tecnologias.

Por fim, a conclusão a que chegamos é que o PROSAMIM é uma estratégia de intervenção urbana feita aos moldes de programas passados e que dá sequência às propostas de modernização da capital manauara, na qual o espaço urbano foi sendo construído seguindo influências europeias, utilizando o aterro dos igarapés para a abertura de vias e implantação de projetos urbanísticos e utilizando-se de uma segregação planejada da cidade, que pode até “embelezá-la” e valorizá-la em termos imobiliários, como está ocorrendo, mas que nem de longe intervém nas contradições e desigualdades sociais inerentes ao espaço citadino.

VI. REFERÊNCIAS

ALVES, Juliana Araújo; OLIVEIRA, José Aldemir de. A POLÍTICA DE ISOLAMENTO PARA A HANSENÍASE E A SAÚDE. *Revista Geográfica de América Central*, v. 2, p. 1-16. Costa Rica, 2011. Disponível em: << <http://redalyc.org>>> Acesso em setembro de 2018.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARANTES, Pedro Fiori. *O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas*. Dissertação. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

ARANTES, Rafael de Aguiar. *O(s) espaço(s) público(s) numa cidade desigual e segregada*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

ARRETCHE, Marta. *Relações federativas nas políticas sociais*. *Educação & Sociedade*, v. 23, n. 80, p. 25-48. Campinas, 2002.

AZEVEDO, Renildo Viana. *Revitalização dos igarapés: para quem?* 2008. Disponível em:<<<http://www.publicadireito.com.br>>> Acesso em: janeiro de 2018.

BACELETE, Graziella Guerra. *Direito à moradia: regularização fundiária de favelas*. *Direito e Humanidades*, n. 16. Minas Gerais, 2010. Disponível em <<<http://seer.uscs.edu.br>>> Acesso em agosto de 2018.

BARBOSA, Tatiana da Rocha. *Ocupações urbanas e a (re) produção das moradias populares em Manaus: Estudos no Bairro Coroado e no loteamento Rio Piorini*. Manaus: UFAM, 2009. Disponível em <<<http://tede.ufam.edu.br>>> Acesso em maio de 2018.

BAVA, Silvio Caccia. *O urbanismo privatista e o direito à cidade: a cidade como mercadoria*. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://diplomatique.org.br>. Acesso em dezembro de 2018.

BARBOSA, Evandro Brandão. Zona Franca de Manaus: política brasileira de desenvolvimento socioeconômico regional. Manaus: UFAM, 2012. Disponível em <<<http://tede.ufam.edu.br>>> Acesso em abril de 2018.

BATISTA, Selma Paula Maciel. O adensamento urbano consolidado em Igarapés, como proposta para o desenvolvimento local: o caso do PROSAMIM em Manaus. GEOUSP - Espaço e Tempo, Nº 31 Especial, pp. 33- 43. São Paulo, 2012.

BATISTA, Selma Paula Maciel. Algumas considerações sobre as intervenções do PROSAMIM no ordenamento da cidade de Manaus. REVISTA GEONORTE, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.1376-1393. Manaus, 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2011.

BESERRA, Maria dos Remédios; TEIXEIRA, Solange Maria. Urbanização e Segregação Socioespacial: O Papel do Estado no Planejamento Urbano. Rev. FSA, Teresina, v. 13, n. 3, art. 13, p. 228-246, 2016.

BLAY, Eva. Eu não tenho onde morar. São Paulo: Nobel Editora, 1982.

BENTES, Rosalvo Machado. A zona franca e o processo imigratório para Manaus. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, 1986.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. Revista Análise social, p. 711-732. São Paulo: 1994.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. A política habitacional no Brasil (1930-1990). Periódico de Divulgação Científica da FALS, v. 1. Rio Grande do Sul, 2008.

CALDAS, Maria Fernandes. Política urbana, ação governamental e a utopia da reforma urbana no Brasil. Minas Gerais, 2015. Disponível em << bibliotecadigital.ufmg.br >> Acesso em março de 2018.

CALEGARI, Ana; SILVEIRA, Darlene. Política pública de habitação e a execução do projeto habitacional “residencial flor do campo” no município de Araranguá-sc. Santa Catarina, 2010.

CARDOSO, Adauto Lucio; JAENISCH, Samuel Thomas. Mercado imobiliário e política habitacional nos governos de Lula e Dilma: entre o mercado financeiro e a produção habitacional subsidiada. XVII Encontro Nacional da ANPUR. São Paulo, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Edições Labor: Eletrônica, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Urbanização da sociedade: Um desafio à reflexão. In: Cidades: Revista científica, Vol. 5, Nº 8, 2008.

COSTA, Maria Amélia da. Moradia digna na cidade, 2006. Disponível em: << <http://www.conpedi.org.br/manaus/> >> Acesso em janeiro de 2018.

COSTA, Flávia de Albuquerque. O lugar dos trabalhadores na cidade: intervenções urbanas em Juiz de Fora-MG. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço social – Universidade Federal de Juiz de Fora. Minas Gerais, 2008. Disponível em << repositorio.ufjf.br >> Acesso em setembro de 2018.

COSTA, Simone da Silva. A TRAJETÓRIA RECENTE DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL. RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, v. 1, n. 1. Rio Grande do Norte, 2014.

CAVALCANTE, Mariza Souza. Direito à moradia: a questão da inclusão das instituições sociais/ONGS na implementação de moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida em Manaus. Dissertação (Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016. Disponível em: << bdtd.ufam.edu.br >> Acesso em setembro de 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidades de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34, 2000.

CARVALHO, Marcelo Bastos Seráfico de Assis. O empresário local e a Zona Franca de Manaus: reprodução social e globalização econômica. Tese. Doutorado em Sociologia. Programa de pós-graduação em sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

CASTELLS, Manuel & BORJA, Jordi. As cidades como autores políticos. Novos Estudos CEBRAP, n.45, jul.1996, (p. 152-166).

CAVALCANTI, Ana Cláudia Rocha. A difusão da agenda urbana das agências multilaterais de desenvolvimento na cidade de Recife. Tese. Doutorado em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. GRAMSCI: Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Fupam, 2015.

DIAS, Edinea Mascarenhas. Manaus 1890-1920: a ilusão do fausto. Manaus: Valer, 2007.

DIAS, Lazaro Cezar; CAMARGOS, Luiza Karla Castilio. Um Brasil Dividido: consequências da financeirização e da crise política das últimas duas décadas na economia. Revista Multiface Online, v. 5, n. 1, p. 5-16. Belo Horizonte, 2017.

DURIGUETTO, Mária Lúcia. Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social. Revista Serv. Soc. Soc., n. 128, p. 104-122. São Paulo, 2017.

ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. Trad. de Armandina Venâncio, 7. ed. São Paulo: Global Editora, 1985.

FILHO, Vitor Ribeiro. Mobilidade residencial em Manaus: Uma análise introdutória. Edua: Manaus, 1999.

FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro Fonseca. Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade. 2º Fórum de Sociologia “Justiça Social e Democratização”. International Sociological Association (ISA), Buenos Aires, 2012. Disponível em << <http://www.observatoriodasmetroles.net>>> Acesso em 2018.

GASPAR, Jorge. Cidade e urbanização no virar do milênio, 2011. Disponível em: << <http://fenix.tecnico.ulisboa.pt/.pdf>>> Acesso em 2019.

GARRIDO, Ana Lúcia. A cidade de Manaus e o projeto PROSAMIM. In: O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM – e seus impactos socioambientais sobre a qualidade de vida da comunidade do Parque Residencial Manaus, 2011. Disponível em: << <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br>>> Acesso em março de 2018.

GOBBI, Leonardo Delfim. Urbanização brasileira. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<<< www.webartigos.com>>>> Acesso em março de 2018.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. 2ª ed. São Paulo: Anablume, 2006.

HARVEY, David. Cidades rebeldes – Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, n. 39, 1996.

HARVEY, David. O Neoliberalismo. História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOLZ, Sheila; MONTEIRO, Tatiana Villela de Andrade. Política de habitação social e o direito a moradia no Brasil. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, p. 26-30, Barcelona, 2008.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. In: Cad. CEDES vol.21, n.55. Campinas, 2001. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em fevereiro de 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. In. Temporalis. ABEPSS, Ano 2, n. 3. Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. IN: SER social, Brasília, v.15, n.33, p.261-384, jul./dez. 2013.

IANNI, O. A sociedade global. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Centauro Editora, 2001.

LIMA, Bruna Massud de. Direito à moradia e movimento social urbano: o Leningrado e a conquista do território natalense. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 14, 2011. Disponível em << www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/pdf>> Acesso em: 24 de setembro de 2018.

LIMA, Susane Patrícia Melo de; Et. al. Uma análise multiescalar da problemática urbana de Manaus: apontamentos para sustentabilidade da cidade. Revista GEONORTE, Vol.01, N.02, Ano 02, p. 35-56, 2011. Disponível em: <www.periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte> Acesso em março de 2018.

LEÃO, Monique Bentes Machado Sardo. O papel das agências internacionais na urbanização de favelas em Belém/PA. Seminário URBFAVELAS. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.sisgeenco.com.br>. Acesso em 2019.

LEMOS, Janeth de Araújo. Vivendo a transição de ambiente de moradia: Um estudo com moradores do Parque Residencial Manaus–Prosamim. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências do ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, PPG-CASA/CCA/UFAM. Manaus-AM, 2010.

LIMA, Bruna Massud de. Direito à moradia e movimento social urbano: o Leningrado e a conquista do território natalense. Anais: Encontros Nacionais da ANPUR, v. 14, 2011. Disponível em << www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/.pdf>> Acesso em: 24 de setembro de 2018.

LOPES, Simone Dalila Nacif. O Direito Fundamental à Moradia como Critério Inafastável de Interpretação das Normas Jurídicas e do Incremento da Função Social da Posse. São Paulo, 2010.

LOURENÇO, Sandra. Estado e políticas públicas: Uma análise sobre o processo de mercantilização dos direitos sociais na atual conjuntura. Serviço Social & Realidade, Franca, 16(1): 233-245. São Paulo, 2007.

MACHADO, Bruna Maria Eloy et al. Política de habitação e direito à cidade no município de Embu/SP-2001-2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

MARICATO, Ermínia. Habitação e cidade. São Paulo: Atual, 1998.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. São Paulo: Ed. Vozes, 2001.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. 3º ed. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1946.

MESQUITA, Otoni Moreira de. La belle vitrine: Manaus entre dois tempos 1890-1900. Manaus: FAPEAM, 2009.

MEDEIROS, João Gabriel Cirelli. Direito à moradia, direito à habitação e habitação adequada: distinções conceituais. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, ano 21, n. 4766, 19 jul. Teresina, 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/50698>>. Acesso em: Setembro de 2018.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS. Antonio Tolrino de Rezende. A questão habitacional no Brasil. Mercator, vol.16, Fortaleza, 2017.

MOREIRA, Edison Marques. Um olhar sobre a atual situação da política habitacional no Brasil. Indicadores Econômicos FEE, v. 40, n. 3. Porto Alegre, 2013.

MOTTA, Luana Dias. A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

NASCIMENTO, Márcio Silveira. As interações sociedade e meio ambiente no espaço urbano de Manaus – AM. Anais: Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre, 2010.

NASCIMENTO, Júlio César Dias do. Cidade e urbano: uma abordagem teórica e conceitual, 2011. Disponível em: << www.webartigos.com>> Acesso em março de 2018.

NASCIMENTO, Denise Morado. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. Cad. Metrôpoles, v. 18, n. 35, pp. 145-164, São Paulo, 2016.

NEGRI, Silvio Moises. Segregação socioespacial: Alguns conceitos e análises. Coletâneas do nosso tempo, Vol. 8, N ° 8, Ano 7, p. 129-153, 2010. Disponível em: << www.periodicoscientificos.ufmt.br>> Acesso em março de 2018.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. In Temporalis. ABEPSS, Ano 2, n. 3. Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2001.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão social”. IN: *Temporalis*. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Ano 2, n.3 (jan./jul. 2001). ABEPSS: Grafline, 2001, 88p.

NETO, Oswaldo. O PROSAMIM e a qualidade de vida. Manaus, 2013. Disponível em: www.google.com. Acesso em 2019.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso. Edua: Manaus, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir de; COSTA, Danielle Pereira da. A análise da moradia em Manaus (AM) como estratégia de compreender a cidade. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, v. 11, 2007.

PINHEIRO, Lady Mariana Siqueira. As mulheres do PROSAMIM: Ambiente, gênero e cidade. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em ciências do ambiente e sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Manaus, 2008.

RIBEIRO, Edaléa Maria. A política de habitação popular no Brasil em tempos de globalização neoliberal. III Jornada Internacional De Políticas Públicas. Maranhão, 2007. Disponível em: << <http://www.joinpp.ufma.br>>> Acesso em agosto de 2018.

ROLNIK, Raquel. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país: avanços e desafios. Ipea, 2006.

ROLNIK, Raquel. Cada um no seu lugar: São Paulo, início da industrialização: geografia do poder. São Paulo, p. 35, 1981.

RANGEL, Helano Márcio Vieira. SILVA, Jacilene Vieira da. O direito fundamental à moradia como mínimo existencial, e a sua efetivação à luz do Estatuto da Cidade. *Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, v. 6, n. 12, 2009. Disponível em << <http://www.domhelder.edu.br>. Acesso 2018.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais – A luta pelo direito à cidade. CIDADES, v. 4, n. 6, p. 73-88. Brasília, 2007.

RODRIGUES, Moysés Arlete. Moradias nas cidades brasileiras. 10. Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SALAZAR, João Pinheiro. O abrigo dos deserdados: estudo sobre a remoção dos moradores da cidade flutuante e os reflexos da Zona Franca na habitação da população de baixa renda em Manaus. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985.

SANTOS, Dario Azevedo dos Santos. A macrodrenagem da bacia do una em questão: percepções sociológicas sobre os impactos socioespaciais na área urbana de Belém. Belém, 1998.

SANTOS, Carolina Cássia Batista. Direito à Moradia na cidade de Manaus. Revista Ser Social, n. 8. Brasília: UNB, 2009.

SANTOS, Joseane Soares. “Questão Social”: particularidades no Brasil. São Paulo Cortez, 2017 (Coleção biblioteca básica do serviço social, v. 6)

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo, Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHERER, Elenise. Baixa nas carteiras: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus. Manaus: Edua, 2005.

SERÁFICO, José e SERÁFICO, Marcelo. A zona franca de Manaus e o capitalismo no Brasil, 2005. Disponível em: << <http://www.scielo.br>>>. Acesso em março de 2018.

SILVA, Regina Celly Nogueira da; MACÊDO, Celênia de Souto. A urbanização mundial, 2009. Disponível em: << <http://www.ead.uepb.edu.br> >> acesso em abril de 2018.

SOARES, Emádina Gomes Rodrigues. O que revelaram os índices de desenvolvimento humano na cidade de Manaus. Manaus: UFAM, 2011. Disponível em <<http://tede.ufam.edu.br>>

SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora, 2010.

SOUZA, Lupuna Corrêa de. Espaço e tempo na cidade de Manaus: processo de verticalização 1970 a 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Ciências Humanas e Letras - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Capitalismo e Urbanização. São Paulo: Contexto, 1989.

TORRES, Ana Lúcia Garcia et al. Ambiente urbano: o viver no conjunto habitacional Nova Cidade, Manaus/AM. Dissertação (Mestrado em ciências do ambiente). Centro de ciências do ambiente – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2009. Disponível em:<< tede.ufam.edu.br>> Acesso em setembro de 2018.

TRIANA FILHO, Antônio. Habitação popular no Brasil: análise do modelo operacional de financiamento pelas agências oficiais. Dissertação (Mestrado em arquitetura e urbanismo). Faculdade de arquitetura e urbanismo - Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

VALLINA, Kátia de Araújo Lima. A produção do espaço urbano e os novos processos de segregação socioespacial em Manaus nos anos 2000. Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em serviço social – Escola de serviço social. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2014.

VILLAÇA, Arliene Auxiliadora do Nascimento Bezerra. Habitação e ação pública na contemporaneidade: Um estudo de caso na área central de Manaus. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação e geografia humana. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

DOCUMENTOS

AMAZONAS. Estudo Impacto Ambiental – EIA, 2011: Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM. Disponível em: www.prosamim.am.gov.br. Acesso em: 2018.

PLANO NACIONAL DE HABITAÇÃO: Versão para debate. Ministério das Cidades – Secretaria Nacional de Habitação, 2009. Disponível em: << <http://www.cidades.gov.br/> >> Acesso em: fevereiro de 2018.

POLITICA NACIONAL DE HABITAÇÃO. Versão para debate. Ministério das Cidades – Secretaria Nacional de Habitação, 2004. Disponível em: << <http://www.cidades.gov.br/> >> Acesso em: fevereiro de 2018.

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS. Estudo Prévio de Impacto ambiental – EPIA, 2004. Disponível em: << <http://prosamim.am.gov.br>>>

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS. Plano de trabalho social e sustentabilidade ambiental, 2007. Disponível em: << <http://prosamim.am.gov.br>>>

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS. Plano de Desapropriação, Reassentamento e Realocação - PDRR, 2004. Disponível em: << <http://prosamim.am.gov.br>>>

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS. Plano de comunicação social – PCS (PROSAMIM III). Manaus, 2011. Disponível em: << <http://prosamim.am.gov.br>>>

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS. Programa de controle ambiental de obras – PCAO. Manaus, 2008. Disponível em: << <http://prosamim.am.gov.br>>>

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS. Histórico do PROSAMIM. Manaus, 2012. Disponível em: << <http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/>>>

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS – PROSAMIM. Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. Manaus, 2004. Disponível em: << <http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/>>>

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS – PROSAMIM. Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. Manaus, 2012. Disponível em: << <http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/>>>

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS. Plano de Contas PROSAMIM I - Contrato de empréstimo 1692/OC-BR Banco Interamericano de Desenvolvimento BID. Manaus, 2005. Disponível em: << <http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/>>>

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS Plano de Contas PROSAMIM I - Contrato de empréstimo Suplementar, 2165/OC-BR Banco Interamericano de Desenvolvimento BID. Manaus, 2008. Disponível em: << <http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/>>>

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS Plano de Contas PROSAMIM III - Contrato de empréstimo 2676/OC-BR Banco Interamericano de Desenvolvimento BID. Manaus, 2012. Disponível em: << <http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/>>>

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS. Manual de Normas e Procedimentos Administrativos e Financeiros. Manaus, 2007. Disponível em: << <http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/>>>

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS Regulamento operacional do programa. Manaus, 2007. Disponível em: << <http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/>>>

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS. Relatório BID – Relatório de gestão ambiental e social – RGAS. Manaus, 2011. Prosamim III. Disponível em: << <http://prosamim.am.gov.br/o-prosamim/>>>

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS. Lista de contratos vigentes em 2017 – Prosamim III. Manaus, 2017. Disponível em:<< <http://www.srmm.am.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/PORTAL-WEB-CONTRATOS-UGPE-setembro2017.pdf>>>

PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS. Gestão de contratos PROSAMIM III. Manaus, 2018. Disponível em: << <http://www.srmm.am.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Portal-da-Transpar%C3%A2ncia-CONTRATOS-UGPE>>>

BID. Brasil. Relatório de Gestão Ambiental e Social – RGAS. Programa Ambiental e Social dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM III). BR-L 1297, 2011. Disponível em www.prosamim.am.gov.br, Acesso em: 2018.

BRASIL, Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

SITES

www.acritica.uol.com.br

www.bid.cbf.com.br/

www.dominiopublico.com.br

www.iadb.org

www.ibge.gov.br

www.mapadaviolência.org.br

www.portaldoamazonas.com/

www.prosamim.am.gov.br

www.prourbis.manaus.am.gov.br

www.semsa.manaus.am.gov.br/

www.scielo.cl

www.suframa.gov.br

www.Suhab.am.gov.br

www.saude.am.gov.br/

VII. ANEXOS

A - OBRAS REALIZADAS PELO PROSAMIM I

LISTA DE OBRAS DO PROSAMIM I							
CIDADE	LOCAL	ITEM	DESCRIÇÃO	ATIVIDADES EXECUTADAS	DATA DE ENTREGA	LOCALIZAÇÃO	BAIRRO
M A N A U S	IGARAPÉ MANAUS	1	QUADRA BAIRRO MANAUS (Q1 E Q2)	UNIDADES HABITACIONAIS, URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	23/10/2007	TRECHO ENTRE A RUA RAMOS FERREIRA ATÉ A RUA TARUMÁ	CENTRO
		2	QUADRA BAIRRO MANAUS (Q3)	UNIDADES HABITACIONAIS, URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	05/12/2008	TRECHO ENTRE A RUA RAMOS FERREIRA ATÉ A RUA IPIXUNA	CENTRO
		3	PARQUE SENADOR JEFFERSON PÉRES	URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	01/09/2009	TRECHO ENTRE A AV. SETE DE SETEMBRO ATÉ A AV. ALVARO LOURENÇO BRAGA	CENTRO
		4	PARQUE PAULO JACOB	URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	10/03/2010	TRECHO ENTRE A AV. SETE DE SETEMBRO ATÉ A RUA IPIXUNA	CENTRO
		5	PARQUE MANAUS 2ª ETAPA	URBANIZAÇÃO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	19/03/2014	TRECHO ENTRE A AV. TARUMÁ ATÉ A JAPURÁ	PRAÇA 14
	IGARAPÉ BITTENCOURT	6	PARQUE BITTENCOURT 1ª ETAPA	URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	10/03/2010	TRECHO ENTRE A AV. SETE DE SETEMBRO ATÉ A RUA AJURICABA	CENTRO
		7	PARQUE BITTENCOURT 2ª ETAPA	ARQUITETURA, URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	30/08/2011	TRECHO ENTRE A RUA AJURICABA ATÉ A RUA RAMOS	CENTRO
	IGARAPÉ DO MESTRE CHICO	8	PARQUE LARGO MESTRE CHICO	URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	23/03/2009	ENTRE A AV. BEIRA RIO E RUA IPIXUNA (PASSANDO PELA PONTE BENJAMIM CONSTANT)	PRAÇA 14
		9	QUADRA BAIRRO MESTRE CHICO I	UNIDADES HABITACIONAIS, URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	10/02/2012	TRECHO ENTRE RUA RAMOS FERREIRA E AV. IPIXUNA	PRAÇA 14
		10	PONTE BENJAMIM CONSTANT	ENGENHARIA	25/09/2008	AV. 7 DE SETEMBRO	CENTRO
	IGARAPÉ QUARENTA	11	QUADRA BAIRRO PROF. JEFFERSON CARPINTEIRO PÉRES	UNIDADES HABITACIONAIS, URBANIZAÇÃO, VIÁRIO E MICRODRENAGEM	28/07/2008	MARGEM ESQUERDA - ENTRE A RUA 24 DE AGOSTO E A AV. SÃO JOÃO	MORRO DA LIBERDADE
		12	QUADRA BAIRRO PROFESSOR GILBERTO MESTRINHO	UNIDADES HABITACIONAIS, URBANIZAÇÃO, VIÁRIO E MICRODRENAGEM	11/02/2010	MARGEM DIREITA - ENTRE A AV. MAUÉS E A RUA CARVALHO LEAL	CACHOEIRINHA

Fonte: <http://prosamim.am.gov.br/>

B - OBRAS REALIZADAS PELO PROSAMIM II

LISTA DE OBRAS DO PROSAMIM II							
CIDADE	LOCAL	ITEM	DESCRIÇÃO	ATIVIDADES EXECUTADAS	STATUS	LOCALIZAÇÃO	BAIRRO
M A N A U S	IGARAPÉ MANAUS	1	ESCRITÓRIO DE GESTÃO COMPARTILHADA E SUSTENTABILIDADE DO PARQUE RESIDENCIAL MANAUS	ARQUITETURA	JUNHO DE 2010	PARQUE RESIDENCIAL MANAUS 3	CENTRO
		2	SALÃO DE EVENTOS CULTURAIS RIO SOLIMÕES	ARQUITETURA	31/03/2010	AV. 7 DE SETEMBRO	CENTRO
	IGARAPÉ BITTENCOURT	3	SEDE UGPI/UGPE	ARQUITETURA	26/04/2011	RUA JONATHAS PEDROSA	CENTRO
	IGARAPÉ DO QUARENTA	4	COMPLEXO VIÁRIO DO IGARAPÉ DO QUARENTA - PONTE SENADOR GILBERTO MESTRINHO	VIÁRIO	11/02/2010	ENTRE A PONTE JUCELINO KUBITCHECK E A AV. MAUÉS	SANTA LUZIA/ CACHOEIRINHA
		5	QUADRA BAIRRO CACHOEIRINHA	UNIDADES HABITACIONAIS, URBANIZAÇÃO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	30/06/2011	ENTRE A NOVA RUA E O IGARAPÉ DO QUARENTA	CACHOEIRINHA
		6	COMPLEXO DO SISTEMA VIÁRIO DO QUARENTA - COM VIADUTO E OBRAS DE ARTE	VIÁRIO E MACRODRENAGEM	30/06/2014	ENTRE A RUA WALDOMIRO LUSTOSA E A AV. SILVES	JAPIIM/ CRESPO
		7	PARQUE IGARAPÉ DA FREIRA	URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	30/06/2014	ENTRE A AV. TEFÉ E AV. PROJETADA EIXO 100	JAPIIM
		8	PARQUES LINEARES E MELHORIAS DO IGARAPÉ QUARENTA	URBANIZAÇÃO, VIÁRIO E MICRODRENAGEM	SETEMBRO DE 2014	AO REDOR DA MARGEM ESQUERDA E DIREITA DO IGARAPÉ DO QUARENTA	JAPIIM
		9	TRECHO DA AV. SILVES À MAUÉS	URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	A LICITAR	ENTRE AS AV. SILVES E AV. MAUÉS	RAIZ
		10	OBRA ADICIONAL - IGARAPÉ DAS NAÇÕES	MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	A LICITAR	DIREITA DO IGARAPÉ DO QUARENTA, NA PROXIMIDADE DA AV. COSTA E SILVA	JAPIIM
	IGARAPÉ DA LIBERDADE	11	QUADRA BAIRRO LIBERDADE	UNIDADES HABITACIONAIS, URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	01/04/2014	ENTRE A AV. SANTA ETELVINA E A RUA SÃO PEDRO	MORRO DA LIBERDADE
	IGARAPÉ DO CAJUAL	12	QUADRA BAIRRO CAJUAL	UNIDADES HABITACIONAIS, URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	01/04/2014	ENTRE A RUA SÃO PEDRO E A RUA LEOPOLDO NÉVES	SANTA LUZIA
	IGARAPÉ SÃO RAIMUNDO	13	PARQUE KAKO CAMINHA	URBANIZAÇÃO, VIÁRIO E MICRODRENAGEM	18/06/2010	ENTRE A AV. KAKO CAMINHA E A AV. BRASIL	PRESIDENTE VARGAS

Fonte: <http://prosamim.am.gov.br/>

C - OBRAS REALIZADAS E EM ANDAMENTO PELO PROSAMIM III

LISTA DE OBRAS DO PROSAMIM III							
CIDADE	LOCAL	ITEM	DESCRIÇÃO	ATIVIDADES EXECUTADAS	STATUS	LOCALIZAÇÃO	BAIRRO
M A N A U S	IGARAPÉ MANAUS	1	OBRA COMPLEMENTAR - RECUPERAÇÃO DE ÁREA DE CABECEIRA DO IGARAPÉ MANAUS	URBANIZAÇÃO	A LICITAR	AV. BARCELOS	CACHOEIRINHA
	IGARAPÉ MESTRE CHICO	2	OBRA COMPLEMENTAR - TRECHO ENTRE LEONARDO MALCHER E RUA PARINTINS	URBANIZAÇÃO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	A LICITAR	TRECHO AV. LEONARDO MALCHER E RUA PARINTINS	CACHOEIRINHA
		3	GALERIA AFLUENTE MESTRE CHICO II	URBANIZAÇÃO E MICRODRENAGEM	EM ANDAMENTO	ENTRE AS RUAS DUQUE DE CAXIAS E LEONARDO MALCHER	CACHOEIRINHA
	IGARAPÉ DO QUARENTA	4	OBRA ADICIONAL - TRECHO SEDUC	URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	A LICITAR	ENTRE A AV. PERIMETRAL E A RUA C7-A	JAPIIM
	IGARAPÉ SÃO RAIMUNDO	5	QUADRA BAIRRO SÃO RAIMUNDO	UNIDADES HABITACIONAIS, URBANIZAÇÃO, VIÁRIO E MICRODRENAGEM	02/07/2014	ENTRE A AV. PRESIDENTE DUTRA E A RUA DA CACHOEIRA	SÃO RAIMUNDO
		6	QUADRA BAIRRO MESTRE CHICO II	UNIDADES HABITACIONAIS, URBANIZAÇÃO, VIÁRIO E MICRODRENAGEM	42.457,00	ENTRE A AV. PRESIDENTE DUTRA E A RUA DO ROSÁRIO	SÃO RAIMUNDO
		7	PARQUE LINEAR DAS CACIMBAS FASE 01	URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	31/03/2016	ENTRE A AV. PRESIDENTE DUTRA E A RUA DO ROSÁRIO	SÃO RAIMUNDO
		8	PARQUE LINEAR DAS CACIMBAS FASE 02	URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	EM ANDAMENTO	ENTRE A RUA DO ROSÁRIO E RUA RIO BRANCO	SÃO RAIMUNDO
		9	PARQUE RIO NEGRO	URBANIZAÇÃO, VIÁRIO E MICRODRENAGEM	30/04/2015	ENTRE A PONTE FÁBIO LUCENA E A RUA RIO BRANCO	SÃO RAIMUNDO
		10	04 PRAÇAS EM ÁREAS REMANESCENTES DO PARQUE RIO NEGRO	URBANIZAÇÃO	A INICIAR	RUA BOA VISTA E RUA VIRGILIO RAMOS (DENTRO DO PARQUE RIO NEGRO)	SÃO RAIMUNDO
		11	LIGAÇÃO VIÁRIA PRESIDENTE DUTRA - LPD	URBANIZAÇÃO, VIÁRIO E MICRODRENAGEM	12/12/2016	ENTRE A RUA 5 DE JULHO E A RUA PRESIDENTE DUTRA	GLÓRIA/ SÃO RAIMUNDO
		12	LIGAÇÃO VIÁRIA LUIZ ANTONY	URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	EM ANDAMENTO	LIGAÇÃO ENTRE AV. KAKO CAMINHO E RUA LUIZ ANTONY	PRESIDENTE VARGAS
		13	PARQUE CASTELHANA	URBANIZAÇÃO, VIÁRIO, MACRODRENAGEM E MICRODRENAGEM	A INICIAR	AV. LUIZ ANTONY	PRESIDENTE VARGAS
		14	VIÁRIO IGARAPÉ BELCHIOR	URBANIZAÇÃO, VIÁRIO E MICRODRENAGEM	DEZEMBRO DE 2014	MARGEM ESQUERDA O IGARAPÉ DO SÃO RAIMUNDO	APARECIDA
	IGARAPÉ BELCHIOR	15	PARQUE IGARAPÉ BELCHIOR	VIÁRIO E MACRODRENAGEM	EM ANDAMENTO	MARGEM ESQUERDA DO IGARAPÉ DO SÃO RAIMUNDO	APARECIDA

Fonte: <http://prosamim.am.gov.br/>